



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPÃO DA CANOA

Capão da Canoa – RS
Março de 2026.



**SETOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

Responsável: Mariana Marques Sebastiany
Assistente Social - CRESS 10ª Região/RS 13516

Contato:

Telefone: 0800 115 1551 / ramal 5039

E-mail: vigilanciasocioassistencial@capaodacanoa.rs.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

Prefeito: Valdomiro de Matos Novaski

Vice-Prefeito: Renato Silveira

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

Secretária: Cerli Ribeiro Novaski

Secretária Adjunta: Tamara Guincheski Germano Roth

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidenta: Marina Alves dos Reis

Vice-presidenta: Luciane Ismael de Oliveira



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AMLINORTE — Associação dos Municípios do Litoral Norte
APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BCO — Benefício Complementar
BEA — Benefício Eventual Alimentação
BET — Benefício Extraordinário de Transição
BPC — Benefício de Prestação Continuada
BPI — Benefício Primeira Infância
BRC — Benefício de Renda de Cidadania
BV — Benefício Variável Familiar Criança
BVA — Benefício Variável Familiar Adolescente
BVF — Benefício Variável Familiar
BVG — Benefício Variável Familiar Gestante
BVN — Benefício Variável Familiar Nutriz
CADSUAS — Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social
CADÚNICO — Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEACRIA — Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente
CECAD — Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único
CMAS — Conselho Municipal de Assistência Social
COMUSAN — Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS — Centro de Referência de Assistência Social
CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRM — Centro de Referência da Mulher
ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA — Educação de Jovens e Adultos
EMATER/RS - ASCAR — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ESF — Estratégia Saúde da Família
FICAI — Ficha de Comunicação de Alunos Infrequentes
GPTE — Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
IA — Insegurança Alimentar
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDCRAS — Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência de Assistência Social
IDCREAS — Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IDEB — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM — Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ILPI — Instituição de Longa Permanência para Idosos
IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVCAD — Índice de Vulnerabilidade do Cadastro Único
LA — Liberdade Assistida
LGBTQIA+ — Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero
LOAS — Lei Orgânica da Assistência Social
MDS — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MOSC — Mapa das Organizações da Sociedade Civil
MSE — Medida Socioeducativa
NIS — Número de Identificação Social
NOB/SUAS — Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social



ONU — Organização das Nações Unidas
OSC — Organização da Sociedade Civil
PAA — Programa de Aquisição de Alimentos
PAB — Programa Auxílio Brasil
PAEFI — Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF — Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF — Programa Bolsa Família
PCD — Pessoa com Deficiência
PETI — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PI — Pessoa Idosa
PIB — Produto Interno Bruto
PNAS — Política Nacional de Assistência Social
PNAE — Programa Nacional de Alimentação Escolar
PSB — Proteção Social Básica
PSE — Proteção Social Especial
PSR — População em Situação de Rua
PSC — Prestação de Serviços à Comunidade
REURB — Regularização Fundiária Urbana
RS — Rio Grande do Sul
SAIS — Secretaria de Assistência e Inclusão Social
SCFV — Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGDCA — Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SINAN — Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SISC — Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUS — Sistema Único de Saúde
SUAS — Sistema Único de Assistência Social
TAC — Termo de Ajustamento de Conduta
TJRS — Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
TRIA — Triagem para Risco de Insegurança Alimentar
UBS — Unidade Básica de Saúde



LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da localização de cada CRAS e sua respectiva região de abrangência - **Página 19**
- FIGURA 2** - Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica Preliminar (Habitantes/Km²), em 2010 - **Página 25**
- FIGURA 3** - Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica - Censo Demográfico 2022 - **Página 26**
- FIGURA 4** - Mapa do Rio Grande do Sul, conforme a porcentagem da população que reside em favelas - Censo Demográfico 2022 - **Página 27**
- FIGURA 5** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação das favelas e comunidade urbanas, conforme o Censo Demográfico 2022 - **Página 29**
- FIGURA 6** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, por setor censitário - Censo Demográfico 2022 - **Página 52**
- FIGURA 7** - Mapa de Capão da Canoa, conforme o total de famílias cadastradas no Cadastro Único e a localização dos CRAS municipais, em 2025 - **Página 122**
- FIGURA 8** - Mapa do Rio Grande do Sul, com o mapeamento da população em situação de rua inscrita no Cadastro Único, por municípios, em 2023 - **Página 152**
- FIGURA 9** - Alguns indicadores sobre o perfil da população em situação de rua inscrita no Cadastro Único - **Página 153**
- FIGURA 10** - Quantidade de benefícios do Programa Bolsa Família recebidos pelas famílias beneficiárias, por tipo, no mês de março de 2025 - **Página 179**
- FIGURA 11** - Mapa de Capão da Canoa, identificando a localização das unidades de saúde e dos CRAS- **Página 210**
- FIGURA 12** - Mapa de Capão da Canoa, identificando a localização das escolas públicas e privadas e dos CRAS- **Página 213**
- FIGURA 13** - Organizações da sociedade civil ativas nas áreas de atuação assistência social ou desenvolvimento e defesa de direitos - subárea saúde, assistência social e educação- **Página 222**
- FIGURA 14** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação desenvolvimento e defesa de direitos, por região- **Página 224**
- FIGURA 15** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação cultura e recreação, por região - **Página 225**
- FIGURA 16** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação outras atividades associativas, por região- **Página 226**
- FIGURA 17** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação organizações de religião, por região- **Página 227**



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução do crescimento da população de Capão da Canoa, nos anos 2000, 2010, 2021, 2022 e 2025 - **Página 24**

GRÁFICO 2 - Pirâmide etária da população de Capão da Canoa, considerando a população por grupo de idade e sexo - Censo Demográfico 2022 - **Página 30**

GRÁFICO 3 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - Censo Demográfico 2022 - **Página 32**

GRÁFICO 4 - Porcentagem de pessoas com deficiência de dois anos ou mais de idade, por tipo de dificuldade permanente - Censo Demográfico 2022 - **Página 34**

GRÁFICO 5 - Porcentagem de pessoas com deficiência, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022 - **Página 34**

GRÁFICO 6 - Pessoas com deficiência, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022 - **Página 35**

GRÁFICO 7 - Comparativo da porcentagem do nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e sem deficiência de 25 anos ou mais de idade - Censo Demográfico 2022 - **Página 35**

GRÁFICO 8 - Porcentagem de pessoas, por grandes grupos de religião - Censo Demográfico 2022 - **Página 36**

GRÁFICO 9 - Porcentagem dos domicílios, por número de moradores(as) - Censo Demográfico 2022 - **Página 36**

GRÁFICO 10 - Espécies de unidade doméstica - Censo Demográfico 2022 - **Página 37**

GRÁFICO 11 - Famílias de Capão da Canoa, por tipo de composição familiar - Censo Demográfico 2022 - **Página 38**

GRÁFICO 12 - Evolução do PIB per capita de Capão da Canoa, de 2010 a 2023- **Página 39**

GRÁFICO 13 - Evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas, de 2013 a 2024- **Página 40**

GRÁFICO 14 - Evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de 2013 a 2024- **Página 40**

GRÁFICO 15 - Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, segundo a categoria do emprego no trabalho principal - Censo Demográfico 2022- **Página 41**

GRÁFICO 16 - Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por sexo - Censo Demográfico 2022- **Página 43**

GRÁFICO 17 - Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e cor ou raça - Censo Demográfico 2022- **Página 43**

GRÁFICO 18 - Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022- **Página 44**

GRÁFICO 19 - Taxa bruta de frequência escolar, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022- **Página 44**

GRÁFICO 20 - Pessoas com nível superior completo, por área de formação - Censo Demográfico 2022- **Página 44**

GRÁFICO 21 - Evolução da taxa de mortalidade infantil, de 2006 a 2023- **Página 45**

GRÁFICO 22 - Evolução de nascidos vivos, de 2020 a 2025- **Página 46**



GRÁFICO 23 - Evolução de óbitos de pessoas com idade menor que um ano, de 2006 a 2023- **Página 46**

GRÁFICO 24 - Evolução do total de óbitos, de 2006 a 2022 - **Página 47**

GRÁFICO 25 - Usuários(as) do SCFV, por faixa etária e sexo- **Página 63**

GRÁFICO 26 - Usuários(as) do SCFV para crianças e adolescentes, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS- **Página 64**

GRÁFICO 27 - Usuários(as) do SCFV para pessoas de 18 a 59 anos de idade, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS- **Página 64**

GRÁFICO 28 - Usuários(as) do SCFV para pessoas idosas, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS- **Página 65**

GRÁFICO 29 - Situações de vulnerabilidade ou risco vivenciadas pelos(as) usuários(as) do SCFV em situação prioritária, por tipo- **Página 66**

GRÁFICO 30 - Perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, por sexo e faixa etária, de 2021 até junho de 2025- **Página 72**

GRÁFICO 31 - Usuários(as) do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC, por idade, nos anos de 2023 e 2025- **Página 73**

GRÁFICO 32 - Ato infracional cometido por usuários(as) do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC, por tipo, nos anos de 2023 e 2025- **Página 74**

GRÁFICO 33 - Estimativa do volume total de novos acolhimentos e desacolhimentos de crianças e adolescentes, por ano, de 2017 a 2024- **Página 77**

GRÁFICO 34 - Comparativo entre o volume de benefícios eventuais alimentação concedidos e o volume de famílias beneficiárias do benefício eventual alimentação, por ano, de 2019 a 2025- **Página 84**

GRÁFICO 35 - Risco Quantitativo de benefícios eventuais alimentação concedidos em 2024, conforme o bairro de moradia da família beneficiária e seu respectivo CRAS de referência - **Página 85**

GRÁFICO 36 - Quantitativo de famílias que acessaram três ou mais benefícios eventuais alimentação em 2023 e 2024, por CRAS de referência - **Página 86**

GRÁFICO 37 - Famílias inseridas no PAA, por CRAS, em 2023 - **Página 88**

GRÁFICO 38 - Famílias inseridas no PAA, por CRAS, em 2024 - **Página 88**

GRÁFICO 39 - Bairro de residência das famílias inseridas no PAA, em 2023 - **Página 89**

GRÁFICO 40 - Bairro de residência das famílias inseridas no PAA, em 2024 - **Página 90**

GRÁFICO 41 - Situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2023, por CRAS - **Página 90**

GRÁFICO 42 - Situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2024, por CRAS - **Página 91**

GRÁFICO 43 - Outras situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2023, por CRAS - **Página 91**

GRÁFICO 44 - Outras situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2024, por CRAS- **Página 91**

GRÁFICO 45 - Risco de insegurança alimentar das famílias inseridas no PAA, em 2023 - **Página 93**



GRÁFICO 46 - Risco de insegurança alimentar das famílias inseridas no PAA, em 2024 - **Página 93**

GRÁFICO 47 - Faixa etária das vítimas das notificações de violência registradas no SINAN, em 2024 - **Página 95**

GRÁFICO 48 - Bairro da ocorrência das notificações de violência registradas no SINAN, em 2024- **Página 96**

GRÁFICO 49 - Tipos de violência identificados entre as notificações de violência registradas no SINAN, em 2024- **Página 96**

GRÁFICO 50 - Evolução das notificações de violência contra crianças e adolescentes registradas no SINAN, por ano, de 2013 a 2022- **Página 97**

GRÁFICO 51 - Evolução das notificações de violência contra PCDs registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022- **Página 97**

GRÁFICO 52 - Evolução das notificações de violência contra pessoas idosas registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022- **Página 97**

GRÁFICO 53 - Notificações de violência contra pessoas idosas registradas no SINAN, por tipo de violência, em 2022- **Página 98**

GRÁFICO 54 - Evolução das notificações de violência contra pessoas em situação de rua registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2024- **Página 98**

GRÁFICO 55 - Evolução das notificações de violência contra pessoas LGBTQIA+ registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022- **Página 99**

GRÁFICO 56 - Notificações de violência contra pessoas LGBTQIA+ registradas no SINAN, por tipo de violência, em 2022- **Página 99**

GRÁFICO 57 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por tipo de local do fato, de 2023 a 2025- **Página 103**

GRÁFICO 58 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por bairro, de 2023 a 2025- **Página 104**

GRÁFICO 59 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por tipo de local do fato, de 2023 a 2025 - **Página 109**

GRÁFICO 60 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por bairro, de 2023 a 2025- **Página 110**

GRÁFICO 61 - Total de denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar de Capão da Canoa, por tipo, em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025 - **Página 113**

GRÁFICO 62 - Quantitativo de atendimentos do Conselho Tutelar de Capão da Canoa, em 2024 e no primeiro semestre de 2025, por bairro- **Página 114**

GRÁFICO 63 - Famílias inscritas no Cadastro Único, conforme o número de meses após a última atualização cadastral, por região de abrangência dos CRAS - **Página 119**

GRÁFICO 64 - Famílias inscritas no Cadastro Único, conforme situação cadastral, por região de abrangência dos CRAS- **Página 119**

GRÁFICO 65 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por número de integrantes- **Página 120**

GRÁFICO 66 - Famílias cadastradas no Cadastro Único, conforme bairro de residência- **Página 121**

GRÁFICO 67 - Famílias inscritas no Cadastro Único aproximadamente, por região de abrangência dos CRAS- **Página 123**



GRÁFICO 68 - Estimativa de famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS- **Página 123**

GRÁFICO 69 - Comparativo do IVCAD de Capão da Canoa e do território de abrangência dos CRAS- **Página 126**

GRÁFICO 70 - Comparativo dos Índices de cada dimensão que compõem o IVCAD de Capão da Canoa e do território de abrangência dos CRAS - **Página 127**

GRÁFICO 71 - Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal- **Página 128**

GRÁFICO 72 - Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal - **Página 129**

GRÁFICO 73 - Comparativo entre a população estimada para 2025 (IBGE) e as pessoas inscritas no Cadastro Único e com renda per capita de até meio salário mínimo- **Página 129**

GRÁFICO 74 - Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único e com renda per capita até meio salário mínimo, segundo região de abrangência dos CRAS - **Página 130**

GRÁFICO 75 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa da renda familiar per capita mensal, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 131**

GRÁFICO 76 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros, conforme cada indicador que compõe a dimensão Disponibilidade de Recursos do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS- **Página 132**

GRÁFICO 77 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Disponibilidade de Recursos do IVCAD, em Capão da Canoa e no território de abrangência dos CRAS- **Página 133**

GRÁFICO 78 - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária - **Página 134**

GRÁFICO 79 - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por sexo e faixa etária- **Página 134**

GRÁFICO 80 - Estimativa das pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 136**

GRÁFICO 81 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por tipo de deficiência- **Página 141**

GRÁFICO 82 - Pessoas idosas inscritas no Cadastro Único que vivem com deficiência, por tipo de deficiência- **Página 141**

GRÁFICO 83 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas a famílias com crianças com idade entre zero e seis anos, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento na Primeira Infância do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS - **Página 142**

GRÁFICO 84 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas a famílias com crianças com idade entre zero e seis anos, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento na Primeira Infância do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS- **Página 143**

GRÁFICO 85 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos, conforme cada indicador que compõe a



dimensão Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS- **Página 143**

GRÁFICO 86 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS - **Página 144**

GRÁFICO 87 - Total de famílias com possível demanda de trabalho de cuidados, conforme cada indicador que compõe a dimensão Necessidade de Cuidados do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS- **Página 146**

GRÁFICO 88 - Comparativo da porcentagem de famílias com possível demanda de trabalho de cuidados, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Necessidade de Cuidados do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS - **Página 146**

GRÁFICO 89 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único que recebem cuidados permanentes de terceiros, por tipo de cuidador - **Página 147**

GRÁFICO 90 - Pessoas idosas inscritas no Cadastro Único que vivem com deficiência e recebem cuidados permanentes de terceiros, por tipo de cuidador- **Página 148**

GRÁFICO 91 - Evolução das famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, em Capão da Canoa, de 2012 até 2025- **Página 151**

GRÁFICO 92 - Pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único, por escolaridade, conforme a região de abrangência dos CRAS - **Página 155**

GRÁFICO 93 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por tipo de material predominante no piso do domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 157**

GRÁFICO 94 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por tipo de material predominante nas paredes externas do domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 157**

GRÁFICO 95 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de água canalizada no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 158**

GRÁFICO 96 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por forma de abastecimento de água no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 159**

GRÁFICO 97 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de banheiro no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 160**

GRÁFICO 98 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por forma de escoamento sanitário no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 161**

GRÁFICO 99 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de calçamento em frente ao domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 162**

GRÁFICO 100 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia, conforme cada indicador que compõe a dimensão Condições Habitacionais do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS - **Página 163**

GRÁFICO 101 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Condições Habitacionais do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS - **Página 164**



GRÁFICO 102 - Pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único e que informaram o tipo de trabalho principal, conforme a região de abrangência dos CRAS - **Página 165**

GRÁFICO 103 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade, conforme cada indicador que compõe a dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos, por território de abrangência dos CRAS - **Página 167**

GRÁFICO 104 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS - **Página 168**

GRÁFICO 105 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 171**

GRÁFICO 106 - Pessoas Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme bairro de residência- **Página 172**

GRÁFICO 107 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Arco-Íris, por bairro - **Página 173**

GRÁFICO 108 - Pessoas Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Santa Luzia, por bairro - **Página 173**

GRÁFICO 109 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Zona Norte, por bairro - **Página 174**

GRÁFICO 110 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo e raça/cor - **Página 175**

GRÁFICO 111 - Pessoas idosas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por região de abrangência dos CRAS - **Página 177**

GRÁFICO 112 - Estimativa do total de pessoas com deficiência e pessoas idosas beneficiárias do BPC, inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS- **Página 186**

GRÁFICO 113 - Pessoas idosas beneficiárias do BPC, por raça/cor e sexo- **Página 188**

GRÁFICO 114 - Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, por raça/cor e sexo - **Página 188**

GRÁFICO 115 - Total de trabalhadores(as) da SAIS, por tipo de vínculo - **Página 193**



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Bairros que compõem a abrangência de cada CRAS- **Página 20**

QUADRO 2 - Comparativo entre população estimada para 2024 versus famílias em situação de rua, nos dez municípios gaúchos e nos quatro municípios do litoral norte gaúcho com maior quantitativo de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único- **Página 152**

QUADRO 3 - Unidades ou serviços de proteção social básica que compõem a rede socioassistencial - **Página 191**

QUADRO 4 - Unidades ou serviços de proteção social especial de média complexidade que compõem a rede socioassistencial - **Página 192**

QUADRO 5 - Parâmetros para composição da equipe de referência do CRAS- **Página 207**

QUADRO 6 - Parâmetros para composição da equipe de referência do CREAS- **Página 208**

QUADRO 7 - Unidades de saúde, por região de abrangência dos CRAS - **Página 211**

QUADRO 8 - Escolas municipais e comunitária de Educação Infantil e Ensino Fundamental, escolas estaduais de Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos e unidades públicas de apoio à Secretaria de Educação, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS- **Página 216**

QUADRO 9 - Escolas privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS- **Página 217**

QUADRO 10 - Associações e grupos comunitários, por bairro em que estão localizados e região de abrangência dos CRAS - **Página 220**

QUADRO 11 - Cozinhas comunitárias, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS - **Página 221**



LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022- **Página 30**

TABELA 2 - População, por grupo de idade e sexo - Censo Demográfico 2022- **Página 31**

TABELA 3 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - Censo Demográfico 2022- **Página 32**

TABELA 4 - População de Capão da Canoa, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022 - **Página 33**

TABELA 5 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por cor ou raça, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022 - **Página 33**

TABELA 6 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022 - **Página 38**

TABELA 7 - Características educacionais - Censo Demográfico 2022 - **Página 42**

TABELA 8 - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, por sexo- **Página 47**

TABELA 9 - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, por grupo de idade- **Página 47**

TABELA 10 - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, conforme a causa - **Página 48**

TABELA 11 - Síntese das características dos domicílios - Censo Demográfico 2022 - **Página 51**

TABELA 12 - Total Comparativo das principais características do entorno dos domicílios entre todo Município e fora e dentro de favelas e comunidades urbanas - Censo Demográfico 2022 - **Página 53**

TABELA 13 - Registro de ocorrências policiais de crimes consumados, por tipo, de 2015 a 2025- **Página 54**

TABELA 14 - Estimativa do volume de famílias atendidas anualmente pelo PAIF, em cada CRAS, de 2022 a 2024 - **Página 61**

TABELA 15 - Média de famílias acompanhadas ao mês pelo PAIF, em cada CRAS, de 2022 a 2024 - **Página 62**

TABELA 16 Crianças, adolescentes e pessoas idosas participantes do SCFV e beneficiários(as) do BPC no momento em que foram inseridos(as) no Serviço, por CRAS de referência- **Página 66**

TABELA 17 - Porcentagem do perfil das pessoas vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no acompanhamento do PAEFI, de 2022 a 2024, por sexo e faixa etária - **Página 68**

TABELA 18 - Porcentagem das situações de violência ou violações de direitos identificadas entre as pessoas que ingressaram no PAEFI, de 2022 a 2024- **Página 68**

TABELA 19 - Comparativo do número de acolhimentos institucionais no dia e no ano e as respectivas taxas por 100 mil habitantes entre Capão da Canoa e outros municípios do RS, segundo o Censo SUAS 2021 - **Página 76**

TABELA 20 - Volume total de crianças/adolescentes acolhidos(as), por tempo de acolhimento, de 2018 a 2023, no momento do preenchimento do Censo SUAS - **Página 80**

TABELA 21 - Volume de situações de violência identificadas entre as mulheres acompanhadas pelo CRM, conforme a forma de violência, por ano, de 2022 a 2024 - **Página 82**

TABELA 22 - Comparativo do total de famílias que acessaram três ou mais benefícios eventuais alimentação em 2023 e 2024, por CRAS de referência - **Página 86**

TABELA 23 - Ofertas relacionadas à alimentação concedidas para a população em situação de rua, por ano, de 2020 até o primeiro semestre de 2025, por tipo - **Página 87**

TABELA 24 - Total de notificações de violência registradas no SINAN, por período- **Página 94**

TABELA 25 - Indicadores da violência contra as mulheres, conforme registros de ocorrências policiais, por tipo de enquadramento, de 2018 a 2025- **Página 100**

TABELA 26 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por tipo de enquadramento, ao ano, de 2023 a 2025- **Página 101**

TABELA 27 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por bairros de abrangência de CRAS, ao ano, de 2023 a 2025 - **Página 104**

TABELA 28 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por tipo de enquadramento, anoano, de 2023 a 2025- **Página 106**

TABELA 29 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por bairros de abrangência de CRAS, ao ano, de 2023 a 2025- **Página 110**

TABELA 30 - Denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar de Capão da Canoa, por tipo, em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025- **Página 112**

TABELA 31 - Comparativo da Taxa de Distorção Idade-Série entre escolas municipais, Município de Capão da Canoa e Estado do Rio Grande do Sul, considerando os Níveis de Ensino Fundamental e Médio - 2024 - **Página 115**

TABELA 32 - Comparativo da estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS, na malha preliminar do Censo Demográfico 2022 e no Cadastro Único- **Página 124**

TABELA 33 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal- **Página 127**

TABELA 34 - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal - **Página 128**

TABELA 35 - Renda média familiar mensal total das famílias com cadastro atualizado no Cadastro Único, segundo região de abrangência dos CRAS- **Página 131**

TABELA 36 - Estimativa das pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 135**

TABELA 37 - Estimativa da porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, na região de abrangência dos CRAS - **Página 136**

TABELA 38 - Estimativa de pessoas inscritas no Cadastro Único, por raça ou cor, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 137**

TABELA 39 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por bairro de residência e conforme a região de abrangência dos CRAS - **Página 138**

TABELA 40 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por faixa etária e faixa de renda familiar per capita - **Página 140**

TABELA 41 - Famílias inscritas no Cadastro Único pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos, por grupos familiares - **Página 150**

TABELA 42 - Porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único, por escolaridade, na região de abrangência dos CRAS- **Página 156**

TABELA 43 - Porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único e que informaram o tipo de trabalho principal, na região de abrangência dos CRAS- **Página 166**

TABELA 44 - Ofertas Comparativo da estimativa da distribuição das famílias unipessoais, por região de abrangência dos CRAS, na malha preliminar do Censo Demográfico 2022 e no Cadastro Único - **Página 169**

TABELA 45 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por número de integrantes- **Página 174**



TABELA 46 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo e faixa etária -
Página 176

TABELA 47 - Total de famílias inscritas no Cadastro Único, pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos e beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 178**

TABELA 48 - Valor total repassado de benefícios do Programa Bolsa Família, por tipo, no mês de março de 2025- **Página 180**

TABELA 49 - Estimativa das escolas estaduais, municipais e privadas com maior volume de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF- **Página 180**

TABELA 50 - Taxas de acompanhamento (cobertura) e de cumprimento das condicionalidades da educação do Programa Bolsa Família, por faixa etária, em Capão da Canoa e no Brasil (setembro/2025)- **Página 182**

TABELA 51 - Taxas de acompanhamento (cobertura) e de cumprimento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família, em relação a crianças menores de sete anos e mulheres, em Capão da Canoa e no Brasil (setembro/2025)- **Página 183**

TABELA 52 - Estimativa da porcentagem de pessoas com deficiência e pessoas idosas beneficiárias do BPC, inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS- **Página 186**

TABELA 53 - Crianças e adolescentes beneficiários(as) do BPC, por região de abrangência dos CRAS- **Página 187**

TABELA 54 - Composição da equipe do gabinete da gestão, de outros setores da gestão (administrativo, almoxarifado, comunicação, coordenação proteção social especial de alta complexidade/crianças e adolescentes, coordenação técnica, recursos humanos, vigilância socioassistencial) e outros setores que atendem toda a SAIS (coordenação motoristas, obras/manutenção e padaria), por cargo e tipo de vínculo- **Página 194**

TABELA 55 - Composição da equipe da secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, por cargo e tipo de vínculo- **Página 195**

TABELA 56 - Composição da equipe da Casa do Cadastro Único, por cargo e tipo de vínculo- **Página 196**

TABELA 57 - Composição da equipe do CRAS Arco-Íris, por cargo e tipo de vínculo- **Página 196**

TABELA 58 - Composição da equipe do CRAS Santa Luzia, por cargo e tipo de vínculo- **Página 197**

TABELA 59 - Composição da equipe do CRAS Zona Norte, por cargo e tipo de vínculo- **Página 198**

TABELA 60 - Composição da equipe do SCFV para pessoas idosas, por cargo e tipo de vínculo- **Página 199**

TABELA 61 - Composição da equipe do CREAS Travessia, por cargo e tipo de vínculo- **Página 200**

TABELA 62 - Composição da equipe do CRM Sílvia Rosane, por cargo e tipo de vínculo- **Página 201**

TABELA 63 - Composição da equipe do SCFV, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio e Centro-Dia para PCDs intelectual ou múltipla, por cargo e tipo de vínculo- **Página 202**

TABELA 64 - Composição da equipe do Serviço de Acolhimento Institucional/casas lares para crianças e adolescentes, por cargo e tipo de vínculo- **Página 203**

TABELA 65 - Indicador de Desenvolvimento dos CRAS municipais, por dimensão, segundo o Censo SUAS 2024- **Página 205**

TABELA 66 - Indicador de Desenvolvimento do CREAS municipal, por dimensão, segundo o Censo SUAS 2024- **Página 206**



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	17
2 PANORAMA TERRITORIAL.....	22
2.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	23
2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	24
2.2.1 Crescimento populacional e perfil demográfico.....	24
2.2.2 Características etárias, de sexo, étnico-raciais, de nacionalidade e religiosas da população e pessoas com deficiência.....	30
2.2.3 Famílias e composição familiar.....	36
2.3 ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO.....	39
2.4 EDUCAÇÃO.....	42
2.5 SAÚDE.....	45
2.6 HABITAÇÃO, CONDIÇÕES DE MORADIA E INFRAESTRUTURA URBANA..	51
2.7 SEGURANÇA PÚBLICA.....	54
2.8 ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS PARA A CONVIVÊNCIA SOCIAL E COMUNITÁRIA.....	56
3 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS SOCIOASSISTENCIAIS E DIMENSIONAMENTO DO PÚBLICO ATENDIDO.....	57
3.1 VULNERABILIDADE SOCIAL, RISCO PESSOAL E SOCIAL, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E VIOLÊNCIA.....	59
3.1.1 Perfil e dimensionamento do público atendido pelos serviços socioassistenciais e pelo Centro de Referência da Mulher.....	60
3.1.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.....	61
3.1.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	62
3.1.1.3 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos...67	
3.1.1.4 Serviço Especializado em Abordagem Social.....	71
3.1.1.5 Medida Socioeducativa de LA e de PSC.....	72
3.1.1.6 Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.....	74
3.1.1.7 Centro de Referência da Mulher.....	81
3.1.2 Insegurança alimentar e nutricional.....	83
3.1.2.1 Concessão do benefício eventual alimentação.....	84
3.1.2.2 Ofertas relacionadas à alimentação para a população em situação de rua...87	
3.1.2.3 Perfil do público beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos.....87	
3.1.3 Volume de notificações de violência interpessoal e autoprovocada e públicos vitimados.....	94
3.1.3.1 Volume e perfil do público vitimado.....	94
3.1.3.2 Crianças e adolescentes.....	97
3.1.3.3 Pessoas com deficiência.....	97
3.1.3.4 Pessoas idosas.....	97
3.1.3.5 Pessoas em situação de rua.....	98
3.1.3.6 Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero.....	99
3.1.4 Indicadores da segurança pública.....	100
3.1.4.1 Mulheres em situação de violência.....	100
3.1.4.2 Crianças e adolescentes.....	101
3.1.4.3 Pessoas idosas.....	105
3.1.5 Outros indicadores sobre crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.....	111
3.1.5.1 atendimentos do Conselho Tutelar.....	111
3.1.5.2 Defasagem escolar.....	114



3.1.5.3 Demanda de apoio para o desenvolvimento integral na primeira infância.....	116
3.2 PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS.....	118
3.2.1 Volume de famílias, composição familiar e distribuição territorial.....	118
3.2.2 Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único.....	124
3.2.3 Renda.....	127
3.2.4 Características etárias, de sexo, étnico-raciais e de nacionalidade.....	133
3.2.5 Vivência com deficiência.....	138
3.2.6 Desenvolvimento da infância e da adolescência.....	142
3.2.7 Necessidade de cuidados.....	144
3.2.8 Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e perfil da população em situação de rua.....	148
3.2.9 Escolaridade.....	155
3.2.10 Habitação e condições de moradia.....	156
3.2.11 Inserção no mundo do trabalho.....	164
3.2.12 Famílias unipessoais.....	168
3.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SITUAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES.....	170
3.3.1 Volume de famílias, composição familiar e distribuição territorial.....	171
3.3.2 Características etárias, de sexo e étnico-raciais.....	174
3.3.3 Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.....	177
3.3.4 Benefícios do Programa recebidos.....	178
3.3.5 Acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde.....	180
3.4 PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	184
3.4.1 Volume de beneficiários(as), distribuição por território de CRAS e forma de concessão.....	185
3.4.2 Características de sexo e étnico-raciais.....	187
3.4.3 Acesso de crianças e adolescentes beneficiários(as) à saúde.....	189
4 MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E INTERSETORIAL.....	190
4.1 REDE SOCIOASSISTENCIAL.....	191
4.1.1 Unidades e serviços.....	191
4.1.2 Composição das equipes da rede socioassistencial.....	193
4.1.3 CRAS e CREAS: Indicadores de Desenvolvimento e parâmetros para a composição das suas equipes.....	205
4.2 REDE INTERSETORIAL.....	209
4.2.1 Saúde.....	209
4.2.2 Educação.....	212
4.2.3 Habitação e regularização fundiária.....	218
4.2.4 Associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários.....	219
ANEXO A - Recomendações para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capão da Canoa.....	236
ANEXO B - Indicadores que compõem as dimensões do IVCAD.....	242
ANEXO C - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação desenvolvimento e defesa de direitos.....	243
ANEXO D - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação cultura e recreação.....	248
ANEXO E - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação atividades associativas.....	253
ANEXO F - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação religião.....	256



1 APRESENTAÇÃO

Este diagnóstico socioterritorial propõe-se a sistematizar informações territorializadas de Capão da Canoa relacionadas às situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos, no que concerne à Assistência Social, bem como informações territorializadas relacionadas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, além de mapear a rede de proteção social intersetorial, por meio dos principais equipamentos, serviços e organizações ou espaços da sociedade civil. Assim, ao possibilitar a ampliação do conhecimento das particularidades e dos recursos do território e das famílias que demandam ou são potenciais demandantes da Assistência Social e suas necessidades, objetiva fornecer subsídios para a formulação de estratégias com vistas à proteção social e melhoria da qualidade de vida da população.

Foi produzido pelo setor de Vigilância Socioassistencial, da Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS), que tem como uma de suas responsabilidades a elaboração periódica de diagnósticos socioterritoriais. A vigilância socioassistencial é uma das funções da Política de Assistência Social, juntamente com a proteção social (hierarquizada entre proteção básica e especial) e a defesa dos direitos socioassistenciais, essencialmente dedicada à gestão da informação, comprometida com:

- I - o apoio efetivo às atividades de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter técnico à tomada de decisão; e
- II - a produção e disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos, fortalecendo a função de proteção social do SUAS (BRASIL, 2012a, p.41.).

Além disso, este diagnóstico fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

- O trabalho social parte do conhecimento das famílias referenciadas no território;
- O território é uma premissa para o planejamento e a implementação de políticas públicas, potencializando ações protetivas e integradas intersetorialmente;
- O planejamento do trabalho social exige o mapeamento de informações da rede de proteção existente, da rede comunitária, dos movimentos sociais, das situações de vulnerabilidade, risco e desproteção, e das potencialidades das famílias e dos territórios;

→ O diagnóstico situacional é dinâmico, vivo, deve nortear o plano de ação do município, sendo atualizado periodicamente nos encontros de monitoramento e avaliação (UNICEF, 2023, p.15).

É importante explicitar que se entende o território como objeto de intervenção ou atuação da Política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos.

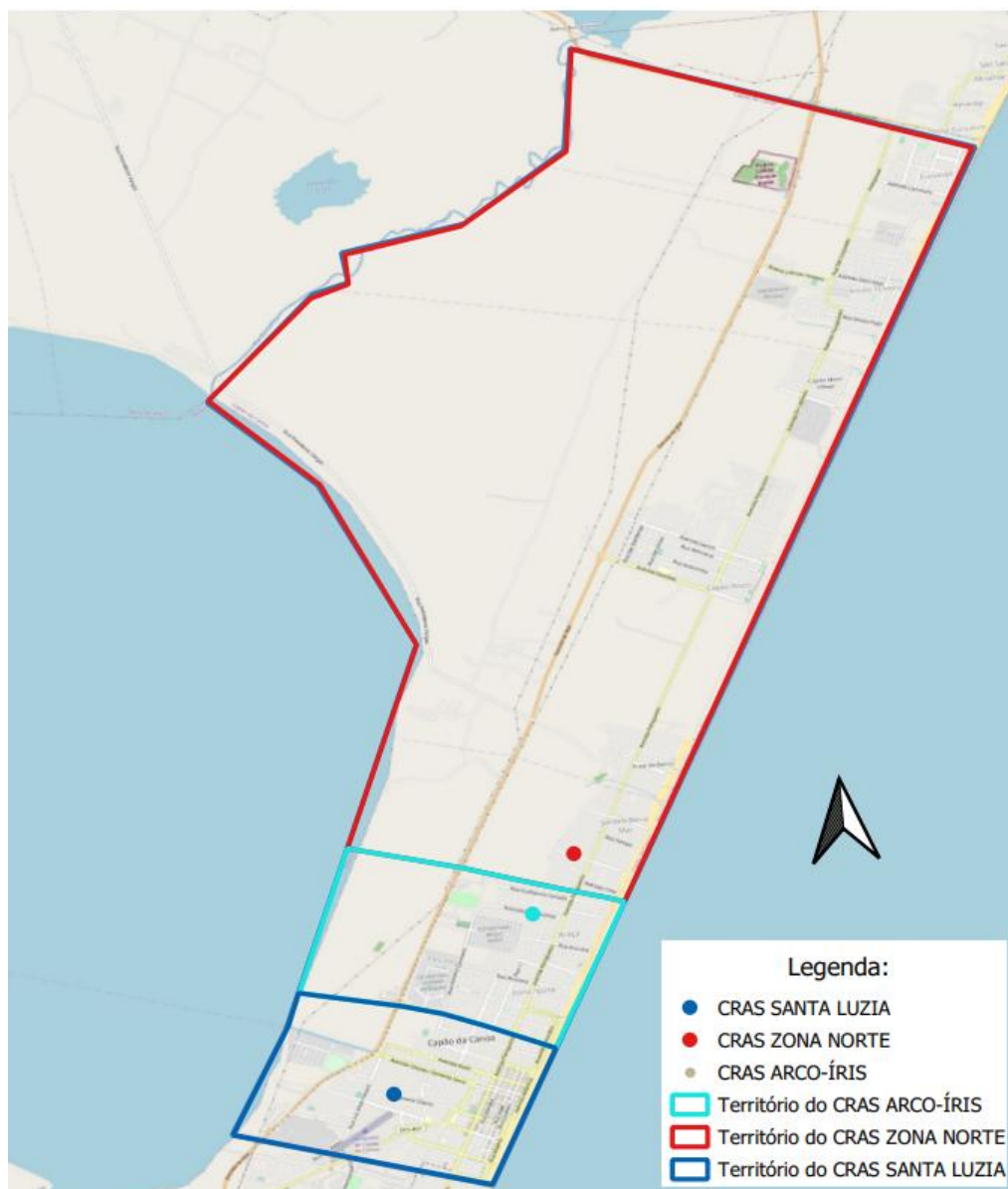
O território é muito mais do que a paisagem física ou o perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade. O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida [...]

[...] A atuação sobre o território significa a atuação no plano coletivo, que passa, por um lado, pelo compromisso do poder público com estruturação da oferta de serviços socioassistenciais compatíveis com as necessidades do território, e por outro lado, pelo estabelecimento de vínculos reais entre as equipes de referência dos serviços e os territórios, de forma a desenvolver intervenções que possibilitem a promover na população a “coletivização” na reflexão sobre os problemas, assim como construção das estratégias igualmente coletivas para o enfrentamento ou superação dos mesmos (BRASIL, 2013a, p.12).

Sob essa ótica, neste trabalho, busca-se, sempre que possível e no limite do que os dados quantitativos permitem evidenciar, identificar as particularidades dos territórios dentro de Capão da Canoa. Também se compreende que o conhecimento do território e do público atendido não se esgota neste diagnóstico, devendo ser constante, uma vez que são dinâmicos, complexos e em constante transformação. Ainda, considera-se que esse conhecimento também advém da população e das equipes que vivem e intervêm nesses territórios, para o que se aponta a importância da realização de metodologias que propiciem diagnósticos participativos feitos por esses atores.

Para isso, toma-se como referência a delimitação dos bairros e a região de abrangência de cada CRAS. Abaixo, está o mapa municipal, identificando a localização e a abrangência aproximada de cada um dos três CRAS. Em seguida, o quadro dispõe os bairros que compõem a abrangência de cada unidade.

Figura 1 – Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da localização de cada CRAS e sua respectiva região de abrangência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir do Google Maps, 2021.

Quadro 1 - Bairros que compõem a abrangência de cada CRAS

CRAS	Bairros que compõem a abrangência
Arco-Íris	Araçá
	Arco-Íris
	Guarani
	Novo Horizonte
	Vale Verde
	Zona Nova (a partir da Avenida Central em direção ao Cemitério Municipal)
Santa Luzia	Centro
	Dom Luiz Guanella
	Girassol
	Morada do Sol
	Novo Louro
	Navegantes
	Parque Antártica
	Quero-Quero
	Santa Luzia
	Santo Antônio
	São Jorge
	São Manoel
	Zona Nova (até a Avenida Central)
	Zona Norte
Capão Novo	
Curumim	
Jardim Beira-Mar	
Praia do Barco	
Zona Norte	

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

A estrutura do diagnóstico pauta-se no que é sugerido em Brasil (2013) e Silveira (2025), com adaptações, e está organizada da seguinte forma:

- a) Panorama territorial, com a apresentação das principais características demográficas, sociais, econômicas e urbanísticas do Município;
- b) Estimativa das demandas socioassistenciais e dimensionamento do público atendido, a partir de informações que evidenciam vulnerabilidades sociais, riscos pessoais e sociais, violações de direitos e violências do público atendido e oriundos de outros indicadores, bem como dos perfis municipais do público do Cadastro Único para os Programas Sociais (CadÚnico), das famílias beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) e do público do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- c) Mapeamento da rede socioassistencial, com informações sobre unidades, serviços, composição das equipes e indicadores de desenvolvimento, e da rede intersetorial, informando a presença e a localização de unidades, espaços ou a oferta de saúde, educação, habitação, regularização fundiária e associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários.

Para tanto, as fontes utilizadas são oriundas: da sistematização dos registros realizados pelas equipes das unidades da SAIS; de diagnósticos e estudos realizados pela Vigilância Socioassistencial e relatórios consolidados pelo setor; sistemas de informações do SUAS, sendo os principais Registro de Mensal de Atendimentos (RMA), Censo SUAS, Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social (CadSUAS), Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), Mapa Social¹, Observatório do Cadastro Único e Sistema de Informações de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC); outras fontes de dados oficiais, cujo fundamental é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); informações compartilhadas por outras secretarias municipais.

Por fim, direcionam-se agradecimentos à gestão municipal, por garantir condições para a elaboração deste diagnóstico, bem como para o trabalho de vigilância socioassistencial de maneira geral; às equipes da rede socioassistencial, pelo compartilhamento de informações e saberes e pelas articulações e parcerias que permitem materializar a vigilância socioassistencial no cotidiano; aos(às) colegas que trabalharam no Setor de Vigilância Socioassistencial e auxiliaram a técnica responsável do mesmo em algum aspecto deste relatório²; aos(às) usuários(as) e ao controle social do SUAS, que o impulsionam e são vigilantes para que alcance, cada vez mais e com qualidade, a quem dele necessitar.

¹ É importante sinalizar que o Mapa Social fornece uma estimativa dos dados consultados relativos às famílias inscritas no Cadastro Único, uma vez que as mesmas são identificadas por meio do endereço que está em seu cadastro, e pode ocorrer de não serem identificadas porque o endereço não foi reconhecido.

² Em especial, cita-se Ana Karolina Barros Cabrera, agente administrativa que fez parte da equipe do setor, e Kadmyel Lopes da Rosa, que contribuiu para a formatação dos elementos pré-textuais.



2 PANORAMA TERRITORIAL

O panorama territorial contempla as principais características demográficas, sociais, econômicas e urbanísticas do Município.

2.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO³

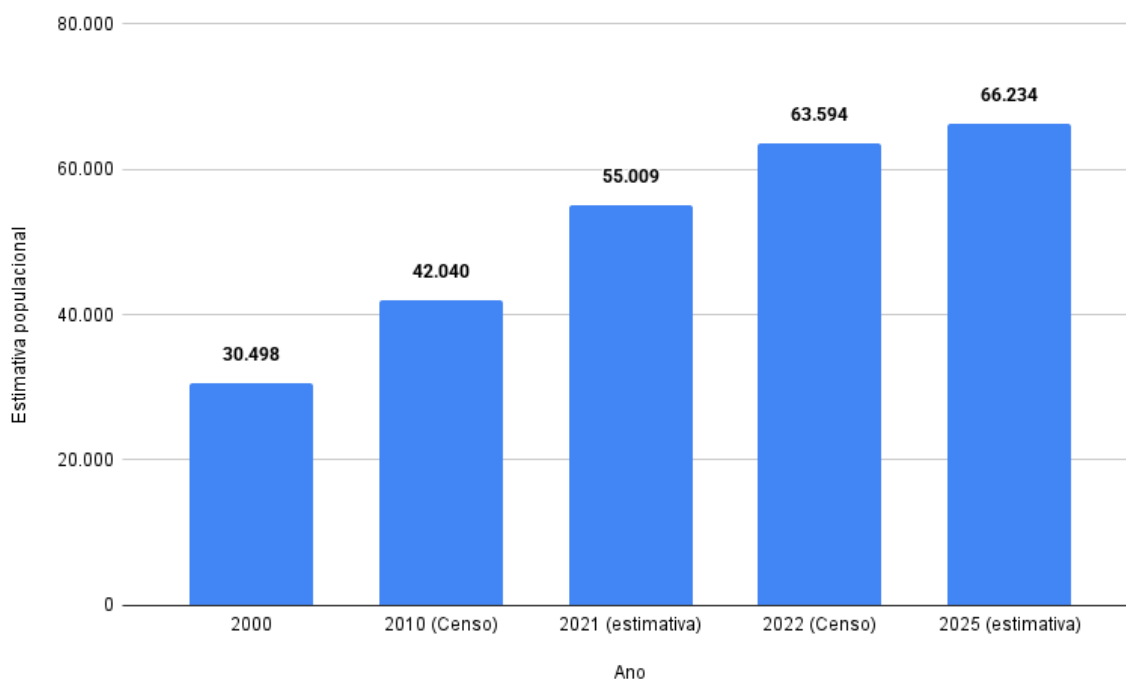
- Município: Capão da Canoa
- Código do Município: 4304630
- Fundação: 12 de abril de 1982
- Gentílico: caponense
- Microrregião [2022]: Osório
- Mesorregião [2022]: Metropolitana de Porto Alegre
- Associação: Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE)
- Área da unidade territorial [2024]: 98,383 km²
- Distritos: Capão da Canoa, Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim
- População no último censo [2022]: 63.594
- População estimada [2025]: 66.234
- Densidade demográfica [2022]: 646,39
- Porte Município: Médio
- Escolarização (seis a 14 anos) [2022]: 96,65%
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]: 0,743
- Mortalidade infantil [2023]: 5,88 óbitos por mil nascidos vivos
- Total de receitas brutas realizadas [2024]: R\$ 558.951.448,46
- Total de despesas brutas empenhadas [2024]: R\$ 486.250.848,27
- Produto Interno Bruto (PIB) per capita [2023]: R\$ 40.698,19
- Total de eleitores [2022]: 42.362
- Total de eleitores masculinos [2022]: 19.510
- Total de eleitores femininos [2022]: 22.282

³ Fonte: IBGE [2025] e Capão da Canoa [2025].

2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

2.2.1 Crescimento populacional e perfil demográfico

Gráfico 1 - Evolução do crescimento da população de Capão da Canoa, nos anos 2000, 2010, 2021, 2022 e 2025

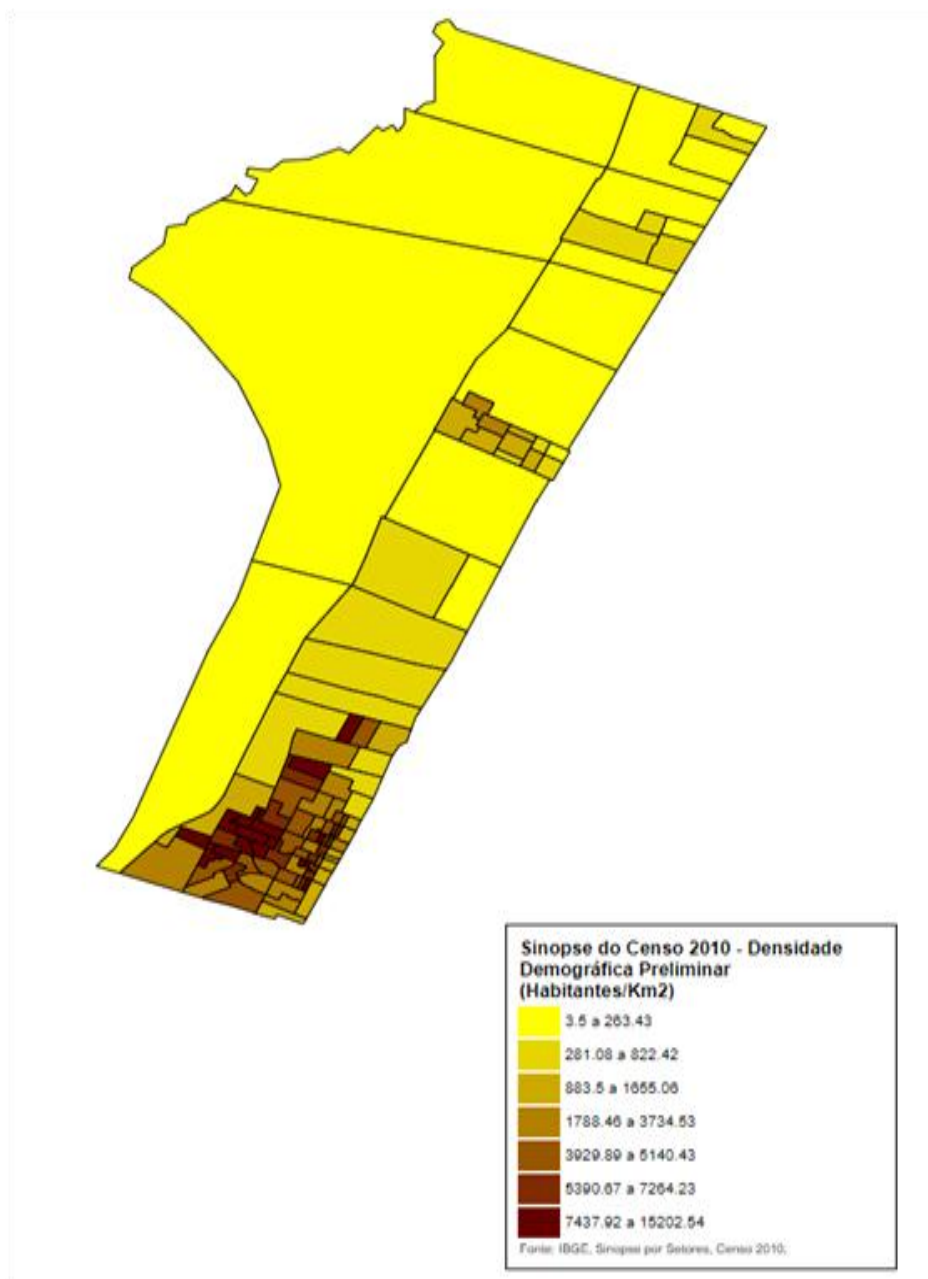


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Censos Demográficos e estimativas do IBGE, 2025.

Se em 2010 houve um aumento populacional de 37,84% em relação ao Censo de 2000, em 2022, o crescimento foi de 51,27% em comparação com o Censo de 2010. Capão da Canoa foi o segundo Município em que a população mais cresceu no Litoral Norte do Rio Grande do Sul desde o Censo de 2010, ficando atrás apenas de Imbé, que ampliou 51,83%. Igualmente, possui a segunda maior taxa de crescimento anual da população do Litoral Norte, 3,51% (IBGE, 2022). Capão da Canoa está na 34ª colocação no estado, na 88ª colocação na região Sul e na 513ª colocação no Brasil em termos populacionais (G1 RS, 2023). Além disso, 98,85% da população do Município é urbana.

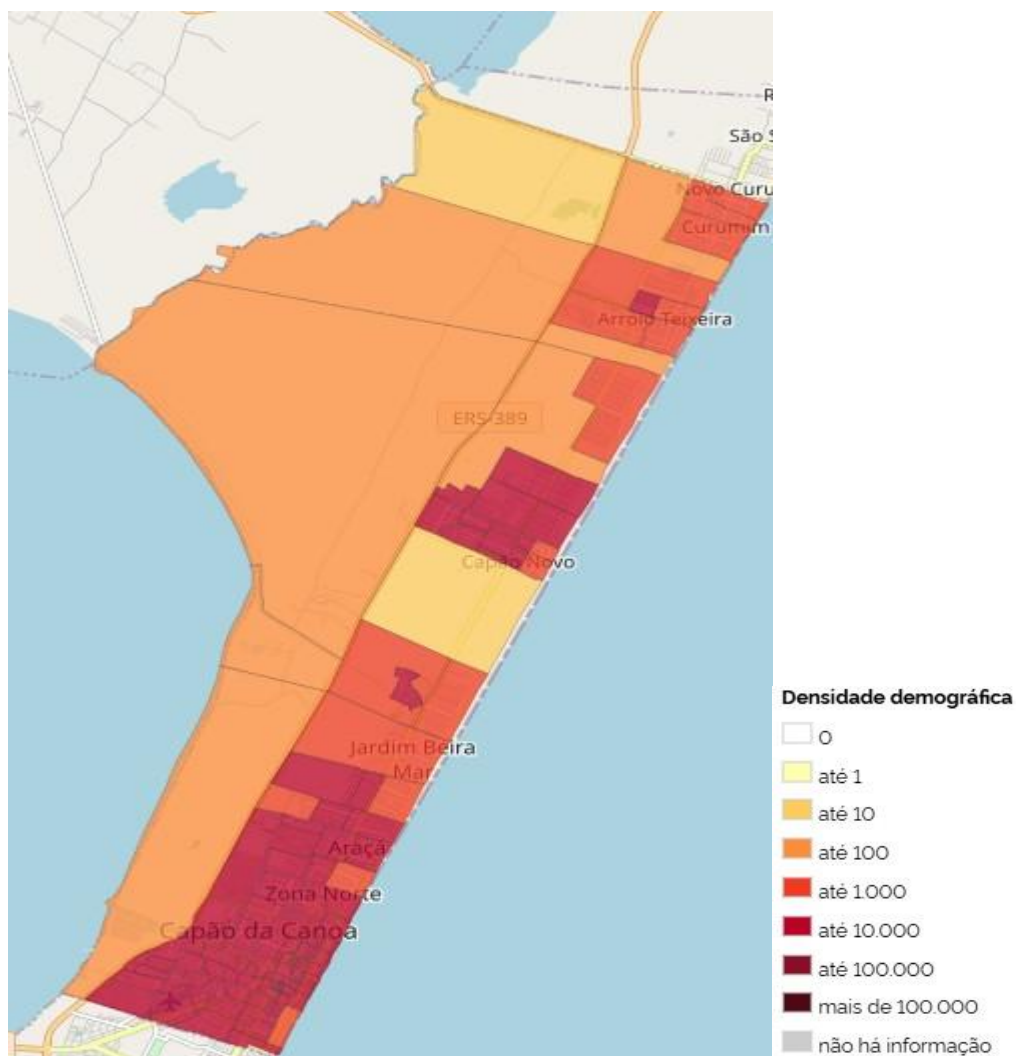
É importante destacar que, enquanto o Estado ampliou o número de habitantes em 1,77% entre o Censo de 2010 e o de 2022, o Litoral Norte teve um salto 14,6 vezes maior, aumentando sua população em 25,87%, sendo que, das 21 cidades da região, apenas três perderam residentes (STOBBE, 2025).

Figura 2 – Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica Preliminar (Habitantes/Km²), em 2010



Fonte: Censo 2010, Sinopse por setores, IBGE, 2021.

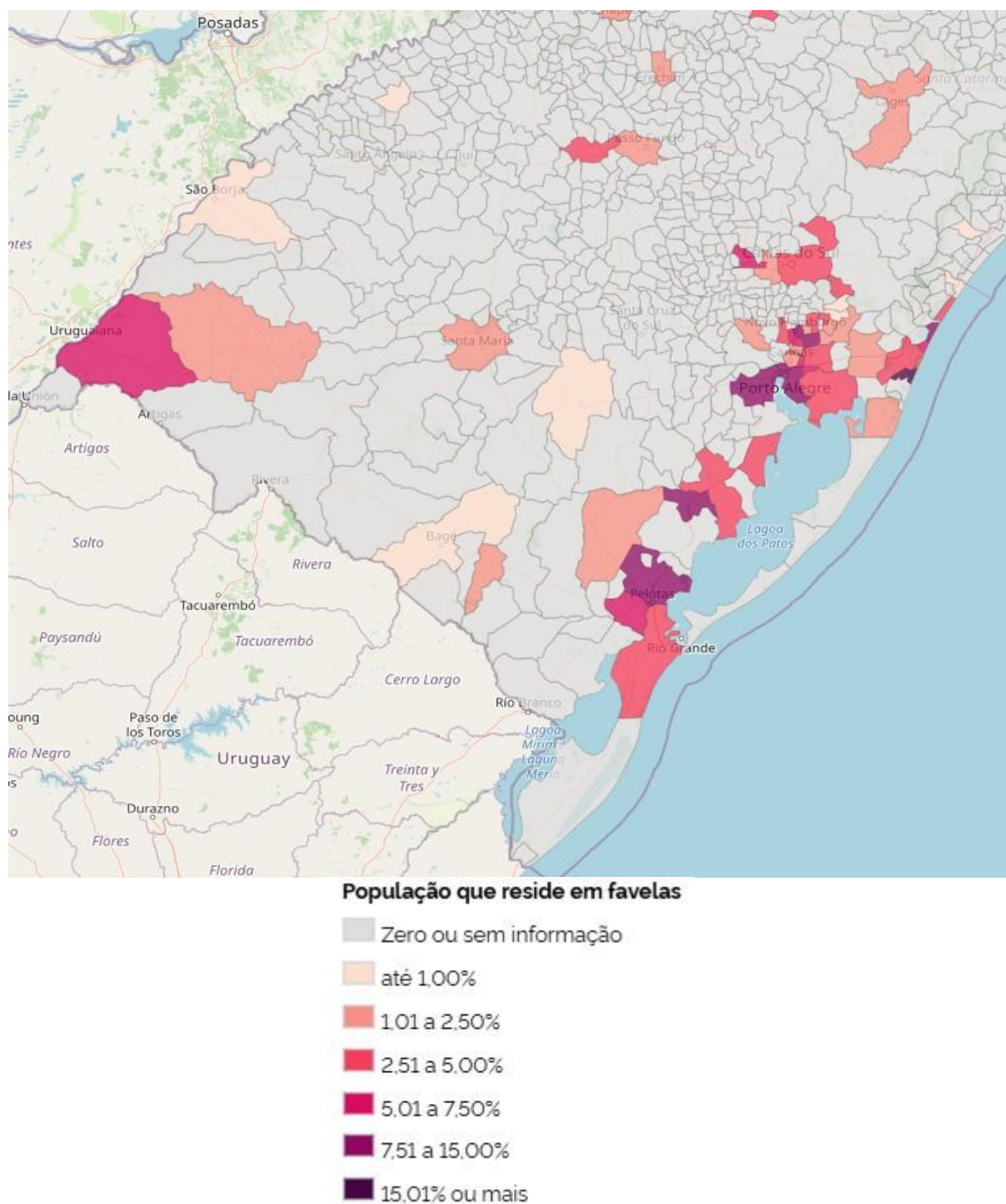
Figura 3 – Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

As duas imagens acima evidenciam que a densidade demográfica municipal vem se tornando mais uniforme ao longo do território, bem como que os distritos, sobretudo o de Capão Novo, ampliaram bastante a população em sua área.

Figura 4 - Mapa do Rio Grande do Sul, conforme a porcentagem da população que reside em favelas - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

Sendo o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), Capão da Canoa é o quarto Município do RS com maior quantitativo da população residente em favelas e comunidades urbanas, com 8.163 pessoas, representando 12,84%. À frente de Capão da Canoa estão Tramandaí, Guaíba e Porto Alegre, com 15,32%, 14,87% e 13,17% da população,

respectivamente, residente em favelas. Estadualmente, 3,83% da população foi identificada como residente.

As Favelas e Comunidades Urbanas são territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade.

Em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade e representação comunitária.

No Brasil, esses espaços se manifestam em diferentes formas e nomenclaturas, como favelas, ocupações, comunidades, quebradas, grotas, baixadas, alagados, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, loteamentos informais, vilas de malocas, entre outros, expressando diferenças geográficas, históricas e culturais na sua formação.

Favelas e Comunidades Urbanas expressam a desigualdade socioespacial da urbanização brasileira. Retratam a incompletude - no limite, a precariedade - das políticas governamentais e investimentos privados de dotação de infraestrutura urbana, serviços públicos, equipamentos coletivos e proteção ambiental aos sítios onde se localizam, reproduzindo condições de vulnerabilidade. Estas se tornam agravadas com a insegurança jurídica da posse, que também compromete a garantia do direito à moradia e a proteção legal contra despejos forçados e remoções (IBGE, 2024, p.52-53).

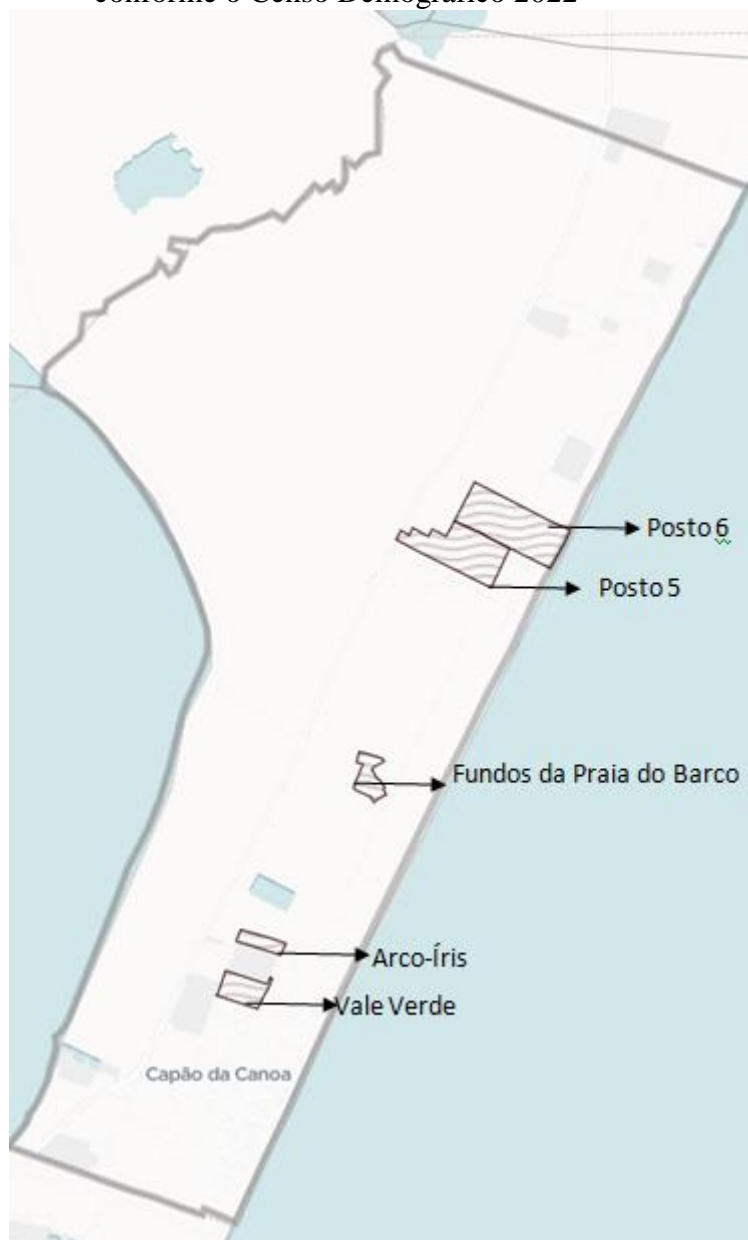
Para identificação das Favelas e Comunidades Urbanas o IBGE (2024) utiliza os seguintes critérios:

- Predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse; e, pelo menos, um dos demais critérios abaixo:
- Ausência ou oferta incompleta e/ou precária de serviços públicos (iluminação elétrica pública e domiciliar, abastecimento de água, esgotamento sanitário, sistemas de drenagem e coleta de lixo regular) por parte das instituições competentes; e/ou
- Predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos e/ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; e/ou
- Localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística, tais como faixas de domínio de rodovias e ferrovias, linhas de transmissão de energia e áreas protegidas, entre outras; ou em sítios urbanos caracterizados como áreas de risco ambiental (geológico, geomorfológico, climático, hidrológico e de contaminação).

As favelas e comunidades urbanas em Capão da Canoa são Arco-Íris, Fundos da Praia do Barco, Posto 5, Posto 6 e Vale Verde, em que residem, respectivamente, 1.113, 785, 2.900, 1.368 e 1.997 pessoas (IBGE, 2022). Dessa forma, os CRAS Arco-Íris e Zona Norte possuem em sua abrangência favelas e comunidades urbanas, uma vez que Arco-Íris e Vale

Verde, totalizando 3.110 pessoas, situam-se no primeiro e Fundos da Praia do Barco, Posto 5 e Posto 6, com 5.054 pessoas, no segundo.

Figura 5 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação das favelas e comunidades urbanas, conforme o Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de REDUS [s.d.].

Segundo o Censo Demográfico 2022, a população estava distribuída, conforme a região de abrangência dos CRAS, da seguinte maneira:

Tabela 1 - Estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022

CRAS	Total de pessoas	Percentual
CRAS Arco-Íris	21.076	29,52%
CRAS Santa Luzia	31.387	43,97%
CRAS Zona Norte	18.918	26,50%

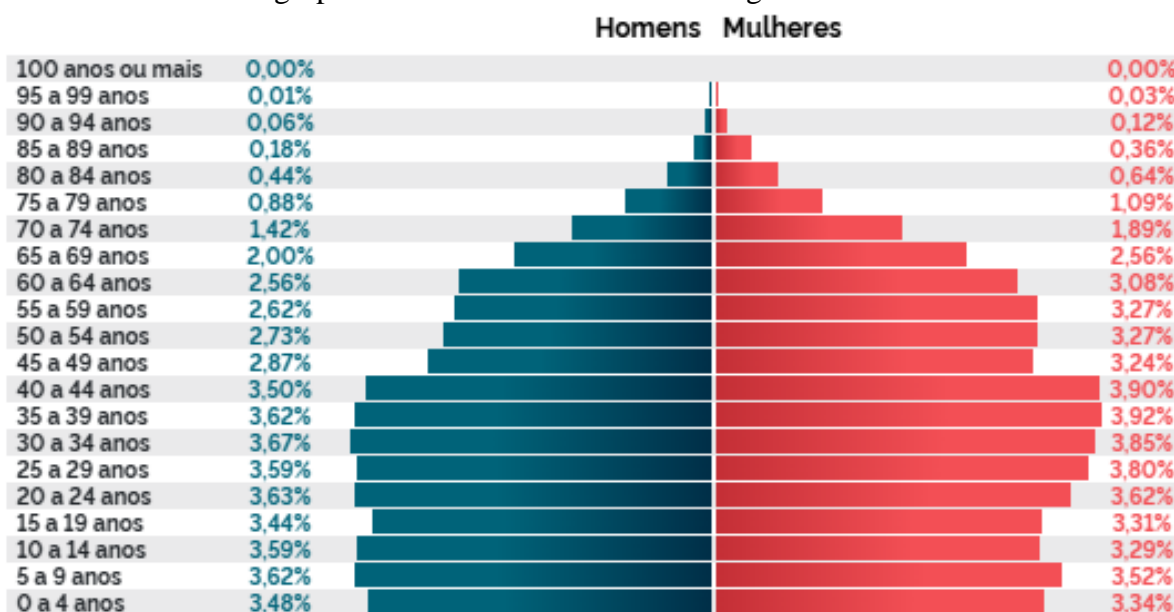
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

Destaca-se que, da região de abrangência do CRAS Zona Norte, 12.902 das 18.918 pessoas são residentes nos Distritos de Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim (BRASIL, 2025).

2.2.2 Características etárias, de sexo, étnico-raciais, de nacionalidade e religiosas da população e pessoas com deficiência

Neste item, há informações sobre faixa etária, sexo, cor ou raça, nacionalidade, pessoas com deficiência e religião. Sempre que possível, buscou-se identificar em termos de território de abrangência dos CRAS e territórios de favelas ou comunidades urbanas.

Gráfico 2 - Pirâmide etária da população de Capão da Canoa, considerando a população por grupo de idade e sexo - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE, 2022.

Tabela 2 - População, por grupo de idade e sexo - Censo Demográfico 2022

Grupo de idade	População feminina	População masculina	Total
100 anos ou mais	1	0	1
95 a 99 anos	21	5	26
90 a 94 anos	78	38	116
85 a 89 anos	226	117	343
80 a 84 anos	407	278	685
75 a 79 anos	692	560	1252
70 a 74 anos	1202	901	2103
65 a 69 anos	1630	1271	2901
60 a 64 anos	1959	1629	3588
55 a 59 anos	2077	1668	3745
50 a 54 anos	2080	1735	3815
45 a 49 anos	2061	1823	3884
40 a 44 anos	2479	2226	4705
35 a 39 anos	2496	2301	4797
30 a 34 anos	2447	2333	4780
25 a 29 anos	2414	2283	4697
20 a 24 anos	2299	2307	4606
15 a 19 anos	2104	2189	4293
10 a 14 anos	2095	2285	4380
5 a 9 anos	2238	2303	4541
0 a 4 anos	2123	2213	4336
Total	33129	30465	63594

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

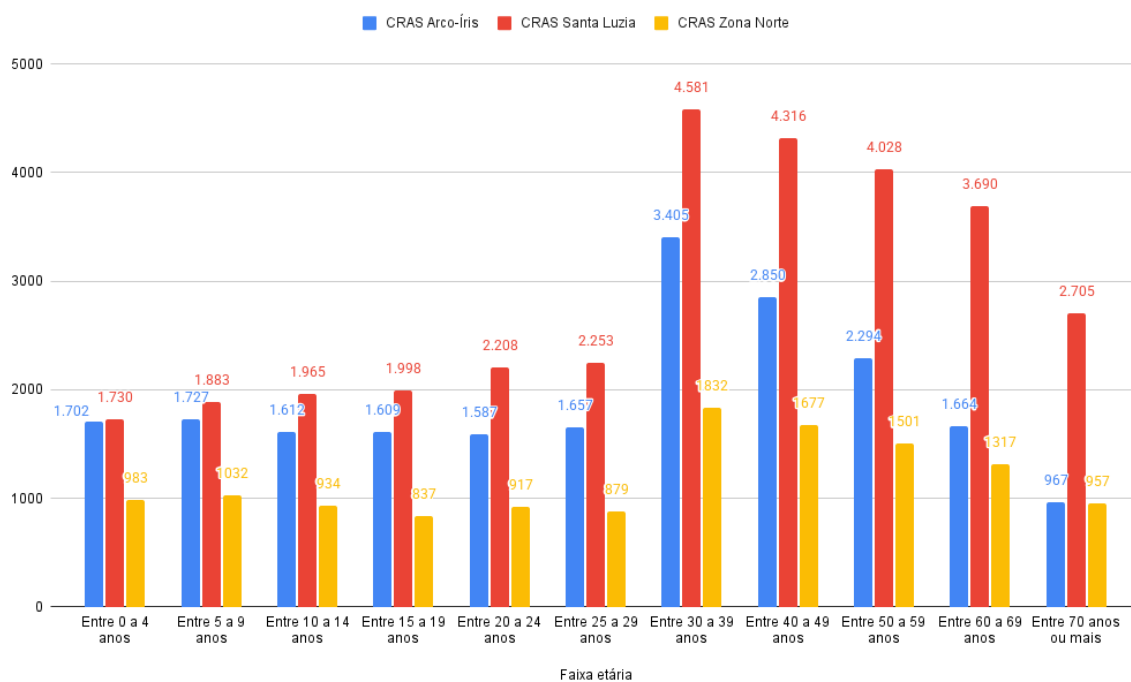
De acordo com os dados acima, crianças e adolescentes representam 24,9% da população e pessoas idosas, 17,3%.

Tabela 3 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - Censo Demográfico 2022

Faixa etária	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Entre 0 a 4 anos	1.702	1.730	983	4.415
Entre 5 a 9 anos	1.727	1.883	1032	4.642
Entre 10 a 14 anos	1.612	1.965	934	4.511
Entre 15 a 19 anos	1.609	1.998	837	4.444
Entre 20 a 24 anos	1.587	2.208	917	4.712
Entre 25 a 29 anos	1.657	2.253	879	4.789
Entre 30 a 39 anos	3.405	4.581	1.832	9.818
Entre 40 a 49 anos	2.850	4.316	1.677	8.843
Entre 50 a 59 anos	2.294	4.028	1.501	7.823
Entre 60 a 69 anos	1.664	3.690	1.317	6.671
Entre 70 anos ou mais	967	2.705	957	4.629

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

Gráfico 3 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

No que tange à cor ou raça, de acordo com a tabela abaixo, 81,84% da população é branca e 18,16% é não branca (pretas, pardas, indígenas ou amarelas). Contudo, se verificada a cor ou raça apenas da população residente em favelas ou comunidades urbanas, 72,99% é branca e 27,01%, não branca, sendo 18,72% parda, 8,12% preta, 0,15% indígena e 0,02% amarela. O Censo não identificou pessoas quilombolas.

Tabela 4 - População de Capão da Canoa, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022

Cor ou raça	Pessoas	Porcentagem
Branca	52.051	81,84%
Preta	3.870	6,08%
Amarela	46	0,07%
Parda	7.572	11,90%
Indígena	55	0,08%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Tabela 5 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por cor ou raça, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022

Raça/cor	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Branca	16.868	26.266	15.292	58.426
Preta	1.273	1.896	1.102	4.271
Amarela	de 1 a 20	de 1 a 20	de 1 a 20	-
Parda	2.905	3.158	2.457	8.520
Indígena	de 1 a 20	de 1 a 20	32	-

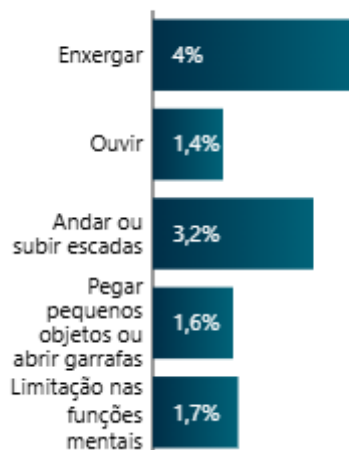
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

Em relação à nacionalidade, 99,52% são brasileiros(as) natos(as), 0,04% naturalizados(as) brasileiros(as) e 0,44% estrangeiros.

Os principais países de residência anterior das pessoas que não residiam no Brasil cinco antes da data de referência do Censo era, por ordem decrescente, conforme o quantitativo de pessoas, são: Venezuela (86), Argentina (49), Cuba (31), Portugal (21), México (9) e Uruguai (1).

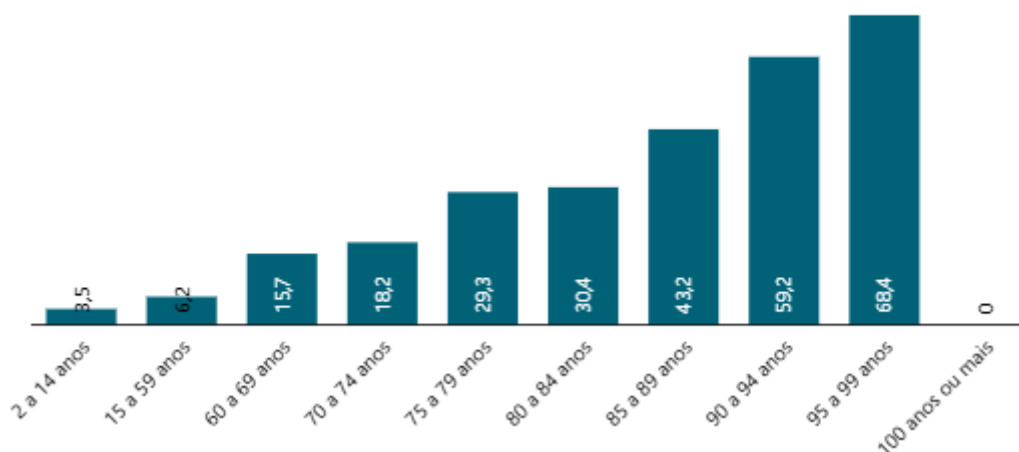
O Censo identificou que 8,2% da população, cerca de 5.215 pessoas, é pessoa com deficiência (PCD) e 1,2%, em torno de 763 pessoas, são diagnosticadas com autismo. O gráfico a seguir apresenta a deficiência, por tipo de dificuldade:

Gráfico 4 - Porcentagem de pessoas com deficiência de dois anos ou mais de idade, por tipo de dificuldade permanente - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

Gráfico 5 - Porcentagem de pessoas com deficiência, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022

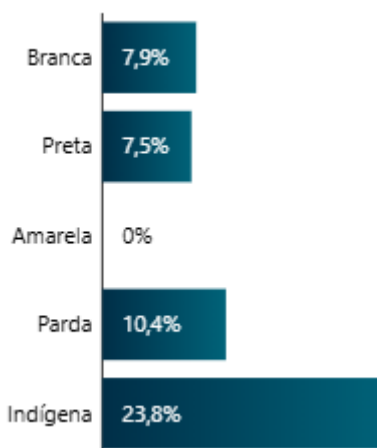


Fonte: IBGE (2022).

O gráfico acima evidencia que o grupo de idade que possui mais pessoas com deficiência é o de pessoas idosas.

Já o gráfico abaixo, aponta que as PCDs são, majoritariamente, pessoas não brancas.

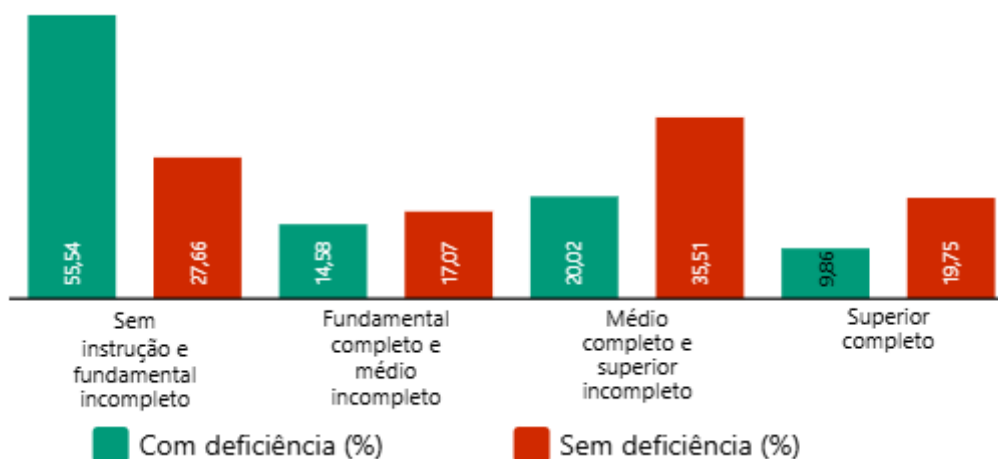
Gráfico 6 - Pessoas com deficiência, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

No que tange ao nível de instrução, disposto no gráfico abaixo, verifica-se que há o dobro de PCDs sem instrução e nível fundamental incompleto em relação às pessoas sem deficiência. A porcentagem de PCDs e pessoas sem deficiência fica mais próximo apenas em relação ao nível fundamental completo e médio incompleto, 14,58% e 17,07% respectivamente. Com nível médio em diante, há muito mais pessoas sem deficiência que com deficiência.

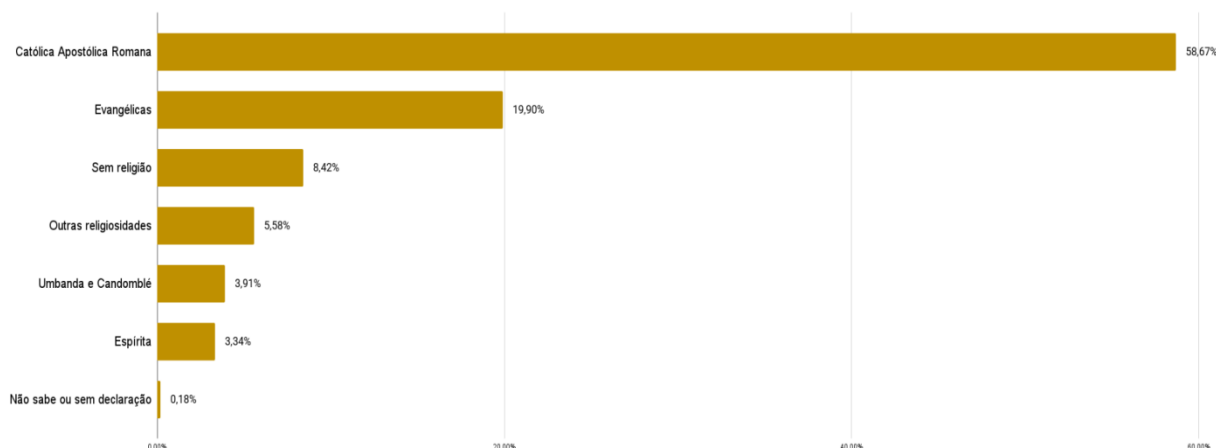
Gráfico 7 - Comparativo da porcentagem do nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e sem deficiência de 25 anos ou mais de idade - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

O gráfico a seguir evidencia os grandes grupos de religião:

Gráfico 8 - Porcentagem de pessoas, por grandes grupos de religião - Censo Demográfico 2022

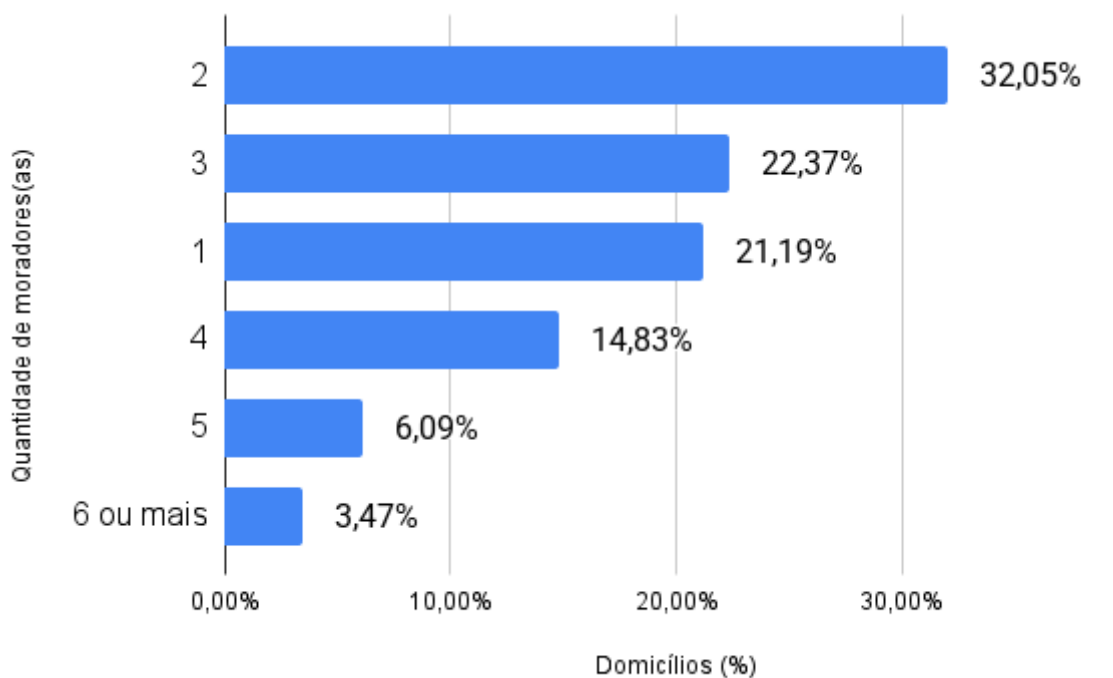


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

2.2.3 Famílias e composição familiar

A média de moradores(as) por domicílio é 2,65. O gráfico a seguir demonstra a porcentagem de moradores(as) por domicílio:

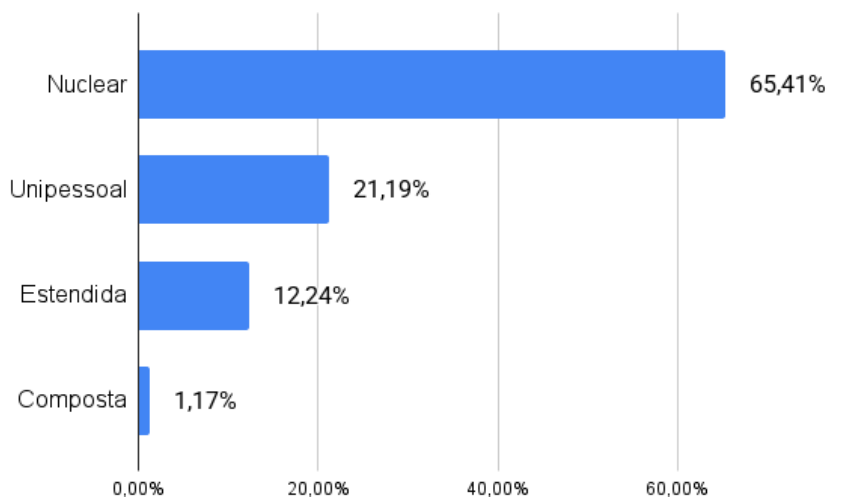
Gráfico 9 - Porcentagem dos domicílios, por número de moradores(as) - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

O próximo gráfico apresenta as espécies de unidade doméstica. As espécies de unidade doméstica podem ser: unipessoais, que são aquelas com apenas um morador; nucleares, sendo as que possuem somente um casal, ou somente um casal com filho(s), ou somente uma pessoa com filho(s), sem a presença de nenhum outro membro; estendidas, onde existe a presença de algum outro parente (ex: neto(a), avô ou avó, genro ou nora); compostas, que são aquelas onde existe a presença de algum não parente (ex: agregado, convivente, pensionista).

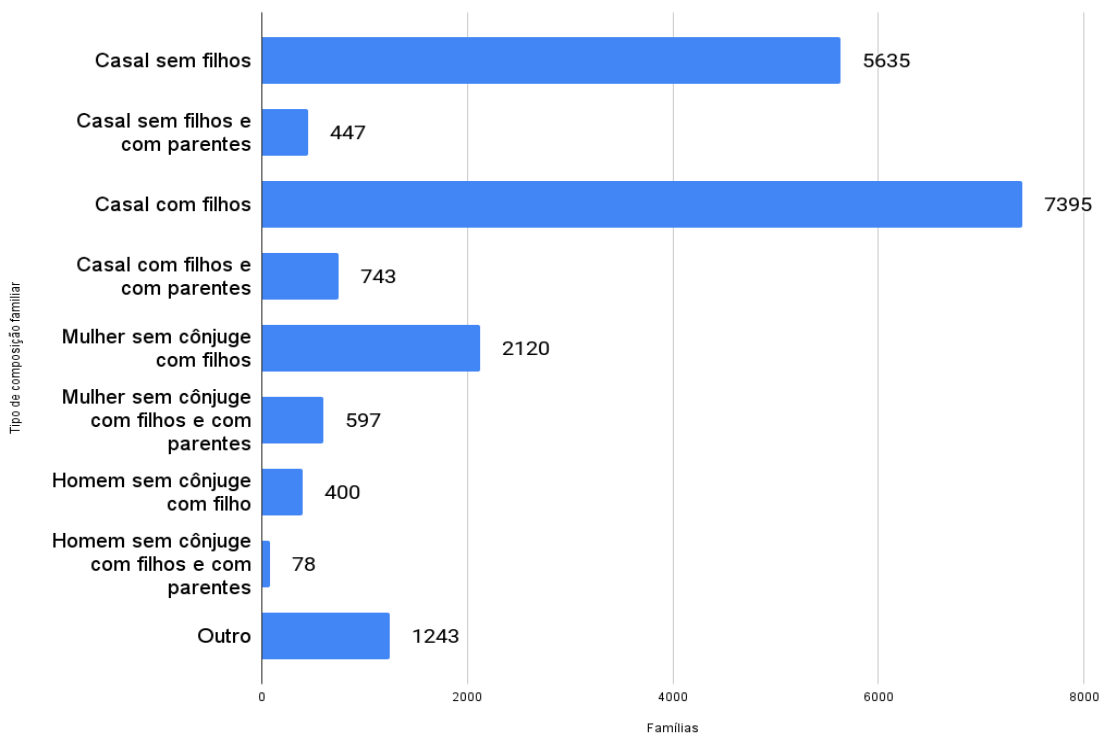
Gráfico 10 - Espécies de unidade doméstica - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Especificamente em relação às famílias unipessoais no território de abrangência de cada CRAS, a estimativa é que haja 1.229, 3.071 e 1.242 nos CRAS Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte, respectivamente (BRASIL, 2025).

Gráfico11 - Famílias de Capão da Canoa, por tipo de composição familiar - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Em relação ao gráfico acima, destaca-se que 14,56% das famílias são compostas por mulheres sem cônjuges com filhos(as). Os domicílios com cônjuges sem filhos(as) representam 24,38%. Cônjuges do mesmo sexo perfazem 0,64%.

Tabela 6 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022

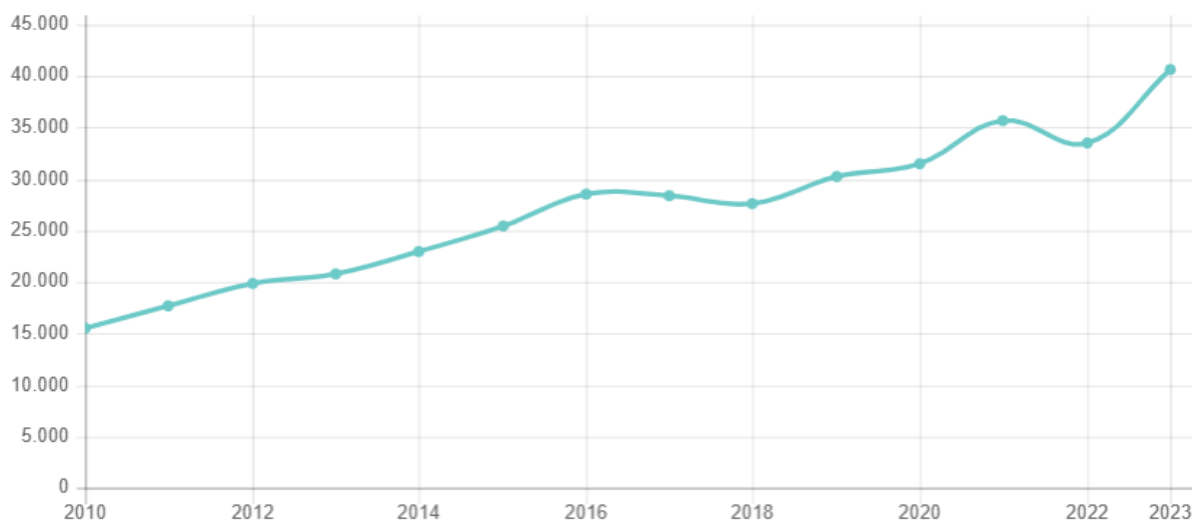
	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total	Porcentagem
Pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino	3.514	5.709	3.488	12.711	47,55%
Pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino	3.861	6.800	3.355	14.016	52,44%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

2.3 ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO

Na série histórica apresentada no gráfico abaixo, verifica-se que, de forma geral, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita municipal vem crescendo, totalizando R\$40.698,19 em 2023, o que deixou Capão da Canoa na posição 328 de 497 entre os municípios do estado (IBGE [2025]).

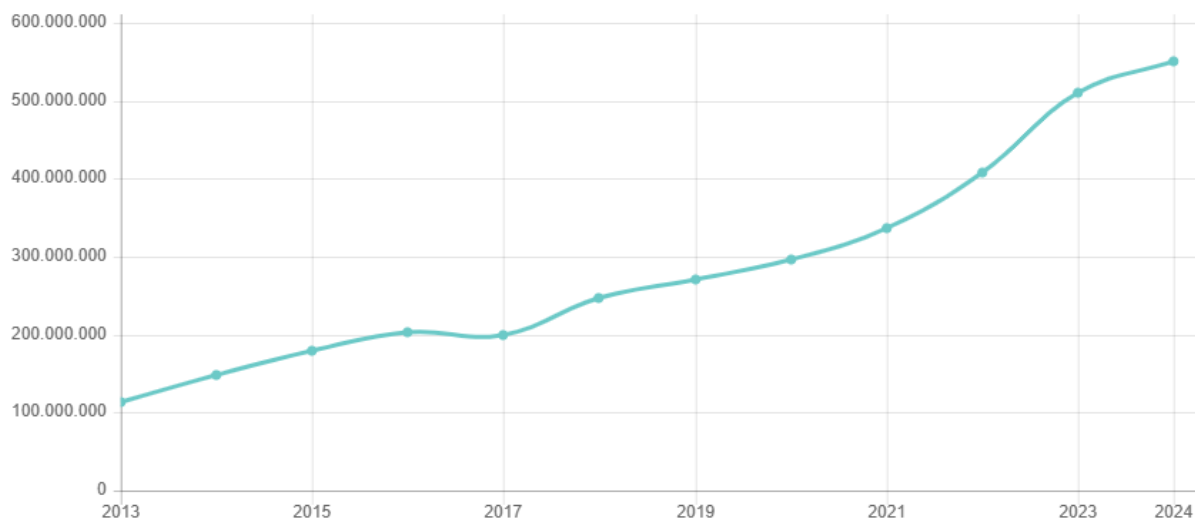
Gráfico 12 - Evolução do PIB per capita de Capão da Canoa, de 2010 a 2023



Fonte: IBGE [2025].

O próximo gráfico apresenta a evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas. Em 2024, o total de receitas realizadas foi de R\$ 558.951.488,46 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 486.250.848,27 (x1000) (IBGE [2025]), fazendo com que, entre os municípios do estado, o Município fosse o 23º com maiores receitas brutas e o 25º com maiores despesas orçamentárias pagas.

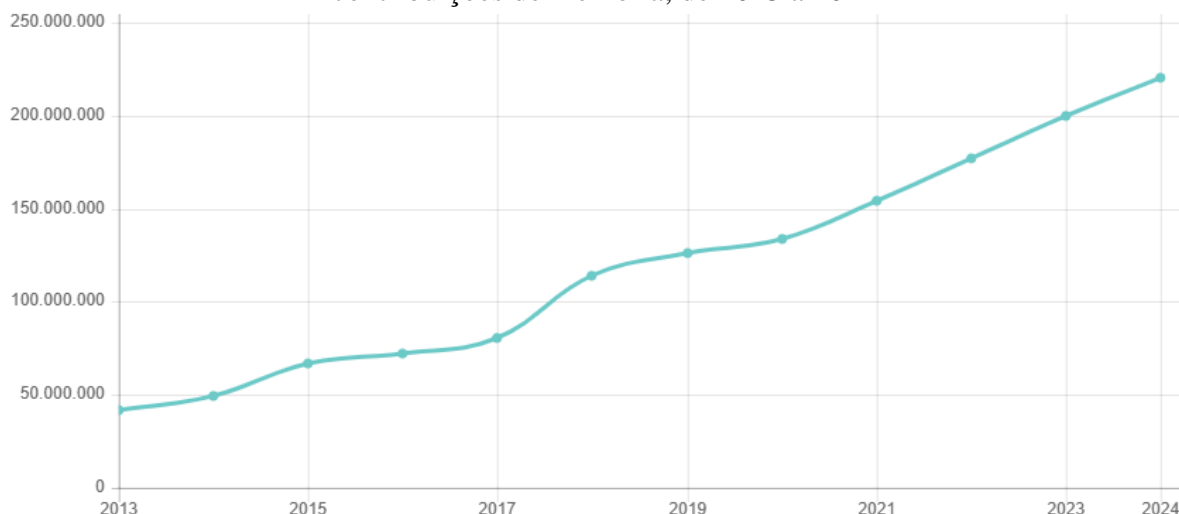
Gráfico 13 - Evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas, de 2013 a 2024



Fonte: IBGE [2025].

Especificamente sobre a receita orçamentária de impostos, taxas e contribuições de melhoria, o gráfico abaixo evidencia o crescimento de 2013 a 2024. Em 2024, essa receita foi de R\$220.387,485,89, colocando Capão da Canoa na 11ª colocação entre os municípios gaúchos (IBGE [2025]).

Gráfico 14 - Evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de 2013 a 2024

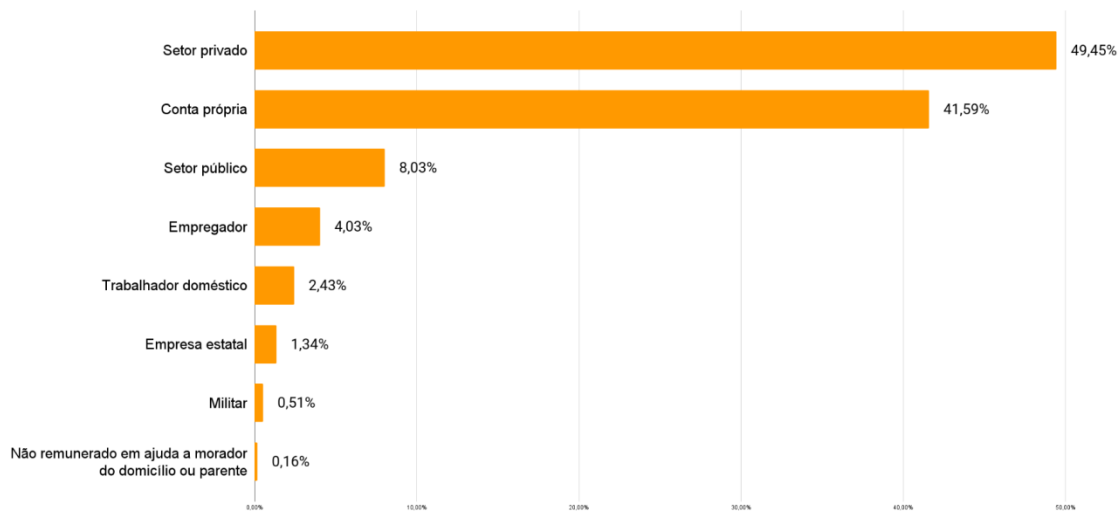


Fonte: IBGE [2025].

O rendimento médio domiciliar mensal per capita é de R\$1.932,27 (IBGE, 2022). Dados de 2023 do IBGE Cidades e Estados indicam que havia 20.146 pessoas ocupadas em postos de trabalho formais, as quais recebiam salário médio mensal de 2,2 salários mínimos.

O gráfico a seguir mostra a população ocupada, conforme a categoria do emprego no trabalho principal:

Gráfico 15 - Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, segundo a categoria do emprego no trabalho principal - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

2.4 EDUCAÇÃO

Tabela 7 - Características educacionais - Censo Demográfico 2022

Característica	Total ou porcentagem
Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, considerando a população total	97,74%
Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, considerando a população residente em favelas ou comunidades urbanas	95,94%
Número médio de anos de estudo	10,1 anos
Taxa bruta de frequência escolar	96,65%
Pessoas de 18 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto	13.575 (28,42%)
Pessoas de 18 anos ou mais de idade com nível fundamental completo e nível médio incompleto	8.991 (18,82%)
Pessoas de 18 anos ou mais de idade com nível médio completo e nível superior incompleto	16.994 (35,58%)
Pessoas de 18 anos ou mais de idade com nível superior completo	8.203 (17,17%)

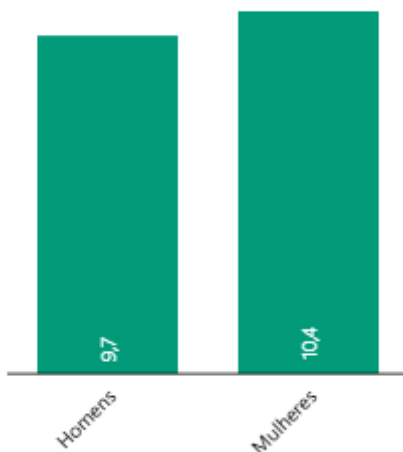
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Em 2022, a taxa de escolarização de seis a 14 anos de idade era de 96,65%, enquanto que, em 2010, era 95,20. A taxa de escolarização diz respeito ao total das matrículas em uma etapa específica, em comparação com o total da população na faixa etária oficial correspondente. Na comparação com outros municípios do estado, Capão da Canoa ficou na posição 466 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficou na posição 5238 de 5570.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,3 e para os anos finais, de 4,2. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 408 e 420 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3751 e 4071 de 5570.

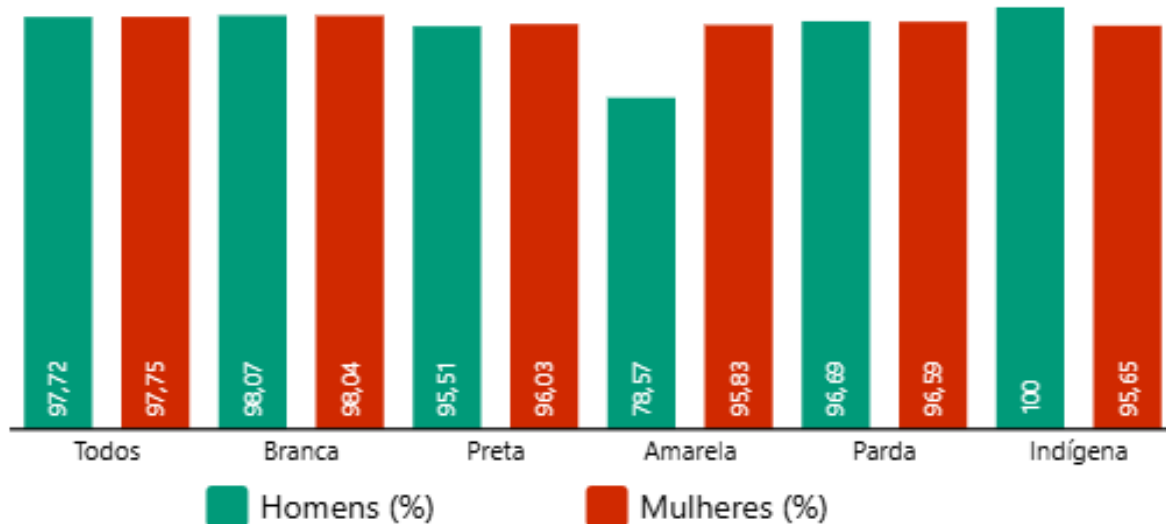
Em 2024, foram 9.789 matrículas no ensino fundamental e 2.251 matrículas no ensino médio.

Gráfico 16 - Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por sexo - Censo Demográfico 2022



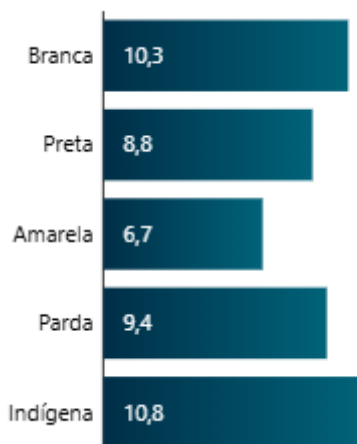
Fonte: IBGE (2022).

Gráfico 17 - Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e cor ou raça - Censo Demográfico 2022



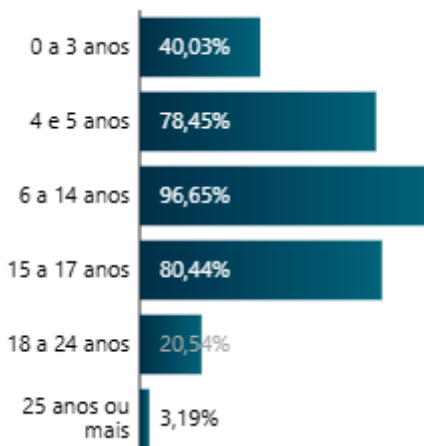
Fonte: IBGE (2022).

Gráfico 18 - Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022



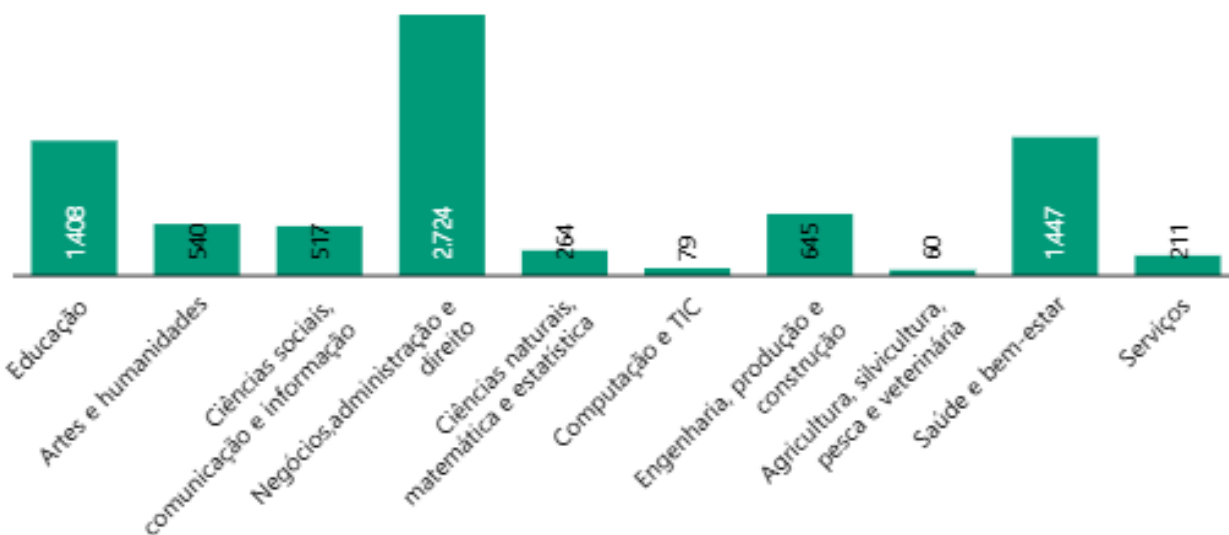
Fonte: IBGE (2022).

Gráfico 19 - Taxa bruta de frequência escolar, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

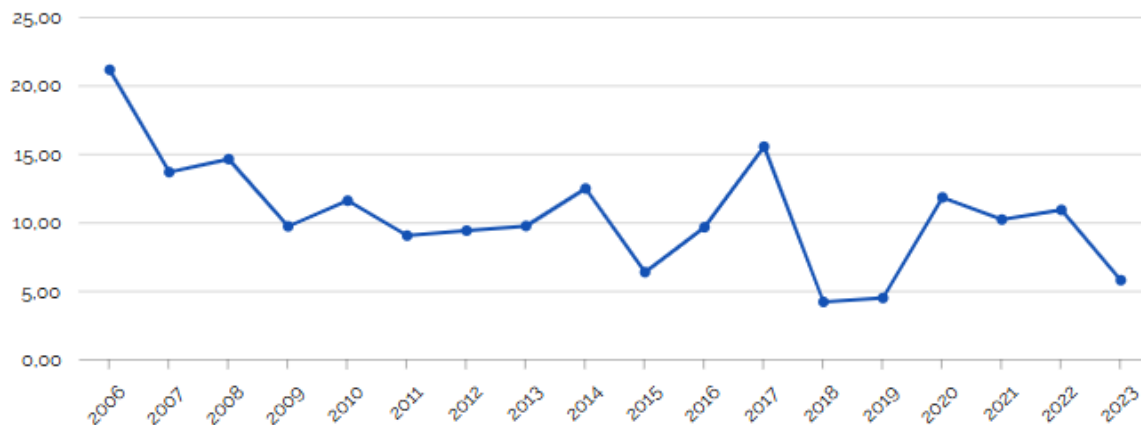
Gráfico 20 - Pessoas com nível superior completo, por área de formação - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

2.5 SAÚDE⁴

Gráfico 21 - Evolução da taxa de mortalidade infantil, de 2006 a 2023



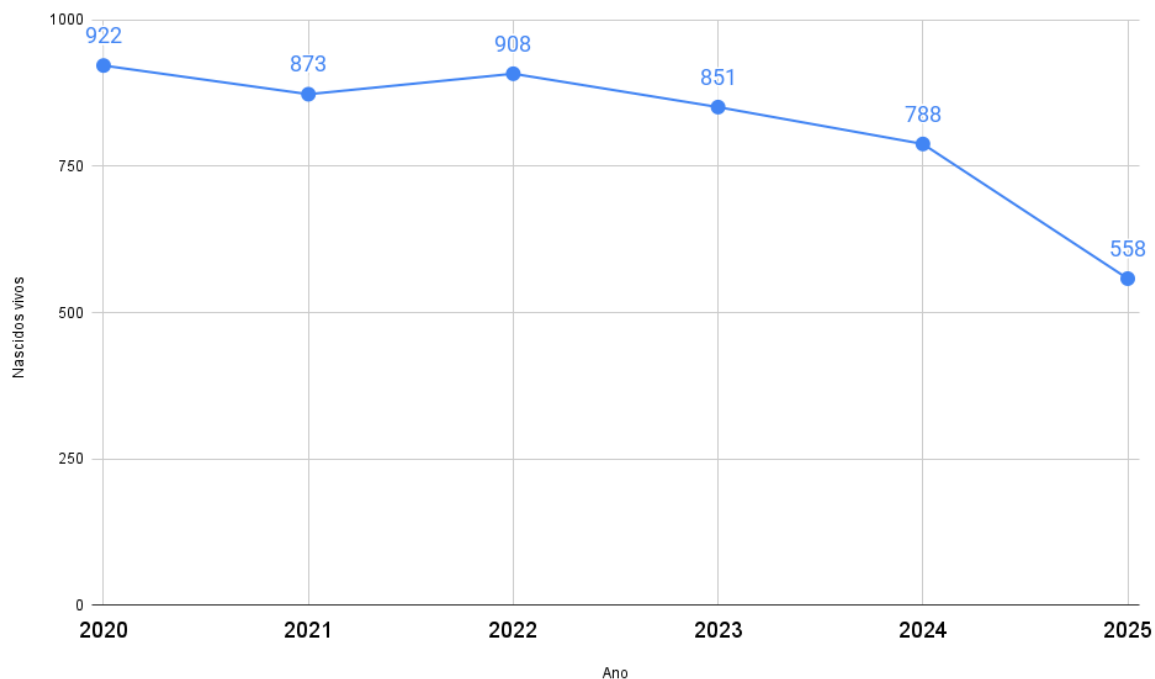
Fonte: IBGE [2025].

No período disposto no gráfico acima, o ano em que a taxa de mortalidade foi mais alta, 21,25 por mil nascidos vivos, foi em 2006 e o ano em que foi mais baixa, 4,3, foi em 2018. No último ano disponível, 2023, a taxa foi de 5,88.

Já o gráfico a seguir evidencia a evolução de nascidos vivos. No ano de 2023, Capão da Canoa foi o 29º Município com mais nascidos vivos do estado (IBGE [2025]).

⁴ No item 3.1.3 Notificação de violência interpessoal e autoprovocada, há dados que são oriundos da saúde. Contudo, por evidenciarem uma demanda que também é da assistência social, são apresentados no capítulo 3.

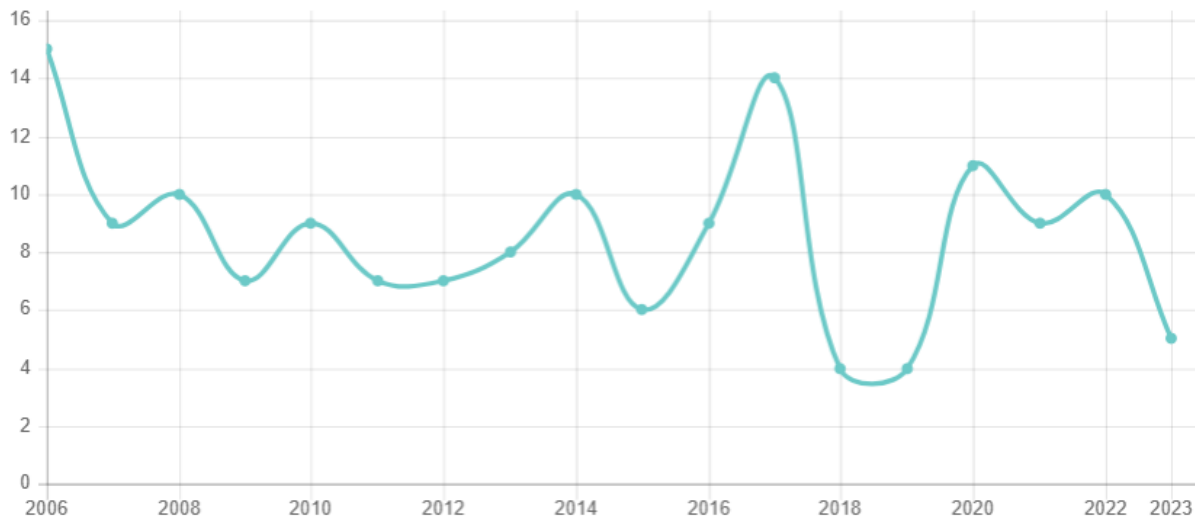
Gráfico 22 - Evolução de nascidos vivos, de 2020 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL (2025a).

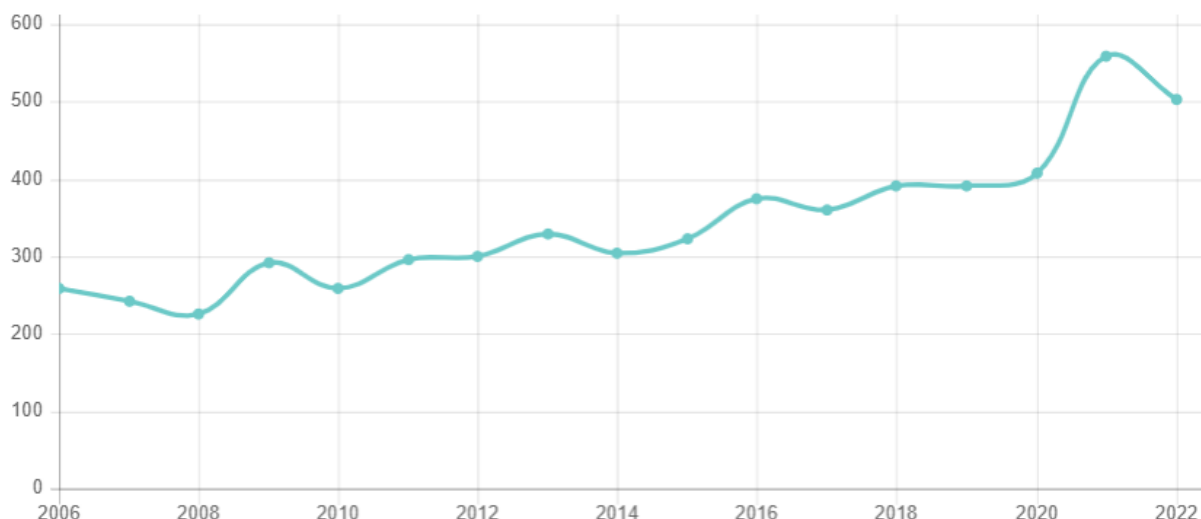
Já os dois gráficos a seguir evidenciam os óbitos.

Gráfico 23 - Evolução de óbitos de pessoas com idade menor que um ano, de 2006 a 2023



Fonte: IBGE [2025].

Gráfico 24 - Evolução do total de óbitos, de 2006 a 2022



Fonte: IBGE [2025].

Os óbitos de pessoas com menos de um ano de idade varia ao longo da série histórica, sendo que o último ano disponível, 2023, foi um dos que menos houve óbitos, 5. Em relação ao total de óbitos, percebe-se uma crescente, tendo fechado o ano de 2022 com 502, o que fez com que Capão da Canoa ficasse em 45º entre os municípios gaúchos (IBGE [2025]).

Tabela 8 - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, por sexo

Sexo / ano	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	Total
Óbitos	502	559	408	391	392	359	375	322	305	329	300	4242
Masculino	295	314	216	226	218	202	228	184	168	175	185	2411
Feminino	207	244	192	165	174	157	147	138	137	154	115	1830
Ignorado	0	1	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE [2025].

Tabela 9 - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, por grupo de idade

Grupo de idade/ Ano	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	Total
Menos de 1 ano de idade	10	9	11	4	4	14	9	6	10	8	7	92
1 a 4 anos de idade	1	2	0	2	1	1	4	1	sem informação	2	0	14

5 a 9 anos	2	1	0	0	0	0	0	1	sem informação	0	1	5
10 a 14 anos de idade	0	1	0	2	0	1	1	2	2	1	1	11
15 a 19 anos	4	5	2	5	6	6	7	4	1	1	6	47
20 a 29 anos de idade	13	18	13	12	13	14	16	8	17	14	17	155
30 a 39 anos de idade	15	25	16	23	13	11	23	15	20	13	17	191
40 a 49 anos de idade	25	28	28	29	26	22	30	33	23	38	20	302
50 a 59 anos de idade	52	78	54	41	58	42	55	39	45	55	46	565
60 a 69 anos de idade	111	130	86	92	85	76	66	69	58	57	65	895
70 a 79 anos de idade	130	140	81	87	94	89	85	71	53	60	60	950
80 anos ou mais de idade	138	122	115	94	92	83	79	73	75	80	60	1011
Idade ignorada	1	0	2	0	0	0	0	0	sem informação	1	0	4

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE [2025].

Tabela 10 - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, conforme a causa

Causa/ Ano	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	64	161	76	24	14	10	23	23	20	13	20	448
Neoplasmas (Tumores)	87	73	83	90	72	66	57	63	35	51	47	724
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	1	0	5	2	1	2	sem informação	4	1	3	20

Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	32	39	25	25	22	30	19	15	15	24	14	260
Transtornos mentais e comportamentais	2	5	3	2	3	0	1	sem informação	1	2	4	23
Doenças do sistema nervoso	19	19	8	18	14	7	9	7	15	11	7	134
Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	0
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	1	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	1
Doenças do aparelho circulatório	106	113	82	81	87	93	84	108	88	93	76	1011
Doenças do aparelho respiratório	60	25	23	39	37	41	49	26	36	51	42	429
Doenças do aparelho digestivo	21	18	13	21	23	16	11	20	16	8	14	181
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	3	2	1	2	0	0	1	1	2	1	15
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	1	1	1	0	0	1	2	sem informação	sem informação	0	0	6
Doenças do aparelho geniturinário	15	21	16	12	15	12	11	10	7	13	13	145
Gravidez, parto e puerpério	1	2	0	0	0	1	1	sem informação	sem informação	1	1	7

Algumas afecções originadas no período perinatal	5	6	7	2	2	8	6	3	5	2	5	51
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	6	2	1	1	3	2	4	4	4	5	1	33
Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	41	34	30	27	55	32	45	15	18	13	7	317
Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	0	0	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	0
Causas externas de morbidade e mortalidade	39	35	38	43	41	39	51	27	40	39	45	437
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviços de saúde	0	0	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	0

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE [2025].

2.6 HABITAÇÃO, CONDIÇÕES DE MORADIA E INFRAESTRUTURA URBANA

Tabela 11 - Síntese das características dos domicílios - Censo Demográfico 2022

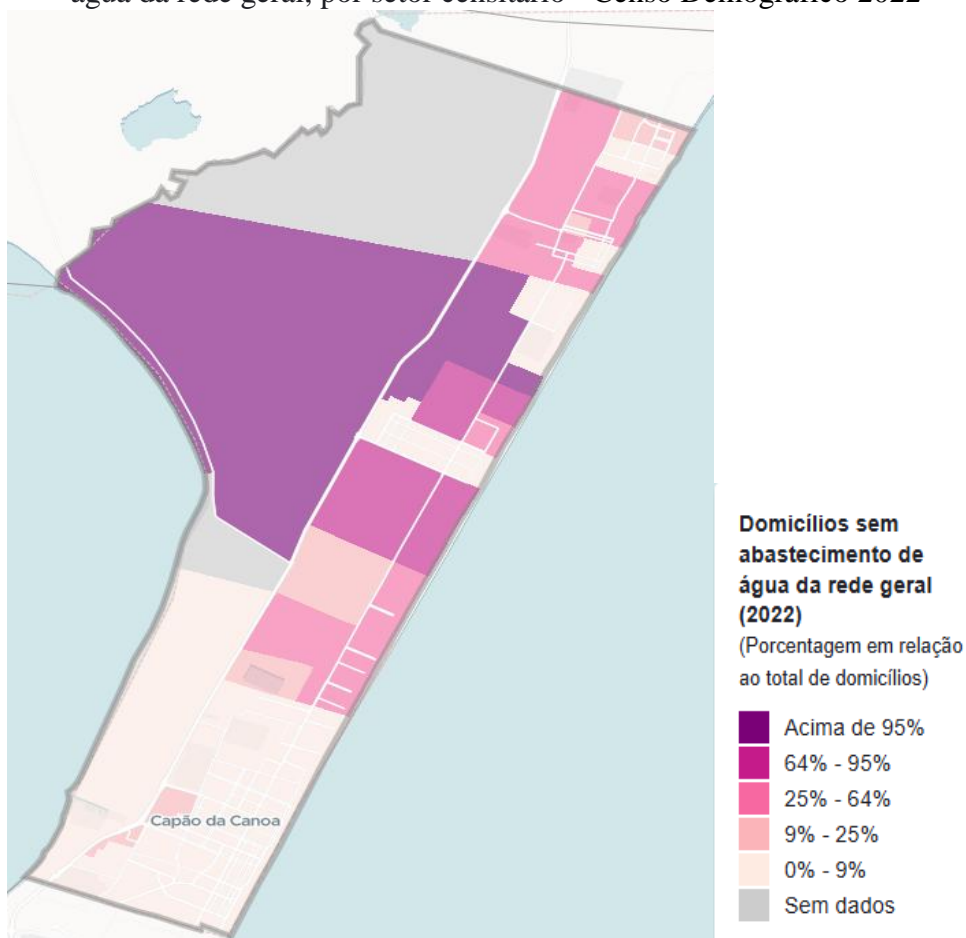
Característica	Total ou porcentagem
Quantidade de domicílios	59.251
Quantidade de domicílios em favelas e comunidades urbanas	3.642 (6,15%)
Domicílios particulares permanentes ocupados	23.879 (40,37%)
Domicílios particulares permanentes não-ocupados de uso ocasional	31.495 (53,24%)
Domicílios particulares permanentes não-ocupados vagos	3.780 (6,39%)
Paredes externas de alvenaria ou taipa com revestimento	18.374 (76,96%)
Paredes externas de madeira para construção	3.254 (13,63%)
Paredes externas de alvenaria sem revestimento	1.557 (6,52%)
Paredes externas de taipa sem revestimento	417 (1,75%)
Paredes externas de madeira reaproveitada	203 (0,85%)
Casas	18.015 (75,44%)
Apartamentos	5.337 (22,35%)
Média de moradores(as) por domicílio	2,65
Conexão à rede de esgoto	30,76%
Abastecimento de água pela rede geral	90,64%
Banheiro de uso exclusivo	99,55%
Domicílios sem banheiro	107 (0,45%)
Coleta de lixo	99,37%
Domicílios próprios pagos	57,58%
Domicílios alugados	24,43%
Domicílios próprios, sendo pagos	10,19%
Domicílios cedidos ou emprestados	7,38%
Presença de máquina de lavar roupas	88,75%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

A tabela acima apresenta o panorama geral municipal. Mas, se verificadas especificamente as condições dos domicílios situados em favelas ou comunidades urbanas, a conexão à rede de esgoto é de 1,55% e o abastecimento de água pela rede geral é de 65,53%.

A figura abaixo demonstra a localização de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, por setor censitário:

Figura6 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, por setor censitário - Censo Demográfico 2022



Fonte: REDUS [s.d.].

O território de abrangência dos CRAS Santa Luzia e Arco-Íris tem, de forma geral, baixa porcentagem de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, sendo predominante de 0% a 9% de domicílios que não têm. Contudo, na maior parte do território do CRAS Zona Norte há setores em que, no mínimo, de 25% a 64% dos domicílios não têm abastecimento de água da rede geral.

Em relação ao entorno dos domicílios, a tabela abaixo apresenta as principais características:

Tabela 12 - Comparativo das principais características do entorno dos domicílios entre todo Município e fora e dentro de favelas e comunidades urbanas - Censo Demográfico 2022

Característica	Total	Fora de favelas/comunidades urbanas	Em favelas/comunidades urbanas
Arborização	64,84%	66,93%	48,66%
Via pavimentada	90,64%	97,11%	39,45%
Bueiro ou boca de lobo	9,93%	10,94%	1,89%
Iluminação pública	93,99%	98,85%	55,53%
Ponto de ônibus ou van	2,05%	2,2%	0,87%
Via sinalizada para bicicletas	0,71%	0,8%	0%
Rampa para pessoas que fazem uso de cadeira de rodas	34,35%	38,57%	0,98%
Obstáculo na calçada	59,25%	60,34%	50,59%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

2.7 SEGURANÇA PÚBLICA

A tabela abaixo apresenta o registro de ocorrências policiais relacionadas a crimes consumados⁵ em Capão da Canoa, de 2015 a 2025.

Tabela 13 - Registro de ocorrências policiais de crimes consumados, por tipo, de 2015 a 2025⁶

Ano	Homicídio Doloso	Total de vítimas de Homicídio Doloso	Latrocínio	Furtos	Abigeato*	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Estelionato	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes - Posse	Entorpecentes - Tráfico	Vítimas de Latrocínio	Vítimas de Lesão Corp. Seg. Morte	Total de Vítimas de CVLI**
2025	4	5	0	1039	4	62	80	12	689	26	70	202	0	0	9
2024	20	21	0	1066	10	62	126	13	719	22	59	114	0	0	21
2023	14	15	0	1086	3	51	155	16	796	30	87	143	0	0	17
2022	10	11	0	1012	10	81	167	15	835	33	94	157	0	0	12
2021	5	6	0	1026	11	70	128	20	712	23	77	113	0	1	12
2020	3	3	0	923	6	80	203	19	488	17	59	98	0	0	4
2019	11	11	0	1205	6	88	233	19	272	36	64	125	0	0	11
2018	19	20	0	1227	14	119	254	29	254	30	58	109	0	0	20
2017	22	25	0	1199	21	101	422	38	221	27	77	97	0	0	
2016	25	26	2	1279	31	148	297	20	188	37	92	87	2	1	
2015	9	9	1	1548	18	124	253	18	167	23	139	98	1	0	

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em PROCERGS/OESP, GESEG (RIO GRANDE DO SUL [2026b]), 2026.

⁵ É preciso levar em conta o seguinte sobre os dados: a) Vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) contém os registros das vítimas de homicídio doloso de trânsito, aborto, induzimento/auxílio ao suicídio, infanticídio, homicídio decorrente de oposição à intervenção policial, lesão corporal seguida de morte, feminicídio, homicídio doloso e latrocínio; b) As ocorrências de abigeato também estão contidas no somatório das ocorrências de furto; c) Os dados representam um recorte temporal, retratando os fatos registrados na data da extração da base de dados, sujeitos ainda a alterações provenientes da revisão de ocorrências duplicadas, apuração de informações oriundas de investigações, diligências, perícias ou correção do fato no final da investigação policial (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL [2026]).

⁶ As informações sobre as vítimas de CVLI não foram encontradas nos anos de 2017, 2016 e 2015.



Em 2025, em relação às ocorrências relacionadas ao tráfico, chama a atenção que praticamente duplicaram em relação ao ano de 2024, bem como é o ano com mais registros desde 2015. Ainda em 2025, Capão da Canoa foi o 23º Município do Rio Grande do Sul com mais ocorrência de tráfico, sendo que, no Litoral Norte, ficou atrás de Tramandaí e Osório, que tiveram 213 e 212 ocorrências, respectivamente.

No próximo capítulo, serão apresentados mais dados da segurança pública acerca de ocorrências relacionadas aos segmentos sociais de forma mais específica.



2.8 ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS PARA A CONVIVÊNCIA SOCIAL E COMUNITÁRIA

Além da praia e da lagoa (em relação à última, cita-se especialmente o Parque Náutico, às margens da Lagoa dos Quadros), que são locais públicos abertos, fez-se um breve levantamento dos bairros em que se situam as praças municipais, para dimensionar as possibilidades de espaços públicos abertos para a convivência social e comunitária.

O Departamento de Desporto, da Secretaria de Cultura, Desporto e Lazer, informou o mapeamento da existência de praças em pelo menos 12 bairros, aos quais acrescentou-se mais dois, totalizando 14, quais sejam: Araçá, Arroio Teixeira, Capão Novo, Centro, Curumim, Guarani, Jardim Beira-Mar, Santa Luzia, Santo Antônio, Parque Antártica, Praia do Barco, Santo Antônio, Zona Norte e Zona Nova.

3 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS SOCIOASSISTENCIAIS E DIMENSIONAMENTO DO PÚBLICO ATENDIDO

Este capítulo apresenta as demandas e as vulnerabilidades do território, identificando o tamanho e o perfil dos públicos mais afetados por desproteções sociais e o dimensionamento do público atendido.

A escolha dos tipos de dados apresentados relacionados à estimativa das demandas socioassistenciais, além da disponibilidade de acessá-los, têm como referência principal o público usuário do PAIF⁷ e do PAEFI⁸, serviços fundamentais do CRAS e do CREAS,

⁷ “Constituem usuários do PAIF as famílias territorialmente referenciadas ao CRAS, assim descritas na Tipificação [Nacional de Serviços Socioassistenciais]: Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social [...]

A partir dessa conceituação do público-alvo do PAIF, que reconhece a vulnerabilidade como fenômeno multifacetado, podem-se enumerar alguns dos perfis de famílias que o Serviço possivelmente encontrará, a depender das características que o território apresente e que demandarão sua proteção proativa:

- Famílias vivendo em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, em especial famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes;
- Famílias provenientes de outras regiões, sem núcleo familiar e comunitário local, com restrita rede social e sem acesso a serviços e benefícios socioassistenciais;
- Famílias recém-retiradas de seu território de origem, em função da implementação de empreendimentos com impactos ambientais e sociais;
- Famílias com moradia precária (sem instalações elétricas ou rede de esgoto, com espaço muito reduzido, em áreas com risco de deslizamento, vivenciando situações declaradas de calamidade pública, dentre outras);
- Famílias vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros);
- Famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros);
- Famílias ou indivíduos com vivência de discriminação (étnico-raciais e culturais, etárias, de gênero, por orientação sexual, por deficiência e outras);
- Famílias vivendo em contextos de extrema violência (áreas com forte presença do crime organizado, tráfico de drogas, dentre outros);
- Famílias que enfrentam o desemprego, sem renda ou renda precária com dificuldades para prover o sustento dos seus membros;
- Famílias com criança(s) e/ou adolescente(s) que fica(m) sozinho(s) em casa, ou sob o cuidado de outras crianças, ou passa(m) muito tempo na rua, na casa de vizinhos, devido à ausência de serviços socioassistenciais, de educação, cultura, lazer e de apoio à família;
- Família que entregou criança/adolescente em adoção;
- Família com integrante que apresenta problemas de saúde que demandam do grupo familiar proteção e/ou apoios e/ou cuidados especiais (transtornos mentais, doenças crônicas etc)” (BRASIL, 2012b, p.29-30).

⁸ Público usuário do PAEFI: “Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- Tráfico de pessoas;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos” (BRASIL, 2013b, p.29).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA



respectivamente, que referenciam os demais serviços de proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE) de média complexidade.

3.1 VULNERABILIDADE SOCIAL, RISCO PESSOAL E SOCIAL, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E VIOLÊNCIA

O público usuário do SUAS configura-se em:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p.31).

Assim, neste item serão apresentados indicadores e informações de vulnerabilidade social, risco pessoal e social e violação, para mensurar as demandas socioassistenciais, bem como para caracterizar aquela que já vem sendo atendida pelos serviços socioassistenciais. Para tanto, aborda-se a compreensão do que são vulnerabilidades, riscos e violação de direitos.

- Vulnerabilidade e risco

Assis, Fonseca e Ferro (2018), a partir de BRASIL (2012b), sintetizam a compreensão de vulnerabilidade social adotada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

- ▶ A vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de suas histórias;
- ▶ A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para a sua apreensão e respostas intersetoriais para o seu enfrentamento;
- ▶ A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas;
- ▶ As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a se tornar uma situação de risco (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p.20).

Risco é “[...] a probabilidade ou a iminência de um evento acontecer e, conseqüentemente, está articulado com a disposição ou capacidade de antecipar-se para preveni-lo, ou de organizar-se para minorar seus efeitos, quando não é possível evitar sua ocorrência” (BRASIL, 2013, p.11).

No âmbito de atuação da Assistência Social, constituem situações de riscos a incidência, ou a probabilidade de ocorrência, dos seguintes eventos que devem ser prevenidos ou enfrentados:

- situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade;
- situações que denotam a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, tais como: vivência em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; atos infracionais de adolescentes com consequente aplicação de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos, crianças ou pessoas com deficiência em instituições de acolhimento; qualquer outra privação do convívio comunitário vivenciada por pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência), ainda que residindo com a própria família (BRASIL, 2013, p.11).

Mas há diferenças entre vulnerabilidade e risco:

Vulnerabilidade e risco são conceitos distintos: a ocorrência da vulnerabilidade está associada à possibilidade de ocorrência de risco, se não enfrentada a tempo e de forma precisa. Uma situação de vulnerabilidade não conduz, necessariamente, à vivência de uma situação de risco, pois a presença de fatores e condições de proteção social pode atenuar tal condição. Por sua vez, a vivência das situações de risco pode propiciar novas vulnerabilidades, em um processo que fragiliza ainda mais os indivíduos e/ou as famílias (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p.21).

- Violação de direitos

A violação de direitos constitui-se como a transgressão dos direitos fundamentais, compostos pelo direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantidos pela Constituição, em seu art. 5º. Para Dirienzo (2012), a violação de direito consiste em infringir a liberdade de crença, a ORIENTAÇÃO SEXUAL, a IDENTIDADE DE GÊNERO, a condição etária ou socioeconômica, bem como em discriminar em virtude de raça/cor ou deficiência (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p.23).

É importante destacar que:

[...] Todas as formas de violência constituem uma violação de direitos. A recíproca não é, em princípio, verdadeira, isto é, nem toda violação de direitos corresponde a uma violência; por exemplo, uma criança sem documentação após a família ter a sua casa e bens destruídos em uma enchente não configura um caso de violência (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p.27).

3.1.1 Perfil e dimensionamento do público atendido pelos serviços socioassistenciais e pelo Centro de Referência da Mulher⁹

⁹Em relação à insegurança alimentar e nutricional identificada entre o público atendido pelos serviços socioassistenciais, ver item 3.1.2.

São apresentadas informações sobre o perfil e o volume: das famílias acompanhadas por PAIF e PAEFI; participantes do SCFV; públicos atendidos pelos Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes e CRM.

3.1.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

De 2022 a 2024, com base em dados do sistema informatizado utilizado pelas equipes, a estimativa é que tenham sido cadastradas 3.771 novas famílias nos CRAS. Referente a esse mesmo período, a tabela abaixo evidencia que cada CRAS atendeu¹⁰, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), mais de 1.000 famílias por ano.

Tabela 14 - Estimativa do volume de famílias atendidas anualmente pelo PAIF, em cada CRAS, de 2022 a 2024

	Famílias atendidas / 2022	Famílias atendidas/ 2023	Famílias atendidas/ 2024
CRAS Arco-Íris	1.314	1.138	1.190
CRAS Santa Luzia	1.051	1.073	1.025
CRAS Zona Norte	1.118	1.223	1.425

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, 2025.

Nos anos de 2022, 2023 e 2024, a média de famílias acompanhadas ao mês pelo PAIF, em cada CRAS, segue apresentada na tabela abaixo:

¹⁰ Este dado compreende todas as famílias atendidas por cada CRAS, independente de estarem inseridas em acompanhamento, considerando atendimentos de recepções e de técnicos (as) de nível médio e superior (particularizados e coletivos).

Tabela 15 - Média de famílias acompanhadas ao mês pelo PAIF, em cada CRAS, de 2022 a 2024

	2022	2023	2024
CRAS Arco-Íris	69	29	9
CRAS Santa Luzia	98	95	41
CRAS Zona Norte	4	2	22

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA, 2025.

De 2022 a 2024, conforme dados sistematizados pela Vigilância Socioassistencial a partir do Sistema de RMA, dentre as 142 novas famílias inseridas em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) pelos CRAS:

- 63% estavam em situação de extrema pobreza;
- 52% eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)/ Programa Auxílio Brasil (PAB)¹¹;
- 7% tinham membros(as) beneficiários(as) do BPC;
- 0,7% tinham crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil;
- Nenhuma era beneficiária do PBF/ PAB em descumprimento de condicionalidades;
- Nenhuma tinha crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento.

De acordo com levantamento realizado por meio do sistema informatizado utilizado pelas equipes da Assistência Social, de novembro de 2024 até novembro de 2025, foram identificados(as) pelo menos 18 beneficiários(as) do BPC que são crianças e adolescentes e 41 beneficiários(as) do BPC que são pessoas idosas, cujas famílias foram atendidas pelos CRAS.

3.1.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

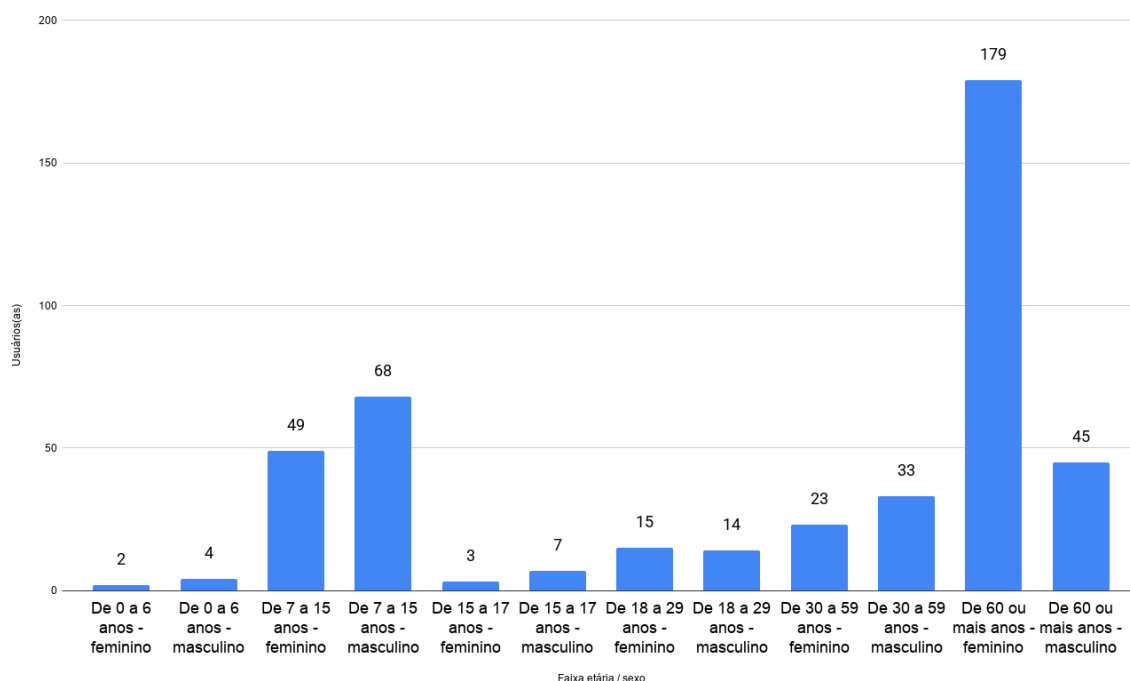
Os dados são relativos ao SCFV ofertado diretamente pelo Município para crianças, adolescentes e pessoas idosas e ofertado indiretamente, por meio de parceria com OSC, para pessoas com deficiência intelectual ou múltipla a partir de 18 anos de idade¹².

¹¹ O PAB substituiu o PBF de novembro de 2021 até janeiro de 2023, quando houve a retomada do PBF.

¹² Para mais informações sobre a oferta direta e indireta do SCFV, ver seção 4.1

O gráfico abaixo apresenta os(as) usuários(as) do SCFV, no mês de outubro de 2025, conforme sua faixa etária e sexo. De 442 usuários(as), 224 eram pessoas idosas (de 60 anos ou mais de idade), 133 eram crianças e adolescentes (de zero a 17 anos) e 85 eram pessoas de 18 a 59 anos. De forma geral, 61% era do sexo masculino e 39%, do feminino. Especificamente por faixa etária, 80% das pessoas idosas eram do sexo feminino, 59% das crianças e adolescentes, do sexo masculino e 55% das pessoas de 18 a 59 anos eram do sexo masculino.

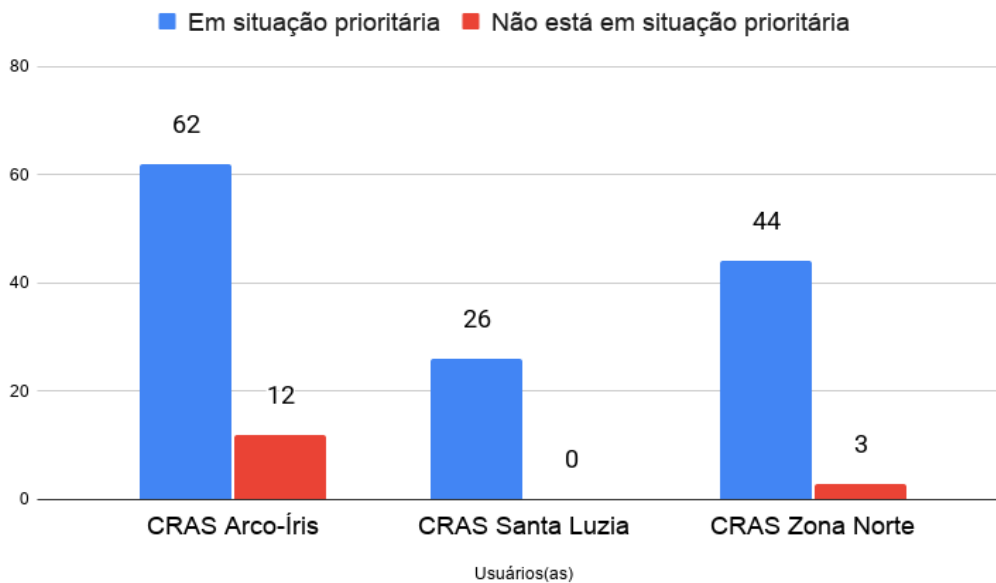
Gráfico 25 - Usuários(as) do SCFV, por faixa etária e sexo



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, Vis Data, outubro de 2025.

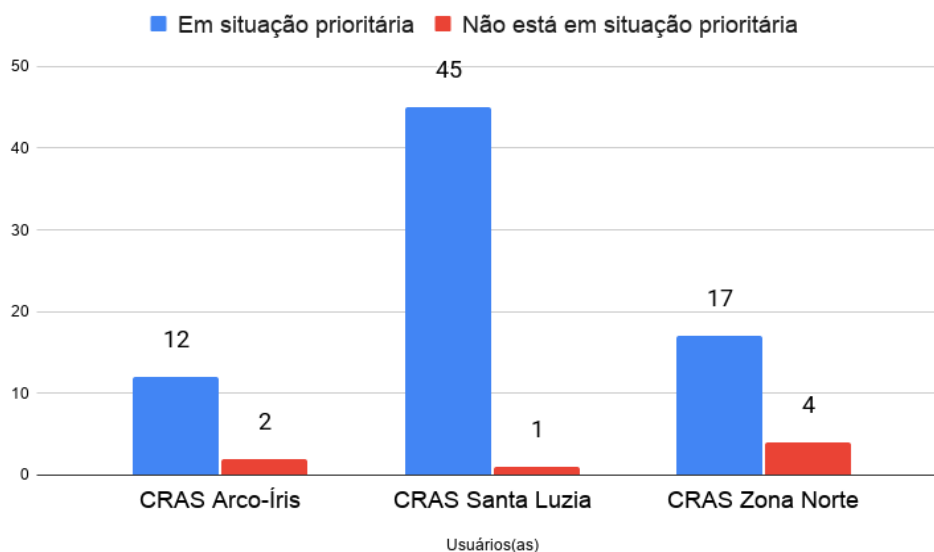
Em março de 2026, estavam em situação prioritária 90% das(as) crianças e adolescentes, 91% das pessoas de 18 a 59 anos e 31% das pessoas idosas. Os gráficos a seguir permitem identificar a situação por região de abrangência dos CRAS, conforme o ciclo de vida:

Gráfico 26 - Usuários(as) do SCFV para crianças e adolescentes, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS



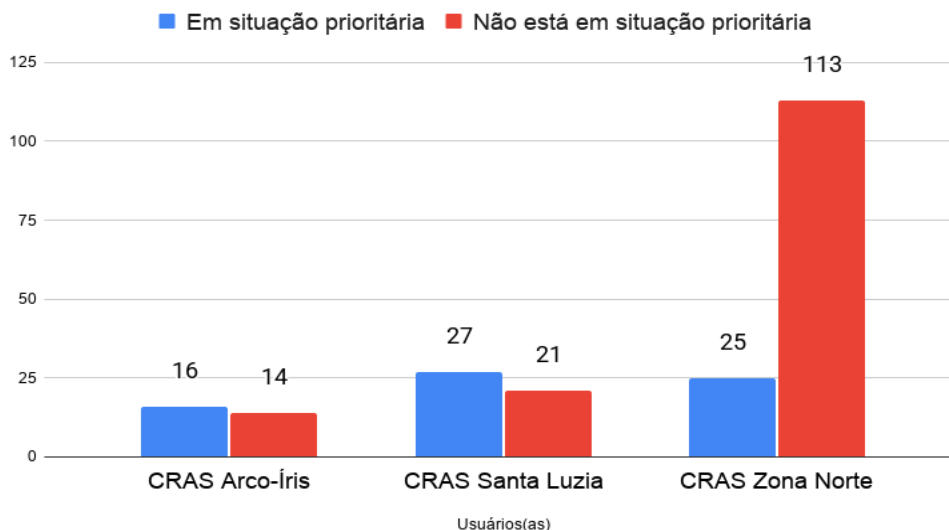
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, março de 2026.

Gráfico 27 - Usuários(as) do SCFV para pessoas de 18 a 59 anos de idade, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, março de 2026.

Gráfico 28 - Usuários(as) do SCFV para pessoas idosas, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS

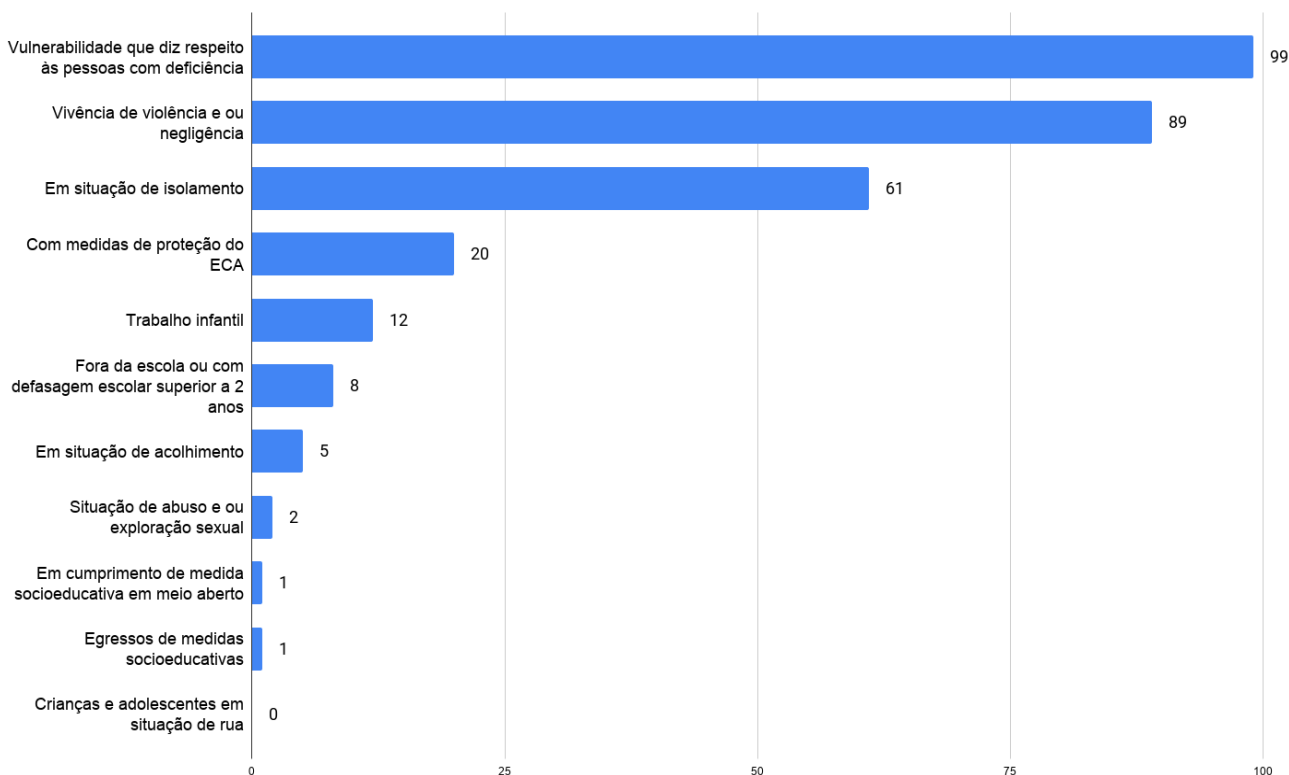


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, março de 2026.

Em relação ao público prioritário, que representa 62%, as situações de vulnerabilidade ou risco vivenciadas pelo mesmo seguem no gráfico abaixo, sendo que apenas situação de isolamento, vivência de violência e ou negligência e vulnerabilidade que diz respeito às PCDs são comuns a todos os ciclos de vida. As demais têm expressão apenas para crianças e adolescentes. As situações que são comuns possuem maior incidência para um ou outro ciclo de vida, conforme segue:

- 74% das situações de isolamento são vivenciadas por pessoas idosas;
- 95% das situações de vivência de violência e ou negligência são vivenciadas por crianças e adolescentes;
- 68% das situações de vulnerabilidade que dizem respeito às PCDs são vivenciadas por pessoas de 18 a 59 anos de idade.

Gráfico 29 - Situações de vulnerabilidade ou risco vivenciadas pelos(as) usuários(as) do SCFV em situação prioritária, por tipo



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, março de 2026.

A tabela abaixo apresenta o público total inserido em dezembro de 2025 no SCFV para crianças, adolescentes e pessoas idosas, ofertado diretamente pelo Município, e quantos desses(as) são beneficiários(as) do BPC, de acordo com informações do sistema informatizado utilizado pelas equipes da Assistência Social, com base no perfil identificado quando essas pessoas foram inseridas no Serviço:

Tabela 16 - Crianças, adolescentes e pessoas idosas participantes do SCFV e beneficiários(as) do BPC no momento em que foram inseridos(as) no Serviço, por CRAS de referência

	Crianças e adolescentes		Pessoas idosas	
	Total de pessoas inseridas	Total de pessoas inseridas beneficiárias do BPC	Total de pessoas inseridas	Total de pessoas inseridas beneficiárias do BPC

CRAS Arco-Íris	66	0	33	5
CRAS Santa Luzia	76	2	48	4
CRAS Zona Norte ¹³	-	-	142	2

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, dezembro de 2025.

Já em janeiro de 2026, a equipe técnica do SCFV repassou que há seis beneficiários(as) do CRAS Arco-Íris e oito do CRAS Santa Luzia participando do Serviço para pessoas idosas.

No mês de setembro de 2025, das 115 pessoas a partir de 18 anos de idade com deficiência intelectual ou múltipla que foram atendidas pelo SCFV ofertado por Organização da Sociedade Civil (OSC) em parceria com a administração municipal, 54 eram beneficiários(as) do BPC, segundo o sistema informatizado utilizado pelas equipes da Assistência Social.

3.1.1.3 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Nos anos de 2022, 2023 e 2024, a média de famílias acompanhadas ao mês pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ofertado pelo CREAS, foi 110, 83 e 71, respectivamente.

De 2022 a 2024, segundo dados sistematizados pela Vigilância Socioassistencial a partir do Sistema de RMA, dentre as 393 novas famílias inseridas em acompanhadas pelo CREAS:

- 17,55% eram beneficiárias do PBF/PAB;
- 7,88% tinham a situação de violência/ violação associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas;
- 3,32% tinham crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil;
- 1,52% tinham crianças ou adolescentes em serviços de acolhimento;

¹³ Os(as) usuários(as) do CRAS Zona Norte e participantes do SCFV para crianças e adolescentes participam do Serviço no CRAS Santa Luzia. Dessa forma, são contabilizados para o CRAS em que o SCFV ocorre, não para o seu CRAS de referência.

- 1,27% tinham membros(as) beneficiários(as) do BPC;
- 1,27% tinham adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto.

De acordo com levantamento realizado por meio do sistema informatizado utilizado pelas equipes da Assistência Social, de novembro de 2024 até novembro de 2025, foram identificados(as) pelo menos cinco beneficiários(as) do BPC que são crianças e adolescentes e três beneficiários(as) que são pessoas idosas, cujas famílias foram atendidas pelo CREAS.

No que diz respeito aos(às) 419 membros(as) vítimas de violência ou violações de direitos das famílias inseridas em acompanhamento de 2022 a 2024, segue seu perfil de sexo e faixa etária e, posteriormente, as 444 situações de violência ou violações direitos identificadas entre os(as) mesmos(as):

Tabela 17 - Porcentagem do perfil das pessoas vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no acompanhamento do PAEFI, de 2022 a 2024, por sexo e faixa etária

Sexo / faixa etária	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Masculino	14,55%	7,39%	15,03%	4,77%	41,74%
Feminino	23,62%	16,46%	11,69%	5,72%	57,49%
Total	38,17%	23,85%	26,72%	10,49%	99,23%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA.

Tabela 18 - Porcentagem das situações de violência ou violações de direitos identificadas entre as pessoas que ingressaram no PAEFI, de 2022 a 2024

Situação	Porcentagem
Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	28,15%
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	13,06%
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	0,22%
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	22,74%
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	4,05%
Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	2,72%



Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono	6,53%
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	0,22%
Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	0,90%
Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	5,40%
Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos	0%
Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	0%
Pessoas em situação de rua	15,99%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA.

O quadro a seguir, elaborado pela técnica de referência para o atendimento de pessoas idosas (PI) no CREAS, apresenta os perfis das pessoas idosas em situação de violência ou violação de direitos que foram atendidas/acompanhadas pelo PAEFI, tendo como referência o ano de 2025:

Quadro - Perfis de pessoas idosas em situação de violência ou violação de direitos que foram atendidas/acompanhadas pelo PAEFI, no ano de 2025

<p>- PI que reside só, lúcida, com capacidade de gerir a própria vida mas que, a partir de certa idade, geralmente entre 70/75 anos, passa a sofrer algum tipo de interferência/ingerência de familiares que entendem serem <i>responsáveis</i> pela PI (pais, irmãos, tios, filhos, enteados, netos, sobrinhos..) e que passam a considerar o fator idade como impedimento para livre usufruto da vida. Esse fator relacionado à idade acontece também nos serviços de saúde que exigem a presença de familiar junto para consultas e outros atendimentos, mesmo daquelas pessoas idosas lúcidas que acessam outros espaços de forma independente (Etarismo*);</p>
<p>- PI que reside só, lúcida, mas sem condições físicas para execução de atividades da vida diária com independência plena, o que leva familiares ao entendimento que são <i>responsáveis</i> pela PI e que está sob sua “autoridade” passando assim a tomar decisões por elas sem seu conhecimento e/ou autorização;</p>
<p>- PI que vive só, sem capacidade mental para gerir alguns aspectos da vida (pagar contas, ministrar medicamentos, sujeita em possíveis riscos), a exemplo de pessoas com Alzheimer, demências, alguma limitação física, mas que, embora goze de boa saúde física, tendo independência para atividades diárias, os familiares, por não saberem lidar com o comportamento da PI, ou por não terem recursos financeiros para arcar com acompanhante, querem restringir o direito de ir e vir da PI, mantendo-a em casa ou buscando por ILPI;</p>
<p>- PI que reside só ou com algum familiar, incapacitada física e/ou mentalmente, que sofrem abandono, abuso financeiro, negligências, violação de direitos por seus familiares e/ou terceiros, o que se dá de forma intencional ou não, que é quando familiares precisam deixar a pessoa idosa em casa sozinha por necessidade de compromissos pessoais e profissionais;</p>
<p>- Duas pessoas idosas convivendo na mesma casa, apresentando diferentes condições físicas e/ou mentais (exemplo: casal hetero ou homoafetivo, mãe e filha/o, pai/filho/a, irmãos), tendo a responsabilidade do cuidado sobre o outro;</p>
<p>- PI relativamente saudável, produtiva, autodeterminada, que sofre algum evento de saúde inesperado (AVC, mutilação/amputação ou restrição de movimento de membros, doença grave...), trazendo, assim, um novo contexto que vem a demandar novos serviços, gastos, readaptações, mudanças internas e externas tanto individual quanto familiar;</p>
<p>- PI solteira, sem filhos, sem familiares ou que rompeu completamente os vínculos e/ou desconhece o paradeiro de parentes consanguíneos;</p>
<p>- PI em situação de rua, sem vínculos familiares ou que romperam completamente os vínculos e desconhecem paradeiro de parentes, vivenciam diferentes situações de vulnerabilidades, como fragilidade da saúde física/mental, falta de moradia, insuficiência de renda para arcar com custos de vida, etc.</p>

Fonte: FAMER [2026].

Com base no acompanhamento de famílias com PI pelo PAEFI, a técnica de referência também sistematizou os principais fatores identificados como geradores de violência e violações contra esse público, que segue no quadro abaixo:

Quadro - Principais fatores geradores de situações de violência ou violação de direitos contra pessoas idosas, tendo como referência o acompanhamento familiar desse público pelo PAEFI, no ano de 2025

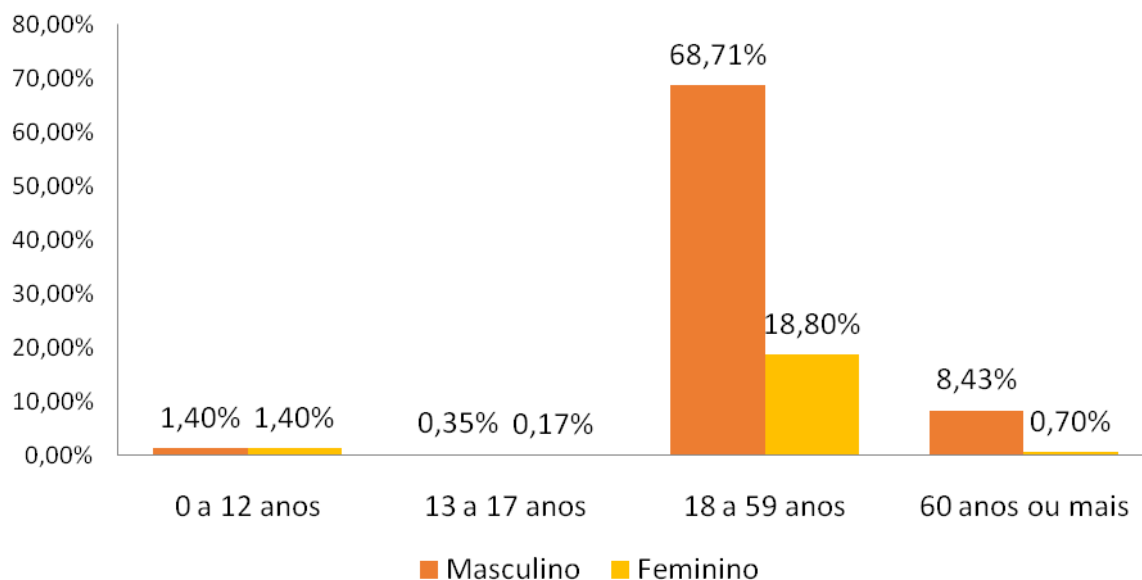
- Incidência das doenças crônico-degenerativas evolutiva que vão ocasionado gradativamente a incapacidade e dependência funcional para a realização de atividades básicas da vida diária como locomoção, alimentação e higiene;
- Por ser PI e PCD, já era PCD ou que se torna a partir de uma doença, acidente, etc., passa a ser duplamente vulnerável a diversas situações de violências e ou violação de direitos;
- Recursos financeiros inexistentes ou insuficientes causando dependência financeira em relação a cônjuges e/ou parentes para suprir necessidades básicas da vida diária como locomoção, alimentação, gastos com saúde, higiene. A hipossuficiência financeira da pessoa idosa se constitui em um dos primeiros fatores para a ocorrência de maus tratos e/ou negligência;
- Perda ou limitação da capacidade laboral/produzida (produzir renda ou de realizar sua autogestão passando a depender economicamente de familiares ou terceiros);
- Insuficiência financeira para arcar com seus próprios custos e ainda auxiliar a família;
- Sobrecarga e esgotamento físico e psicológico do principal cuidador;
- Vínculos familiares fragilizados ou rompidos;
- Etarismo que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), “é o conjunto de estereótipos, preconceitos e discriminações dirigidas a pessoas com base na idade que se dá intra familiar ou outros espaços que limitem ou cerceiam direitos, possibilidades, oportunidades”;
- Falta de moradia própria, moram de aluguel seja só ou com familiar, o que compromete ainda mais o orçamento, bem como agrava conflitos intrafamiliares;
- Autonegligência ou Autoabandono, conduta de uma pessoa idosa que ameaça a sua própria saúde ou segurança, com recusa de prover a si própria o cuidado adequado. • Abandono ou recusa de tratamento de doenças crônicas ou agudas; • Desconsidera as orientações sobre dieta, higiene, hábitos de vida e uso adequado de medicamentos; • Recusa a imunização contra as doenças mais prevalentes entre os idosos; • Recusa um cuidador mesmo em situação de dependência;
- Ausência e ou insuficiência de serviços públicos direcionados à PI, nas suas diferentes condições biopsicossociais.

Fonte: FAMER [2026].

3.1.1.4 Serviço Especializado em Abordagem Social

No que tange ao Serviço de Abordagem Social, executado pelo CREAS, o gráfico a seguir demonstra as pessoas abordadas, por sexo e faixa etária, de 2021 até junho de 2025:

Gráfico 30 - Perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, por sexo e faixa etária, de 2021 até junho de 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

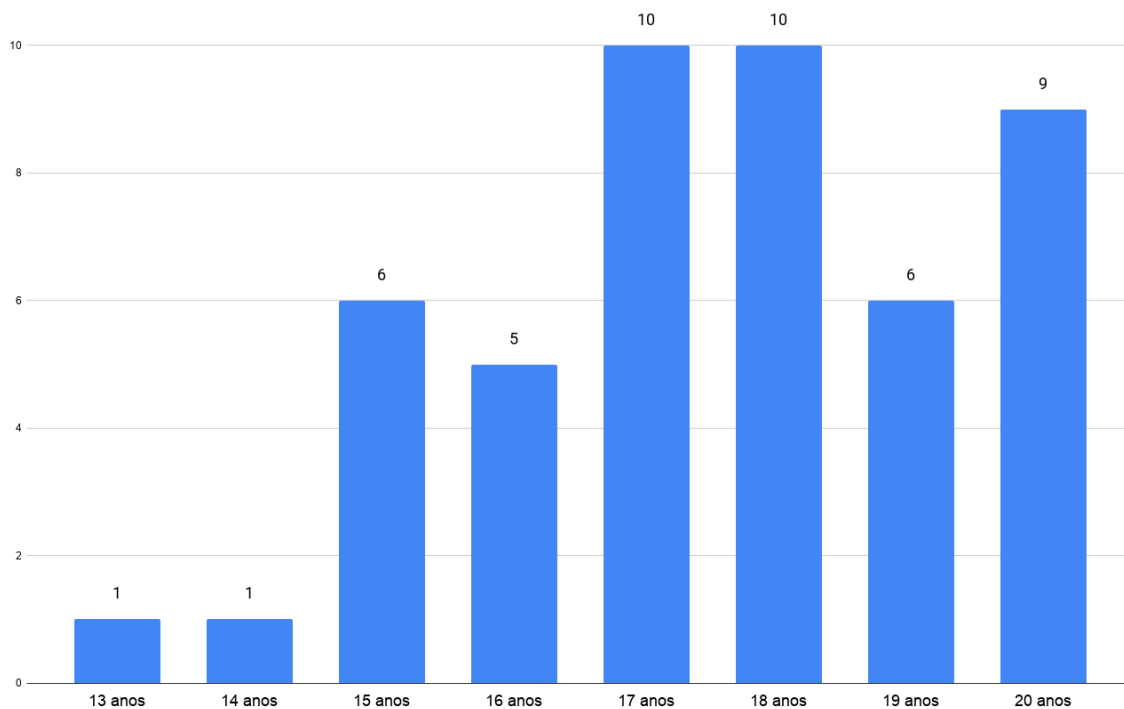
Em relação ao público abordado de 2021 até 2025, 13% foram identificadas como pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas e 2,46% como crianças ou adolescentes (até 15 anos de idade) em situação de trabalho infantil.

3.1.1.5 Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC

Seguem informações relacionadas ao Serviço e ao público que o acessou, nos anos de 2023 e 2025, que totalizaram 49 pessoas, tendo como fonte a sistematização realizada pelo técnico de referência do Serviço (SILVA, [2023]; CAPÃO DA CANOA, 2025g):

- Sexo: 82% masculino;
- Idade:

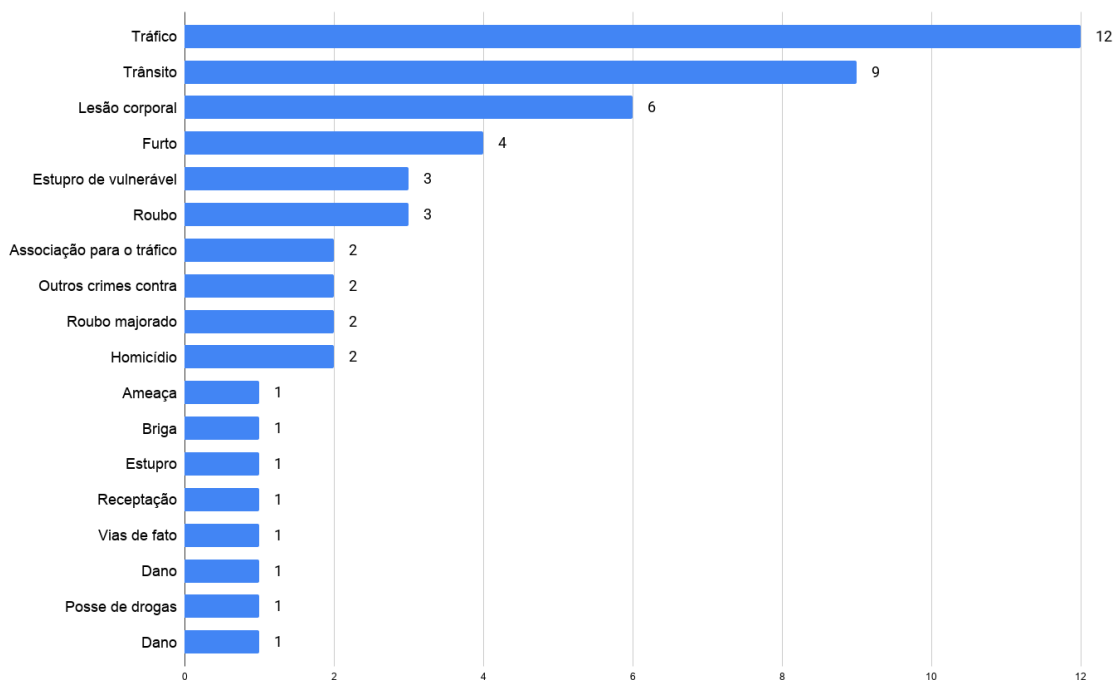
Gráfico 31 - Usuários(as) do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC, por idade, nos anos de 2023 e 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de SILVA [2023] e CAPÃO DA CANOA, 2026f.

- Raça/cor (referente apenas a 2023): 77% branco;
- CRAS de referência, conforme bairro de residência: 49% CRAS Arco-Íris, 27% CRAS Santa Luzia, 20% CRAS Zona Norte;
- Tipo da MSE: 53% eram PSC, 24,48%, LA e 22,44%, PSC e LA;
- Situação do cumprimento da MSE pelo(a) adolescente: 53% cumpriu integralmente, 22,44% não cumpriram/evadiram, 10% estavam cumprindo no momento da sistematização das informações, 8% completaram 21 anos e para 4% foi solicitada remissão;
- Ato infracional cometido:

Gráfico 32 - Ato infracional cometido por usuários(as) do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC, por tipo, nos anos de 2023 e 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de SILVA [2023] e CAPÃO DA CANOA, 2026f.

Conforme o Censo SUAS 2024 e 2025, os locais em que os(as) adolescentes prestavam serviço à comunidade eram, respectivamente, CREAS e CRAS e CREAS.

3.1.1.6 Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes

As informações apresentadas têm como principais fontes a Devolutiva de informações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes de Capão da Canoa, elaborada pela Vigilância Socioassistencial (CAPÃO DA CANOA, 2024b) e a pesquisa denominada “Diagnóstico municipal do atendimento aos direitos de crianças e adolescentes em serviços de cuidados alternativos de Capão da Canoa” (VIDAL, 2023)¹⁴. Seguem as questões fundamentais destacadas:

¹⁴ Essa pesquisa objetivou investigar a situação de acesso aos direitos de crianças e adolescentes em serviços de cuidados alternativos em Capão da Canoa (VIDAL, 2023). Foi realizada pela OSC Aldeias Infantis SOS, por intermédio do Instituto Bem Cuidar, como parte do Plano de Trabalho do Projeto Núcleo SOS de Apoio às

- a) O contexto de Capão da Canoa em relação ao RS: Ao comparar, na tabela a seguir, o número de acolhidos(as) no dia e no ano e as respectivas taxas por 100 mil habitantes entre Capão da Canoa, outros municípios do RS com porte populacional similar, algumas das cidades mais populosas do litoral do Rio Grande do Sul e os dois municípios com mais habitantes, a capital do estado, Porto Alegre, e Caxias do Sul, Vidal (2023) concluiu que:
- Capão da Canoa possui a maior taxa de acolhidos por 100 mil habitantes, tanto no dado do dia, quanto no total anual, entre as cidades pesquisadas, uma vez que a média da taxa de acolhimentos realizados durante o ano nas cidades pesquisadas no RS ficou em 62,4 acolhidos por 100 mil habitantes e o Município teve a taxa de 96,3 acolhidos por 100 mil habitantes, para o mesmo período, ou seja, 54% maior;
 - As que mais se aproximam são Porto Alegre e Torres, com a taxa anual de 71,2 e 71,1, respectivamente, de acolhimentos por 100 mil habitantes, mas, ainda assim, Capão da Canoa tem uma taxa anual 35% mais alta;
 - No início de 2022, o município de Capão da Canoa chegou a possuir o número de 40 acolhimentos, preenchendo as 40 vagas. Esse dado gera uma taxa de acolhimentos por 100 mil habitantes no dia de impressionantes 72,7, mais do que o dobro da média das cidades pesquisadas no ano de 2021, que é de 37,8 acolhimentos por 100 mil habitantes (VIDAL, 2023).

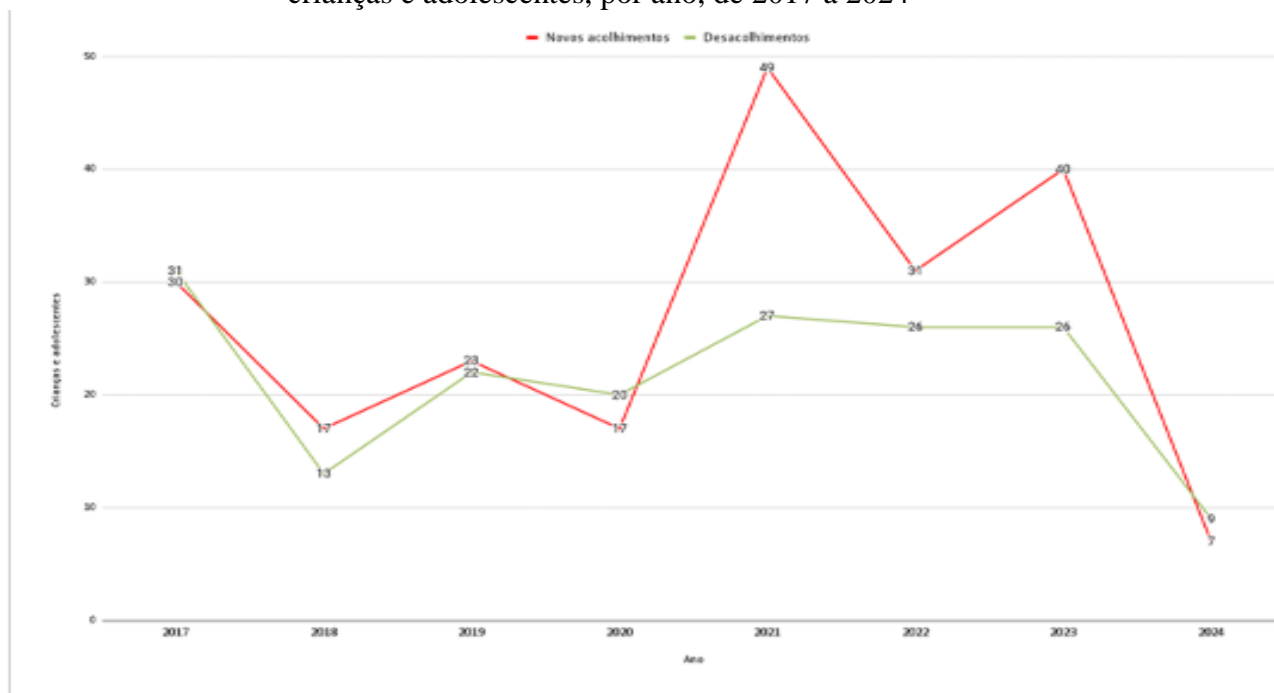
Tabela 19 - Comparativo do número de acolhimentos institucionais no dia e no ano e as respectivas taxas por 100 mil habitantes entre Capão da Canoa e outros municípios do RS, segundo o Censo SUAS 2021

Municípios	População total do município	Vagas	Acolhidos/dia	Acolhidos/ano	Taxa por 100 mil DIA	Taxa por 100 mil ANO
São Borja	59.768	20	17	26	28,3	43,3
Cruz Alta	59.561	46	19	28	31,9	47,0
Parobé	59.419	12	14	16	23,3	26,9
Canguçu	56.370	20	18	28	31,9	49,6
Capão da Canoa	55.009	30	30	53	54,5	96,3
Tramandaí	53.507	20	5	18	9,3	33,6
Estância Velha	51.292	12	1	3	1,9	5,8
Santiago	49.298	20	12	25	24,3	50,7
Osório	46.815	20	12	19	25,6	40,5
Torres	39.381	20	18	28	45,7	71,1
Caxias do Sul	523.716	180	192	283	36,6	54,0
Porto Alegre	1.492.530	857	627	1.064	42,0	71,2
TOTAL	2.546.666	1.257	965	1.591	37,8	62,4

Fonte: Vidal (2023).

- b) Volume de acolhimentos e desacolhimentos: o levantamento da estimativa do volume total de novos acolhimentos e desacolhimentos, de 2017 a fevereiro de 2024, exposta no gráfico abaixo, trouxe a ocorrência de 174 desacolhimentos e 214 novos acolhimentos. Até 2020, o volume anual de ambos era similar, mas, posteriormente, os novos acolhimentos ficaram sempre acima, sendo que, entre 2020 e 2023, ocorreram 79 desacolhimentos, enquanto 120 novos(as) crianças e adolescentes foram acolhidos(as).

Gráfico 33 - Estimativa do volume total de novos acolhimentos e desacolhimentos de crianças e adolescentes, por ano, de 2017 a 2024*



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social (CAPÃO DA CANOA, 2024b).

*De janeiro a abril de 2018 e de março a abril de 2023, não foram encontradas informações.

Em relação aos motivos para a aplicação da medida de acolhimento institucional, em 2017, de 2018 a junho de 2020, de 2020 a julho de 2022 e fevereiro de 2024 (este último relacionado a quem estava acolhido(a) neste mês), verificou-se que:

- Em praticamente todos os períodos analisados, a negligência é a situação que mais se sobressai, seguida por dependência química dos pais ou responsáveis e por diferentes tipos de violência;
- Suspeita de abuso sexual e situação de rua também aparecem nos três momentos;
- Chama a atenção que inexistiu o motivo negligência em 2017, mas abandono é bastante expressivo;
- Conflitos familiares aparecem em 2018 e 2024, sendo que, neste último, empata, como o segundo motivo mais expressivo, com o uso abusivo de substâncias psicoativas por pais ou responsáveis.

Diferentes atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) municipal, entrevistados durante pesquisa apresentada por Vidal (2023), destacaram as situações de negligência, omissão, violência e abuso sexual como motivações para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes (VIDAL, 2023). Uma das

situações de violações de direitos que mais é evidenciada tanto nas falas dos atores quanto nos dados quantitativos é a negligência. Indo ao encontro do que expõe a referida pesquisa, entende-se que “[...] o termo ‘negligência’ pode abarcar diversos fatores e apresentado isoladamente padece de certo vazio conceitual” (VIDAL, 2023, p.54). Os principais elementos que o SGDCA municipal associa à negligência, no contexto do acolhimento institucional, são: evasão escolar, trabalho infantil, violências, baixa renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, criança ou adolescente fora da escola, vacinação, saúde básica, dependência química, insegurança alimentar e nutricional, fragilização de vínculos afetivos, histórico de violação de direitos.

Os motivos que têm levado ao acolhimento institucional em Capão da Canoa - que também dizem respeito às situações de violências e violações de direitos enfrentadas por crianças, adolescentes e, muitas vezes, também por suas famílias - evidenciam o grande desafio de estabelecer o afastamento do convívio familiar como medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à integridade física e/ou psíquica. “[...] Como este afastamento traz profundas implicações, tanto para a criança e o adolescente, quanto para a família, deve-se recorrer a esta medida apenas quando representar o melhor interesse da criança ou do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2009b, p.23).

- c) Forma de acesso ao serviço: dados de fevereiro de 2024 indicam que é majoritariamente (79%) por meio de requisição do Conselho Tutelar¹⁵. Essa configuração da forma de acesso vem se moldando desde a abertura do Serviço no Município, conforme trecho do Plano de Acolhimento, elaborado em 2016 pela SAIS: “[...] neste período de inauguração [2006] até o presente momento [2016] [...], em muitos casos, [o acolhimento institucional] era a primeira medida protetiva a ser tomada pelo Conselho Tutelar” (CAPÃO DA CANOA, 2016, p.6 apud CAPÃO DA CANOA, 2024b).

A pesquisa de Vidal (2023) evidenciou que os atores do SGDCA municipal apontaram que, “[...] em geral, as famílias que acabam sofrendo a ruptura nos laços e o afastamento dos filhos para os serviços de acolhimento não estavam sendo acompanhadas por nenhum serviço da rede socioassistencial[...]” (VIDAL, 2023, p.51). A fala do(a) representante do CREAS traz esta preocupação: “[...] ocorrem muitos acolhimentos emergenciais, de famílias que não estavam em nenhum serviço de acompanhamento e elas

¹⁵O item 3.1.5.1 traz dados acerca da requisição de acolhimento institucional pelo Conselho Tutelar.

passam a ter algum tipo de acompanhamento depois do acolhimento. O que deveria ser a última estratégia a ser adotada acaba sendo a primeira (Representante do CREAS, setembro de 2022)” (VIDAL, 2023, p.51). A mesma pesquisa ainda observa que, no que tange à prevenção do rompimento dos vínculos familiares, considerando o período em que a realizou (meados de outubro de 2022), “[...] nenhuma das famílias de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento estava sendo acompanhada antes de crianças e adolescentes serem encaminhadas/os ao serviço de acolhimento” (VIDAL, 2023, p.80).

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (art.101). Em conformidade com as disposições do referido Estatuto,

[...] deve-se recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade [...]

[...] Para que este princípio possa ser aplicado, é importante que se promova o fortalecimento, a emancipação e a inclusão social das famílias, por meio do acesso às políticas públicas e às ações comunitárias. Dessa forma, antes de se considerar a hipótese do afastamento, é necessário assegurar à família o acesso à rede de serviços públicos que possam potencializar as condições de oferecer à criança ou ao adolescente um ambiente seguro de convivência [...]

[...] De modo a viabilizar o acesso aos serviços das diversas políticas públicas, orienta-se que sejam formalizados, entre os órgãos responsáveis por tais políticas, protocolos de ação que assegurem a prioridade de acesso e o encaminhamento imediato das famílias nessa situação a tais serviços, programas, projetos, benefícios e ações (BRASIL, 2009c, p.23-24).

A medida de afastamento da criança ou do(a) adolescente do convívio familiar, com exceção das situações de caráter emergencial e/ou de urgência, deve ser aplicada por autoridade competente com base em uma recomendação técnica, fundamentada em diagnóstico, realizado por equipe interprofissional do órgão aplicador da medida ou por equipe formalmente designada para este fim (BRASIL, 2009c).

d) Duração do acolhimento

Tabela 20 - Volume total de crianças/adolescentes acolhidos(as), por tempo de acolhimento, de 2018 a 2023, no momento do preenchimento do Censo SUAS*

Tempo de acolhimento de crianças/adolescentes	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Menos de 1 mês	4	7	0	8	1	0	20
De 1 a 3 meses	1	0	4	3	3	18	29
De 4 a 6 meses	2	0	1	6	8	3	20
De 7 a 12 meses	4	8	5	3	9	4	33
De 13 a 24 meses	1	2	Questão Inexistente	Questão Inexistente	Questão Inexistente	Questão Inexistente	3
De 13 a 18 meses	Questão Inexistente	Questão Inexistente	2	3	4	6	15
De 19 a 24 meses	Questão Inexistente	Questão Inexistente	1	0	6	8	15
De 25 a 48 meses	0	0	4	7	0	7	18
De 49 a 72 meses	0	0	0	0	0	1	1
Mais de 72 meses (6 anos)	0	0	0	0	0	0	0
Total de pessoas acolhidas	12	17	17	30	31	47	154

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Censo SUAS (CAPÃO DA CANOA, 2024b).

*Em alguns anos, não havia a questão correspondente no Censo SUAS, o que foi identificado na tabela.

Em 2023, 38% dos(as) crianças e adolescentes estavam acolhidos(as) até 3 meses, 30% de 13 a 24 meses, 17% há mais de 24 meses e 15% de 4 a 12 meses.

Em relação ao período sistematizado, de 2018 a 2023, observa-se que estavam acolhidos(as) um e dois usuários(as) a partir de 13 meses em 2018 e 2019 respectivamente, realidade que se alterou significativamente desde 2020, quando passaram a ser sete acolhidos(as) nesse ano, dez em 2021, dez em 2022 e 22 em 2023. Proporcionalmente em relação ao total de pessoas acolhidas, quem estava acolhido(a) a partir de 13 meses representava 41% em 2020, 33% em 2021, 32% em 2022 e 47% em 2023. Logo, nessa série histórica, 2023 foi o ano em que mais pessoas estavam acolhidas a partir de 13 meses, o que

também representava a maior proporção em relação ao total de acolhidos(as), o que poderia também ser considerado como o ano em que se atingiu o extremo de uma situação que veio se manifestando de forma expressiva desde 2020.

e) Perfil do público atendido (CAPÃO DA CANOA, 2024b):

- De 2018 a 2023, as crianças (de zero até 12 anos de idade incompletos) representaram a maioria (70%) dos(as) acolhidos(as), enquanto que os(as) adolescentes (entre 12 e 18 anos de idade) perfizeram 30%. Os(as) acolhidos(as) do sexo masculino se sobressaíram de forma geral, representando 61%, e também eram, majoritariamente, as crianças acolhidas, perfazendo 67%. A faixa etária mais expressiva de acolhidos(as) no geral (39%) e por sexo (26% masculino e 12% feminino) foi a de seis a 11 anos de idade;
- De 2018 a junho de 2020, a maioria dos(as) acolhidos(as) era 66% branca (66%) e 34% eram negras.

f) A pesquisa de Vidal (2023) realizou, com base em diagnóstico das fragilidades, recomendações para o SGDCA de Capão da Canoa (as quais estão no ANEXO A) no que tange aos seguintes aspectos, órgãos, áreas ou políticas públicas: fortalecimento de vínculos das mães, Ministério Público, escola, Poder Judiciário, discussão e gestão das políticas de proteção municipais, salubridade, prevenção à ruptura de vínculos familiares e comunitários, educação em saúde, vacinação e saúde básica, provisoriedade do afastamento do convívio familiar, segurança alimentar, Conselho Tutelar, CREAS, trabalho, saúde mental, monitoramento e avaliação.

É importante que haja apropriação de tais recomendações e diálogo em torno das mesmas, inclusive para aprimorá-las e ou encontrar outras alternativas, o que deve se dar de forma intersetorial, uma vez que as violências e violações identificadas são de naturezas distintas, que implicam diferentes atores do SGDCA em sua origem e reprodução e, logo, também devem mobilizá-los em busca de caminhos possíveis. Esse processo poderia ser parte da elaboração do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

3.1.1.7 Centro de Referência da Mulher

Conforme dados sistematizados pela Vigilância Socioassistencial relativos aos casos acompanhados pelo Centro de Referência da Mulher (CRM), de 2022 a 2024, a partir dos registros realizados pela equipe da unidade:

- A média de casos acompanhados ao mês em 2022, 2023 e 2024, respectivamente, foi de 53, 67 e 52;
- Em todo o período, 420 mulheres foram inseridas em acompanhamento, o que perfaz uma média de 140 novas mulheres inseridas em acompanhamento por ano. De 2018 a 2020, 99 mulheres adultas (de 18 a 59 anos) em situação de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) ingressaram no PAEFI, ofertado pelo CREAS, o que compõe uma média de 33 novas mulheres ao ano. Ou seja, o volume de mulheres acompanhadas no último triênio, por meio do CRM, ampliou 324% em relação ao triênio anterior, quando o atendimento ocorria exclusivamente no CREAS;
- Formas de violência:

Tabela 21 - Volume de situações de violência identificadas entre as mulheres acompanhadas pelo CRM, conforme a forma de violência, por ano, de 2022 a 2024

Ano	2022	2023	2024
Formas de violência	Total	Total	Total
Violência Psicológica	117	120	112
Ameaças	97	112	85
Violência Física	71	71	78
Violência Patrimonial	35	36	33
Ameaça de Morte	27	42	30
Violência Moral	18	61	50
Cárcere Privado	4	1	0
Tentativa de Femicídio	2	0	4
Violência Sexual	2	5	11
Virtual	0	0	0

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, 2025.

- 39% vivenciavam a situação de violência há pelo menos um ano, sendo que, para 15% destas ocorria há cinco anos no mínimo; 27% estavam nessa situação até um ano; 19% vivenciavam até um mês ou foi um fato isolado;
- Tempo de relacionamento entre mulher e agressor: os períodos com mais incidência foram mais de dez anos (37%), de cinco a dez anos (15%), até um ano (12%) e de um a dois anos (8%);
- É significativo que 52% se relacionavam há cinco anos no mínimo, mas a duração da violência seja, majoritariamente, de até cinco anos, representando 71%, sendo que 46% destas vivenciavam a situação por até um ano. Ou seja, de forma geral, a violência vivenciada é recente se comparada ao tempo de relacionamento entre mulher e agressor;
- A faixa etária das mulheres predominante é a de 30 a 59 anos (71,6%), seguida por 18 a 29 (17,6%) e 60 anos ou mais (10,7%);
- 87% das mulheres inseridas em acompanhamento tinham filhos(as);
- Em termos de rede de apoio, as que mais se sobressaíram foram filhos(as) (35%), instituição religiosa (23%) e amigos(as) (15%);
- A maioria (58%) dos(as) agressores(as) eram ex-companheiros, ex-cônjuges ou ex-namorados das mulheres acompanhadas. Há registros de repetição das violências com o(a) mesmo(a) agressor(a) para 62% dos novos casos.

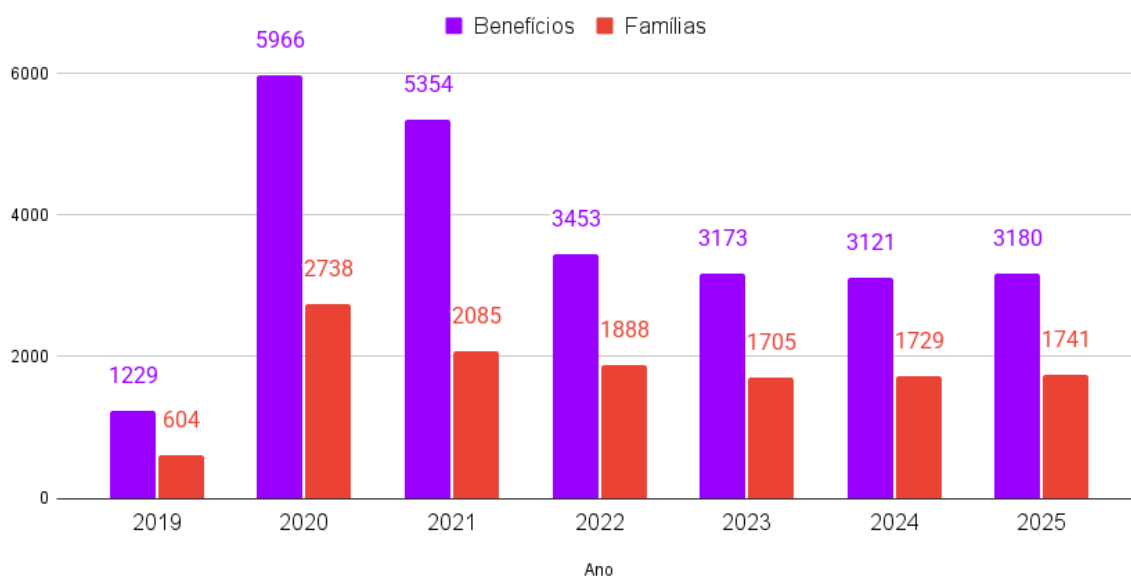
3.1.2 Insegurança alimentar e nutricional

Para dimensionar a demanda relacionada à insegurança alimentar e nutricional que aporta na Assistência Social, são apresentados dados acerca da oferta do benefício eventual alimentação (BEA) e das famílias que o acessaram, assim como do público beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da oferta de alimentação pela população em situação de rua.

3.1.2.1 Concessão do benefício eventual alimentação

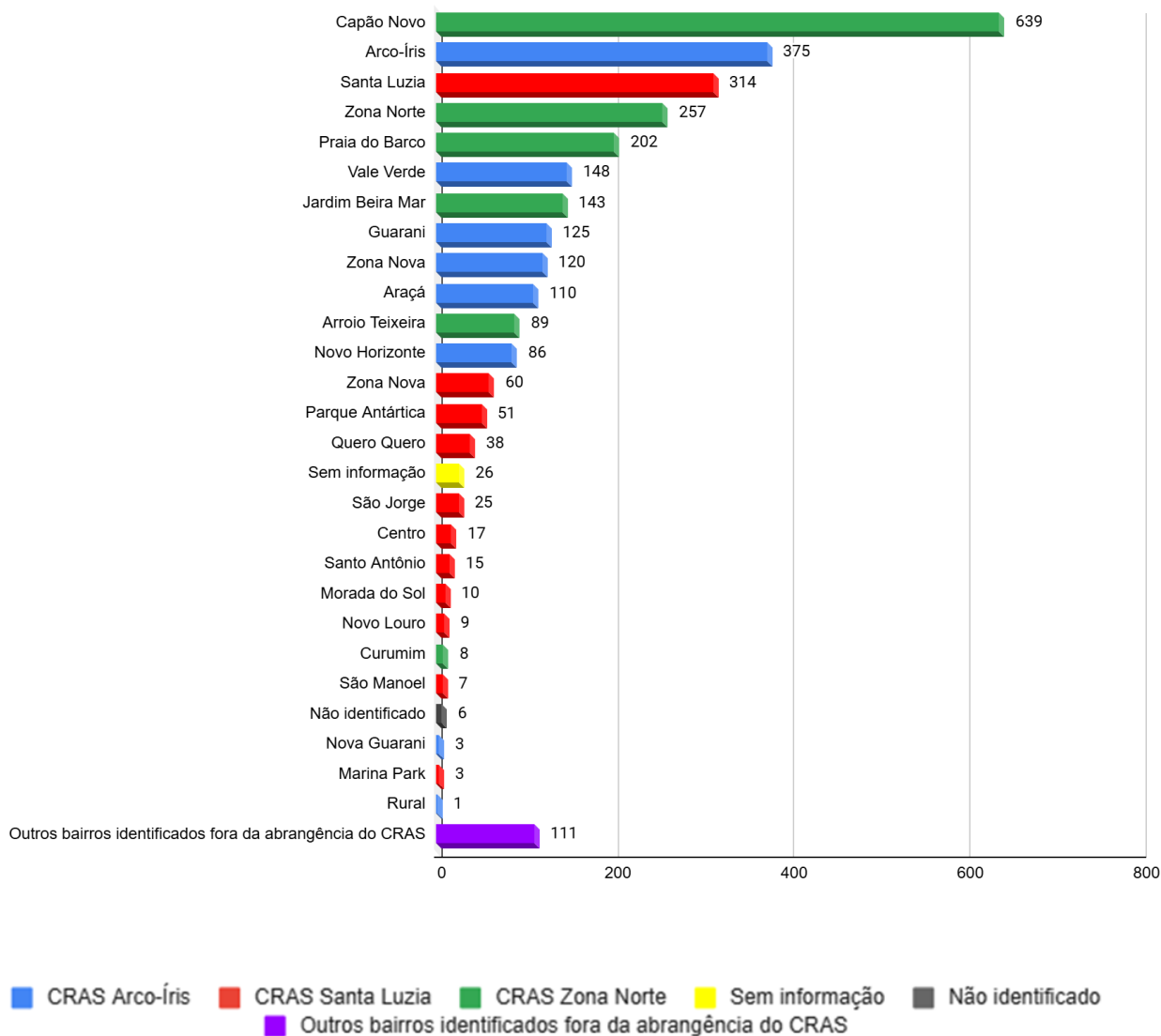
O gráfico a seguir evidencia que o volume de BEA e de famílias beneficiárias do mesmo ampliou significativamente a partir do período pandêmico, sendo o pico em 2020 e 2021, com indicativo de estabilização nos anos seguintes. Contudo, o volume dos últimos anos é cerca do triplo do que era antes da pandemia.

Gráfico 34 - Comparativo entre o volume de benefícios eventuais alimentação concedidos e o volume de famílias beneficiárias do benefício eventual alimentação, por ano, de 2019 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, 2026.

Gráfico 35 – Quantitativo de benefícios eventuais alimentação concedidos em 2024, conforme o bairro de moradia da família beneficiária e seu respectivo CRAS de referência¹⁶



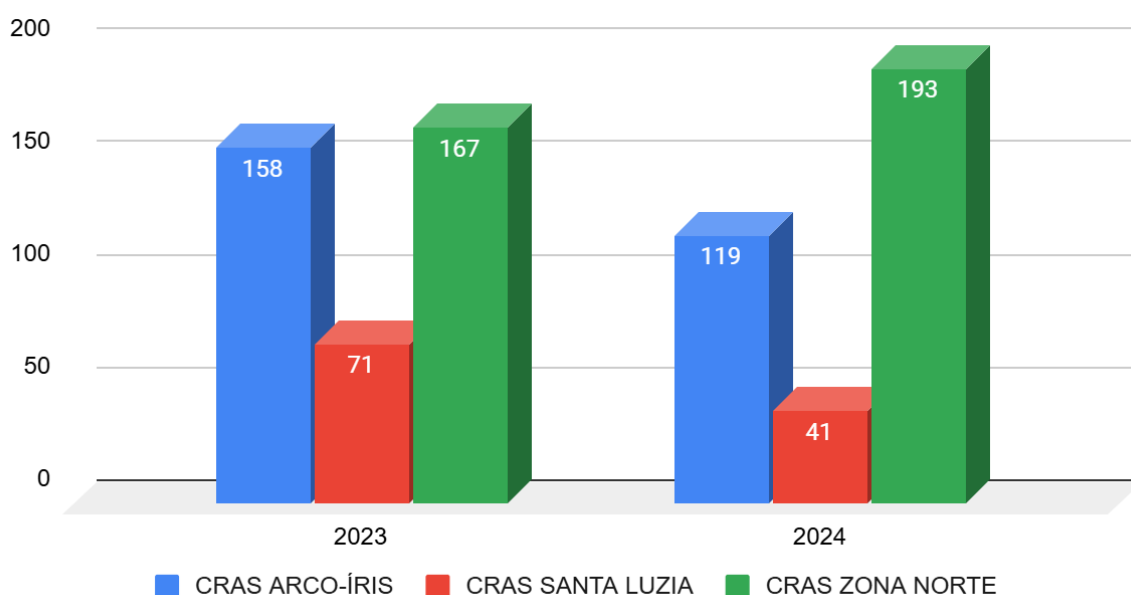
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social (CAPÃO DA CANOA, 2025b), com base em Sistema Pitfall, 2025.

¹⁶A informação sobre o bairro de moradia das famílias beneficiárias não é do momento em que acessaram o BEA, mas do momento em que a sistematização dos dados foi elaborada, em abril de 2025. Então pode ser que o bairro identificado não seja o mesmo que residiam quando acessaram o benefício. Então algumas residem hoje em bairro fora da abrangência do CRAS que havia lhe concedido o BEA. Nesses casos, o bairro não será contabilizado no gráfico, mas no campo “outros bairros identificados fora da abrangência do CRAS”. Além disso, o campo “sem informação” é quando não foi registrado o bairro no prontuário familiar e “não identificado” quando o bairro registrado não perfaz nenhum bairro municipal.

O gráfico acima demonstra que a maior demanda do BEA ocorre no território dos CRAS Arco-Íris e Zona Norte. Em termos de bairros, Capão Novo se destaca em relação aos demais, sendo seguido por Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte.

As famílias que acessaram três ou mais benefícios nos anos de 2023 e 2024 também são da abrangência dos CRAS Arco-Íris e Zona Norte, conforme os próximos gráfico e quadro, o que pode evidenciar maior insegurança alimentar nesses territórios.

Gráfico 36 - Quantitativo de famílias que acessaram três ou mais benefícios eventuais alimentação em 2023 e 2024, por CRAS de referência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025b).

Tabela 22 - Comparativo do total de famílias que acessaram três ou mais benefícios eventuais alimentação em 2023 e 2024, por CRAS de referência

	2023	Porcentagem	2024	Porcentagem
CRAS Arco-Íris	158	39,90%	119	33,71%
CRAS Santa Luzia	71	17,93%	41	11,61%
CRAS Zona Norte	167	42,17%	193	54,67%
Total	396	100%	353	100%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025b).

3.1.2.2 Ofertas relacionadas à alimentação para a população em situação de rua

Os dados sobre ofertas de alimentação à população em situação de rua (PSR) são relativos ao contexto do trabalho social desenvolvido pelo CREAS, sendo que, eventualmente, contemplou também o alojamento provisório para esse público.

Tabela 23 - Ofertas relacionadas à alimentação concedidas para a população em situação de rua, por ano, de 2020 até o primeiro semestre de 2025, por tipo

Ano	Quantitativo concedido	Ofertas ¹⁷
2020	5.119	almoços e jantas, incluindo alojamento provisório a partir de julho
2021	14.637	cafés, almoços e jantas, incluindo alojamento provisório até junho
2022	7.505	cafés e almoços
2023	10.344	cafés e almoços
2024	6.155	cafés e almoços
1º semestre de 2025	1.285	cafés, almoços e jantas, incluindo alojamento provisório desde 24/06)

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, 2025.

3.1.2.3 Perfil do público beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos

O PAA¹⁸ foi executado nos anos de 2023 e 2024 pela SAIS, por meio da destinação de cestas com frutas, legumes e verduras às famílias em situação de insegurança alimentar e

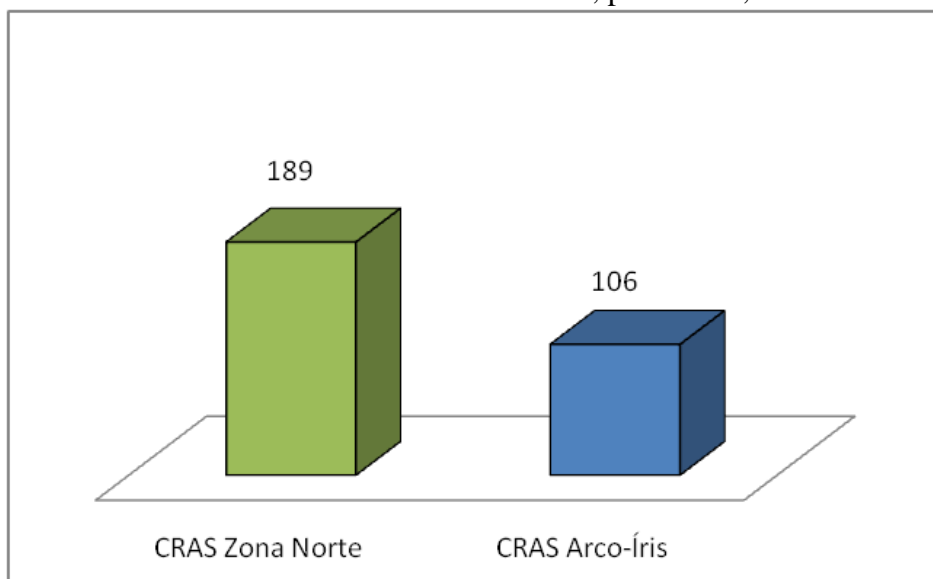
¹⁷ Em alguns períodos, essas ofertas ocorreram também em alojamento provisório para a população em situação de rua, informação que foi sinalizada na tabela.

¹⁸ Gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o PAA “Realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. O PAA tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local, e de promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar e nutricional”.

nutricional atendidas pelos CRAS. Em 2024, foram entregues 6.886 cestas com frutas, legumes e verduras para 1.235 famílias.

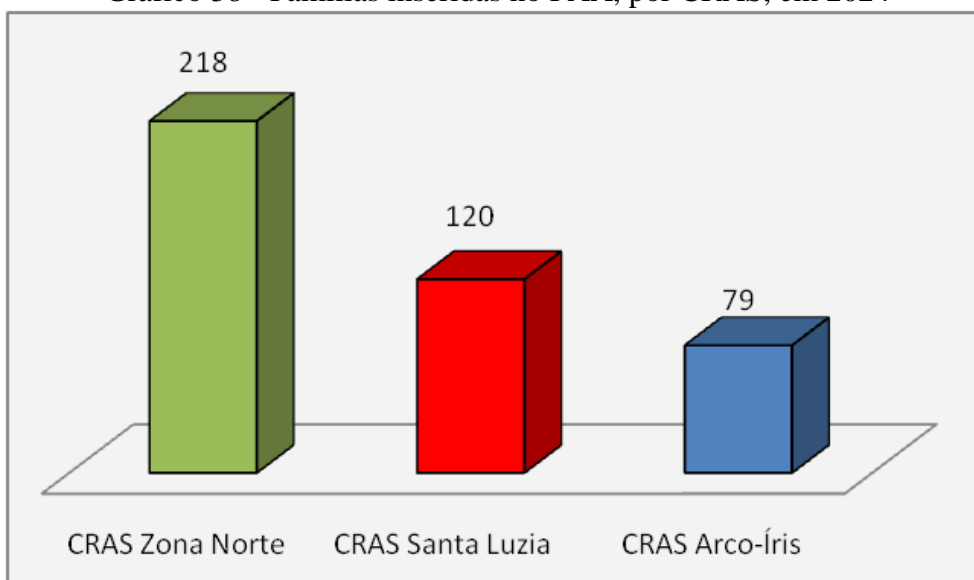
Em 2023 e 2024, há registros de inserções de 712 novas famílias no Programa, sendo 295 em 2023, considerando os CRAS Arco-Íris e Zona Norte¹⁹, e 417 em 2024, contemplando todos os CRAS. Os gráficos a seguir demonstram o quantitativo de novas famílias inseridas no PAA:

Gráfico 37 - Famílias inseridas no PAA, por CRAS, em 2023



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 38 - Famílias inseridas no PAA, por CRAS, em 2024

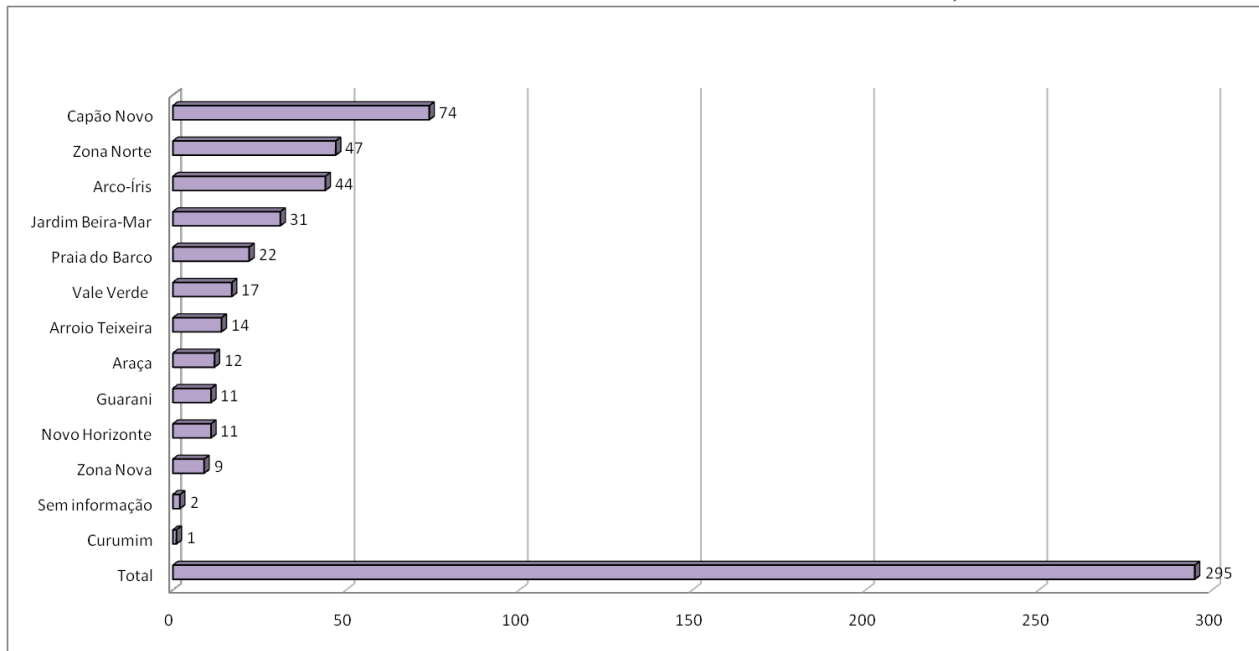


¹⁹ Não há informações disponíveis sobre o CRAS Santa Luzia em 2023.

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

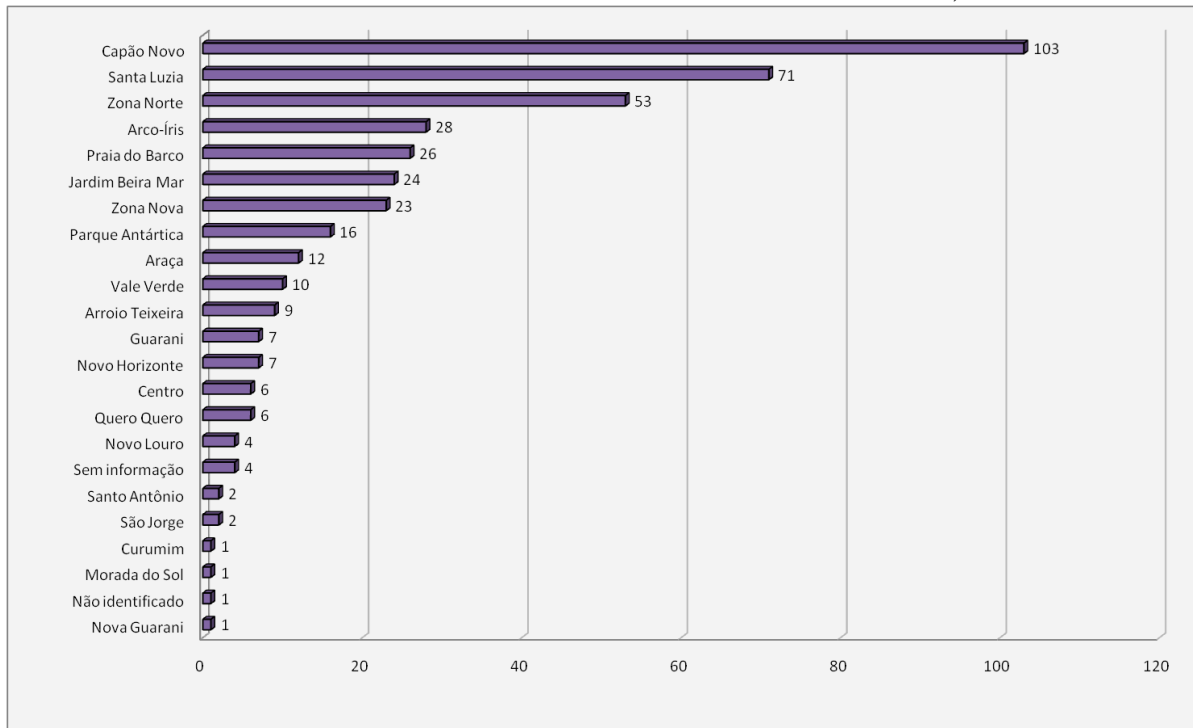
Os próximos gráficos trarão os bairros de residência das famílias inseridas no Programa, que evidenciam que a maior incidência é dos bairros Capão Novo (25%), Zona Norte (14%), Arco-Íris (10%), Jardim Beira-Mar (8%) e Praia do Barco (7%).

Gráfico 39 - Bairro de residência das famílias inseridas no PAA, em 2023



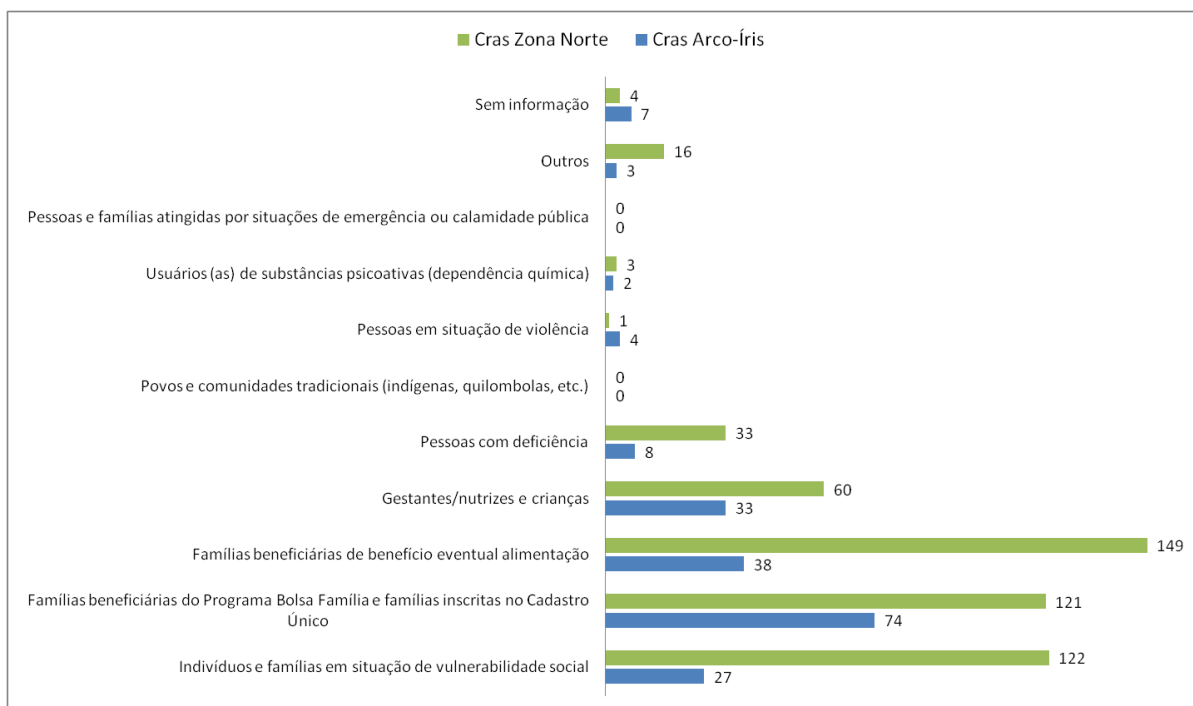
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 40 - Bairro de residência das famílias inseridas no PAA, em 2024



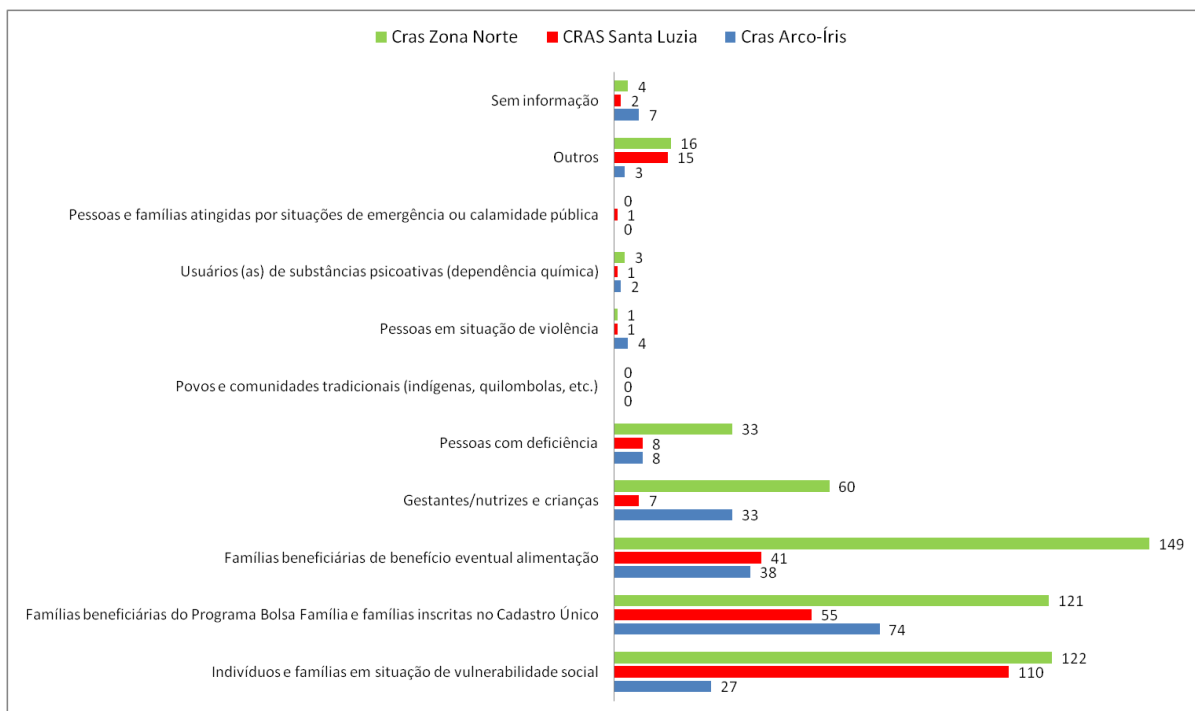
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 41 - Situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2023, por CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 42 - Situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2024, por CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 43 - Outras situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2023, por CRAS

	CRAS Arco-Íris	CRAS Zona Norte	Total
Pessoa idosa	2	12	14
Beneficiário(a) de BPC	1	8	9
Total	3	20	23

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 44 - Outras situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2024, por CRAS

	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Pessoa idosa	1	2	6	9
Beneficiário(a) de BPC	0	8	3	11

Acolhimento institucional	0	1	0	1
Auxílio-doença	0	1	0	1
Sem renda	0	3	0	3
Família em PAEFI	0	0	2	2
Vulnerabilidade socioeconômica	0	0	8	8
Família estrangeira	0	0	3	3
Criança/adolescente	4	0	0	4
Total	5	15	22	42

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

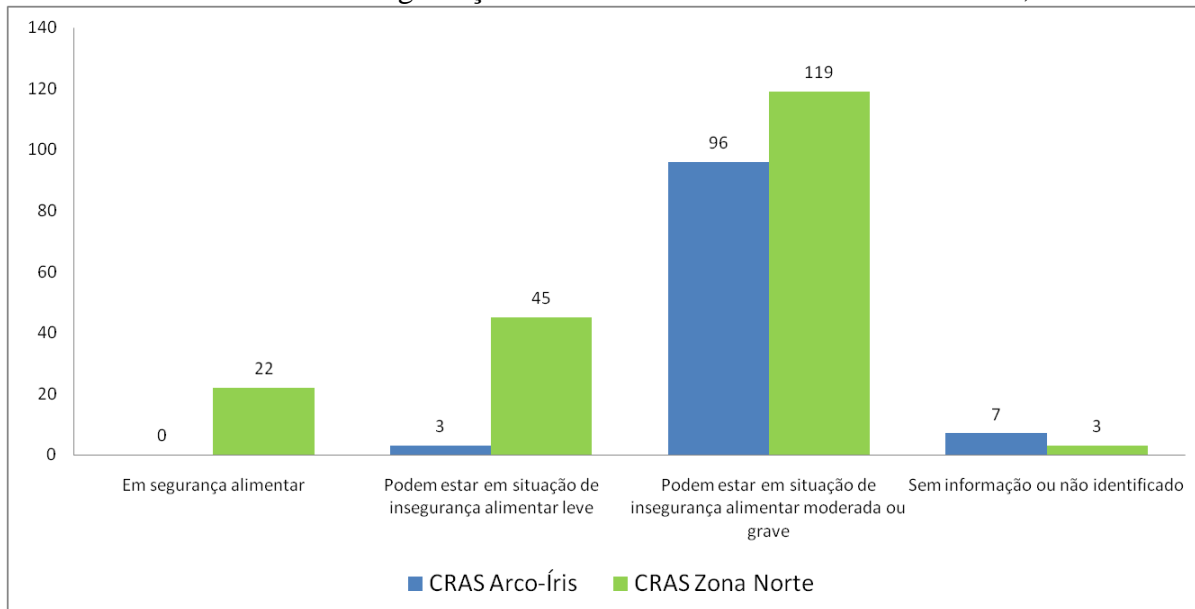
A Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) foi aplicada pelas equipes técnicas dos CRAS quando da inserção de novas famílias no PAA, nos anos de 2023 e 2024²⁰. A TRIA é um instrumento recomendado pelo Ministério da Saúde que possibilita a rápida identificação de famílias em risco de Insegurança Alimentar (IA) e monitoramento da situação de IA no território (BRASIL, 2021b)²¹.

Considerando os anos de 2023 e 2024, a TRIA indicou que 36% das famílias inseridas no PAA poderiam estar em situação de insegurança alimentar leve e 76% poderiam estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Em relação ao contexto em cada ano e por CRAS, seguem os gráficos abaixo:

²⁰ Todos os CRAS aplicaram em 2024, mas, em 2023, apenas os CRAS Arco-Íris e Zona Norte o fizeram.

²¹ O instrumento é composto por duas questões, que foram perguntadas às famílias, com a possibilidade de resposta sim ou não. São as questões: 1) Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que você tivesse dinheiro para comprar a comida? 2) Nos últimos três meses, você comeu apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinha, porque o dinheiro acabou? Ao responder não para as duas questões da TRIA, considera-se que o indivíduo e todos os(as) moradores(as) do seu domicílio estão em situação de segurança alimentar. Quando o indivíduo responder sim para uma questão na TRIA, o indivíduo e todos os(as) moradores(as) do seu domicílio podem estar em situação de insegurança alimentar leve, ou seja, quando os moradores do domicílio demonstram preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e/ou quando existe comprometimento da qualidade da alimentação no domicílio. Ao afirmar duas questões na TRIA, o indivíduo e todos os(as) moradores(as) do seu domicílio podem estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, possivelmente indicando que existe comprometimento da qualidade e da quantidade da alimentação no domicílio não só entre os adultos, mas também entre as crianças.

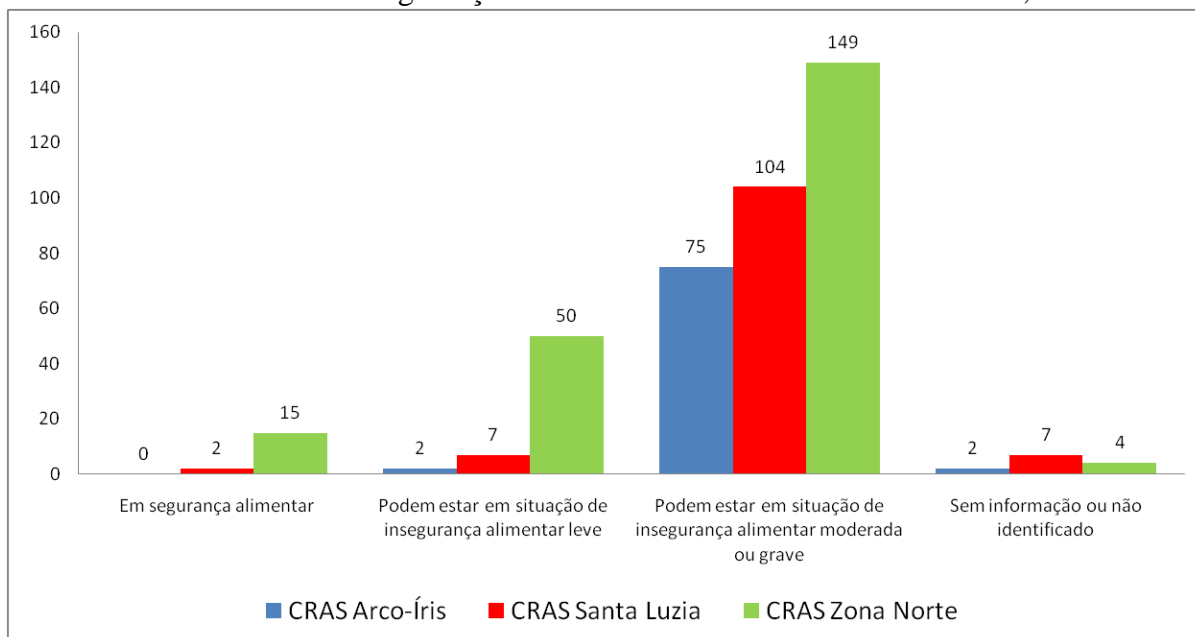
Gráfico 45 - Risco de insegurança alimentar das famílias inseridas no PAA, em 2023



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Das 295 famílias inseridas no PAA em 2023, a maioria (73%) poderia estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Em relação a cada CRAS, 91% das famílias inseridas no PAA pelo CRAS Arco-Íris e 63% pelo CRAS Zona Norte estavam nessa situação.

Gráfico 46 - Risco de insegurança alimentar das famílias inseridas no PAA, em 2024



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Das 417 famílias inseridas no PAA em 2024, a maioria (79%) poderia estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Em relação a cada CRAS, estavam nessa situação 95% das famílias inseridas no PAA pelo CRAS Arco-Íris, 87% pelo CRAS Santa Luzia e 68% pelo CRAS Zona Norte.

3.1.3 Volume de notificações de violência interpessoal e autoprovoçada e públicos vitimados

3.1.3.1 Volume e perfil do público vitimado

Em relação ao preenchimento por profissionais da Ficha de Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovoçada, informada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)²², são apresentados dados gerais, repassados pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa e, posteriormente, dados específicos sobre crianças, adolescentes, PCDs, PIs, PSRs e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIA+).

A tabela abaixo demonstra o total de notificações, no período identificado:

Tabela 24 - Total de notificações de violência registradas no SINAN, por período²³

Período	Total de notificações
2021	114
1º semestre 2022	209
2023	320
2024	266 ²⁴

²² “[...] A notificação dos casos suspeitos e confirmados de violência é obrigatória/compulsória a todos os profissionais de saúde de instituições públicas ou privadas. Profissionais de outros setores, como educação, assistência social, saúde indígena, conselhos tutelares, centros especializados de atendimento à mulher, entre outros, também podem realizar a notificação.

[...] Para fins de notificação, deve-se notificar: Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovoçada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBT, independentemente do tipo e da natureza/forma de violência” (RIO GRANDE DO SUL, [2024?]).

²³ Não se teve acesso à informação anual dos anos de 2022 e 2025.

²⁴ Houve divergência em relação às informações de notificações em 2024, pois, no primeiro material a qual se teve acesso, eram 220 notificações e, posteriormente, constaram 266. Contudo, optou-se por utilizar o dado mais recente.

1º trimestre 2025

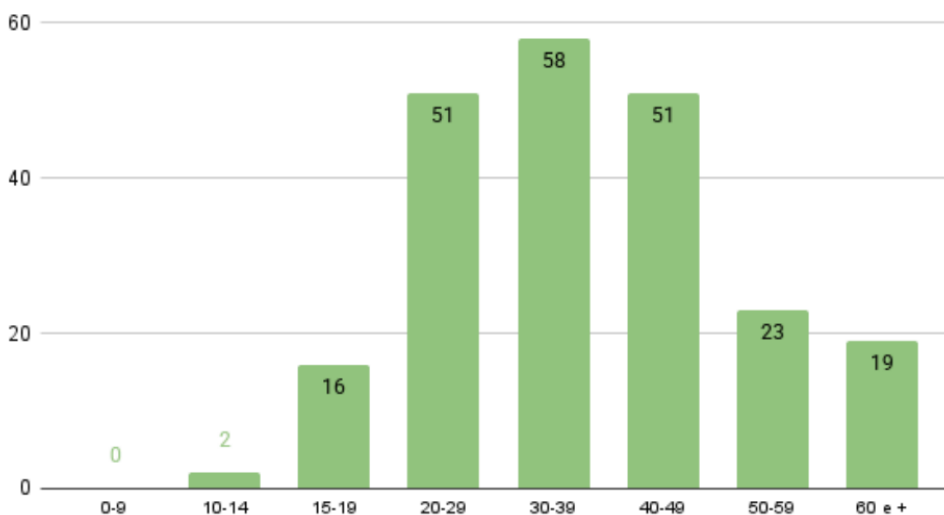
96

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações disponibilizadas pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa, 2026.

É importante destacar que parte expressiva das notificações municipais tem sido feita pelo CRM, representando em cada um dos períodos apresentados na tabela acima, respectivamente, 40%, 63%, 47%, 53% e 60% das notificações realizadas.

Em relação ao ano de 2024, com base em dados disponibilizados pela Vigilância Epidemiológica, chegou-se ao seguinte perfil dos casos notificados²⁵: 88% pessoas do sexo feminino; 86% brancas; 56% solteiras e 21% casadas ou em união estável; 85% heterossexuais; 10% tinham ensino fundamental incompleto, 26%, o ensino fundamental completo, 12%, o ensino médio incompleto e 50%, o ensino médio completo ou mais. A faixa etária e ao bairro da ocorrência seguem apresentados nos próximos dois gráficos, respectivamente:

Gráfico 47 - Faixa etária das vítimas das notificações de violência registradas no SINAN, em 2024

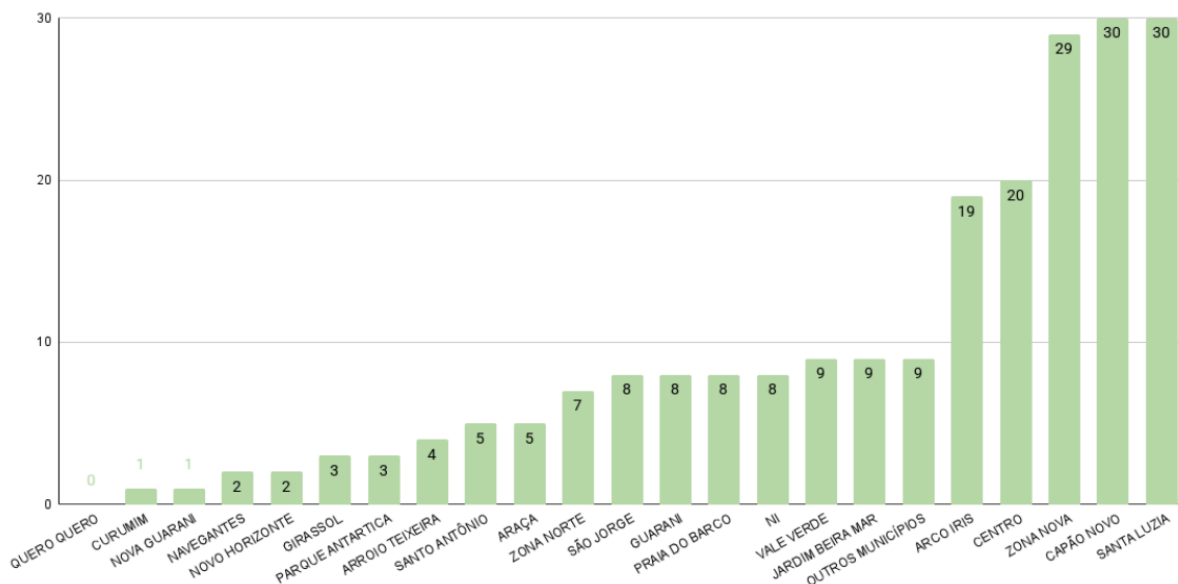


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações disponibilizadas pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa, 2025.

A maioria dos casos notificados são de pessoas adultas. Chama a atenção a baixa notificação de casos que envolvem crianças, adolescentes e pessoas idosas.

²⁵ Os dados acerca do perfil advêm do primeiro material a qual se teve acesso, logo, referem-se a 220 notificações.

Gráfico 48 - Bairro da ocorrência das notificações de violência registradas no SINAN, em 2024*

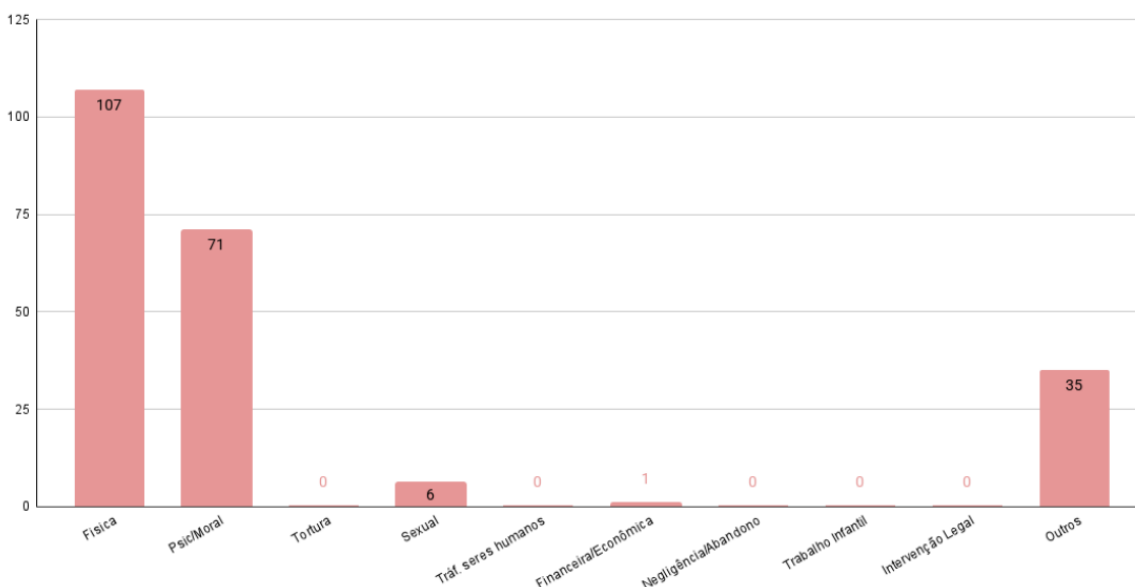


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações disponibilizadas pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa, 2025.

* NI significa não informado.

Dentre os tipos de violência identificados entre os casos notificados, destacam-se a violência física, (49%) e a violência psicológica ou moral (32%). Negligência ou abandono e trabalho infantil não foram identificados.

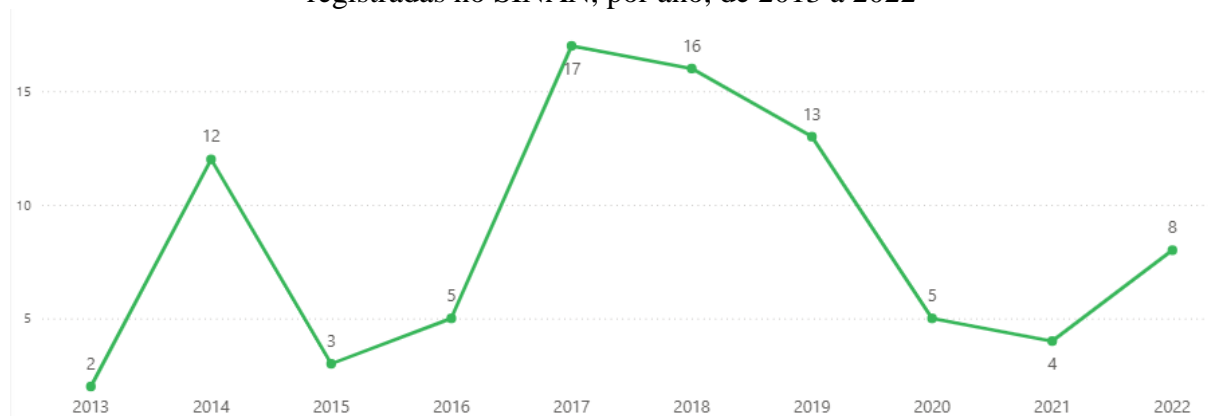
Gráfico 49 - Tipos de violência identificados entre as notificações de violência registradas no SINAN, em 2024



Fonte: Informações disponibilizadas pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa, 2025.

3.1.3.2 Crianças e adolescentes

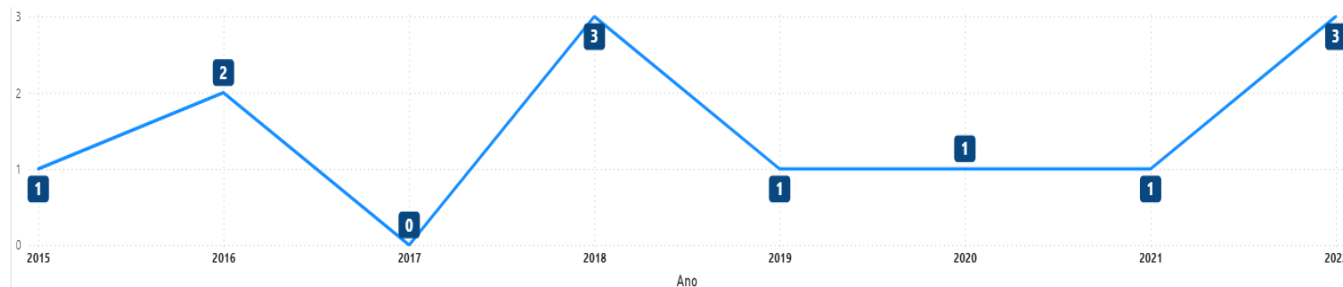
Gráfico 50 – Evolução das notificações de violência contra crianças e adolescentes registradas no SINAN, por ano, de 2013 a 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

3.1.3.3 Pessoas com deficiência

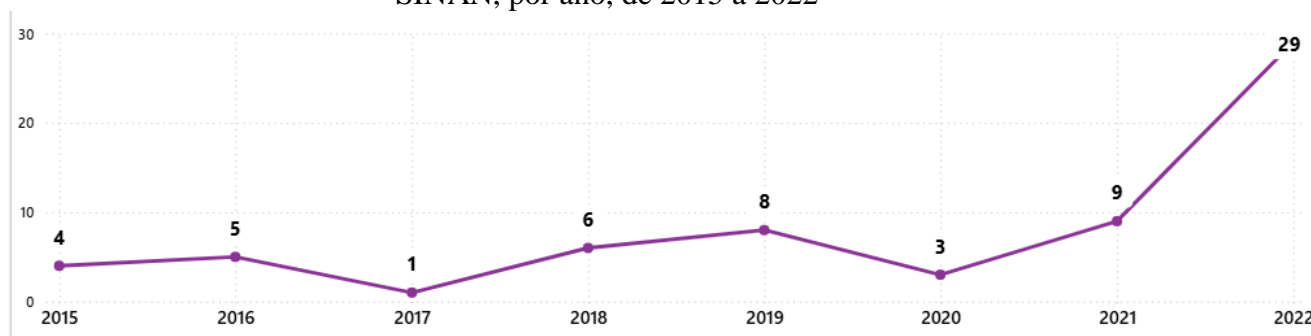
Gráfico 51 - Evolução das notificações de violência contra PCDs registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

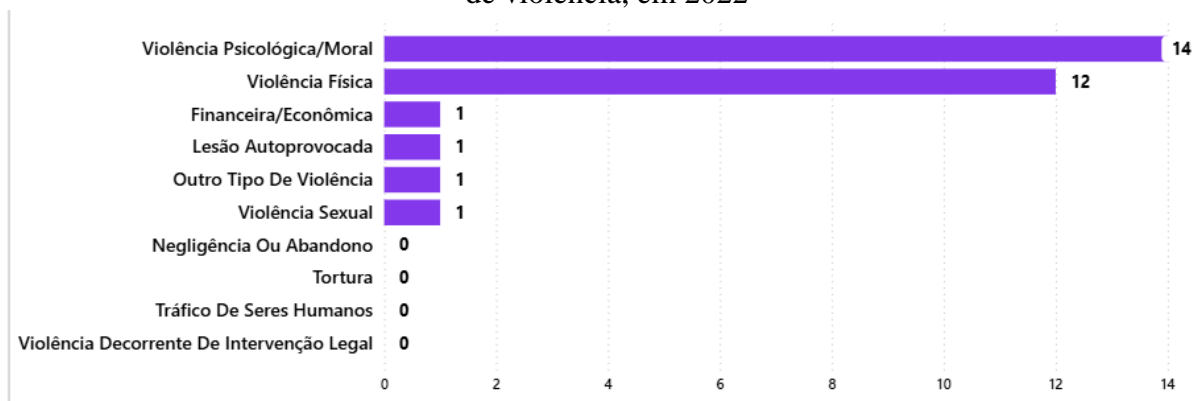
3.1.3.4 Pessoas idosas

Gráfico 52 - Evolução das notificações de violência contra pessoas idosas registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

Gráfico 53 - Notificações de violência contra pessoas idosas registradas no SINAN, por tipo de violência, em 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

3.1.3.5 Pessoas em situação de rua

De 2015 a 2024, houve 26 notificações de violência interpessoal ou autoprovocada contra a população em situação de rua no SINAN (ObservaDH [2025]). Destas, 21 se tratavam de violência interpessoal, duas de violência autoprovocada e a origem da violência não foi informada para três. O gráfico abaixo demonstra a evolução nas notificações:

Gráfico 54 – Evolução das notificações de violência contra pessoas em situação de rua registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2024

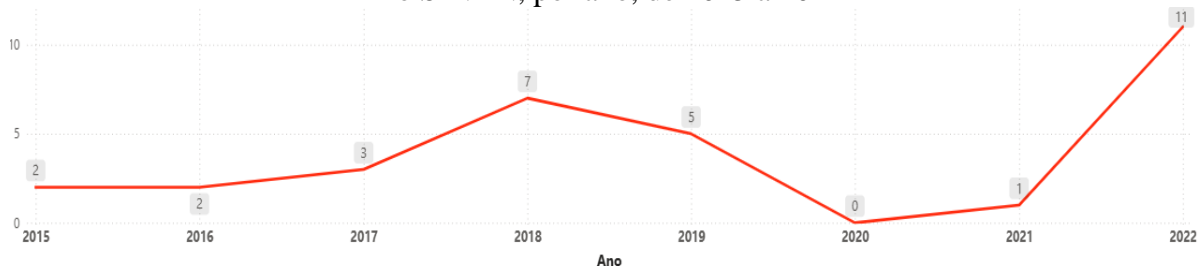


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em ObservaDH [2025] (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

Desde 2020, há uma crescente ampliação das notificações. Em relação às seis notificações realizadas em 2024: cinco se tratavam de pessoas do sexo masculino (83%); três eram brancos(as) e três, negros(as); três tinham de 40 a 49 anos de idade, um de 12 a 19 anos, um de 30 a 39 anos e um de 70 a 79 anos; todas tiveram como tipo de violência a física, tendo ocorrido em via pública, sem identificação do tipo de vínculo com o provável agressor (ObservaDH [2025]).

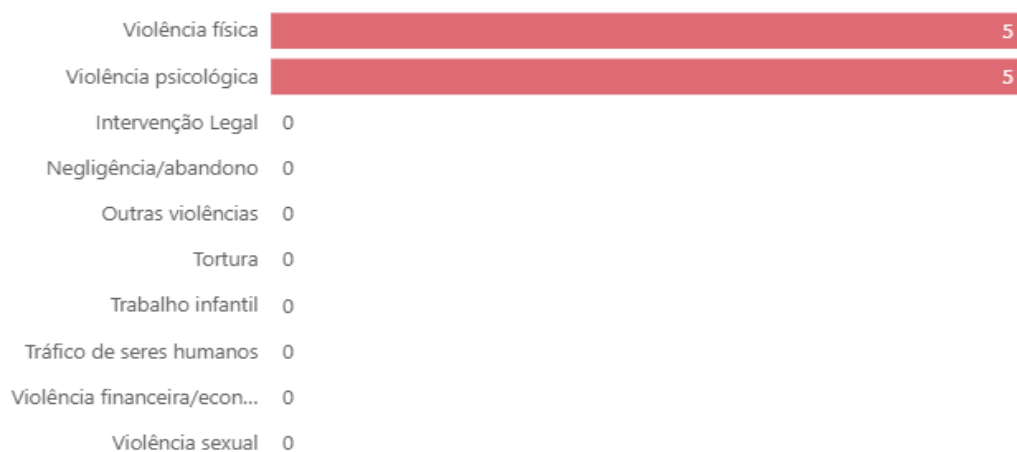
3.1.3.6 Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero

Gráfico 55 - Evolução das notificações de violência contra pessoas LGBTQIA+ registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

Gráfico 56 - Notificações de violência contra pessoas LGBTQIA+ registradas no SINAN, por tipo de violência, em 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

3.1.4 Indicadores da segurança pública que têm como vítimas mulheres em situação de violência, crianças, adolescentes e pessoas idosas²⁶

Os dados apresentados advém do registro de ocorrências policiais cujas vítimas eram mulheres em situação de violência, crianças, adolescentes e pessoas idosas, conforme o enquadramento²⁷, e contemplam períodos diferentes, que são sempre identificados.

3.1.4.1 Mulheres em situação de violência

Tabela 25 - Indicadores da violência contra as mulheres, conforme registros de ocorrências policiais, por tipo de enquadramento, de 2018 a 2025

	Feminicídio consumado	Feminicídio tentado	Ameaça	Estupro	Lesão corporal
2025	1	1	277	24	184
2024	0	0	247	20	180
2023	1	0	335	22	186
2022	0	0	245	30	193
2021	0	0	250	20	163
2020	0	0	254	20	146
2019	1	2	268	7	143
2018	0	3	280	9	168

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SIP/PROCERGS (RIO GRANDE DO SUL [2026c]), 2026.

²⁶Em relação aos dados deste item, é importante levar em consideração o seguinte: a) os dados representam um recorte temporal e retratam os fatos registrados na data da atualização da base de dados. Estão sujeitos, portanto, a alterações provenientes da revisão de ocorrências duplicadas, apuração de informações oriundas de investigações, diligências, perícias e correção do fato no final da investigação policial, entre outros; para os dados de estupro consideram-se os dados referentes a Estupro e Estupro de Vulnerável (RIO GRANDE DO SUL [2026b]).

²⁷Nome do fato criminal, descrição do fato, qualifica o fato ocorrido.

3.1.4.2 Crianças e adolescentes

Nos anos de 2023, 2024 e 2025, foram registradas, respectivamente, 242, 260 e 237 ocorrências policiais que tiveram como vítimas 269, 287 e 259 crianças e adolescentes. Essas ocorrências perfizeram 3,59% do total de ocorrências em Capão da Canoa no período, que totalizaram 20.573.

De acordo com a tabela abaixo, os tipos de enquadramento que mais se sobressaíram em todo o período foram lesão corporal (150)²⁸, ameaça (88), estupro de vulnerável (79), outros crimes contra a criança/adolescente (63), maus tratos (60) e vias de fato (45). Destaca-se que o registro de estupro vem se ampliando a cada ano, escalando de um em 2023 para oito em 2025. Ainda, no último ano, houve um registro de feminicídio.

Tabela 26 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por tipo de enquadramento, ao ano, de 2023 a 2025

Enquadramento	2023	2024	2025	Total
Abandono de incapaz	3	4	10	17
Abandono material	2	2	2	6
Ameaça	32	29	27	88
Ameaça a estabelecimento de ensino	1	0	0	1
Apropriação indébita	0	0	1	1
Ato obsceno	0	1	0	1
Calúnia	1	1	1	3
Coação no curso do processo	0	1	0	1
Constrangimento ilegal	0	0	1	1
Crimes de tortura lei 9455 de 1997	0	1	0	1
Dano	0	0	1	1
Dano qualificado	1	0	0	1
Descumprimento de medida protetiva de urgência	1	4	2	7
Desobediência	0	1	0	1
Difamação	1	2	0	3
Discriminação a pessoa com deficiência	0	0	1	1
Divulgação de cena de estupro de sexo ou de pornografia	0	0	3	3
Entorpecentes - tráfico	0	0	2	2
Estelionato	0	1	2	3
Estelionato fraude com a utilização de ativos virtuais valores mobiliários ou ativos financeiros	0	1	0	1
Estelionato fraude eletrônica	0	1	0	1

²⁸ Este dado contempla a soma de todos os tipos de lesão corporal.

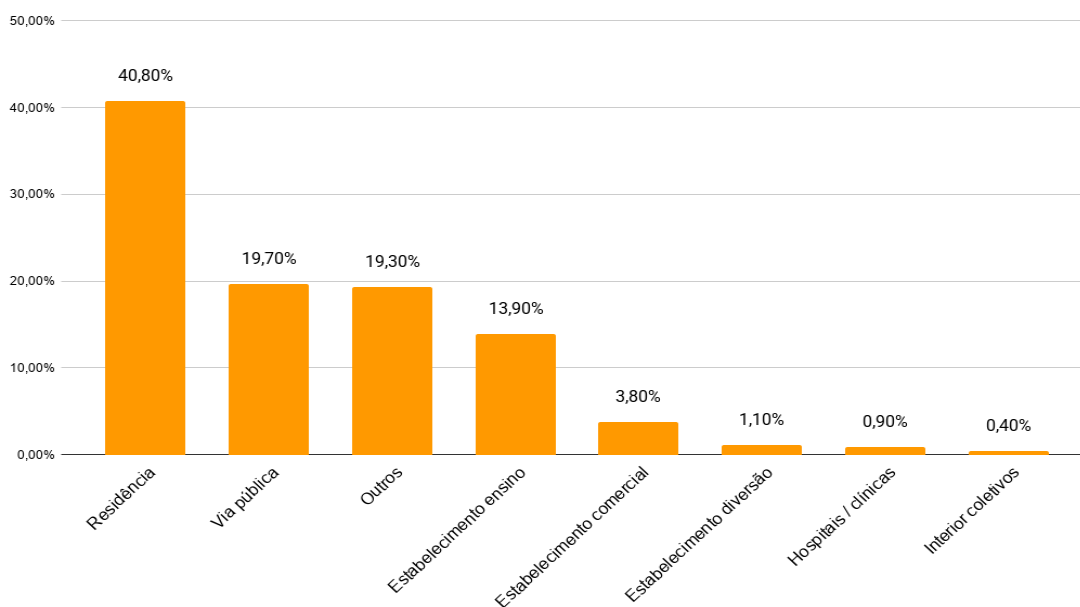
Estupro	1	4	8	13
Estupro de vulnerável	27	25	27	79
Exploração sexual infanto-juvenil	0	1	0	1
Falsificação de documentos particulares	0	1	0	1
Feminicídio	0	0	1	1
Fuga de local de acidente - art. 305	0	0	4	4
Furto de celular	6	11	6	23
Furto de documento	1	2	0	3
Furto em veículo	0	2	0	2
Furto qualificado	3	2	2	7
Furto simples	8	4	1	13
Homicídio culposo direção veic automotor	2	0	0	2
Homofobia/transfobia	0	1	0	1
Importunação sexual	10	10	5	25
Incêndio culposo	0	1	0	1
Induzimento instigação auxílio ao suicídio ou a automutilação	0	0	1	1
Injúria	3	7	5	15
Injúria discriminatória	2	0	3	5
Intimidação bullying	0	4	0	4
Lesão corporal	37	31	29	97
Lesão corporal culposa	3	2	3	8
Lesão corporal culposa direção veic automotor	13	16	13	42
Lesão corporal grave	1	1	0	2
Lesão corporal leve	1	0	0	1
Maus tratos	21	22	17	60
Omissão de cautela na guarda ou condução de animais	3	1	1	5
Outras fraudes	1	1	1	3
Outros crimes	10	12	8	30
Outros crimes contra a criança/adolescente	23	19	21	63
Outros crimes contra relação de consumo e ou economia popular	0	1	0	1
Outros crimes que geram termos circunstanciados	0	1	0	1
Outros furtos	0	0	1	1
Perigo a vida/saúde de outrem	0	2	0	2
Perseguição	2	0	4	6
Perturbação do trabalho ou do sossego alheios	0	2	0	2
Preconceito deficiência	1	0	0	1
Preconceito raça cor	1	1	0	2
Receptação culposa	1	0	0	1
Receptação qualificada	1	0	0	1
Roubo a pedestre	5	3	2	10
Roubo a pedestre com lesões	0	1	0	1
Roubo de telefone celular	1	0	0	1
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	0	0	1	1
Sequestro e cárcere privado	1	0	0	1

Servir bebida alcoólica a vulneráveis	1	0	0	1
Subtração de incapaz	0	1	3	4
Vias de fato	10	18	17	45
Violência psicológica contra mulher art 147b	0	1	0	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

O gráfico abaixo evidencia que 40,8% das ocorrências tiveram como local do fato a residência.

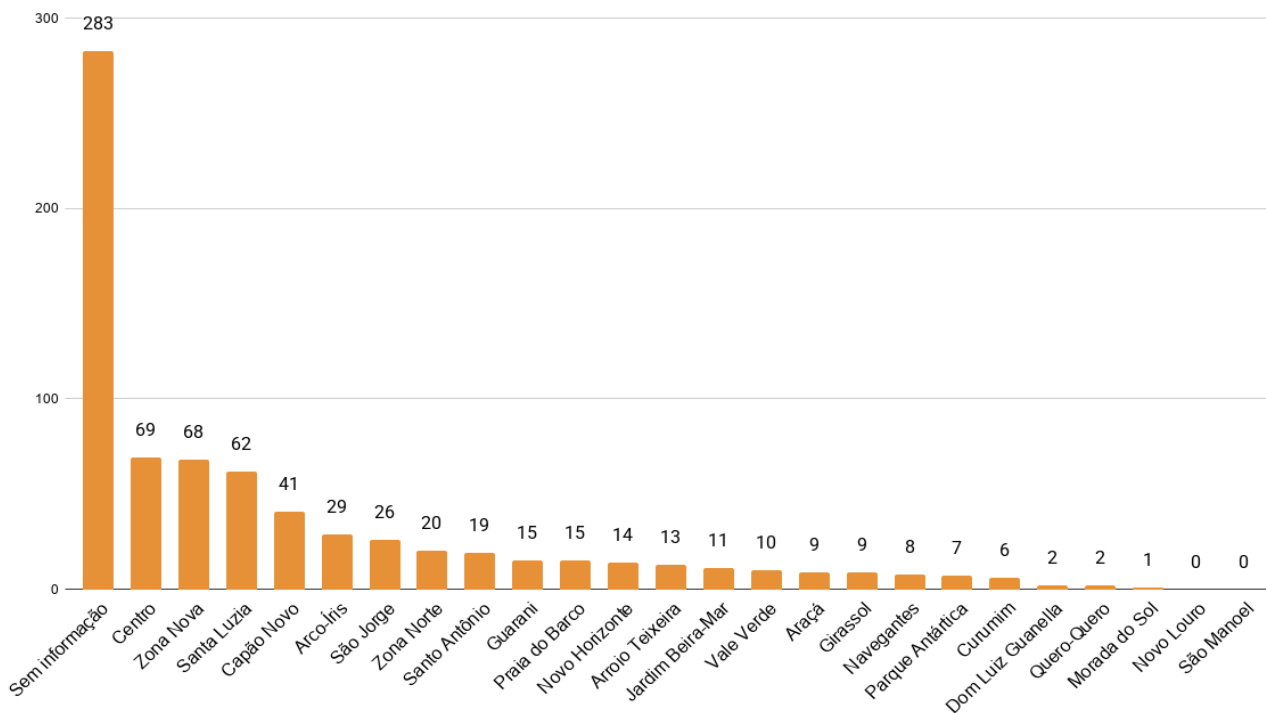
Gráfico 57 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por tipo de local do fato, de 2023 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

Em relação às ocorrências que tinham a informação sobre o bairro, que representaram 61,7% do total em todo o período, os próximos gráfico e tabela demonstram o quantitativo em cada um. Destacaram-se os bairros Centro, Zona Nova, Santa Luzia, Capão Novo, Arco-Íris, São Jorge e Zona Norte, com pelo menos 20 ocorrências no período. Por região de abrangência dos CRAS, a que mais teve incidência registrada foi a do Santa Luzia (44,95%), seguida por Arco-Íris (31,79%) e Zona Norte (23,24%).

Gráfico 58 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por bairro, de 2023 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

Tabela 27 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por bairros de abrangência de CRAS, ao ano, de 2023 a 2025²⁹

Ano	2023	2024	2025	Total
CRAS Arco-Íris				
Araçá	1	4	4	9
Arco-Íris	12	10	7	29
Guarani	7	4	4	15
Novo Horizonte	6	5	3	14
Vale Verde	0	5	5	10
Zona Nova	23	28	17	68
Total	49	56	40	145
CRAS Santa Luzia				

²⁹Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Centro	26	23	20	69
Dom Luiz Guanella	0	0	2	2
Girassol	1	3	5	9
Morada do Sol	1	0	0	1
Novo Louro	0	0	0	0
Quero-Quero	0	1	1	2
Navegantes	3	1	4	8
Parque Antártica	3	2	2	7
Santa Luzia	27	23	12	62
Santo Antônio	4	6	9	19
São Jorge	7	12	7	26
São Manoel	0	0	0	0
Total	72	71	62	205
CRAS Zona Norte				
Arroio Teixeira	3	5	5	13
Capão Novo	12	15	14	41
Curumim	1	3	2	6
Jardim Beira-Mar	6	1	4	11
Praia do Barco	4	6	5	15
Zona Norte	8	6	6	20
Total	34	36	36	106
Sem informação	87	97	99	283

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

3.1.4.3 Pessoas idosas

Nos anos de 2023, 2024 e 2025, foram registradas, respectivamente, 834, 961 e 1.072 ocorrências policiais que tiveram como vítimas 904, 1.045 e 1.201 pessoas idosas. Essas

ocorrências perfizeram 13,93% do total de ocorrências em Capão da Canoa no período, que totalizaram 20.573.

De acordo com a tabela abaixo, os tipos de enquadramento que mais se sobressaíram em todo o período foram furto (576)³⁰, estelionato (537), ameaça (355), outros crimes (156), outras fraudes (149) e lesão corporal (104)³¹. Embora não tão expressivos quanto os demais, também é importante destacar a incidência de: vias de fato (54), outros crimes contra o idoso (34), maus tratos (29)³², violência psicológica contra mulher art 147b (13), abandono (12), estupro (4)³³.

Tabela 28 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por tipo de enquadramento, anoano, de 2023 a 2025

Enquadramento	2023	2024	2025	Total
Abandono de idoso	4	4	4	12
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	0	0	1	1
Ameaça	104	117	134	355
Apropriação coisa havida por erro caso fortuito ou força da natureza	0	1	0	1
Apropriação indébita	15	12	21	48
Apropriação indébita de bem de idoso	1	4	1	6
Calúnia	14	17	7	38
Comunicação falsa de crime ou contravenção	1	0	0	1
Constrangimento ilegal	0	0	2	2
Constrangimento ilegal de criança e adolescente	0	0	1	1
Crime de poluição e outros crimes ambientais	0	0	1	1
Crime eleitoral	0	1	0	1
Crimes contra a flora	0	1	0	1
Crueldade contra animais	0	0	1	1
Dano	19	9	24	52
Dano qualificado	0	2	1	3
Denúncia caluniosa	0	3	3	6
Desacato	1	0	1	2
Descumprimento de medida protetiva de urgência	6	12	5	23
Desobediência	0	2	0	2
Difamação	8	9	10	27
Dirigir sem habilitação gerando perigo de dano art. 309	1	0	1	2
Embriaguez - art. 306	0	1	0	1

³⁰Este dado contempla a soma de todos os tipos de furto.

³¹Este dado contempla a soma de lesão corporal, lesão corporal culposa e lesão corporal leve.

³²Este dado contempla a soma de maus tratos e maus tratos contra o idoso.

³³Este dado contempla a soma de estupro e estupro de vulnerável.

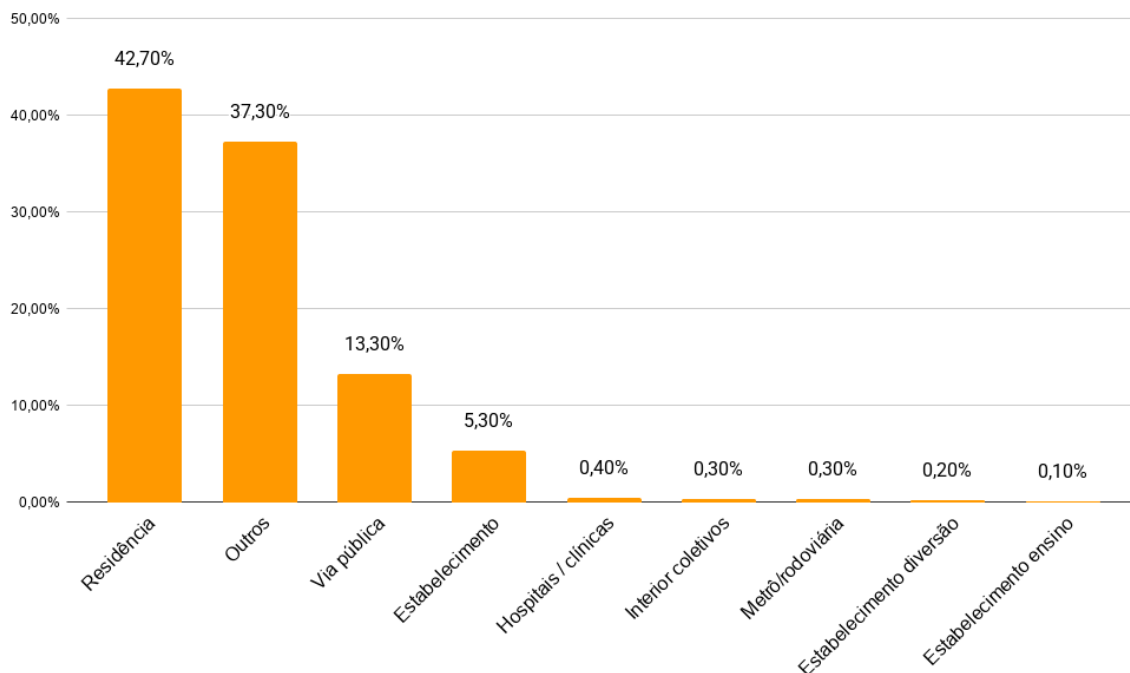
Entorpecentes - tráfico	1	0	0	1
Esbulho possessório	2	2	13	17
Estelionato	185	152	200	537
Estelionato fraude com a utilização de ativos virtuais valores mobiliários ou ativos financeiros	0	4	1	5
Estelionato fraude eletrônica	20	42	67	129
Estupro	1	2	0	3
Estupro de vulnerável	0	1	0	1
Exercício arbitrário ou abuso de poder	0	0	1	1
Exercício arbitrário próprias razões	0	2	2	4
Extorsão	3	4	2	9
Falsa identidade	0	0	1	1
Falsidade ideológica	2	1	2	5
Falsificação de documentos particulares	0	1	1	2
Fraude no comércio	1	0	0	1
Fuga de local de acidente - art. 305	9	11	9	29
Furto abigeato	2	2	2	6
Furto de arma	2	2	2	6
Furto de documento	12	15	12	39
Furto de fios e cabos	1	7	5	13
Furto de celular	16	28	22	66
Furto de veículo	5	6	13	24
Furto em veículo	12	5	7	24
Furto qualificado	32	41	37	110
Furto simples	34	43	44	121
Furto simples em residência	13	25	21	59
Furto/arrombamento	3	3	3	9
Furto/arrombamento de residência	24	35	33	92
Furto/arrombamento estabelecimento comercial	2	4	1	7
Homicídio culposo direção veic automotor	2	2	4	8
Homicídio doloso	0	2	1	3
Incêndio culposo	1	3	3	7
Incêndio doloso	0	1	0	1
Injúria	22	34	35	91
Injúria discriminatória	0	0	1	1
Invasão de dispositivo informático	1	5	2	8
Lesão corporal	25	40	24	89
Lesão corporal culposa	3	5	2	10
Lesão corporal culposa direção veic automotor	22	28	21	71
Lesão corporal leve	2	1	2	5
Maus tratos	2	0	0	2
Maus tratos contra o idoso	10	12	5	27
Morte decorrente de oposição a intervenção policial	0	0	1	1

Negar informações ao consumidor	0	0	1	1
Omissão de cautela na guarda ou condução de animais	3	4	6	13
Outras fraudes	35	43	71	149
Outros crimes	53	45	58	156
Outros crimes contra o idoso	10	15	9	34
Outros crimes contra o patrimônio	0	1	0	1
Outros crimes contra relação de consumo e ou economia popular	1	1	4	6
Outros crimes que geram termos circunstanciados	2	1	0	3
Outros furtos	6	9	30	45
Outros roubos	1	0	0	1
Perigo a vida/saúde de outrem	1	0	1	2
Perseguição	4	3	3	10
Perturbação do trabalho ou do sossego alheios	27	27	27	81
Preconceito religião	0	0	1	1
Receptação	0	0	1	1
Receptação culposa	0	0	1	1
Roubo a estabelecimento comercial	1	0	0	1
Roubo a motorista de táxi	2	0	0	2
Roubo a pedestre	5	8	5	18
Roubo a pedestre com lesões	1	1	0	2
Roubo a residência	2	2	0	4
Roubo a residência com lesões	2	0	0	2
Roubo com lesões	2	1	0	3
Roubo de telefone celular	0	3	2	5
Roubo de veículo	2	1	0	3
Sequestro relâmpago	1	1	0	2
Vias de fato	18	20	16	54
Vilipêndio a cadáver	0	1	0	1
Violação de domicílio	4	5	11	20
Violência psicológica contra mulher art 147b	5	3	5	13

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

O gráfico abaixo evidencia que 42,7% das ocorrências tiveram como local do fato a residência.

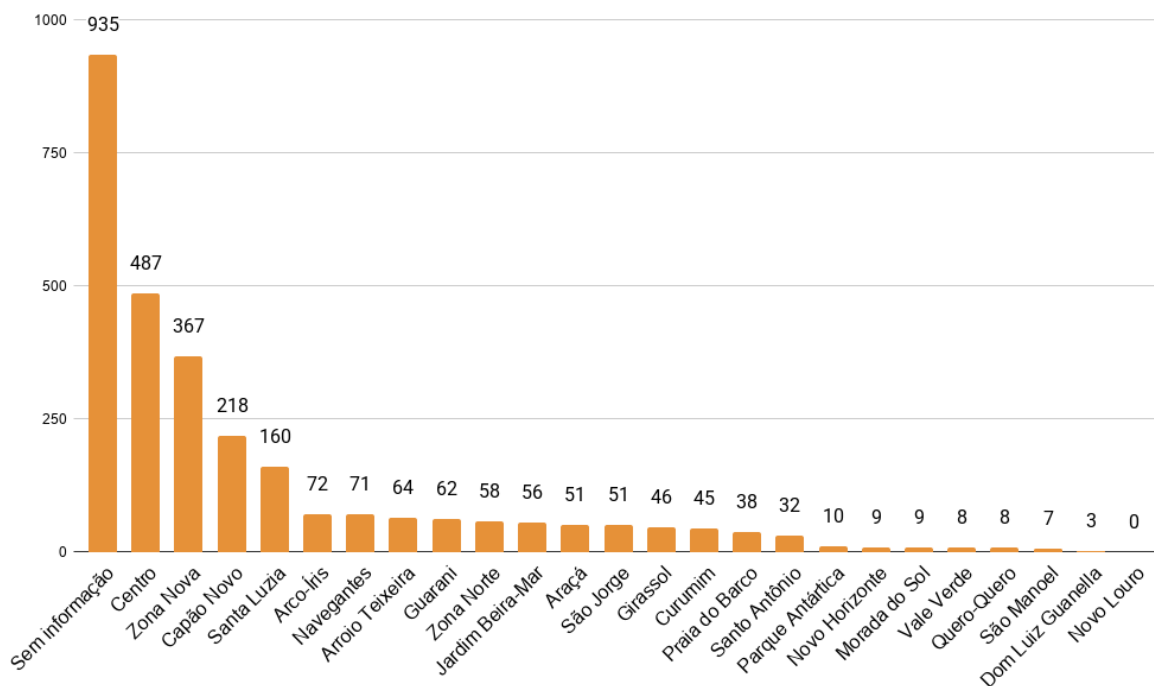
Gráfico 59 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por tipo de local do fato, de 2023 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

Em relação às ocorrências que tinham a informação sobre o bairro, que representaram 67,38% do total em todo o período, os próximos gráfico e tabela demonstram o quantitativo em cada um. Muitos bairros tiveram quantitativos expressivos de ocorrências. Destacaram-se, com pelo menos 100 ocorrências no período, os bairros Centro, Zona Nova, Santa Luzia e Capão Novo. Por região de abrangência dos CRAS, a que mais teve incidência registrada foi a do Santa Luzia (45,75%), seguida por Arco-Íris (29,45%) e Zona Norte (24,79%).

Gráfico 60 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por bairro, de 2023 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

Tabela 29 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por bairros de abrangência de CRAS, ao ano, de 2023 a 2025³⁴

Bairros de abrangência	2023	2024	2025	Total
CRAS Arco-Íris				
Araçá	18	18	15	51
Arco-Íris	24	21	27	72
Guarani	19	24	19	62
Novo Horizonte	3	2	4	9
Vale Verde	2	3	3	8
Zona Nova	100	129	138	367
Total	166	197	206	569
CRAS Santa Luzia				
Centro	142	167	178	487
Dom Luiz Guanella	1	1	1	3
Girassol	15	13	18	46

³⁴Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Morada do Sol	3	3	3	9
Novo Louro	0	0	0	0
Quero-Quero	0	3	5	8
Navegantes	21	20	30	71
Parque Antártica	2	5	3	10
Santa Luzia	45	54	61	160
Santo Antônio	3	13	16	32
São Jorge	9	24	18	51
São Manoel	5	1	1	7
Total	246	304	334	884
CRAS Zona Norte				
Arroio Teixeira	20	28	16	64
Capão Novo	67	63	88	218
Curumim	14	11	20	45
Jardim Beira-Mar	21	16	19	56
Praia do Barco	11	14	13	38
Zona Norte	12	25	21	58
Total	145	157	177	479
Sem informação	277	303	355	935

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

3.1.5 Outros indicadores sobre crianças, adolescentes, jovens e suas famílias

Este item abarca indicadores específicos sobre crianças, adolescentes, jovens e suas famílias que não foram abordados anteriormente, quais sejam: atendimentos do Conselho Tutelar; defasagem escolar; demanda de apoio para o desenvolvimento integral na primeira infância.

3.1.5.1 Atendimentos do Conselho Tutelar³⁵

³⁵ As categorias apresentadas neste item estão conforme constam nos relatórios do órgão.

Dentre os dados apresentados a seguir de denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025, as que são demanda diretamente e explicitamente da Assistência Social são negligência, violência física, violência psicológica, violência sexual, trabalho infantil e requisição de acolhimento institucional. As demais - especialmente fuga de adolescente, problemas com adolescentes e medida de afastamento - podem estar relacionadas com violências e violações de direitos contra crianças e adolescentes, bem como podem evidenciar fragilidade de vínculos familiares.

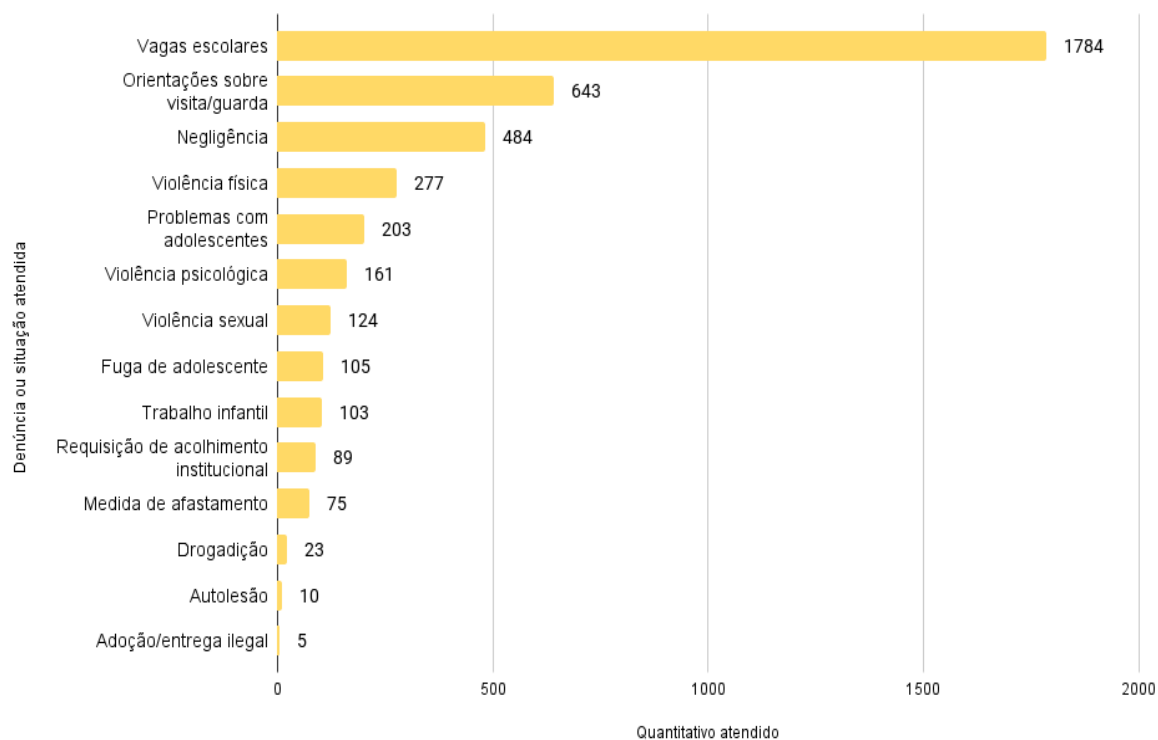
Tabela 30 - Denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar de Capão da Canoa, por tipo, em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025³⁶

Denúncia ou situação atendida	2023	2024	1º sem. 2025
Negligência	160	242	82
Violência física	121	99	57
Violência psicológica	74	54	33
Violência sexual	57	45	22
Adoção/entrega ilegal	2	3	0
Fuga de adolescente	31	54	20
Trabalho infantil	50	47	6
Autolesão	-	8	2
Orientações sobre visita/guarda	-	427	216
Problemas com adolescentes	68	87	48
Drogadição	-	11	12
Vagas escolares	746	540	498
Requisição de acolhimento institucional	34	45	10
Medida de afastamento	23	30	22

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CAPÃO DA CANOA (2024, 2025a), 2026.

³⁶ Não foram encontradas informações para algumas denúncias ou situações atendidas no ano de 2023.

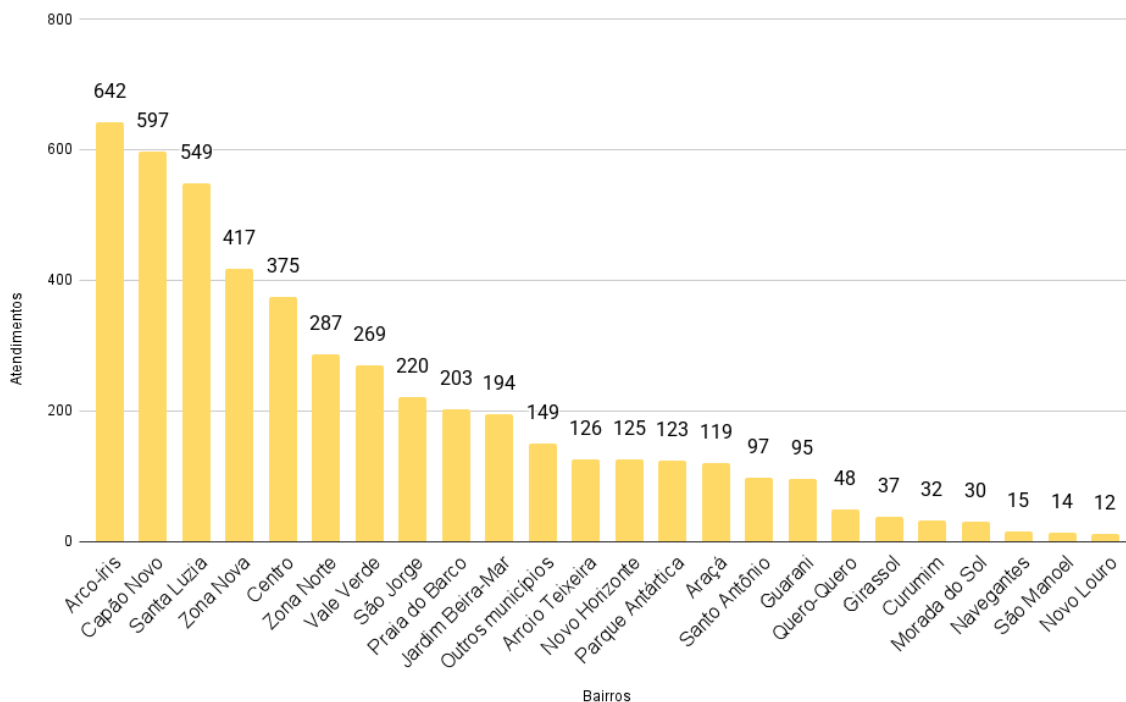
Gráfico 61 - Total de denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar de Capão da Canoa, por tipo, em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CAPÃO DA CANOA (2024, 2025a), 2026.

Em dois anos e meio, de acordo com o gráfico acima, foram requisitados 89 acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes pelo Conselho Tutelar.

Gráfico 62 - Quantitativo de atendimentos do Conselho Tutelar de Capão da Canoa, em 2024 e no primeiro semestre de 2025, por bairro



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de CAPÃO DA CANOA (2025a).

Conforme o gráfico acima, a incidência de atendimentos do Conselho Tutelar, em 2024 e no primeiro semestre de 2025, em termos de região de abrangência dos CRAS, é a seguinte: 36% no CRAS Arco-Íris, 32,9% no CRAS Santa Luzia e 31,1% no CRAS Zona Norte³⁷.

3.1.5.2 Defasagem escolar

A tabela abaixo apresenta o comparativo da Taxa de Distorção Idade-Série entre escolas municipais, Município de Capão da Canoa e Estado do Rio Grande do Sul, considerando os Níveis de Ensino Fundamental e Médio. A distorção idade-série é um indicador que mede a proporção de alunos com dois ou mais anos de atraso escolar em relação à idade esperada para sua série. Essa informação dialoga com a Assistência Social, entre outros motivos, devido a um dos públicos prioritários para o SCFV ser de crianças e adolescentes fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos.

³⁷Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Tabela 31 - Comparativo da Taxa de Distorção Idade-Série entre escolas municipais, Município de Capão da Canoa e Estado do Rio Grande do Sul, considerando os Níveis de Ensino Fundamental e Médio - 2024

Nome da Escola / Município / Estado	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental												Ensino Médio			
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
EMEF PROFESSOR MOACYR DE ARAUJO PIRES	Municipal	24,3	13,4	35,5	5,4	9,5	24	19,2	14,8	40,5	31,1	35,7	34,8	--	--	--	--
EMEF LEOPOLDINA VERAS DA SILVEIRA	Municipal	23,6	13,2	37,1	2,3	0	9,4	23,6	25,4	22,4	33,3	51,8	38,6	--	--	--	--
EMEF PRUDENTE DE MORAIS	Municipal	13,2	8,1	19,4	0	0	7,7	16,3	21,7	17,8	20,5	16	24	--	--	--	--
EMEF PREFEITO JORGE DARIVA	Municipal	19,2	10	30,5	2,3	4,3	12,8	14,1	17,6	32,4	25,3	36,5	27,8	--	--	--	--
EMEF CICERO DA SILVA BROGNI	Municipal	28,6	17,8	46,1	4,8	5,1	17,3	23,8	34	38,6	41,2	63,2	42,2	--	--	--	--
EMEF PROFESSORA IRACEMA VIZZOTTO	Municipal	6,5	2,5	11,9	0	0	5,4	2,9	3,9	9,4	11,1	16,9	8,2	--	--	--	--
EMEF MARIO CURTINOVE	Municipal	24,9	14,9	37,6	5	7,7	18,5	21,4	23,8	45,7	27,5	56,5	21,2	--	--	--	--
EMEF IGLESIAS MINOSSO RIBEIRO	Municipal	29,2	18,5	42,3	7,5	2,4	12,9	34,3	27,7	40,7	41,5	44,8	41,7	--	--	--	--
EMEF LUIZ CLAUDIO MAGNANTE	Municipal	23,3	17,3	32,3	2,4	2,6	17,5	22,3	27,1	19,2	37,2	42,1	26,7	--	--	--	--
EMEF PROFESSORA ZILPA MATTIVI DE OLIVEIRA	Municipal	24,2	20,6	28,7	28,8	6,7	15,7	19,5	27,3	23,4	32,4	25,7	35,7	--	--	--	--
EMEF MANOEL MEDEIROS FERNANDES	Municipal	28,4	18,8	42,9	7	8,3	23,6	26,3	27,3	26,7	52,5	38,7	50,5	--	--	--	--
ESC EST ENS FUN EMILIO TARRAGO ASSUMPCAO	Estadual	11,9	5,6	21	0	0	6,7	0	17,2	21,7	20,7	18,5	23,8	--	--	--	--
ESC EST ENS MED LUIZ MOSCHETTI	Estadual	2,9	0,8	4,7	5	0	0	0	0	0	0	13,3	4,9	12,1	17,5	13,3	6,5
INST ESTADUAL RIACHUELO	Estadual	23,5	32,4	22,3	--	--	--	25	34,6	31,3	31,3	18,1	17,9	30,8	35,3	29,8	23,7
ESC EST ENS MED CAPAO NOVO	Estadual	14,2	8,7	24,8	2,1	4,8	9,8	14,7	16,9	17,9	27,3	27,5	30	34,6	33,3	40,2	26,7
CENTRO DE ENSINO MEDIO PASTOR DOHMS	Privada	1,8	1	3	0	0	1	1,5	2,6	6,2	2,6	3,1	0	5	7,7	5,4	0
INSTITUTO DIVINA PROVIDENCIA	Privada	2,9	1,3	5,1	0,6	1,3	1,4	3	0,8	5,1	3,8	4,2	7,5	5,1	4,2	7,1	4,3
CAPÃO DA CANOA	Total	17,3	10,9	25,8	4,7	3,5	11,7	16,4	18,2	22,6	26,9	29,1	24	20,8	24,1	22,6	13,1
RIO GRANDE DO SUL	Total	11,5	6,7	17,9	1,1	1,6	7,9	10,8	11,5	16,1	18,3	19,5	17,8	21,2	25,8	20,3	14,7

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de Censo da Educação Básica 2024/INEP (BRASIL [2025a]), 2025.

De acordo com a tabela, a Taxa total de Distorção Idade-Série para o Ensino Fundamental de Capão da Canoa, de 17,3, é maior que a do Rio Grande do Sul, que é 11,5.

Em relação à Taxa total de Distorção Idade-Série das 11 escolas municipais, duas possuem Taxas mais baixas que as demais (6,5 e 13,2), seis possuem similares (sendo 19,2 a menor e 24,3 a maior) e três se destacam com as taxas mais altas (28,4, 28,6 e 29,2). As duas com mais baixas taxas, a EMEF Professora Iracema Vizzotto e a EMEF Prudente de Moraes, estão localizadas respectivamente na região de abrangência dos CRAS Santa Luzia e Zona Norte. Já as três mais altas (EMEF Iglesias Minosso Ribeiro, EMEF Cícero da Silva Brogni e EMEF Manoel Medeiros Fernandes), cuja Taxa dos anos finais também se destaca em relação às demais escolas (42,3, 46,1 e 42,9 respectivamente), estão no território do CRAS Santa Luzia. Com relação às últimas duas referidas anteriormente, são também as duas com maior volume de beneficiários(as) do PBF, conforme a tabela apresentada na seção 2, acerca da estimativa das demandas socioassistenciais.

Dentre as escolas estaduais, no que tange ao Ensino Fundamental, de forma geral, as maiores Taxas são relativas aos anos finais. As Taxas totais de Distorção Idade-Série relativa ao Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Capão Novo e do Instituto Estadual Riachuelo, 34,6 e 30,8, são bem mais altas que a do RS, que é 21,2. Essas escolas, a primeira situada na área de abrangência do CRAS Zona Norte e a segunda no do CRAS Santa Luzia, são a terceira e a quinta com maior volume de beneficiários(as) do PBF.

Outras informações que dialogam com esta são as relacionadas com infrequência escolar, evasão escolar e não acesso à escola, que poderão ser monitoradas por meio dos dados do Sistema Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) 4.0³⁸

3.1.5.3 Demanda de apoio para o desenvolvimento integral na primeira infância

Em relação às famílias atendidas pelo Programa Primeira Infância Melhor (PIM)³⁹, a sua coordenação repassou que, no mês de novembro de 2025, das 164 famílias atendidas, 97

³⁸ O Sistema FICAI 4.0 é plataforma destinada ao registro, encaminhamento e sistematização de dados de estudantes que não estão na escola por infrequência, evasão ou não acesso, a fim de concentrar esforços para garantir a frequência do(a) aluno(a) e possibilitar ao Poder Público a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação. Trata-se de um instrumento existente desde 1997, que sofreu alterações e aprimoramentos ao longo do tempo, chegando à sua versão 4.0. É acessado pelas escolas, Conselho Tutelar e Ministério Público e demais atores da rede intersetorial.

³⁹ “O Primeira Infância Melhor (PIM) é uma política pública intersetorial de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. Seu objetivo é apoiar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças, desde a gestação até os seis anos de idade.



(59%) eram residentes no Bairro Capão Novo, 53 (32%), no Arco-Íris e as quatorze restantes moravam nos bairros Araçá, Arroio Teixeira, Guarani, Jardim Beira-Mar, Praia do Barco, Santa Luzia, São Jorge, Zona Norte e Zona Nova.

Suas ações buscam fortalecer as competências familiares nas funções de cuidado, proteção e educação da criança, fomentar o acesso à atenção básica em saúde, à proteção social básica e à educação; e promover o desenvolvimento integral na primeira infância.

O PIM contribui para a efetivação do direito ao desenvolvimento humano sustentável, incluindo a redução da morbimortalidade materno-infantil e da evasão escolar, a melhoria da prontidão escolar e a ruptura dos ciclos de pobreza e violências.

O público-alvo para atendimento do PIM é famílias com gestantes e/ou crianças menores de 6 anos, prioritariamente àquelas em situação de vulnerabilidade, famílias com gestantes e crianças menores de 3 anos.

Em 2021, passou a compor o Programa Estadual de Incentivos a Atenção Primária em Saúde (PIAPS) [...]

[...] Os atendimentos do PIM ocorrem, prioritariamente, por meio de visitas domiciliares e atividades coletivas. Em alguns casos, o atendimento às famílias pode ser feito de forma híbrida, associando visitas presenciais e visitas remotas (chamadas de vídeo e/ou ligações telefônicas). Os atendimentos são realizados semanalmente, planejados com base nas singularidades de cada família, utilizando a ludicidade como tecnologia de intervenção” (RIO GRANDE DO SUL [2026a]).

3.2 PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) identifica e caracteriza as famílias de baixa renda residentes em todo território nacional. Ele permite que o governo conheça melhor a realidade dessa população ao registrar informações como: endereço, características do domicílio, quem faz parte da família, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, deficiência, entre outras. É o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, como o PBF. Além disso, ele também serve como critério para a seleção de beneficiários de programas oferecidos pelos governos estaduais e municipais.

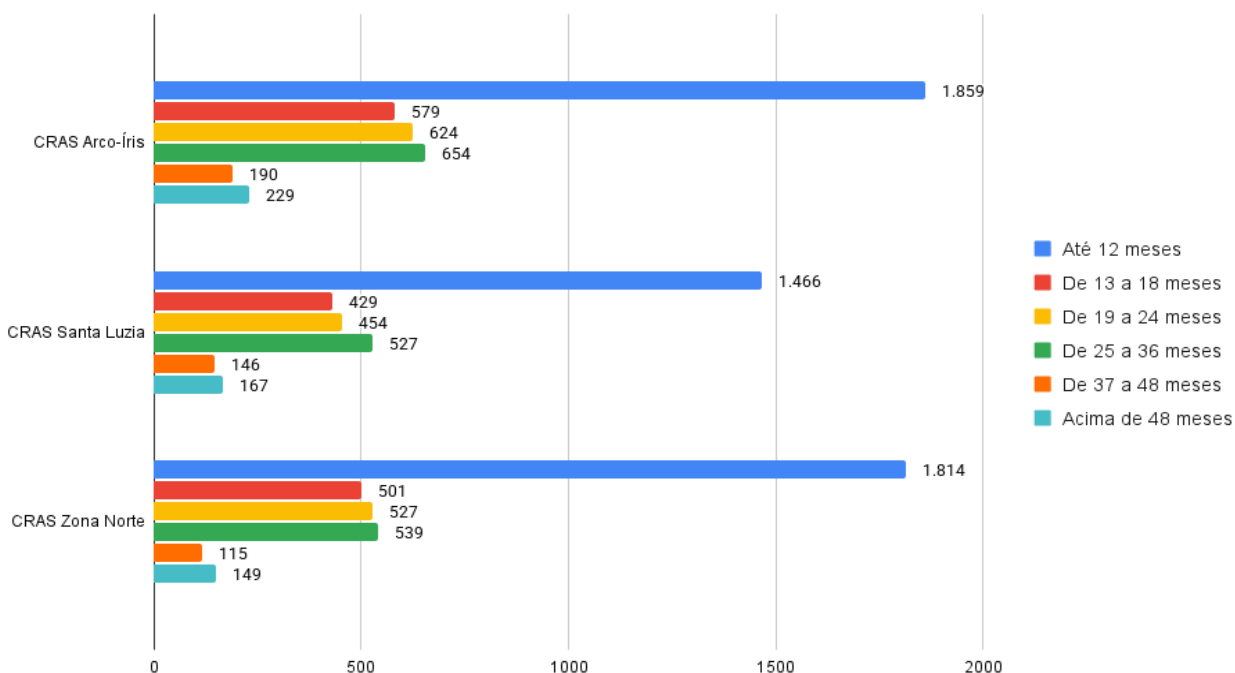
Dessa forma, as famílias que se inscrevem no CadÚnico devem ser aquelas que vivem com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa ao mês. As que têm renda acima desse valor podem ser cadastradas para participar de programas ou serviços específicos.

3.2.1 Volume de famílias, composição familiar e distribuição territorial

Em março de 2025, no Município, havia 10.969 famílias e 26.073 pessoas inscritas no CadÚnico. De março de 2021 até março de 2025, um período de quatro anos, houve um crescimento de 157% das famílias e 138% das pessoas inscritas.

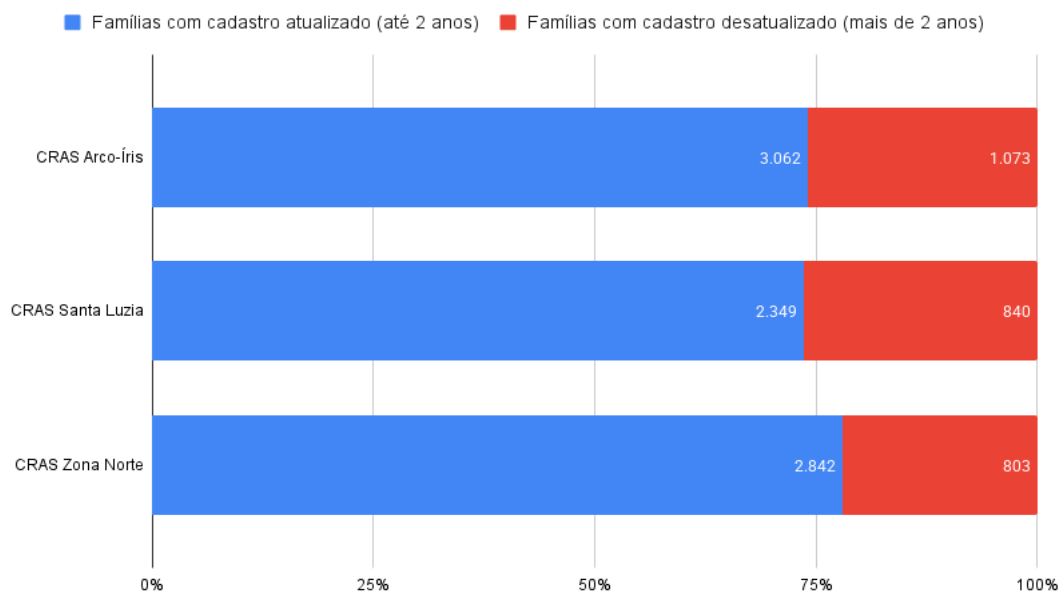
Cerca de 75% das famílias estavam com o cadastro atualizado em março de 2025, isto é, que faz até dois anos desde a data de sua inclusão ou última atualização cadastral. Se consideradas as famílias com renda per capita até meio salário mínimo mensal, a taxa de atualização sobe para 81%. Especificamente, por região de abrangência dos CRAS, 74% das famílias do Arco-Íris e do Santa Luzia estavam com o cadastro atualizado, enquanto que 78% das famílias do Zona Norte estavam nessa situação.

Gráfico 63 - Famílias inscritas no Cadastro Único, conforme o número de meses após a última atualização cadastral, por região de abrangência dos CRAS⁴⁰



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 64 - Famílias inscritas no Cadastro Único, conforme situação cadastral, por região de abrangência dos CRAS⁴¹



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

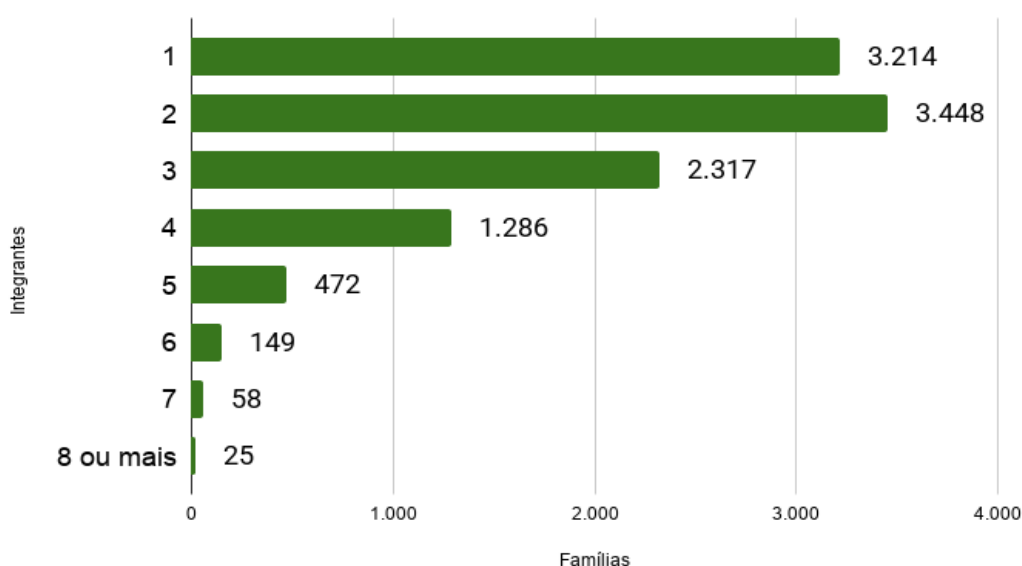
⁴⁰Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

⁴¹Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

No mês de outubro de 2025, a porcentagem das famílias no CadÚnico cujo cadastro foi feito ou atualizado em domicílio era de 3%⁴².

Já em relação à composição familiar, o gráfico abaixo demonstra que 31,43% das famílias são compostas por duas pessoas, 29,3%, por uma pessoa, 21,12%, por três pessoas, 11,76%, por quatro pessoas e 6,41%, por cinco ou mais pessoas.

Gráfico 65- Famílias inscritas no Cadastro Único, por número de integrantes

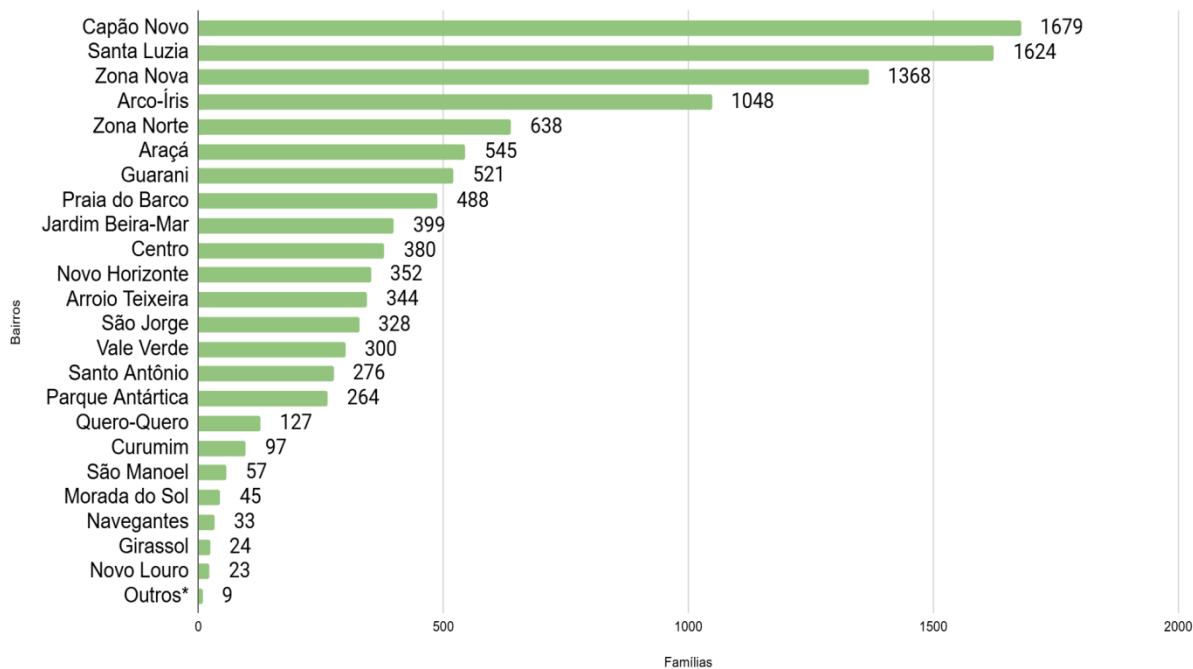


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, março de 2025.

A distribuição das famílias inscritas, conforme seu bairro de moradia, pode ser visualizada no gráfico abaixo e pela figura subsequente, que as identifica no território do Município e localiza onde fica situado cada CRAS:

⁴² Informação retirada do Observatório do Cadastro Único (BRASIL, [2025?]).

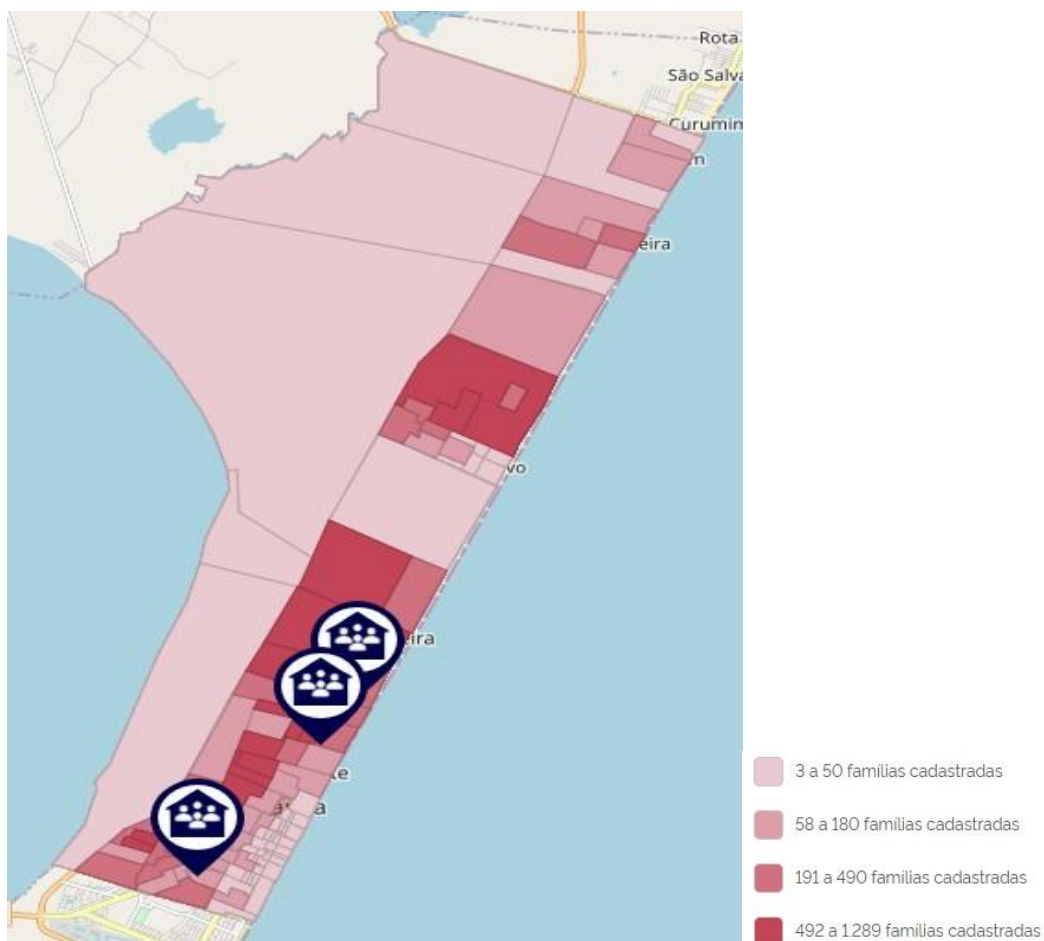
Gráfico 66 – Famílias cadastradas no Cadastro Único, conforme bairro de residência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

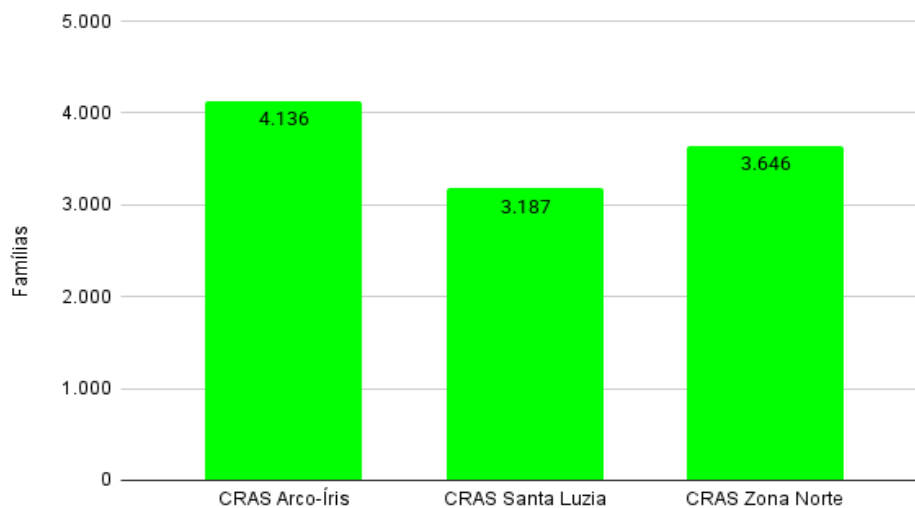
* Se o bairro ou localidade tem menos de 20 famílias, não foi nomeado, de forma a não identificar as famílias.

Figura 7 - Mapa de Capão da Canoa, conforme o total de famílias cadastradas no Cadastro Único e a localização dos CRAS municipais, em 2025



Fonte: Mapa Social (BRASIL [março de 2025]).

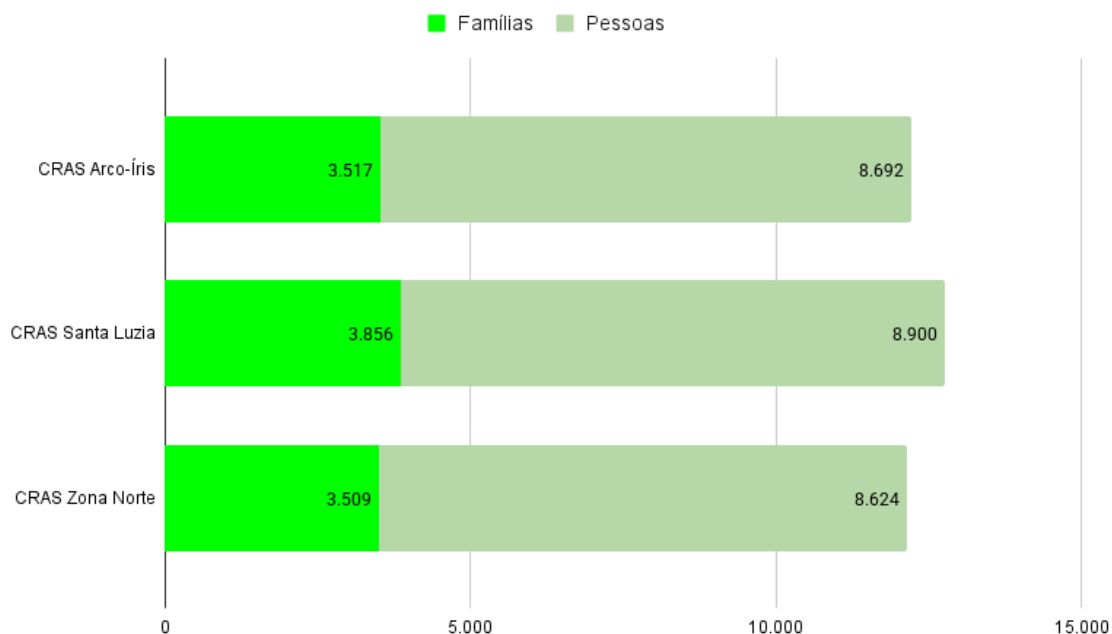
Gráfico 67 - Famílias inscritas no Cadastro Único aproximadamente, por região de abrangência dos CRAS⁴³



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Conforme levantamento por meio de outra base de informações, as famílias inscritas no CadÚnico, de acordo com a região de abrangência de CRAS, é a seguinte:

Gráfico 68 - Estimativa de famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

⁴³ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Com base na mesma fonte do gráfico acima, em relação à região de abrangência do CRAS Zona Norte, do total de famílias e pessoas cadastradas, 2.348 famílias e 5.758 pessoas são residentes nos distritos de Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim.

Se comparadas a estimativa da população residente, conforme o Censo Demográfico (2022), e a estimativa da população inscrita no CadÚnico, tem-se a seguinte distribuição:

Tabela 32 - Comparativo da estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS, na malha preliminar do Censo Demográfico 2022 e no Cadastro Único

CRAS	Total de pessoas	Percentual de pessoas	Total de pessoas inscritas no CadÚnico	Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico em relação ao total de pessoas no território
CRAS Arco-Íris	21.076	29,52%	8.692	41,24%
CRAS Santa Luzia	31.387	43,97%	8.900	28,35%
CRAS Zona Norte	18.918	26,50%	8.624	45,58%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Ainda que os CRAS possuam quantitativo similar de pessoas inscritas no CadÚnico, o gráfico acima evidencia que, se houver comparação com o total de pessoas na região, há distribuição distinta entre os territórios. O CRAS Santa Luzia, com maior estimativa de pessoas no território, não é o que possui, proporcionalmente, mais pessoas inscritas no CadÚnico. Já os CRAS Arco-Íris e Zona Norte têm, respectivamente, 41,24% e 45,58% da população do seu território inscrita no CadÚnico.

3.2.2 Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único

O Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD) é um indicador proposto para medir vulnerabilidades das famílias inscritas no Cadastro Único. O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio

salário mínimo. O Índice varia entre zero e um: quanto maior a situação de vulnerabilidade social, mais próximo de um será seu resultado.

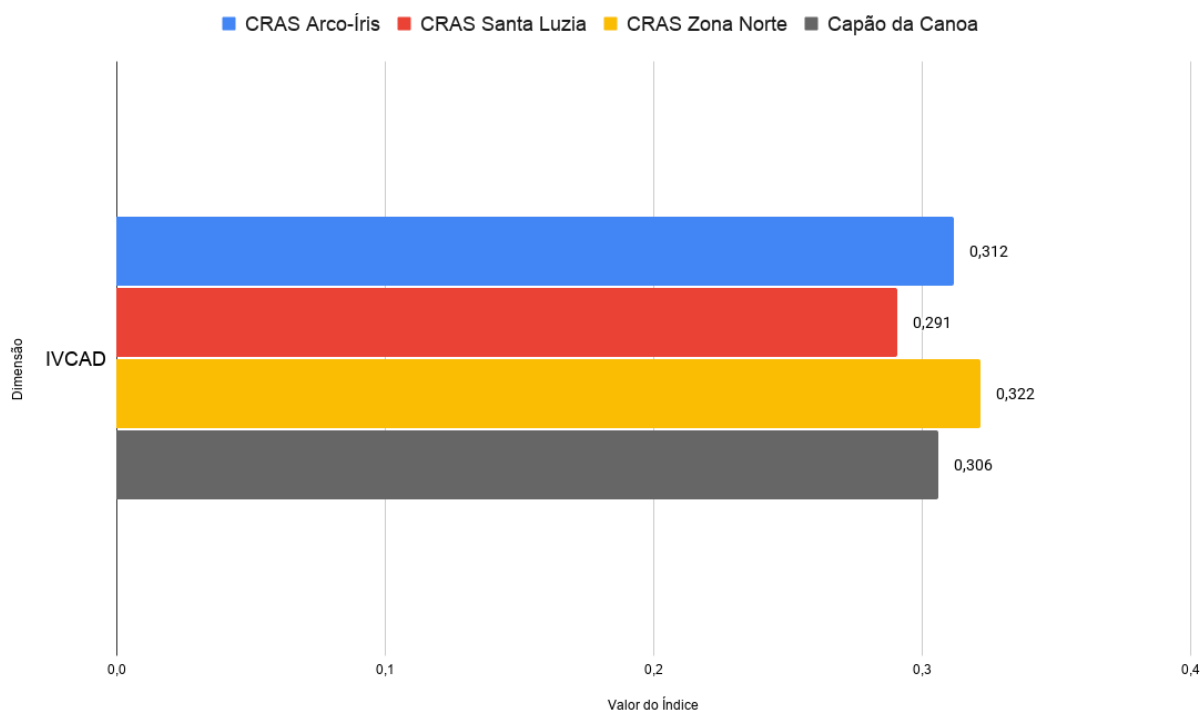
A partir de 40 indicadores, que estão elencados no ANEXO B, o IVCAD sintetiza seis dimensões em que uma família pode estar de vulnerabilidade social, quais sejam:

- Disponibilidade de Recursos (DR): identifica possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros. São sinalizadas situações em que a renda familiar mensal por pessoa fica abaixo de R\$ 218,00;
- Condições Habitacionais (CH): identifica possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia. São sinalizadas situações de déficit habitacional, de baixa qualidade em termos de abrigabilidade e de baixo acesso a serviços;
- Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA): identifica possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade. São sinalizadas situações de baixa escolaridade e de inserção no setor informal ou em ocupações de baixa remuneração;
- Necessidade de Cuidados (NC): identifica situações que possivelmente caracterizam as famílias como demandantes de trabalho de cuidados. São identificadas a presença de crianças, de pessoas com deficiência e de idosos, contrapondo à capacidade da família de cuidar dessas pessoas ao identificar a proporção de adultos que potencialmente poderiam realizar o trabalho de cuidado;
- Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI): identifica possíveis situações de vulnerabilidade para famílias com crianças com idade entre zero e seis anos. São sinalizados contextos em que essas crianças não frequentam creche ou pré-escola, assim como os casos em que essas crianças não são filhos ou enteados do responsável familiar;
- Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA): identifica possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos. São sinalizadas situações de trabalho infantil de sete a 15 anos de idade, além de contextos em que a criança/adolescente encontra-se fora da escola ou com atraso escolar.

Neste item, é apresentado o valor geral do Índice e por dimensão do Município e de cada território de CRAS, tendo como referência o mês de janeiro de 2026, quando havia 10.867 famílias e 25.472 pessoas inscritas no CadÚnico. Cada dimensão, conforme o índice de cada indicador que a compõe, é apresentada especificamente nos seguintes itens: DR, em 3.2.3; CH, 3.2.10; TQA, 3.2.11; NC, em necessidade de cuidados; DPI e DCA, em 3.2.6.

O gráfico abaixo evidencia que o IVCAD de Capão da Canoa é 0,306, estando acima dos Índices do RS, da região sul e do país, que são, respectivamente, 0,284, 0,284 e 0,283 (BRASIL, 2026f). Ao verificar especificamente o Índice das famílias do território de cada CRAS, constata-se que todos também estão acima dos citados anteriormente, com destaque para o dos CRAS Zona Norte (0,322) e Arco-Íris (0,312).

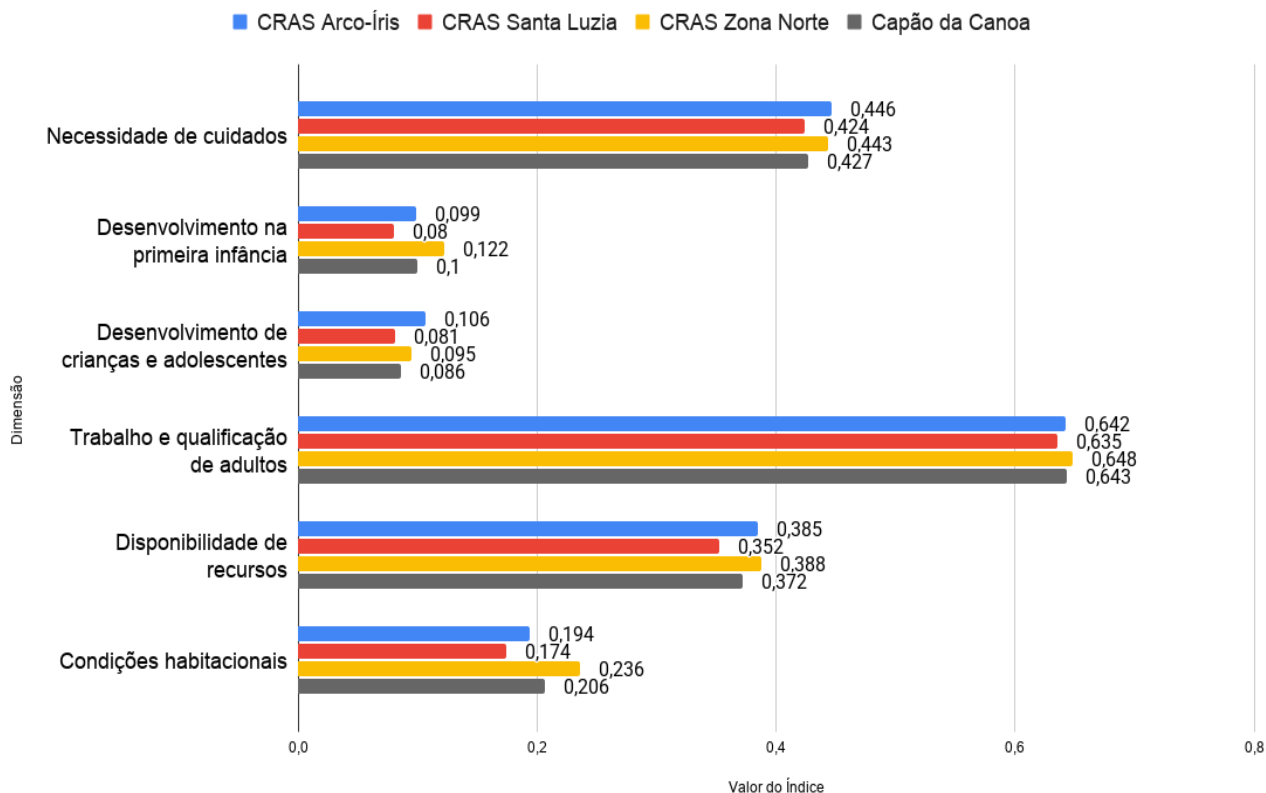
Gráfico 69 - Comparativo do IVCAD de Capão da Canoa e do território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Já o gráfico abaixo demonstra os Índices de cada dimensão que compõem o IVCAD. Os maiores Índices municipais são relativos às dimensões TQA, NC e DR. Os Índices do território do CRAS Zona Norte são maiores que o municipal em todas as dimensões, constituindo os maiores entre os territórios de CRAS em quatro das seis dimensões (DPI, TQA, DR e CH), com expressiva evidência para CH. Em contrapartida, os do CRAS Santa Luzia são menores que o municipal em todas as dimensões. Os do CRAS Arco-Íris são maiores que o municipal nas dimensões NC e DCA, cujos Índices são os maiores entre os territórios de CRAS.

Gráfico 70 - Comparativo dos Índices de cada dimensão que compõem o IVCAD de Capão da Canoa e do território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

3.2.3 Renda

As tabelas e gráficos a seguir evidenciam a faixa da renda familiar per capita das famílias e respectivas pessoas inscritas no CadÚnico, em Capão da Canoa:

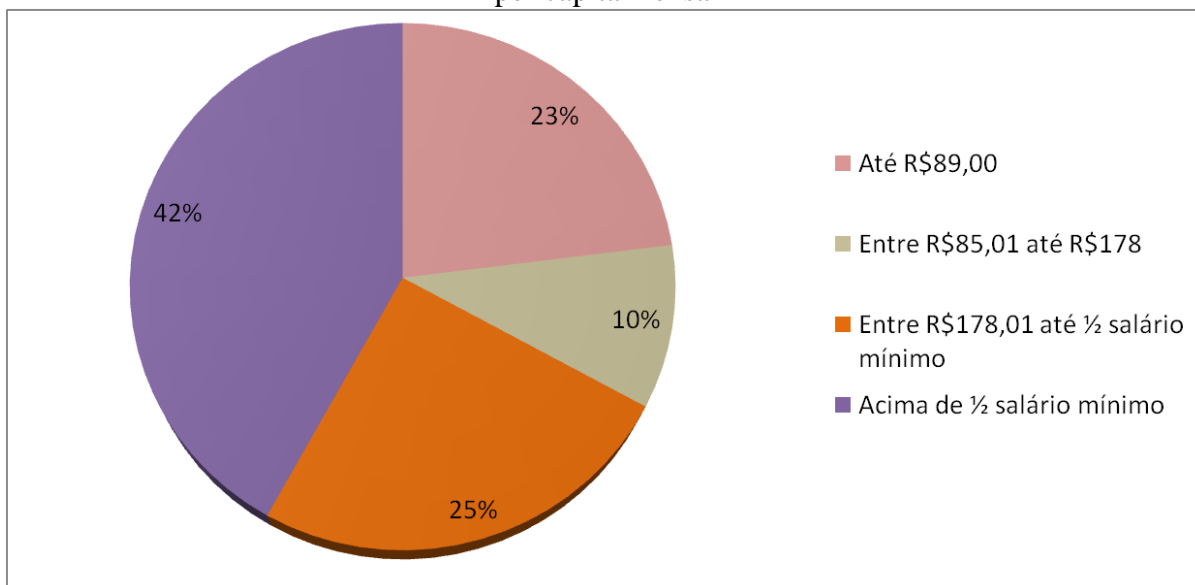
Tabela 33 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal

Faixa de renda mensal per capita	Quantitativo de famílias
Até R\$89,00	2.493
Entre R\$85,01 até R\$178	1.136
Entre R\$178,01 até ½ salário mínimo	2.779
Acima de ½ salário mínimo	4.561

Total	10.969
-------	--------

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 71 - Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal



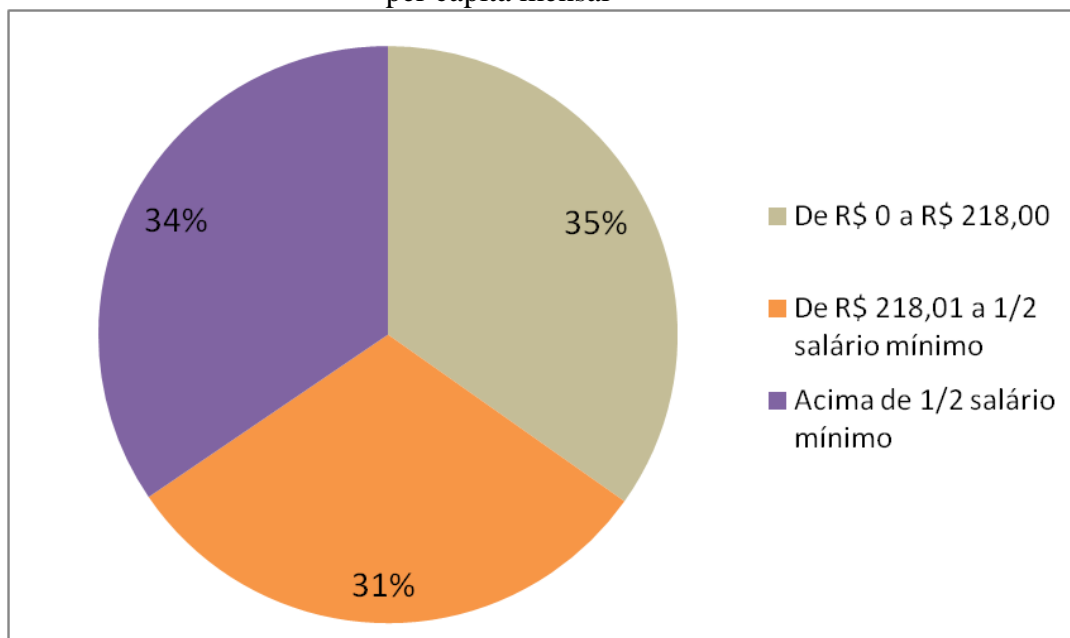
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Tabela 34 - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal

Faixa de renda mensal per capita	Quantitativo de famílias
De R\$ 0 a R\$ 218,00	9.069
De R\$ 218,01 a 1/2 salário mínimo	8.010
Acima de 1/2 salário mínimo	8.994
Total	26.073

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

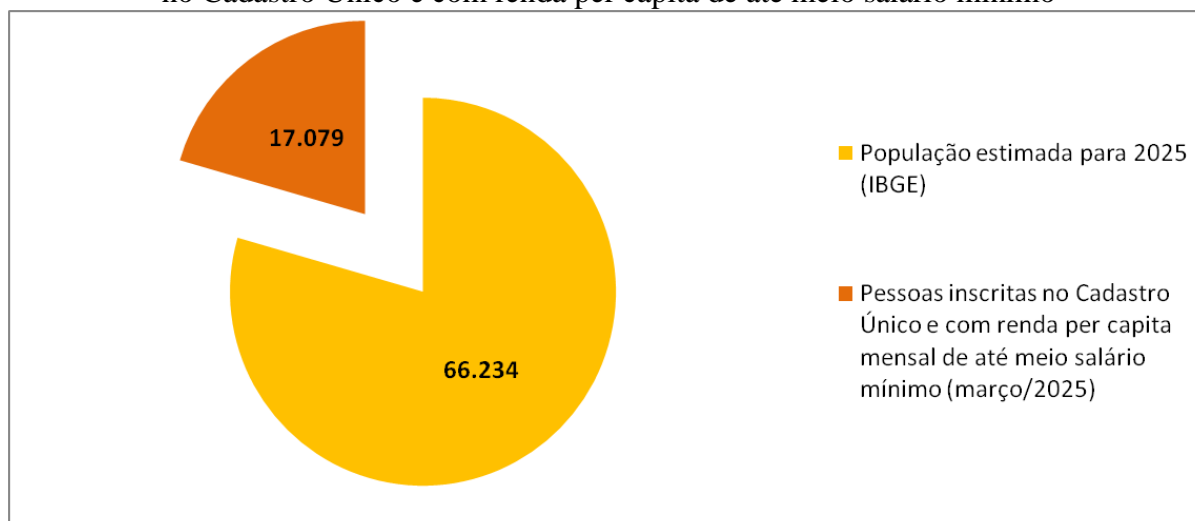
Gráfico 72 - Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

A tabela e o gráfico anterior evidenciam que 17.079 vivem com até meio salário mínimo per capita, o que representa 66% das pessoas inscritas no CadÚnico. Se se considerar que a população municipal estimada pelo IBGE para 2025 é de 66.234 pessoas, então 26%, ou um quarto, está em situação de pobreza ou baixa renda, ou seja, vivem com até meio salário mínimo por pessoa ao mês.

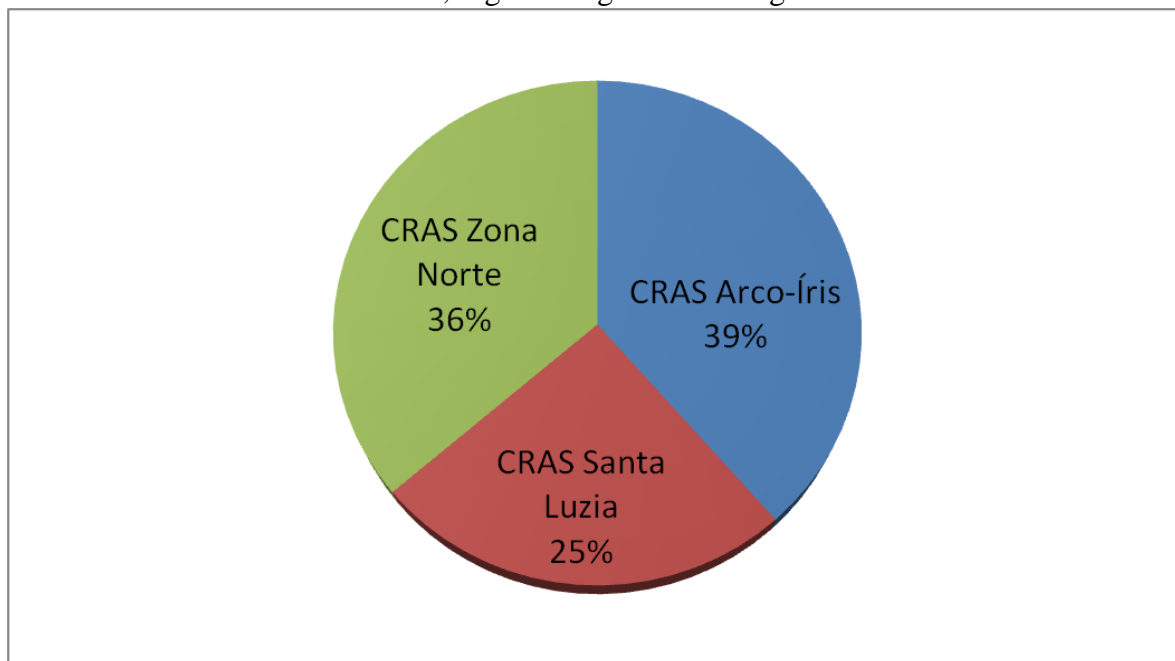
Gráfico 73 - Comparativo entre a população estimada para 2025 (IBGE) e as pessoas inscritas no Cadastro Único e com renda per capita de até meio salário mínimo



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE Cidades e Estados (2025) e Cadastro Único para Programas Sociais (BRASIL, 2025), março de 2025.

No mês de março de 2025, das famílias que vivem até meio salário mínimo de renda per capita ao mês, 2.473 são da área de abrangência do CRAS Arco-Íris, 2.325 do CRAS Zona Norte e 1.610 do CRAS Santa Luiza.

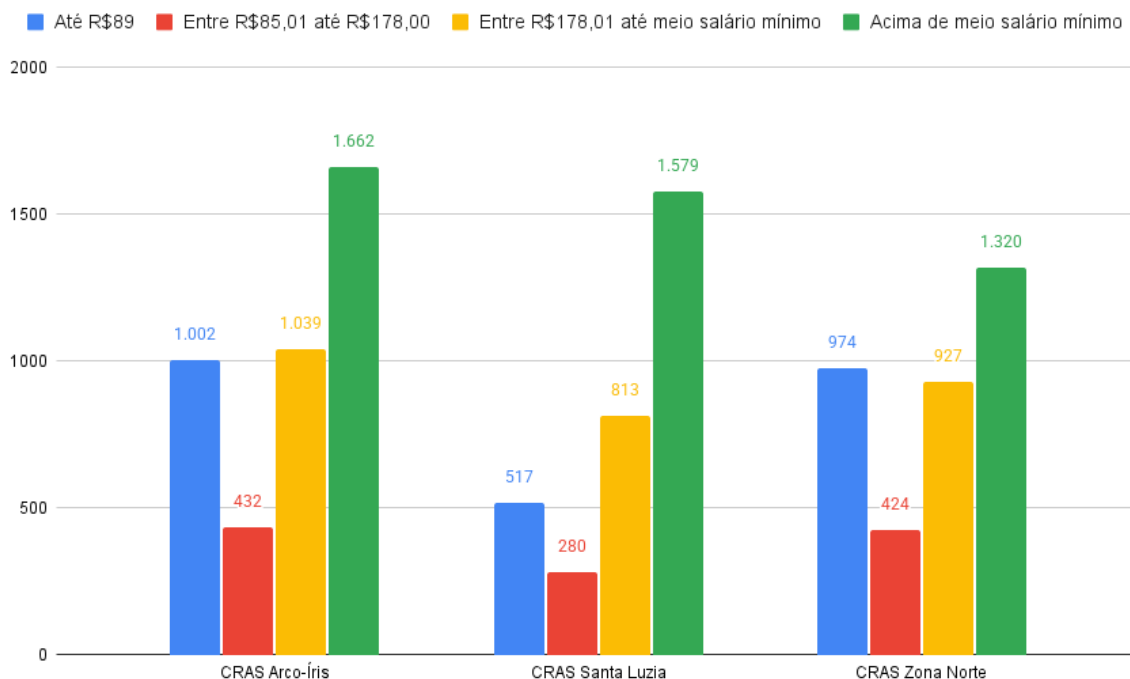
Gráfico 74 - Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único e com renda per capita até meio salário mínimo, segundo região de abrangência dos CRAS⁴⁴



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

⁴⁴Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 75 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa da renda familiar per capita mensal, conforme região de abrangência dos CRAS⁴⁵



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Tabela 35 - Renda média familiar mensal total das famílias com cadastro atualizado no Cadastro Único, segundo região de abrangência dos CRAS⁴⁶

CRAS	Valor médio
CRAS Arco-Íris	R\$ 1.496,86
CRAS Santa Luzia	R\$ 1.707,59
CRAS Zona Norte	R\$ 1.439,34

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Em relação ao IVCAD⁴⁷ relativo à Disponibilidade de Recursos (DR), que identifica possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros, os gráficos abaixo apresentam o quantitativo de famílias com característica de

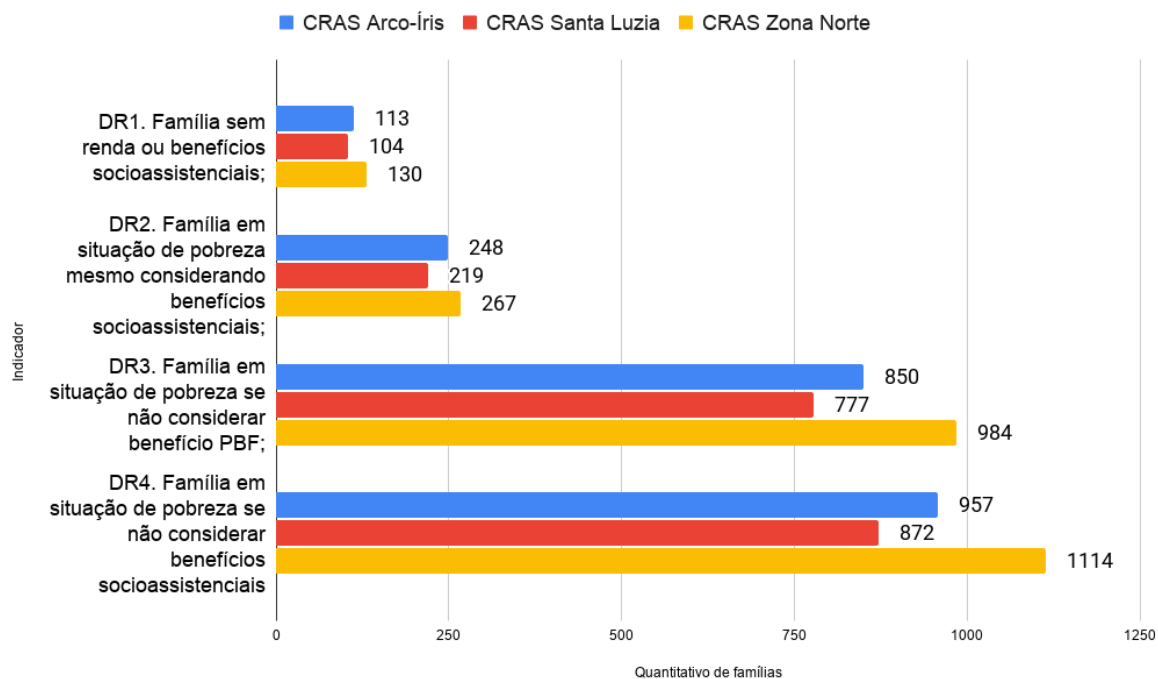
⁴⁵Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

⁴⁶Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

⁴⁷O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

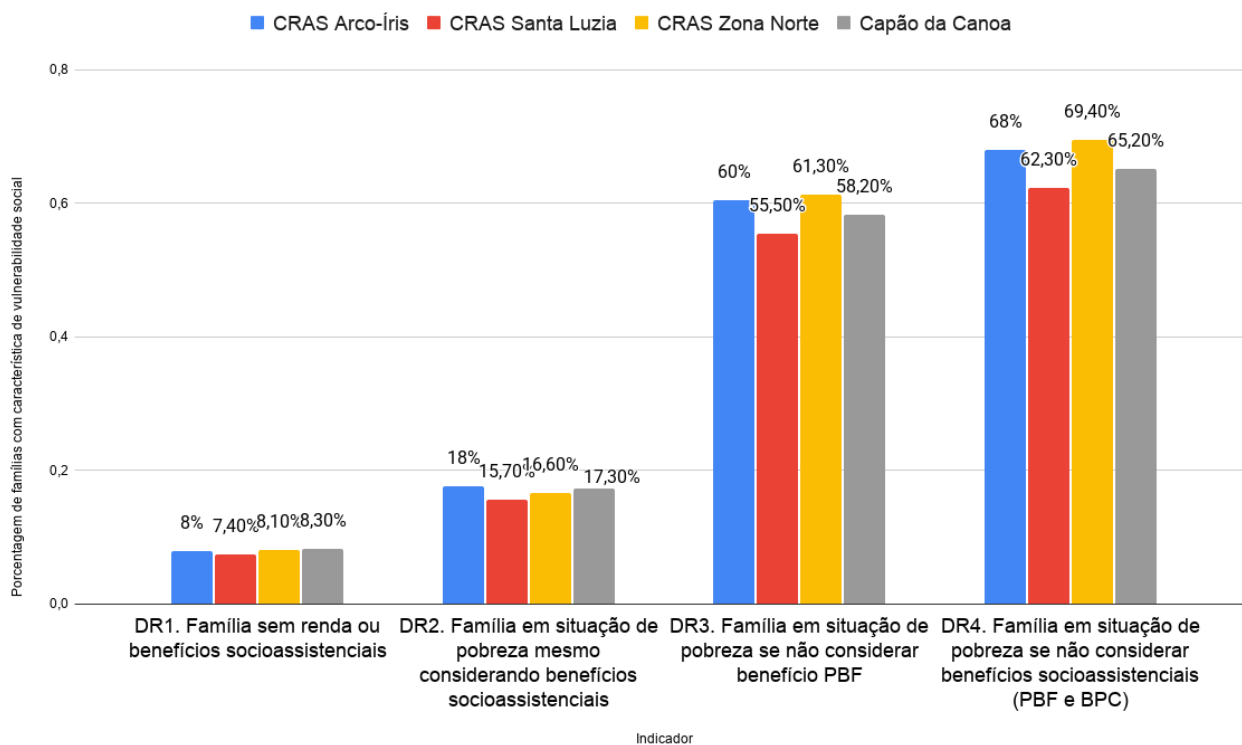
vulnerabilidade social em cada indicador dessa dimensão. Essa dimensão sinaliza situações em que a renda familiar mensal por pessoa fica abaixo de R\$ 218,00. Os dois primeiros indicadores (DR1 e DR2) consideram na renda familiar os benefícios BPC e PBF, enquanto os dois últimos (DR3 e DR4) computam uma renda familiar excluindo tais benefícios sociais.

Gráfico 76 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros, conforme cada indicador que compõe a dimensão Disponibilidade de Recursos do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 77 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Disponibilidade de Recursos do IVCAD, em Capão da Canoa e no território de abrangência dos CRAS

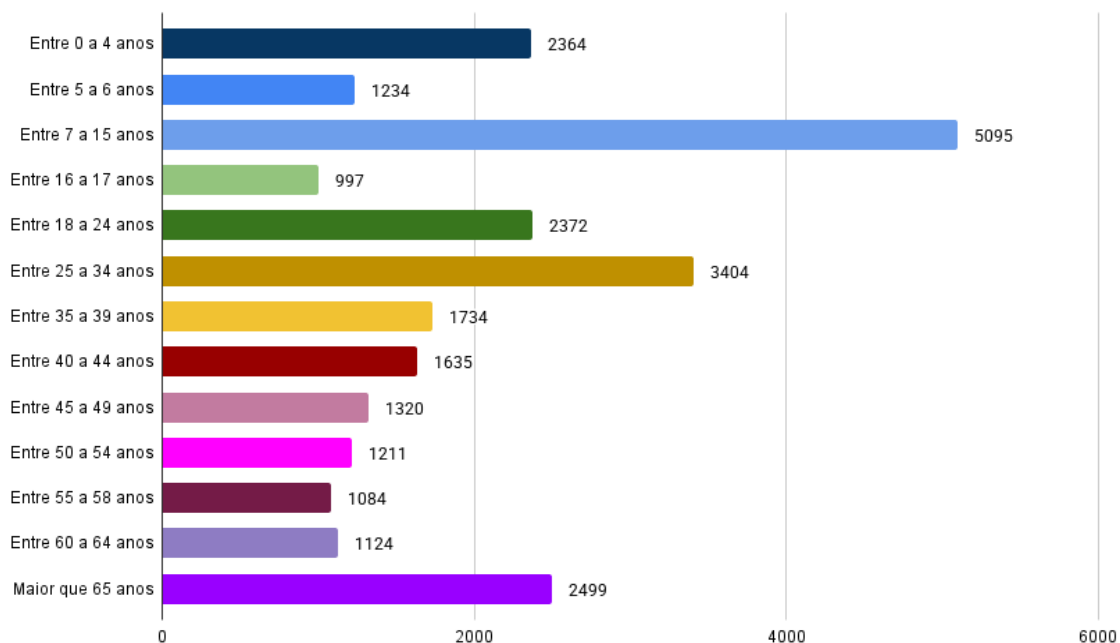


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

3.2.4 Características etárias, de sexo, étnico-raciais e de nacionalidade

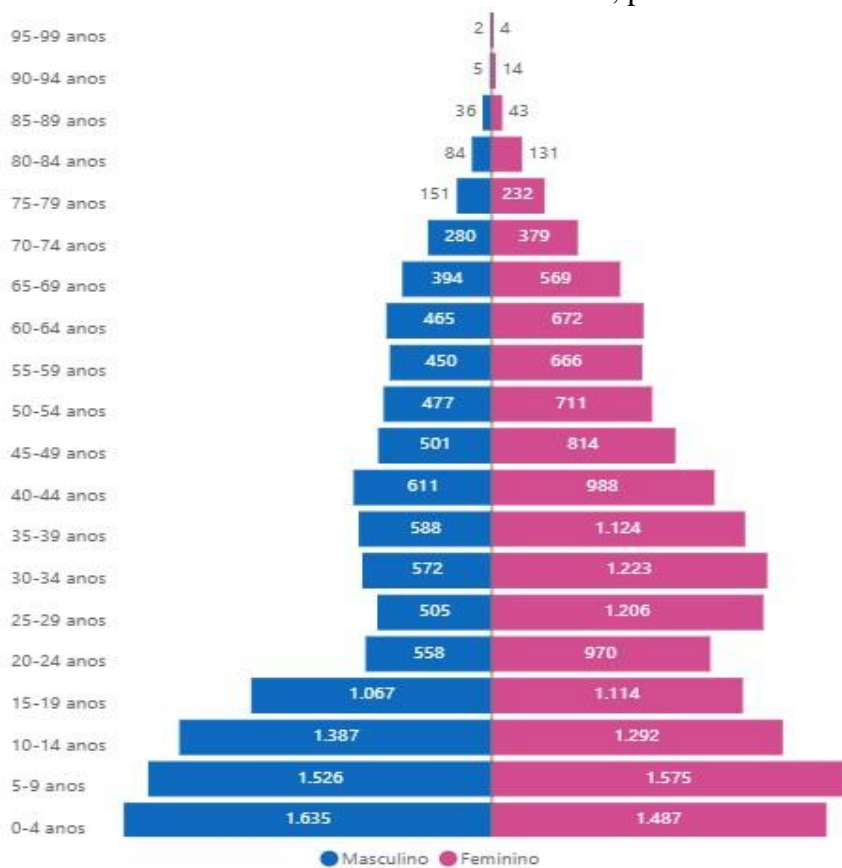
- Faixa etária e sexo

Gráfico 78 - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 79 – Pessoas inscritas no Cadastro Único, por sexo e faixa etária



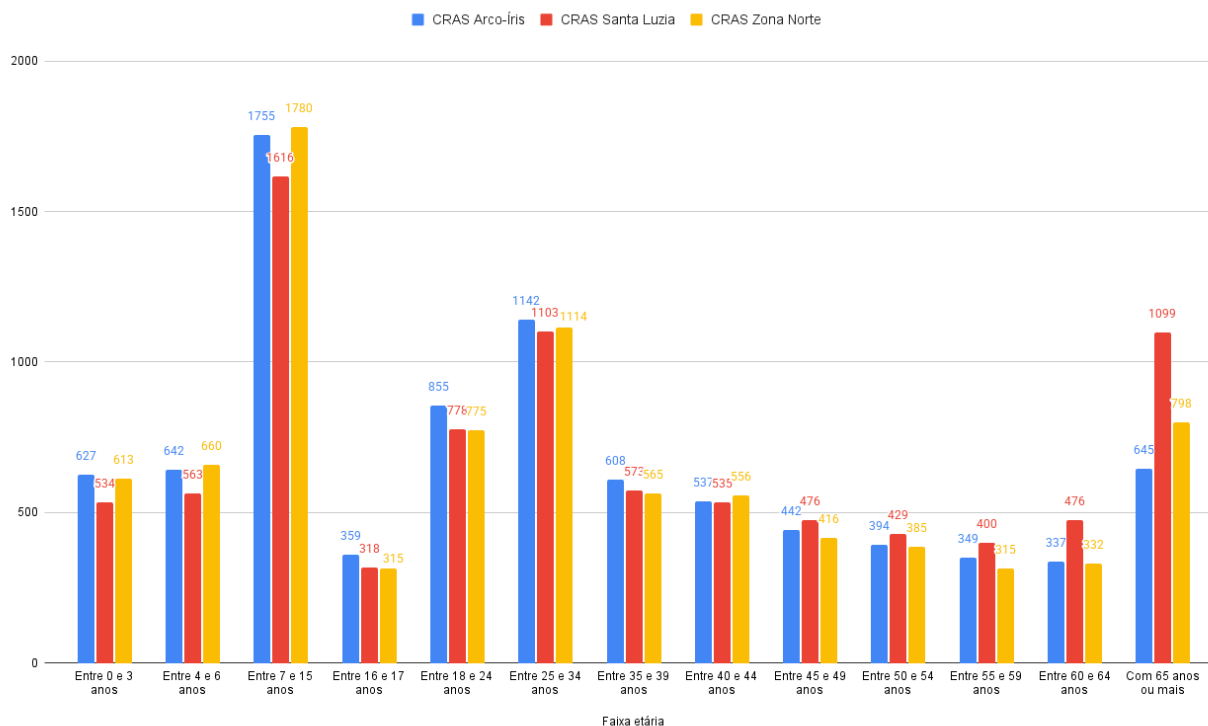
Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais, Painel do Cadastro Único (RIO GRANDE DO SUL), julho de 2025.

Tabela 36 - Estimativa das pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS

Faixa etária	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Entre 0 e 3 anos	627	534	613	1774
Entre 4 e 6 anos	642	563	660	1865
Entre 7 e 15 anos	1755	1616	1780	5151
Entre 16 e 17 anos	359	318	315	992
Entre 18 e 24 anos	855	778	775	2408
Entre 25 e 34 anos	1142	1103	1114	3359
Entre 35 e 39 anos	608	573	565	1746
Entre 40 e 44 anos	537	535	556	1628
Entre 45 e 49 anos	442	476	416	1334
Entre 50 e 54 anos	394	429	385	1208
Entre 55 e 59 anos	349	400	315	1064
Entre 60 e 64 anos	337	476	332	1145
Com 65 anos ou mais	645	1099	798	2542
Total	8692	8900	8624	26216

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 80 - Estimativa das pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Abaixo, a tabela apresenta a porcentagem que cada faixa etária representa na região de abrangência de cada CRAS:

Tabela 37 - Estimativa da porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, na região de abrangência dos CRAS

Faixa etária	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Entre 0 e 3 anos	7,20%	6%	7,10%
Entre 4 e 6 anos	7,40%	6,30%	7,70%
Entre 7 e 15 anos	20,20%	18,20%	20,60%
Entre 16 e 17 anos	4,10%	3,60%	3,70%
Entre 18 e 24 anos	9,80%	8,70%	9%
Entre 25 e 34 anos	13,10%	12,40%	12,90%
Entre 35 e 39 anos	7%	6,40%	6,60%
Entre 40 e 44 anos	6,20%	6%	6,40%
Entre 45 e 49 anos	5,10%	5,30%	4,80%

Entre 50 e 54 anos	4,50%	4,80%	4,50%
Entre 55 e 59 anos	4%	4,50%	3,70%
Entre 60 e 64 anos	3,90%	5,30%	3,80%
Com 65 anos ou mais	7,40%	12,30%	9,30%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

- Raça ou cor

Em relação à raça ou cor, é possível afirmar que 84,89% são brancas e 15,11% são não brancas (pretas, pardas, indígenas ou amarelas). Abaixo, a tabela identifica as pessoas por raça/cor, segundo seu CRAS de abrangência:

Tabela 38 - Estimativa de pessoas inscritas no Cadastro Único, por raça ou cor, conforme região de abrangência dos CRAS⁴⁸

Raça/cor	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Branca	7.308	7.577	7.368	22.253
Preta	594	717	506	1.817
Amarela	de 1 a 20	de 1 a 20	de 1 a 20	-
Parda	767	595	718	2.080
Indígena	de 1 a 20	de 1 a 20	de 1 a 20	-

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

- Nacionalidade

No que tange à nacionalidade, dados de maio de 2025 indicam que 25.763 pessoas (98,82%) são brasileiras e 310 (1,18%) são estrangeiras. Dessa forma, há mais estrangeiros(as) no CadÚnico em 2025 do que o que foi identificado pelo Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), conforme o item 2.2.2, uma vez que seriam cerca de 280 pessoas, o que pode indicar que vem ampliando o quantitativo de pessoas estrangeiras e que estas estão em vulnerabilidade social.

Em relação ao país de nascimento das pessoas imigrantes no CadÚnico, os que mais se destacam são Venezuela (35,16%), Cuba (32,9%), Argentina (13,22%) e Uruguai (8,06%). Venezuela, Cuba e Argentina também foram os principais países de residência anterior das

⁴⁸ Se houver menos de 20 pessoas autodeclaradas de determinada raça/cor, não será identificado o quantitativo, de forma a possibilitar a não identificação das mesmas.

pessoas que não residiam no Brasil cinco antes do Censo (IBGE, 2022). Além destas, há pessoas que nasceram em mais outros 14 países, dos continentes americano, africano, europeu e asiático.

3.2.5 Vivência com deficiência⁴⁹

Conforme dados de outubro de 2025, havia 3.230 PCDs no CadÚnico, o que representava cerca de 13% das pessoas inscritas no CAD, que eram de 25.246⁵⁰. Considerando que o Censo Demográfico 2022 estimou que havia 5.215 PCDs no Município, conforme apresentado no item 2.2.2, pode-se afirmar que 62% destes(as) estão no CadÚnico.

- Em relação ao território de abrangência dos CRAS, cerca de 35% residiam no do Arco-Íris, 32%, no do Santa Luzia e 32%, no do Zona Norte⁵¹.

Tabela 39 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por bairro de residência e conforme a região de abrangência dos CRAS⁵²

CRAS / bairro	Pessoas
CRAS Arco-Íris	
Araçá	138
Arco-Íris	278
Guarani	152
Novo Horizonte	100
Vale Verde	68
Zona Nova	407
Total	1143
CRAS Santa Luzia	
Centro	113
Dom Luiz Guanella	Menos de 20
Girassol	Menos de 20
Morada do Sol	Menos de 20

⁴⁹ No item 3.2.7 Necessidade de cuidados, há informações sobre PCDs que informaram receber cuidados permanentes de terceiros em razão da deficiência.

⁵⁰ Informações extraídas do CECAD (BRASIL, 2025).

⁵¹ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

⁵² Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Novo Louro	Menos de 20
Quero-Quero	49
Navegantes	Menos de 20
Parque Antártica	92
Santa Luzia	517
Santo Antônio	98
São Jorge	101
São Manoel	Menos de 20
Total	1036
CRAS Zona Norte	
Arroio Teixeira	112
Capão Novo	475
Curumim	27
Jardim Beira-Mar	114
Praia do Barco	137
Zona Norte	179
Total	1044
Sem informação	7

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

- Faixa etária e faixa de renda familiar per capita: 46% eram pessoas de 18 a 59 anos, 31% eram pessoas idosas e 23%, crianças e adolescentes; 1.682 pessoas (52%) tinham como renda familiar per capita mais que um salário mínimo ao mês e 1.548 (48%), até meio salário mínimo.

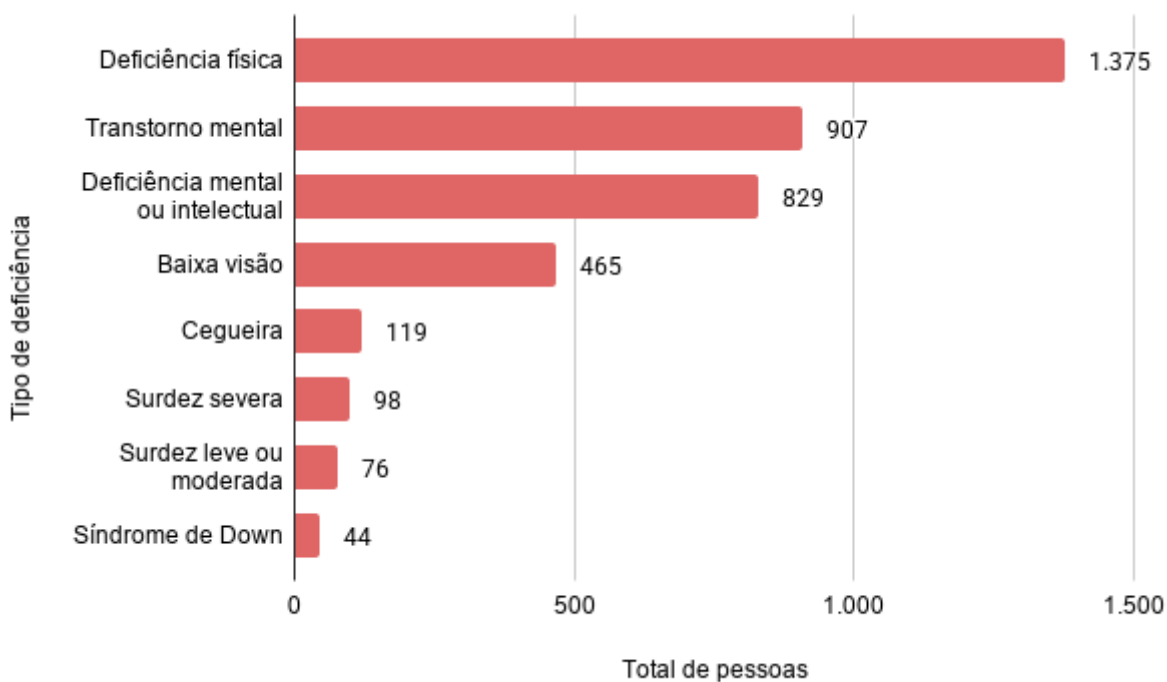
Tabela 40 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por faixa etária e faixa de renda familiar per capita

Faixa da renda familiar per capita	Faixa etária													Total
	Entre 0 e 4	Entre 5 a 6	Entre 7 a 15	Entre 16 a 17	Entre 18 a 24	Entre 25 a 34	Entre 35 a 39	Entre 40 a 44	Entre 45 a 49	Entre 50 a 54	Entre 55 a 59	Entre 60 a 64	Mais que 65	
Pobreza 1 (até R\$ 109)	31	11	70	9	31	54	27	24	37	44	74	51	24	487
Pobreza 2 (de R\$ 109 a R\$ 218)	13	6	33	6	8	22	7	9	15	16	18	12	2	167
Baixa Renda	45	64	226	34	69	103	38	38	65	39	42	59	72	894
Acima de 1/2 S.M.	24	37	123	26	75	124	74	103	94	116	123	184	579	1.682
Total	113	118	452	75	183	303	146	174	211	215	257	306	677	3.230

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

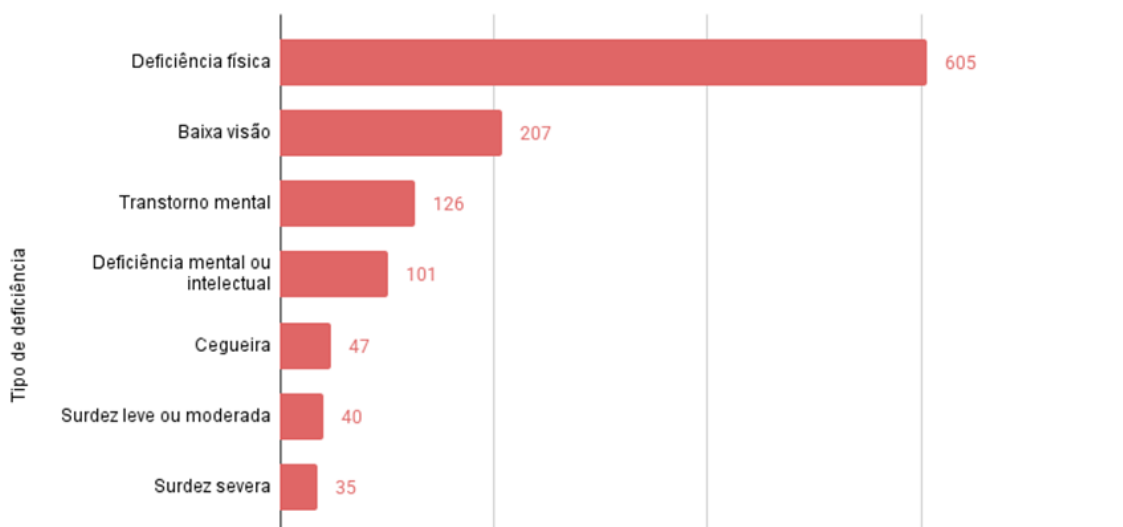
- Tipo de deficiência

Gráfico 81 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por tipo de deficiência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

Gráfico 82 - Pessoas idosas inscritas no Cadastro Único que vivem com deficiência, por tipo de deficiência⁵³



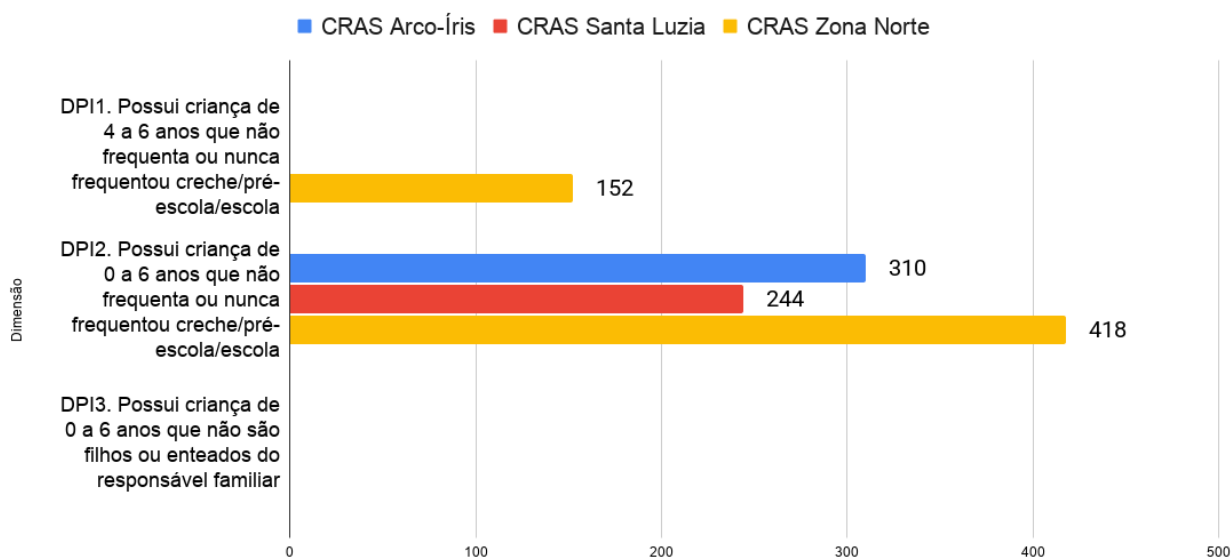
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

⁵³ Há pessoas idosas que vivem com Síndrome de Down inscritas no CadÚnico, mas, como totalizam menos de 20, o quantitativo não é informado para não possibilitar a sua identificação.

3.2.6 Desenvolvimento da infância e da adolescência

Este item advém integralmente das dimensões Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI) e Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA)⁵⁴ e do IVCAD⁵⁵. A primeira identifica possíveis situações de vulnerabilidade para famílias com crianças com idade entre zero e seis anos. São sinalizados contextos em que essas crianças não frequentam creche ou pré-escola, assim como os casos em que essas crianças não são filhos ou enteados do responsável familiar. A segunda identifica possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos. São sinalizadas situações de trabalho infantil de sete a 15 anos de idade, além de contextos em que a criança/adolescente encontra-se fora da escola ou com atraso escolar.

Gráfico 83 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas a famílias com crianças com idade entre zero e seis anos, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento na Primeira Infância do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS⁵⁶



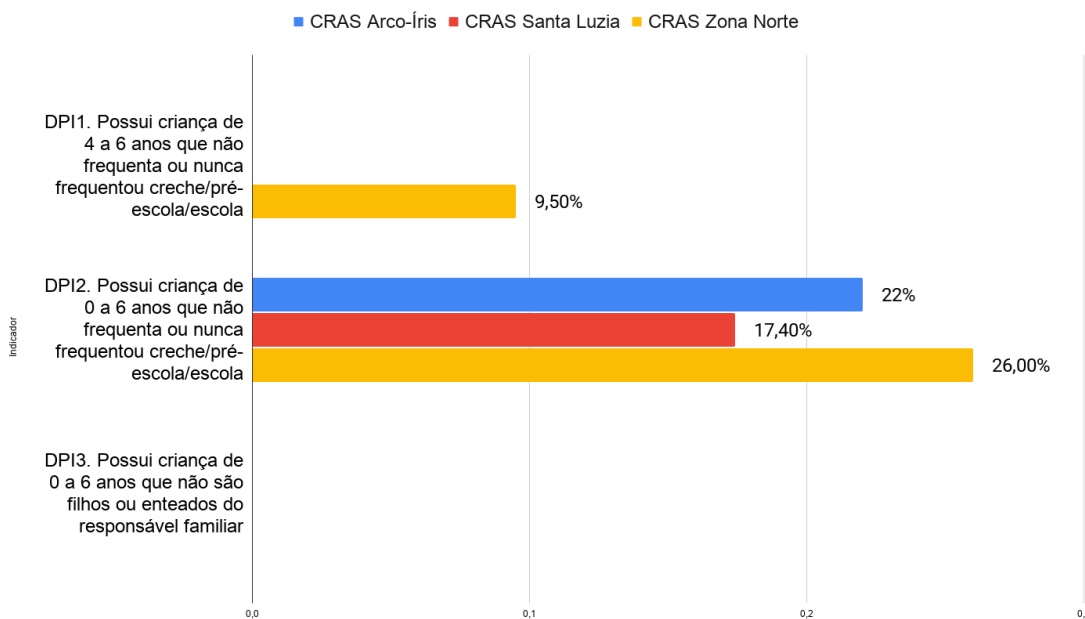
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

⁵⁴É importante explicar a composição do indicador “DCA1. Possui criança ou adolescente de 7 a 15 anos trabalhando”, que compõe essa dimensão: “É considerado trabalhando, neste caso, a criança ou adolescente de 7 a 15 com marcação de trabalho infantil no Cadastro Único, ou que esteja entre 10 e 15 anos e tenha respondido que trabalhou na semana anterior ou que não trabalhou, mas estava afastado do trabalho. No caso de adolescentes de 14 e 15 anos, estágio e aprendiz não são considerados trabalhos infantis” (BRASIL [2026e]).

⁵⁵O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

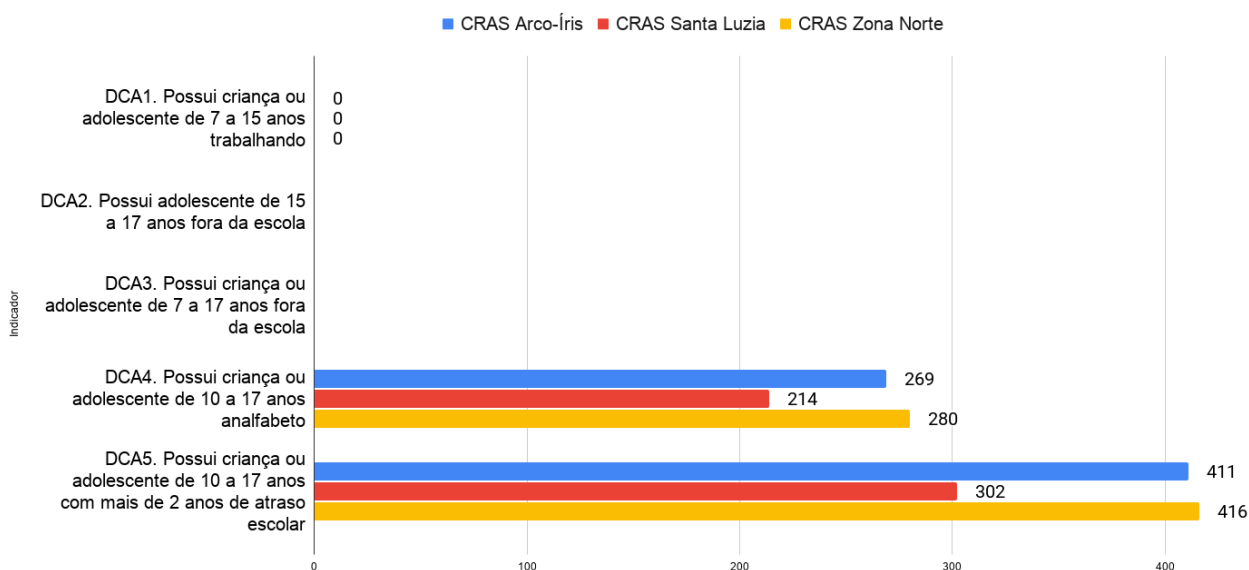
⁵⁶Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

Gráfico 84 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas a famílias com crianças com idade entre zero e seis anos, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento na Primeira Infância do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS⁵⁷



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 85 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS⁵⁸

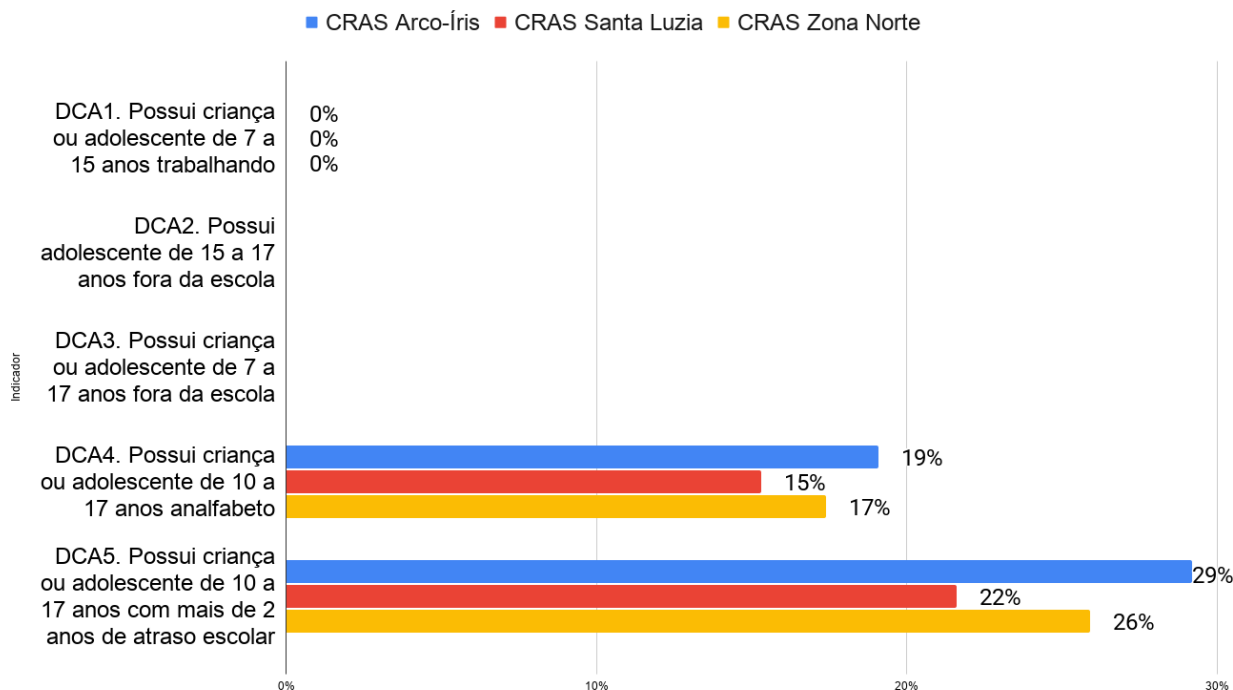


⁵⁷ Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

⁵⁸ Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 86 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS⁵⁹



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

3.2.7 Necessidade de cuidados

Conforme a Política e o Plano Nacional de Cuidados,

[...] O cuidado é definido como um trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução da vida humana, da força de trabalho, das sociedades e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas. Abrange a preparação de alimentos, limpeza, gestão e organização da casa, além de atividades de cuidado e apoio a pessoas – como bebês e crianças pequenas, pessoas idosas ou pessoas com deficiência – que dependem de terceiros para realizar atividades básicas (como tomar banho, vestir-se, alimentar-se) e/ou instrumentais da vida diária — como gerenciar recursos, fazer compras e sair de casa.

O cuidado é também definido como uma necessidade e um direito de todas as pessoas. É, portanto, central para a sustentabilidade da vida humana, assim como para o funcionamento da economia, das instituições e da vida em sociedade. Todas as pessoas necessitam de cuidados ao longo de suas vidas, ainda que em alguns momentos e situações essas necessidades sejam mais intensas e complexas.

⁵⁹Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

O cuidado deve ainda ser entendido a partir de sua função social. Nesse sentido, ele é um bem público, ou seja, a provisão de cuidados adequados e de qualidade não interessa apenas àquela pessoa que os recebe ou à sua família, já que, sem essa provisão, a sociedade, as instituições, as empresas e a economia simplesmente não funcionam.

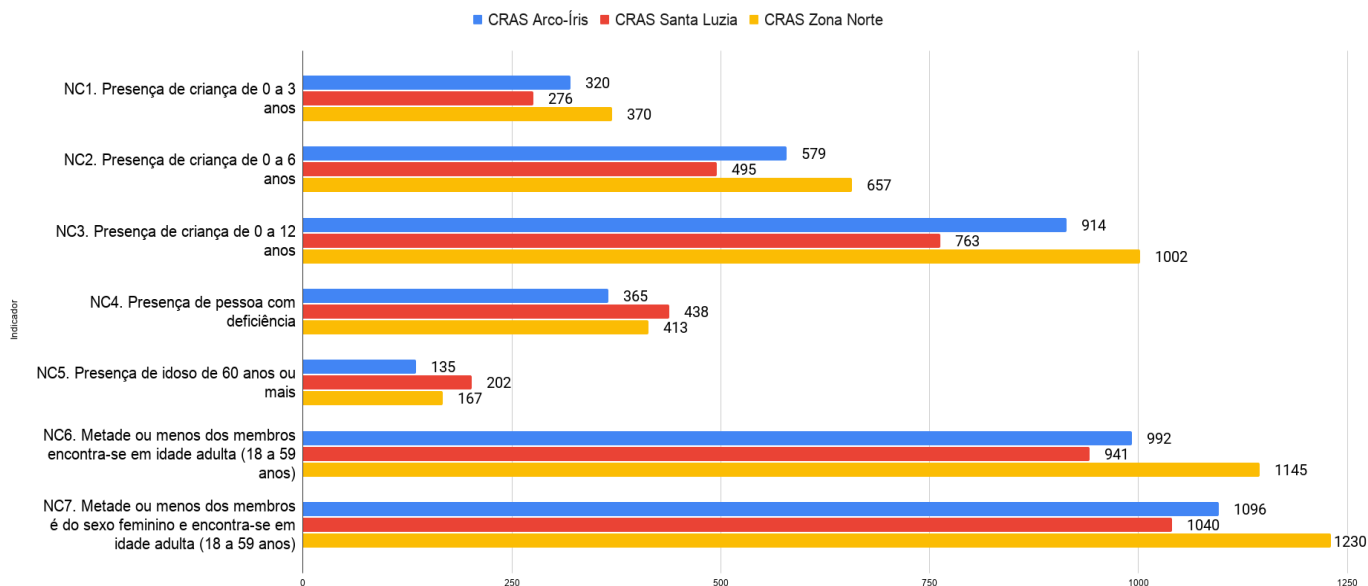
A forma como o trabalho de cuidados se concretiza na vida diária é variada. Ele pode ser remunerado, compreendendo atividades destinadas à produção de bens e/ou serviços de cuidados realizadas para terceiros em troca de remuneração, a exemplo do trabalho realizado por profissionais como trabalhadoras domésticas remuneradas em suas diferentes funções, cuidadoras/es de pessoas idosas e com deficiência em instituições, profissionais da educação infantil e da saúde, dentre outras. Ele pode também ser exercido de maneira não remunerada, no âmbito familiar ou comunitário (fora de relações laborais do mercado de trabalho), abarcando tarefas como produção de alimentos, manutenção dos domicílios e cuidado das pessoas do próprio núcleo doméstico e/ou familiar, sem contrapartida financeira (BRASIL, 2025b,p.15)

Dessa forma, são apresentadas informações que podem evidenciar a necessidade do trabalho de cuidados nas famílias (principalmente pela presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas e PCDs) e sua capacidade de provê-lo.

A dimensão Necessidade de Cuidados (NC) do IVCAD⁶⁰ identifica situações que possivelmente caracterizam as famílias como demandantes de trabalho de cuidados. São identificadas a presença de crianças, de pessoas com deficiência e de pessoas idosas, contrapondo à capacidade da família de cuidar dessas pessoas ao identificar a proporção de adultos que potencialmente poderiam realizar o trabalho de cuidado.

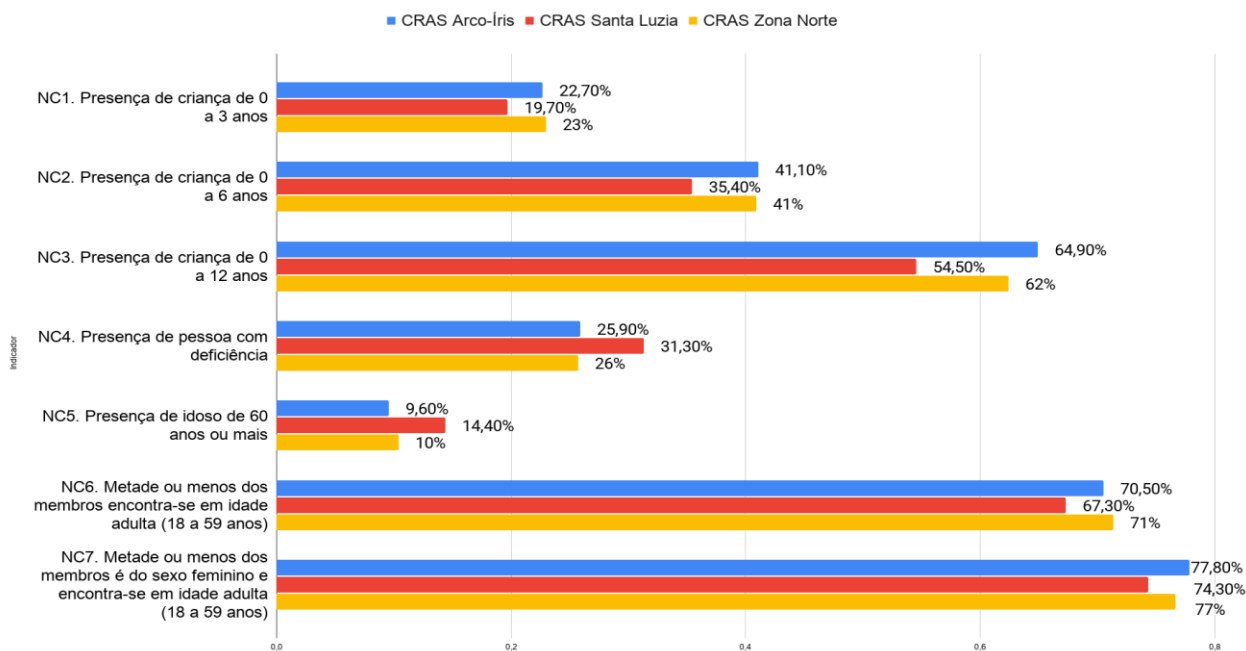
⁶⁰O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

Gráfico 87 - Total de famílias com possível demanda de trabalho de cuidados, conforme cada indicador que compõe a dimensão Necessidade de Cuidados do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 88 - Comparativo da porcentagem de famílias com possível demanda de trabalho de cuidados, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Necessidade de Cuidados do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS

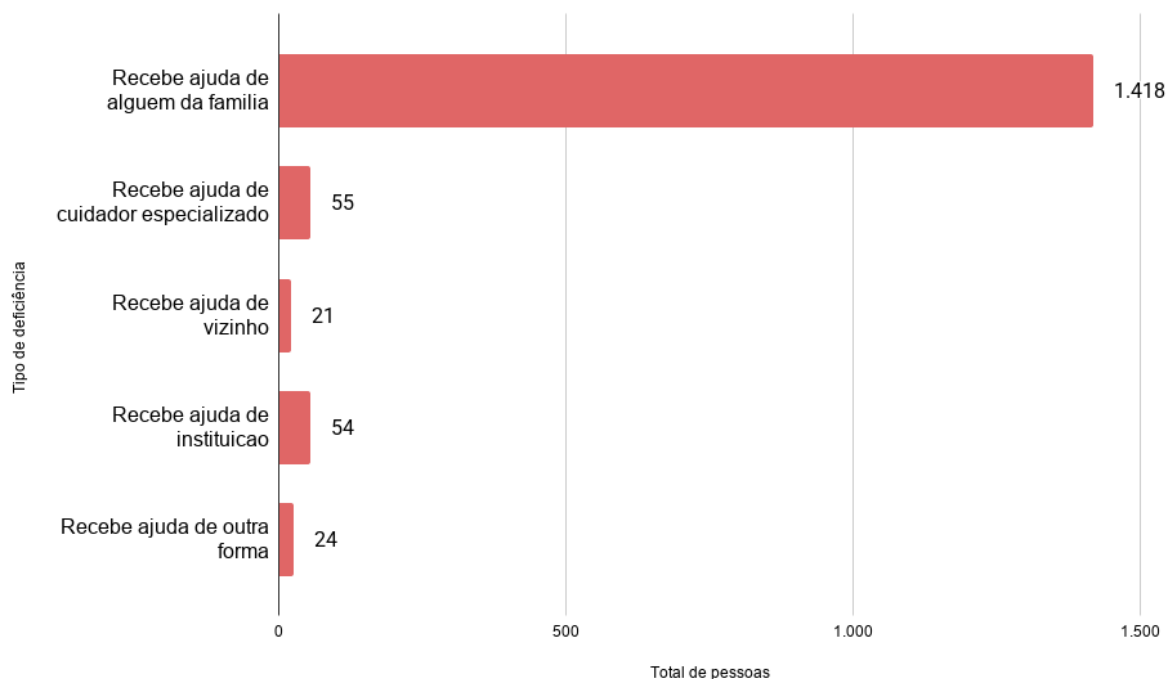


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Em relação às crianças na primeira infância (entre zero e seis anos de idade), dados de julho de 2025 indicam que, das 3.465 famílias com crianças nessa faixa, 2.827 são monoparentais (RIO GRANDE DO SUL, 2025), isto é, o(a) responsável vive com um ou mais filhos, sem a presença de cônjuge ou companheiro(a) - o que poderia evidenciar sobrecarga em relação ao trabalho de cuidados.

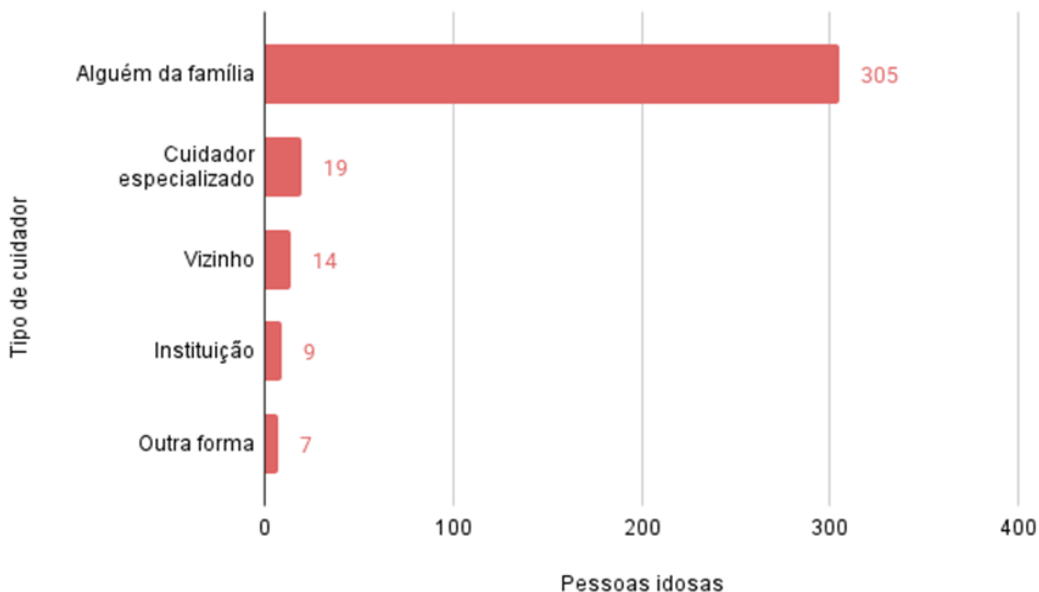
Em razão da deficiência, 1.418 pessoas recebiam cuidados permanentes de alguém da família, o que representava cerca de 44% das PCDs inscritas no CadÚnico em outubro de 2025, sendo que 34%, 33% e 32% residiam, respectivamente, no território de abrangência dos CRAS Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte. Os dois gráficos seguintes evidenciam, respectivamente, o total de PCDs que recebem cuidados permanentes de terceiros e o total de PCDs que são também pessoas idosas, por tipo de cuidador.

Gráfico 89 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único que recebem cuidados permanentes de terceiros, por tipo de cuidador



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

Gráfico 90 - Pessoas idosas inscritas no Cadastro Único que vivem com deficiência e recebem cuidados permanentes de terceiros, por tipo de cuidador



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

Em outubro de 2025, havia 231 crianças de zero a seis anos de idade que viviam com deficiência. Em razão da deficiência, a maioria recebia cuidados permanentes de terceiros, sendo que 182 eram cuidadas por alguém da família, seis por cuidador especializado, três de outra forma e duas por instituição (BRASIL [2025b]).

3.2.8 Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e perfil da população em situação de rua

Os grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE) são grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento no CadÚnico (BRASIL, 2023b).

Para efeitos analíticos, os GPTE são agregados em categorias, com o objetivo de permitir entender de maneira esquemática as similaridades que apresentam, conforme exposto abaixo:

» Origem étnica

- 1) famílias indígenas
- 2) famílias quilombolas
- 3) famílias ciganas
- 4) famílias pertencentes a comunidades de terreiro

Os grupos de origem étnica dizem respeito ao conjunto de famílias com autodeterminação de pertencimento a um grupo social dotado de organização territorial, política, linguística, sociocultural, econômica e/ou histórica própria. São definidos, em grande medida, pelos costumes, tradições e modos de viver comunitários singulares que possuem e que são transmitidos de geração em geração, o que os difere dos demais grupos. Dessa forma, são grupos que compartilham valores e práticas culturais herdados de povos com estratégias e modos próprios de sobrevivência e reprodução ancestrais.

» Relação com o meio ambiente

- 5) famílias extrativistas
- 6) famílias de pescadores artesanais
- 7) famílias ribeirinhas

Os grupos que possuem relações estreitas com o meio ambiente são os que integram a comunidades tradicionais cuja subsistência é baseada nos recursos oferecidos pela natureza, sejam florestas, rios, manguezais, mar ou outros ambientes similares. Essa população também pode praticar agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, em regime de economia familiar. Devido às suas características comuns, os grupos de relação com o meio ambiente podem se sobrepor. Assim, cabe à família escolher em qual categoria deseja ser identificada.

» Relação com o meio rural

- 8) famílias assentadas da Reforma Agrária
- 9) famílias acampadas rurais
- 10) famílias de agricultores familiares
- 11) famílias de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Os grupos ligados ao meio rural são os que pleiteiam o acesso, a permanência e o uso sustentável da terra, assim como o acesso a políticas públicas específicas, como a de crédito fundiário. Podem ou não estar organizadas em movimentos sociais. Há aqueles que já obtiveram a regularização fundiária através do processo de reforma agrária. Muitos exploram a terra para a criação de animais, produção de artigos agrícolas para consumo da unidade familiar e comercialização em pequena escala.

» Situações conjunturais

- 12) famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura
- 13) famílias de presos do sistema carcerário
- 14) famílias de catadores de material reciclável
- 15) famílias de pessoas em situação de rua

Os grupos em situações conjunturais são compostos por famílias que, devido a múltiplos fatores, que variam de grupo a grupo, encontram-se em uma situação de vulnerabilidade acentuada compartilhada. Em alguns casos esses grupos podem inclusive formar identidades ou organizações sociais, tal como ocorre com as pessoas em situação de rua, com os catadores de materiais recicláveis e com os atingidos por empreendimentos de infraestrutura. Acreditava-se anteriormente que a transitoriedade, ou seja, a manutenção de determinada situação por período limitado, era característica comum aos grupos que compõem esse agregado, mas o monitoramento dos dados indica a permanência dessas situações (BRASIL, 2023b, p.8-9).

Em Capão da Canoa, no mês de março de 2025, foram identificadas 597 famílias e 1.176 pessoas pertencentes a GPTEs, que representavam 5,44% do total de famílias e 4,51% do total de pessoas inscritas no CadÚnico. A tabela abaixo apresenta o quantitativo de famílias pertencentes a GPTEs:

Tabela 41 - Famílias inscritas no Cadastro Único pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos, por grupos familiares

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas
Indígenas	1
Ciganos	1
Quilombolas	13
Ribeirinhos	3
Pescadores artesanais	31
Agricultores familiares	7
Assentados da Reforma Agrária	2
Acampados	1
Pessoas em situação de rua	169
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	1
Coletores de material reciclável	371
Famílias de presos do sistema carcerário	18
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	2

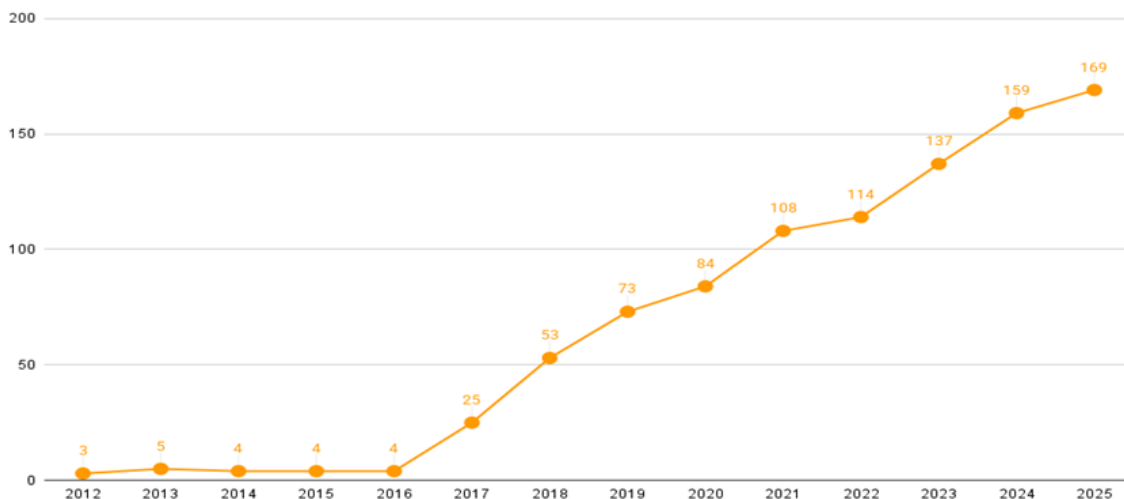
Fonte: BRASIL [2025b], março de 2025..

Por ter mais de 20 famílias inscritas no CadÚnico de coletores de material reciclável na região de abrangência de cada CRAS, este é o único GTPE possível de identificar as famílias pertencentes, por território de CRAS: são 165 no CRAS Arco-Íris, 136 no CRAS Zona Norte e 70 no CRAS Santa Luzia.

- População em situação de rua

Especificamente sobre a população em situação de rua (PSR), o gráfico abaixo demonstra a evolução das famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, de 2012 até maio de 2025, quando havia 171:

Gráfico 91 – Evolução das famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, em Capão da Canoa, de 2012 até 2025*



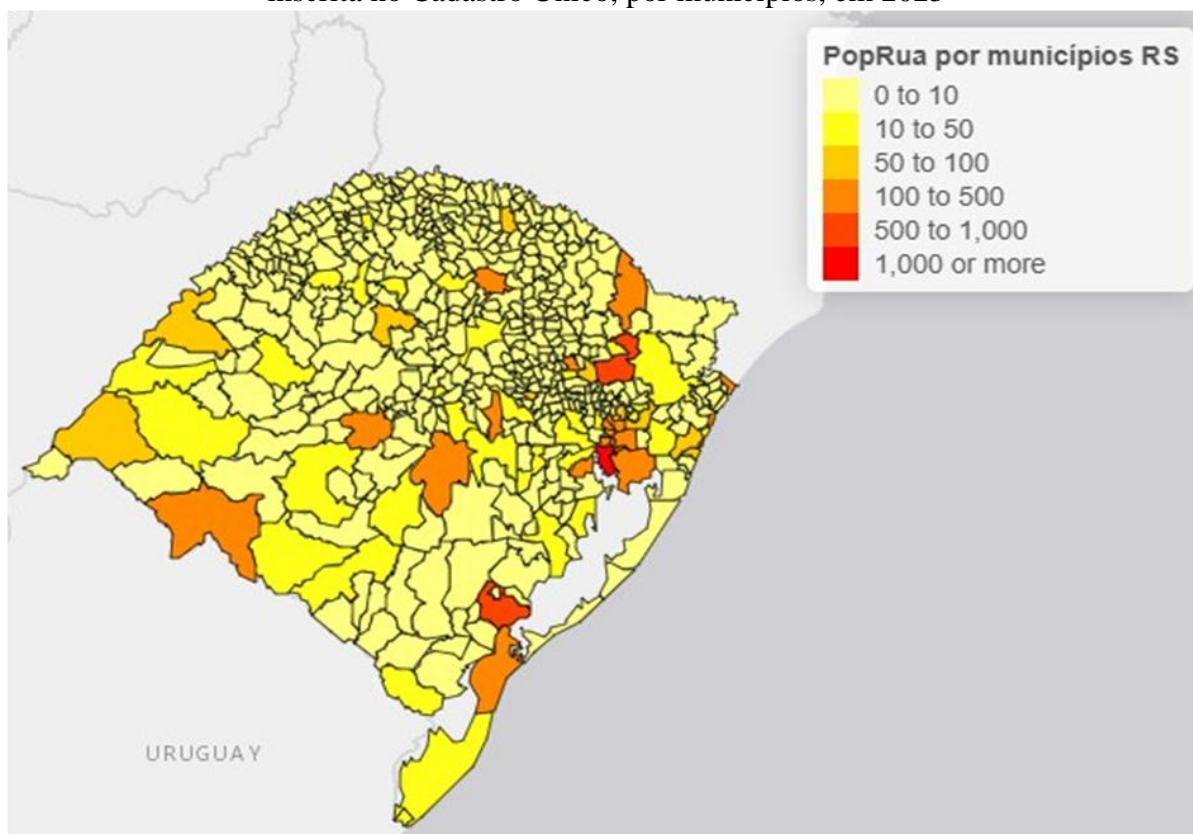
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, Vis Data (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

* Famílias inscritas no último dia do ano, com exceção de 2025, que compreende até o mês de maio.

O gráfico evidencia um crescimento em 101% das famílias em situação de rua inscritas de 2020 até maio de 2025, praticamente quatro anos e meio. No mesmo período, o aumento geral de famílias no CadÚnico municipal foi de 93%.

O mapa abaixo evidencia a população em situação de rua inscrita no CadÚnico, por municípios, no Rio Grande do Sul, sendo que Capão da Canoa é um dos que consta em cor laranja por ter entre 100 e 500 pessoas. No momento da coleta dos dados que gerou o mapa, o Município tinha 139 pessoas.

Figura 8 – Mapa do Rio Grande do Sul, com o mapeamento da população em situação de rua inscrita no Cadastro Único, por municípios, em 2023



Fonte: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (2023).

O quadro abaixo traz os dez municípios gaúchos e os quatro municípios do litoral norte gaúcho com maior quantitativo de famílias em situação de rua no Cadastro Único, em julho de 2025, de forma a comparar com a população estimada pelo IBGE para 2024:

Quadro 2 – Comparativo entre população estimada para 2024 versus famílias em situação de rua, nos dez municípios gaúchos e nos quatro municípios do litoral norte gaúcho com maior quantitativo de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único

Município	População estimada para 2024 (IBGE)	Famílias em situação de rua no Cadastro Único (julho/2025)	Proporção de famílias em situação de rua em relação à população estimada
Porto Alegre	1.389.322	6.027	0,43%
Caxias do Sul	478.256	1.047	0,21%
Pelotas	336.131	880	0,26%
Santa Maria	282.244	538	0,19%
São Leopoldo	225.669	421	0,18%
Novo Hamburgo	235.879	410	0,17%
Rio Grande	198.958	345	0,17%
Alvorada	194.116	319	0,16%
Gravataí	275.294	291	0,10%

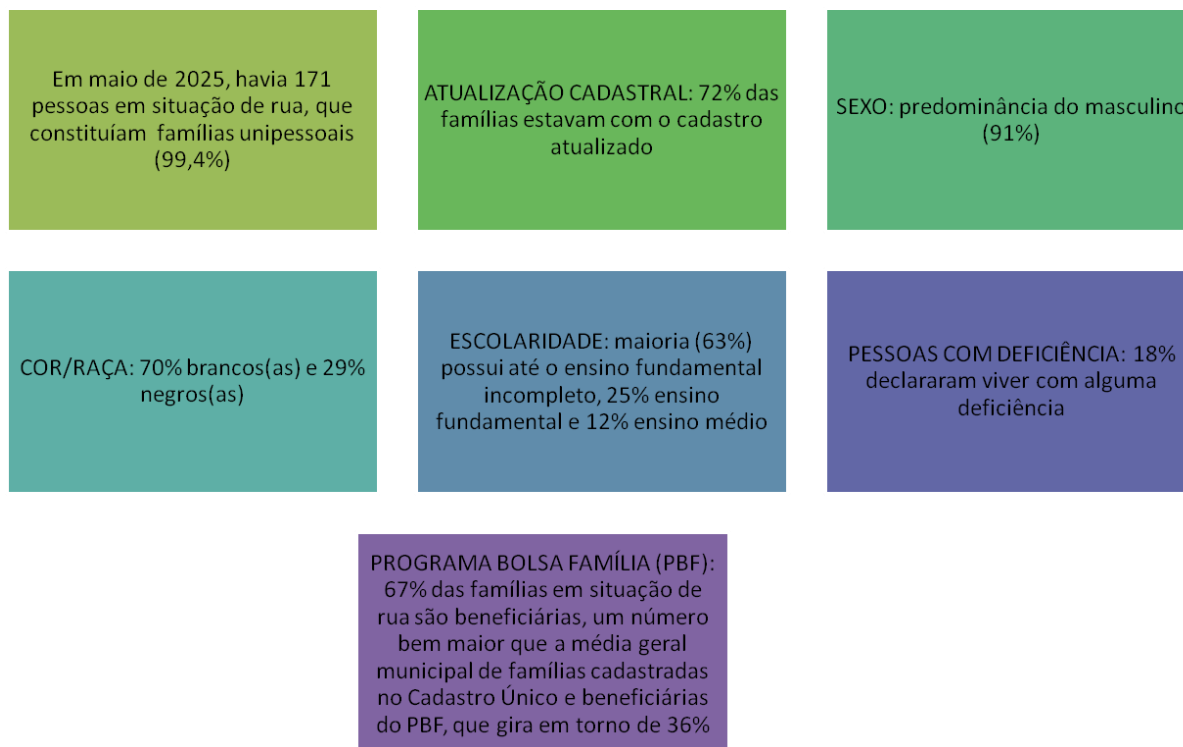
Santa Cruz do Sul	138.104	276	0,19%
Torres	43.268	210	0,48%
Capão da Canoa	66.012	171	0,25%
Osório	48.929	124	0,25%
Tramandaí	56.296	92	0,16%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Vis Data e IBGE Cidades (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

Conforme o quadro acima, Capão da Canoa está entre os cinco municípios gaúchos com maior porcentagem de famílias em situação de rua em relação à população total municipal estimada.

No que diz respeito ao perfil das pessoas em situação de rua no Município, seguem, na figura e no texto que vem em seguida, as principais informações sistematizadas pela Vigilância Socioassistencial (CAPÃO DA CANOA, 2025e), referentes ao mês de maio de 2025:

Figura 9 - Alguns indicadores sobre o perfil da população em situação de rua inscrita no Cadastro Único



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

Outros dados:

- Naturalidade: 9% nasceram em Capão da Canoa e 76% em 49 outros municípios gaúchos, sendo que 50% nasceram em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Faixa etária: 48% têm entre 35 a 49 anos, 35%, entre 18 a 34 anos e 17%, com 50 ou mais anos;
- Frequência com que têm contato com parente fora da situação de rua: 52% não têm contato nunca ou quase nunca com parentes, o que pode indicar fragilização ou rompimento dos vínculos familiares;
- Tempo em que vivem na rua: a maioria (69%) vive até dois anos;
- Tempo em que moram em Capão da Canoa: 68% moram em Capão da Canoa até dois anos, com destaque para quem está até seis meses (51%). Se comparadas as informações do tempo em que moram em Capão da Canoa e do tempo em que vivem na rua, em torno de 26% estão há pelo menos dois anos em situação de rua neste Município. Esses dados abrem o questionamento sobre o estereótipo que ronda essa população relacionado à transitoriedade ou à migração constante entre cidades;
- Renda familiar per capita mensal: 79% vivem com até R\$218;
- Inserção no mundo do trabalho: 78% já trabalhou com carteira assinada; 31% informaram o seu trabalho principal, sendo que o predominante é bico/autônomo (60,37%), seguido por empregado(a) com carteira de trabalho assinada (12,69%) e empregado(a) sem carteira de trabalho assinada (0,58%). Chama a atenção a característica da informalidade do trabalho. Apenas uma minoria (18%) pede dinheiro nos espaços públicos como forma de sobrevivência. Assim, não se trata de uma população de “mendigos” ou “pedintes”, mas de trabalhadores(as) que têm alguma profissão, ainda que se encontrem na informalidade. Ainda, o fato de um bom quantitativo trabalhar como catador de materiais recicláveis (39%) sinaliza para o poder público municipal a possibilidade de alternativas nesta área para esse público em termos de emprego e renda;
- Motivações para a situação de rua: os motivos mais expressivos são problemas com familiares/companheiro(a) (41%), desemprego (38%), perda de moradia (30%) e alcoolismo/uso de drogas⁶¹ (26%). Os motivos são diversos para a situação de rua, o que confirma que essa questão deve ser compreendida em suas múltiplas

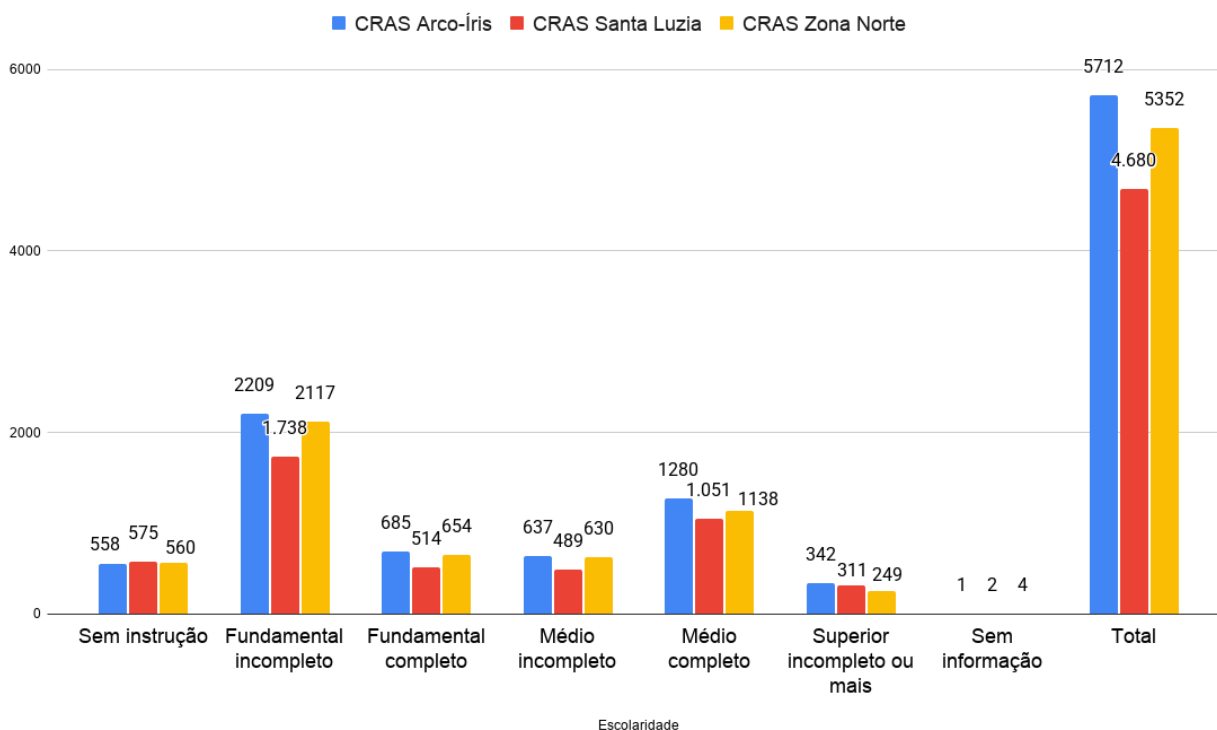
⁶¹ Alcoolismo/uso de drogas são categorias utilizadas pelo CadÚnico.

determinações, ou em sua multiplicidade de fatores, que vão desde os estruturais (como ausência de moradia e inexistência de trabalho e renda) até os relacionados à ruptura ou fragilização de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2011). Dentre as motivações, convém destacar o uso abusivo de substâncias psicoativas, o que também é bastante visibilizado pela equipe do CREAS e demanda a Política de Saúde.

3.2.9 Escolaridade⁶²

A seguir, são apresentadas informações sobre a escolaridade de pessoas com 18 anos de idade ou mais, por região de abrangência dos CRAS, que totalizavam 15.744 pessoas no mês de outubro de 2025. É expressivo que, em média, considerando a abrangência dos três CRAS, 38,5% desse público não tenha concluído o ensino fundamental, 11% não tenham instrução e 26% tenham ensino médio completo ou mais.

Gráfico 92 - Pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único, por escolaridade, conforme a região de abrangência dos CRAS⁶³



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

⁶² No item 3.2.11, há dados, a partir do IVCAD, que relacionam situações de baixa escolaridade e de inserção no setor informal ou em ocupações de baixa remuneração por adultos de 18 a 59 anos.

⁶³ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Tabela 42 - Porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único, por escolaridade, na região de abrangência dos CRAS⁶⁴

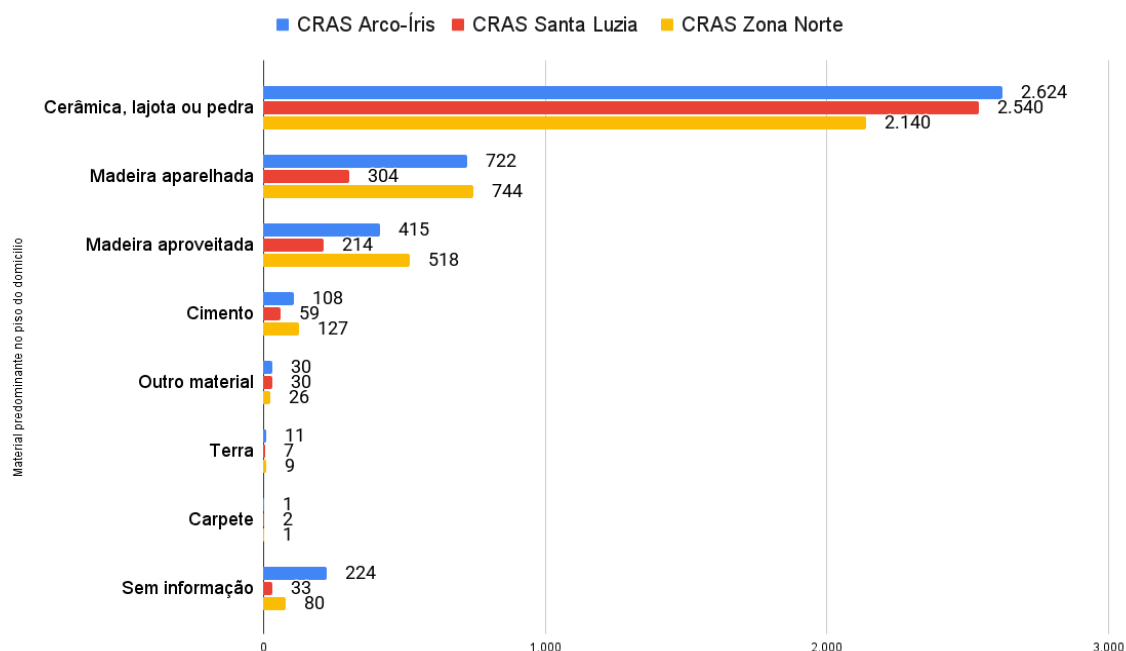
Escolaridade	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Sem instrução	9,80%	12,30%	10,50%
Fundamental incompleto	38,70%	37,20%	39,60%
Fundamental completo	12%	11%	12,20%
Médio incompleto	11,20%	10,50%	11,80%
Médio completo	22,40%	22,50%	21,30%
Superior incompleto ou mais	6%	6,60%	4,70%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

3.2.10 Habitação e condições de moradia

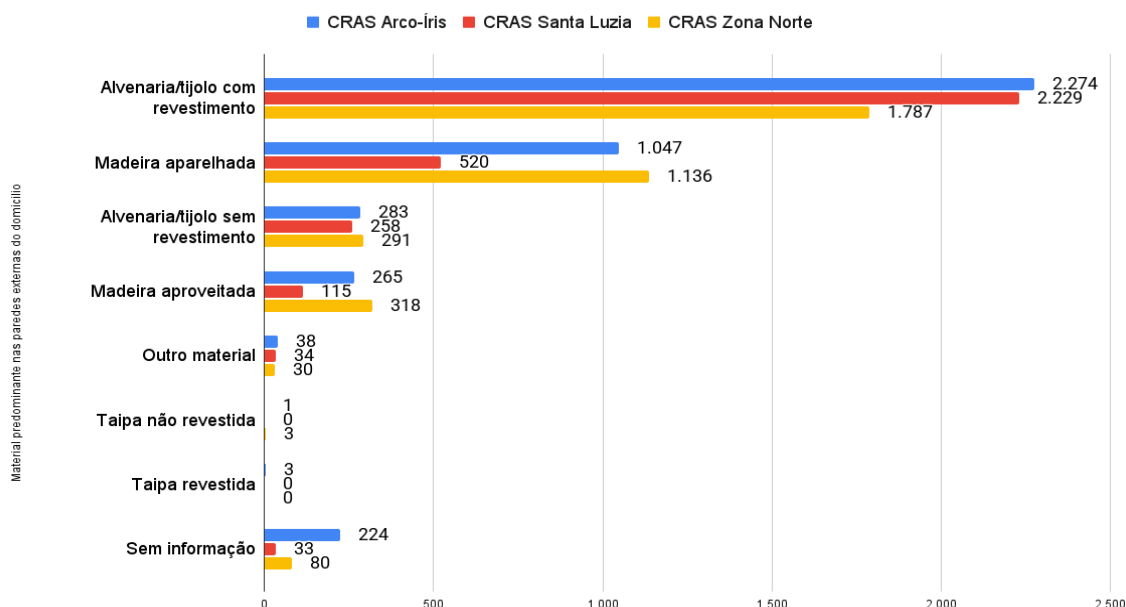
⁶⁴Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 93 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por tipo de material predominante no piso do domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS⁶⁵



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 94 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por tipo de material predominante nas paredes externas do domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS⁶⁶



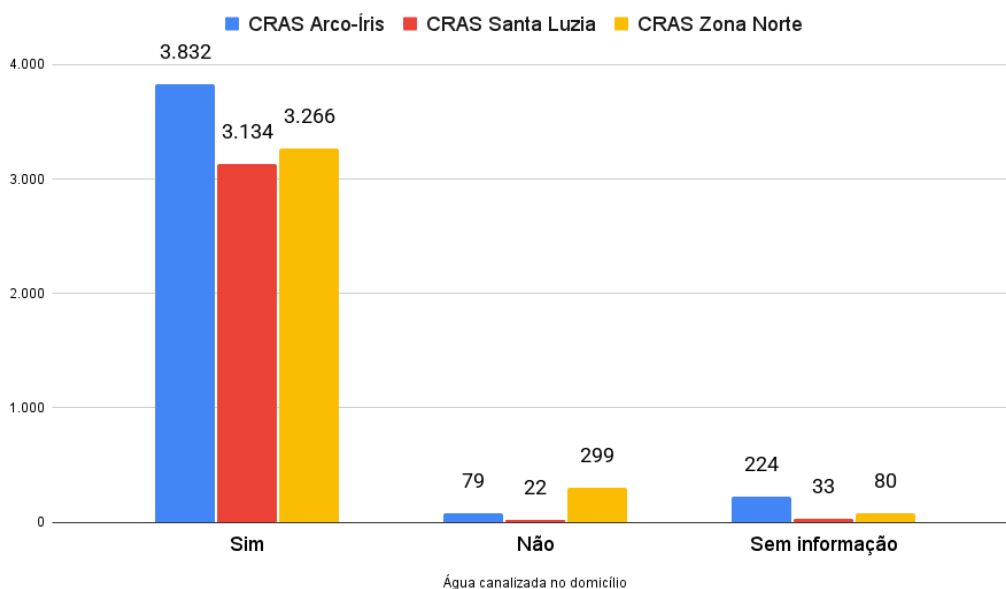
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

⁶⁵ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

⁶⁶ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

O gráfico anterior evidencia que cerca de 57% das casas da população inscrita no CadÚnico têm como material predominante nas paredes externas alvenaria ou taipa revestidas, 25% são de madeira aparelhada, 8% são de alvenaria sem revestimento e 6% são de madeira aproveitada. Especificamente no que tange à região de abrangência dos CRAS Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte, respectivamente, as casas de alvenaria ou taipa revestidas representam 55%, 70% e 49%, enquanto que as casas de madeira aparelhada e aproveitada perfazem 32%, 20% e 40%. Assim, nota-se uma diferença expressiva do material da moradia da população da região de abrangência dos CRAS Arco-Íris e Zona Norte que está CadÚnico em relação ao material predominante nas paredes externas dos domicílios da população municipal em geral, uma vez que, desta, alvenaria ou taipa com revestimento representam 76,96%, de acordo com o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), apresentado na seção 1 deste trabalho, no item sobre habitação e condições de moradia.

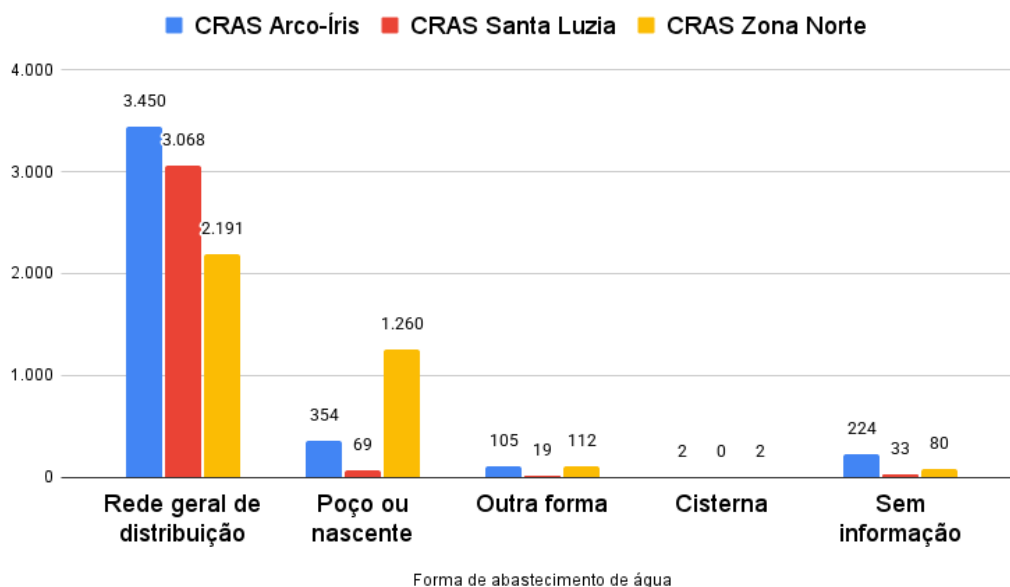
Gráfico 95 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de água canalizada no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS⁶⁷



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

⁶⁷ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 96 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por forma de abastecimento de água no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS⁶⁸

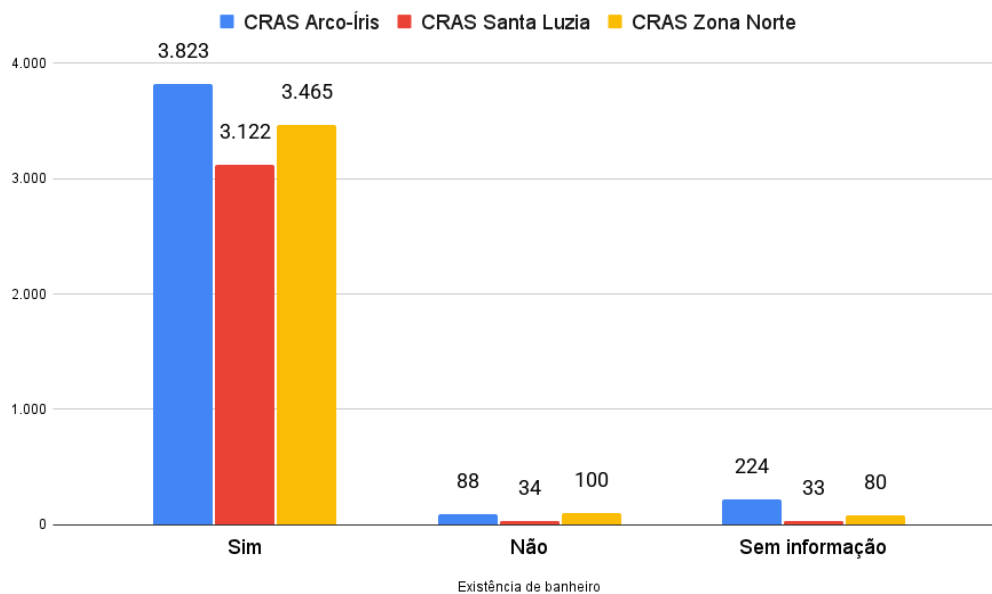


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

O gráfico acima demonstra que a região com menor quantitativo da população inscrita no CadÚnico com abastecimento de água pela rede geral de distribuição é a do CRAS Zona Norte, o que vai ao encontro com a seção 1 deste trabalho, no item sobre habitação e condições de moradia, quando apresenta que, segundo Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), o maior percentual dos domicílios sem abastecimento pela rede geral está situado na abrangência do referido CRAS.

⁶⁸ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

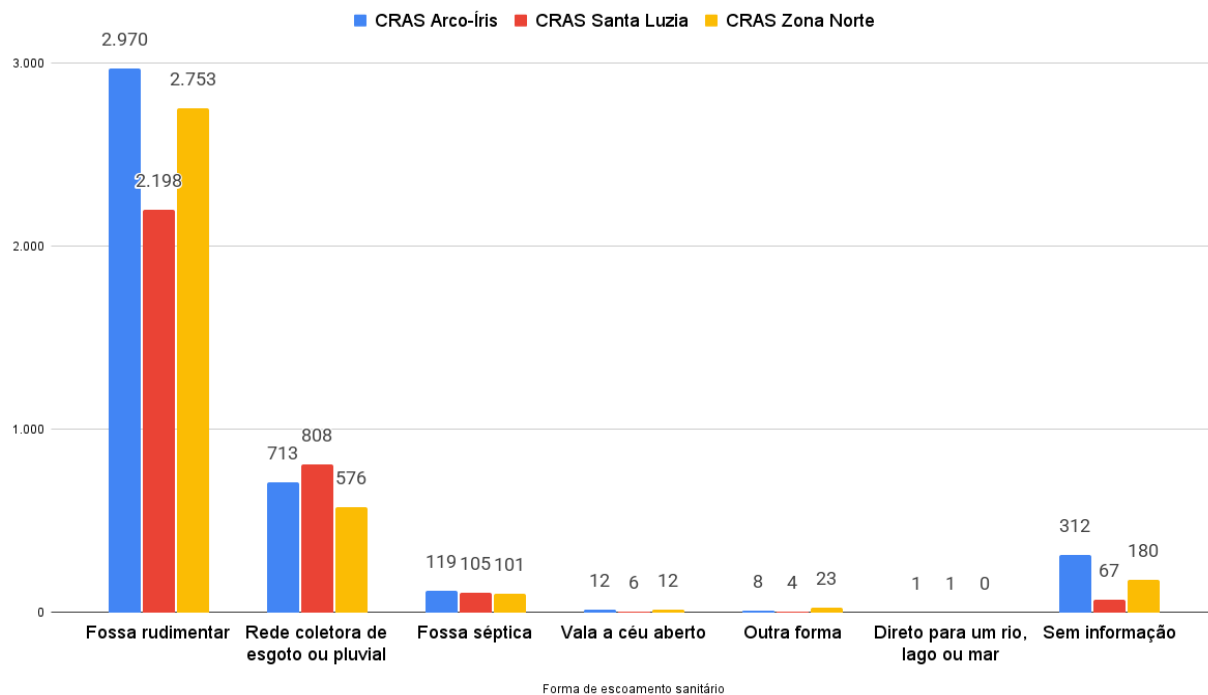
Gráfico 97 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de banheiro no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS⁶⁹



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

⁶⁹ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

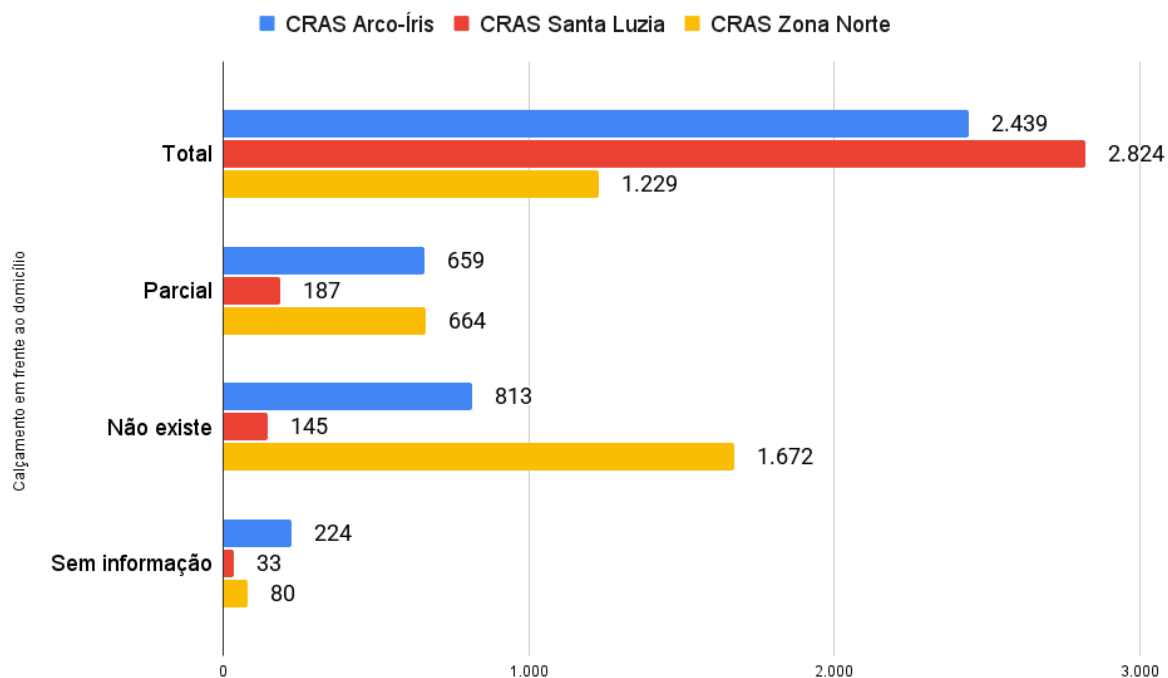
Gráfico 98 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por forma de escoamento sanitário no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS⁷⁰



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

⁷⁰ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 99 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de calçamento em frente ao domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS⁷¹



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

É bastante significativo que 46% da população inscrita no CadÚnico da região de abrangência do CRAS Zona Norte não tenha calçamento em frente ao seu domicílio. Cabe pontuar que a porcentagem da população municipal em geral que tem a via pavimentada em torno do seu domicílio é de 90,64% e a da população que reside em favelas e comunidades urbanas é de 39,45% (IBGE, 2022).

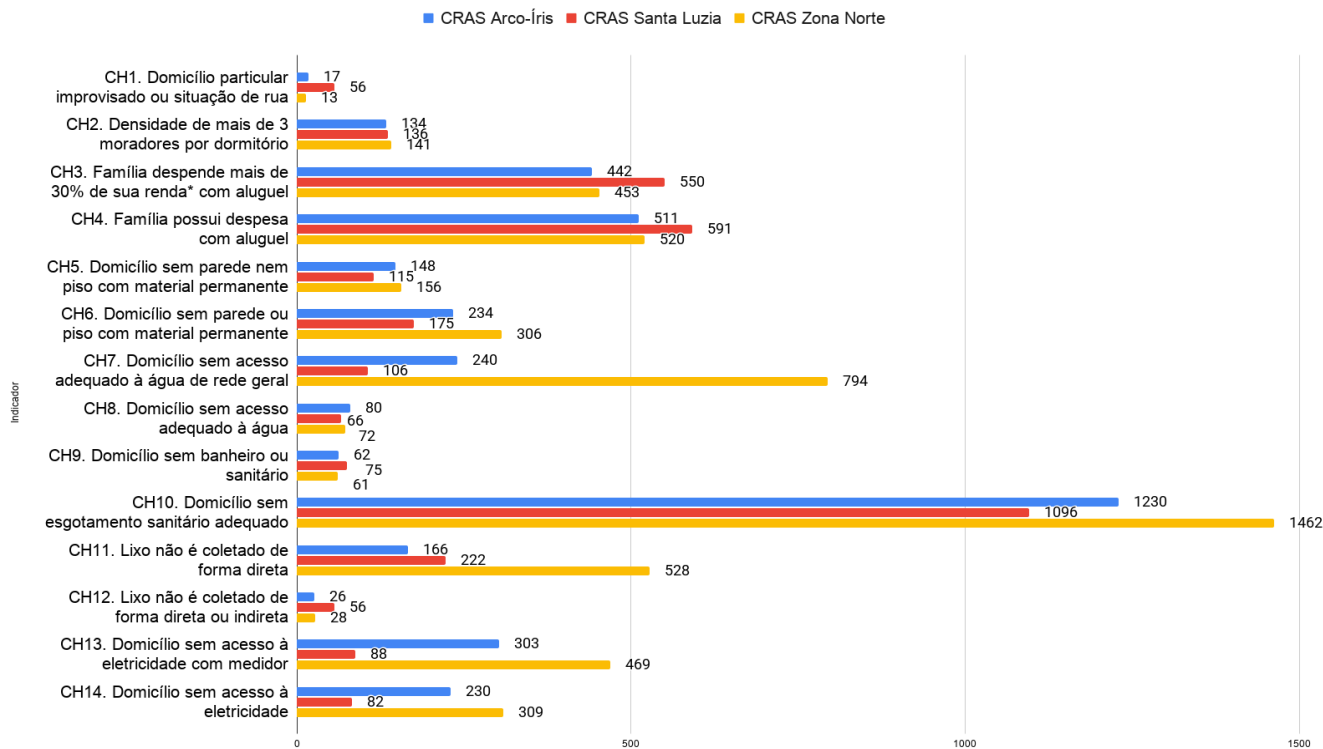
Em relação ao IVCAD⁷² relativo às Condições Habitacionais (CH)⁷³, que identifica possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia. São sinalizadas situações de déficit habitacional, de baixa qualidade em termos de abrigabilidade e de baixo acesso a serviços.

⁷¹ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

⁷² O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

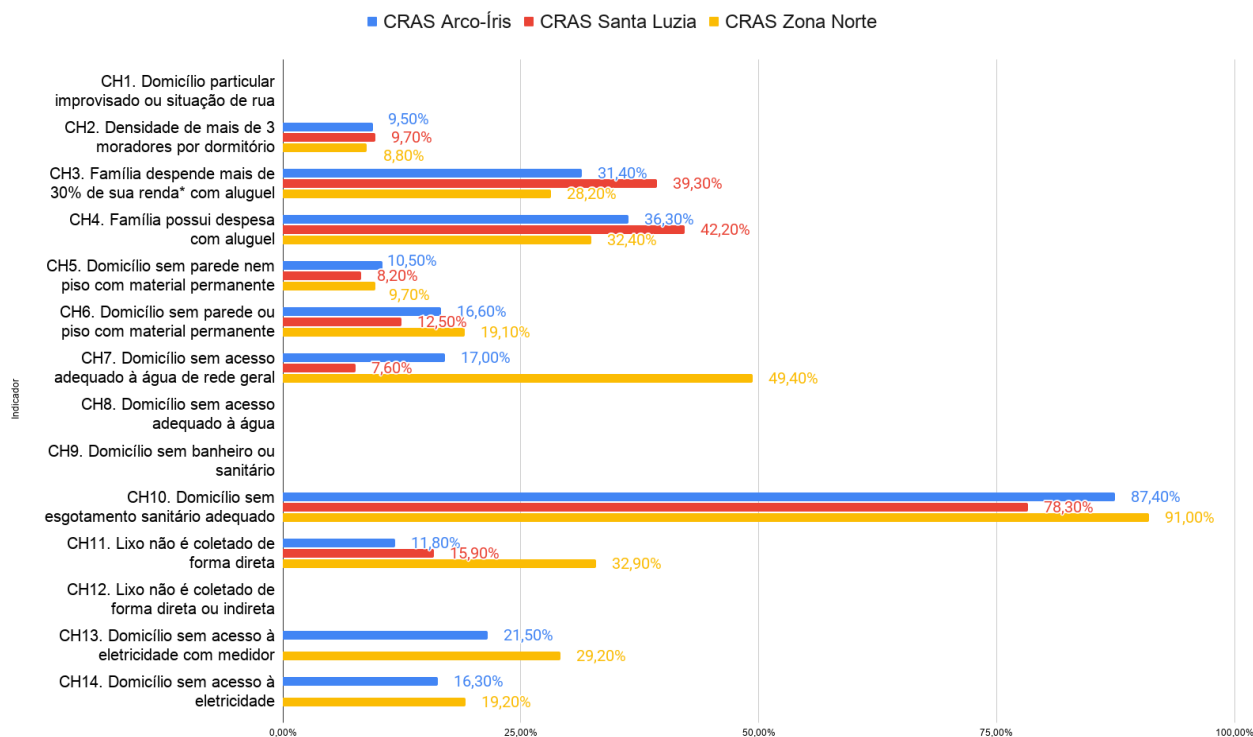
⁷³ É importante explicar a composição de dois indicadores da dimensão CH: 1) “CH9. Domicílio sem banheiro ou sanitário” considera família em situação de rua; se o domicílio é particular permanente, particular improvisado ou coletivo; se há banheiro ou sanitário; “CH10. Domicílio sem esgotamento sanitário adequado” considera família em situação de rua; se o domicílio é particular permanente, particular improvisado ou coletivo; se há banheiro ou sanitário; a forma de escoamento sanitário (BRASIL [2026b; 2026c]).

Gráfico 100 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia, conforme cada indicador que compõe a dimensão Condições Habitacionais do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 101 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Condições Habitacionais do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS⁷⁴



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

3.2.11 Inserção no mundo do trabalho

Inicialmente, cabe explicitar que mundo do trabalho

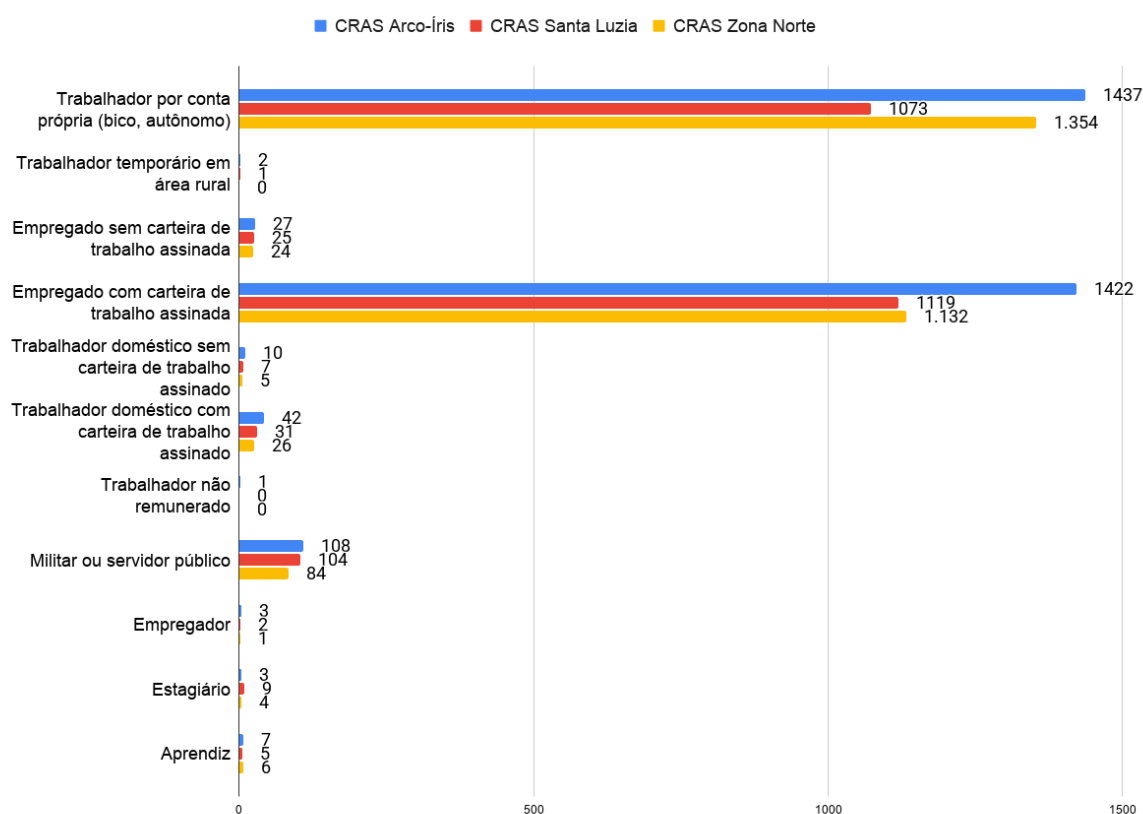
compreende o espaço onde as atividades produtivas são realizadas, os significados que lhe são conferidos, o ambiente da educação, do emprego formal ou informal, das habilidades dos indivíduos, como estas impactam no desenvolvimento da identidade de cada um, entre outros fatores. Dessa forma compreendemos mundo do trabalho como um conjunto composto por vários elementos, como: escolaridade, qualificação profissional, garantia de direitos, acesso a políticas públicas, aptidões, interesses, habilidades, desenvolvimento do protagonismo e possibilidades de participação social (BRASIL, 2021a, p.24).

Assim, os dados apresentados neste item não se restringem ao trabalho e ao emprego em si, mas também a dimensões que os impactam e conformam, como escolaridade, característica formal ou informal do trabalho e remuneração.

⁷⁴ Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

Em relação aos tipos de trabalho principal exercido, em outubro de 2025, há informações de 3.062, 2.376 e 2.636 pessoas com 18 anos ou mais do território de abrangência dos CRAS Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte, respectivamente, que representam 54%, 51% e 49% do total desse público em cada um dos mesmos. Os tipos de trabalho dessas pessoas são apresentados no gráfico e na tabela abaixo:

Gráfico 102 - Pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único e que informaram o tipo de trabalho principal, conforme a região de abrangência dos CRAS⁷⁵



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

⁷⁵Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Tabela 43 - Porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único e que informaram o tipo de trabalho principal, na região de abrangência dos CRAS⁷⁶

Tipo de trabalho principal	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	46,90%	45,20%	51,40%
Trabalhador temporário em área rural	0,10%	0,04%	0%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	0,90%	1,10%	0,90%
Empregado com carteira de trabalho assinada	46,40%	47,10%	42,90%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinado	0,30%	0,30%	0%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinado	1,40%	1,30%	1%
Trabalhador não remunerado	0,03%	0%	0%
Militar ou servidor público	3,50%	4,40%	3,20%
Empregador	0,10%	0,10%	0,03%
Estagiário	0,10%	0,40%	0,20%
Aprendiz	0,20%	0,20%	0,20%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

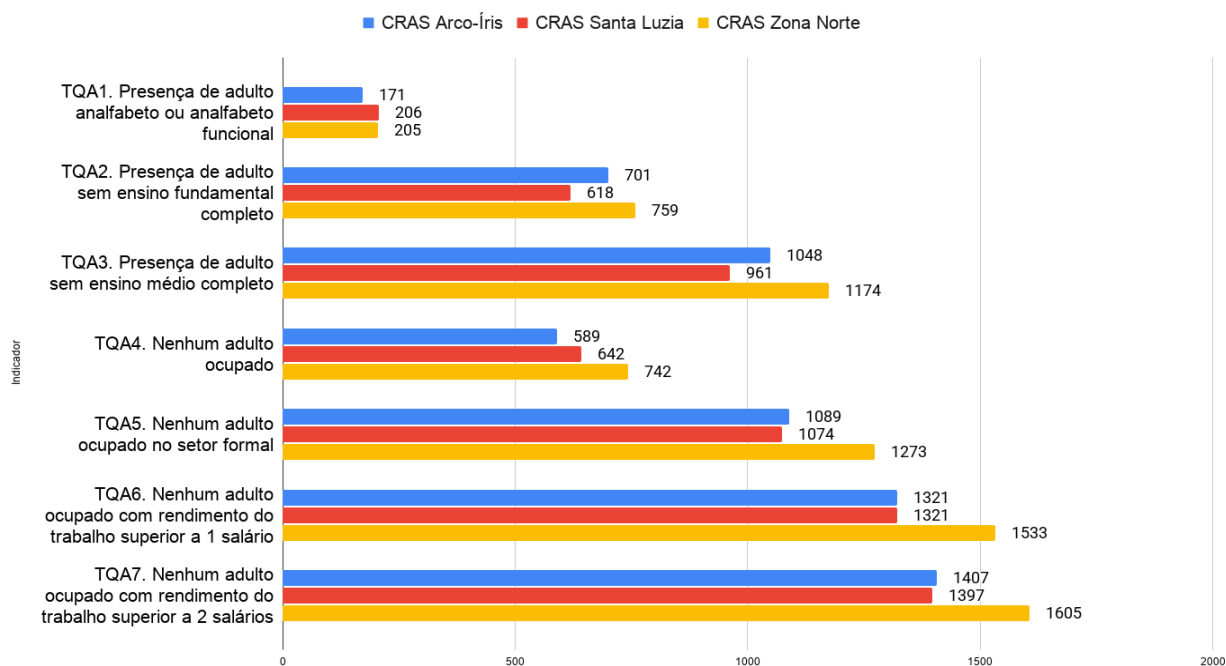
Em relação ao IVCAD⁷⁷, a sua dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA)⁷⁸ identifica possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade. São sinalizadas situações de baixa escolaridade e de inserção no setor informal ou em ocupações de baixa remuneração.

⁷⁶Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

⁷⁷O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

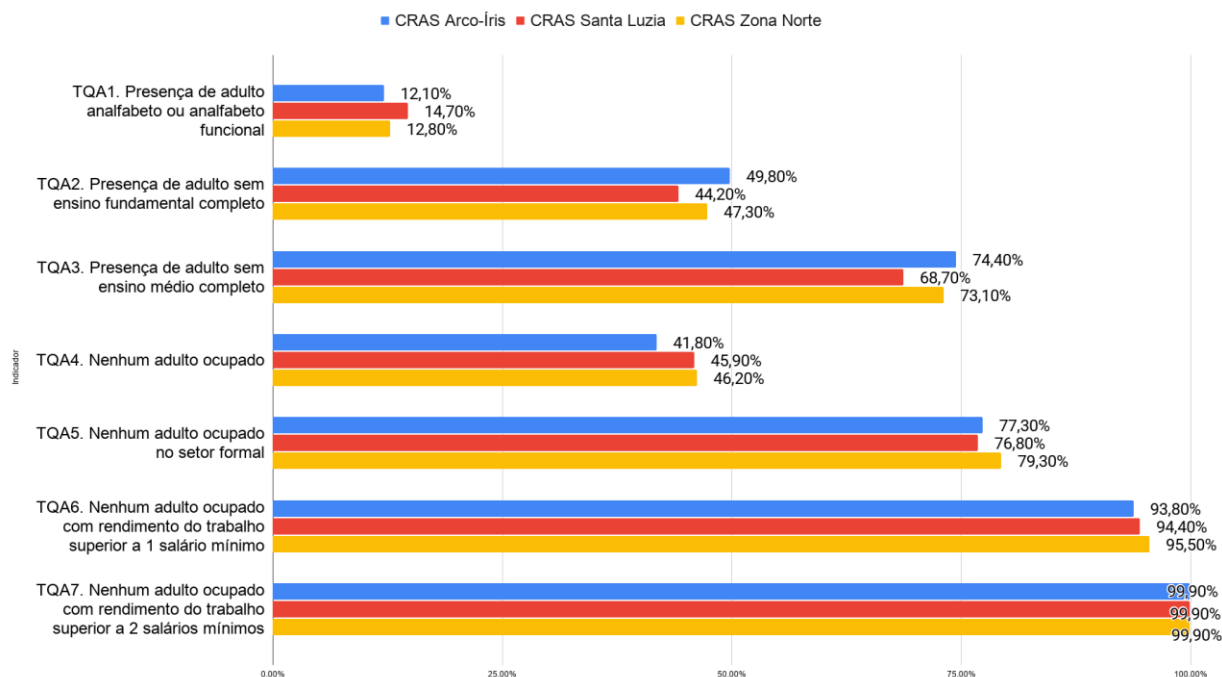
⁷⁸É importante explicar a composição do indicador “TQA4. Nenhum adulto ocupado”, que compõe essa dimensão: “considera-se ocupada a pessoa que tenha trabalhado na semana anterior à entrevista ou que não tenha trabalhado por estar afastado por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo” (BRASIL [2026d]).

Gráfico 103 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade, conforme cada indicador que compõe a dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos, por território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 104 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS⁷⁹



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

3.2.12 Famílias unipessoais

Conforme apresentado no item 2.2.3, as famílias unipessoais representam 21,19% da composição das famílias no Município, segundo o Censo Demográfico 2022. Já no CadÚnico representavam, no mês de março de 2025, 29,3%, totalizando 3.214. A tabela a seguir demonstra o comparativo entre o total de famílias unipessoais identificadas pelo Censo Demográfico 2022 e o total de famílias unipessoais no CadÚnico, por região de abrangência dos CRAS.

⁷⁹ Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

Tabela 44 - Comparativo da estimativa da distribuição das famílias unipessoais, por região de abrangência dos CRAS, na malha preliminar do Censo Demográfico 2022 e no Cadastro Único

CRAS	Total de famílias unipessoais no Censo	Total de famílias unipessoais inscritas no CadÚnico	Percentual de famílias unipessoais inscritas no CadÚnico em relação ao total identificado pelo Censo
CRAS Arco-Íris	1.229	922	75%
CRAS Santa Luzia	3.071	1.163	38%
CRAS Zona Norte	1.242	945	76%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

3.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SITUAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA⁸⁰

O PBF, segundo a Lei nº 14.601/2023 (BRASIL, 2023a), destinado à transferência direta e condicionada de renda, tem como objetivos:

- Combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;
- Contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações; e
- Promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza.

Seus objetivos serão obtidos por meio de:

- Articulação entre o Programa e as ações de saúde, de educação, de assistência social e de outras áreas que atendam o público beneficiário, executadas pelos governos federal, estaduais, municipais e distrital;
- Vinculação ao SUAS, permitida a utilização de sua rede de serviços socioassistenciais;
- Coordenação e compartilhamento da gestão e da execução com os entes federativos;
- Participação social;
- Utilização do CadÚnico e sua promoção como plataforma de integração do Programa a ações executadas pelos governos federal, estaduais, municipais e distrital;
- Respeito à privacidade das famílias beneficiárias, na forma estabelecida nas Leis nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Para ter direito ao PBF, a principal regra é que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês.

Segundo Brasil (2010), serão priorizadas para o acompanhamento familiar, além das famílias que vivenciam situações de risco social, as famílias do PBF em situação de

⁸⁰ O dimensionamento de beneficiários(as) do PBF que acessam os serviços socioassistenciais é abordado ao longo do item 3.1.1, conforme os serviços são apresentados.

descumprimento de condicionalidades, em especial, aquelas que estão com o benefício suspenso, a fim de garantir a segurança de renda das famílias.

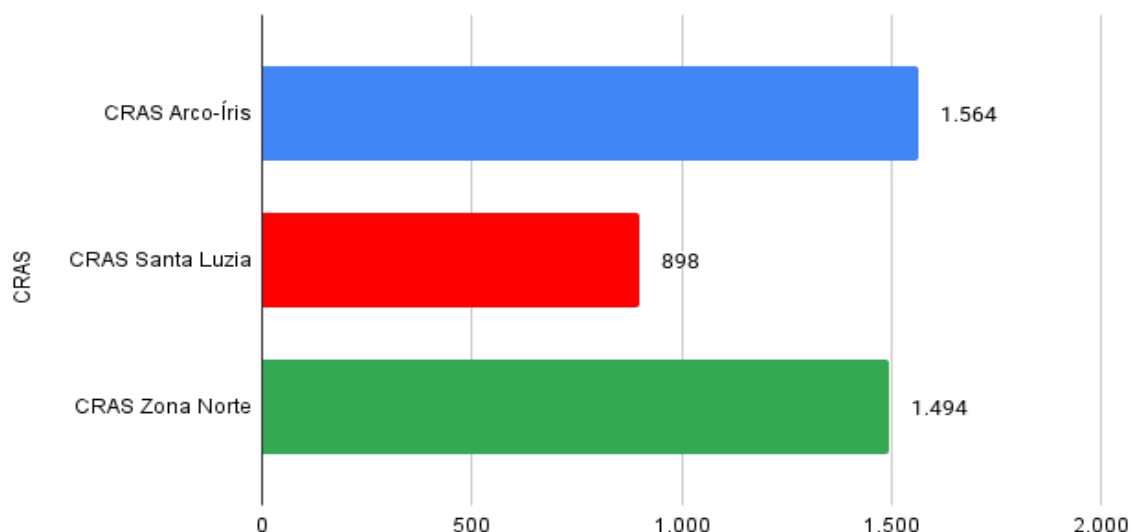
Esta seção trará as seguintes informações sobre as famílias beneficiárias: volume, composição familiar e distribuição territorial; benefícios recebidos; características etárias, de sexo e étnico-raciais; pertencimento a GPTEs.

3.3.1 Volume de famílias, composição familiar e distribuição territorial

- Volume de famílias e distribuição territorial

Em março de 2025, havia 3.956 famílias e 11.014 pessoas beneficiárias do PBF, sendo que 39,53% das famílias eram da abrangência do CRAS Arco-Íris, 37,76%, do CRAS Zona Norte e 22,69%, do CRAS Santa Luzia. Nos gráficos a seguir, são apresentados o volume de famílias por CRAS e, por CRAS, conforme seu bairro⁸¹:

Gráfico 105 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme região de abrangência dos CRAS⁸²

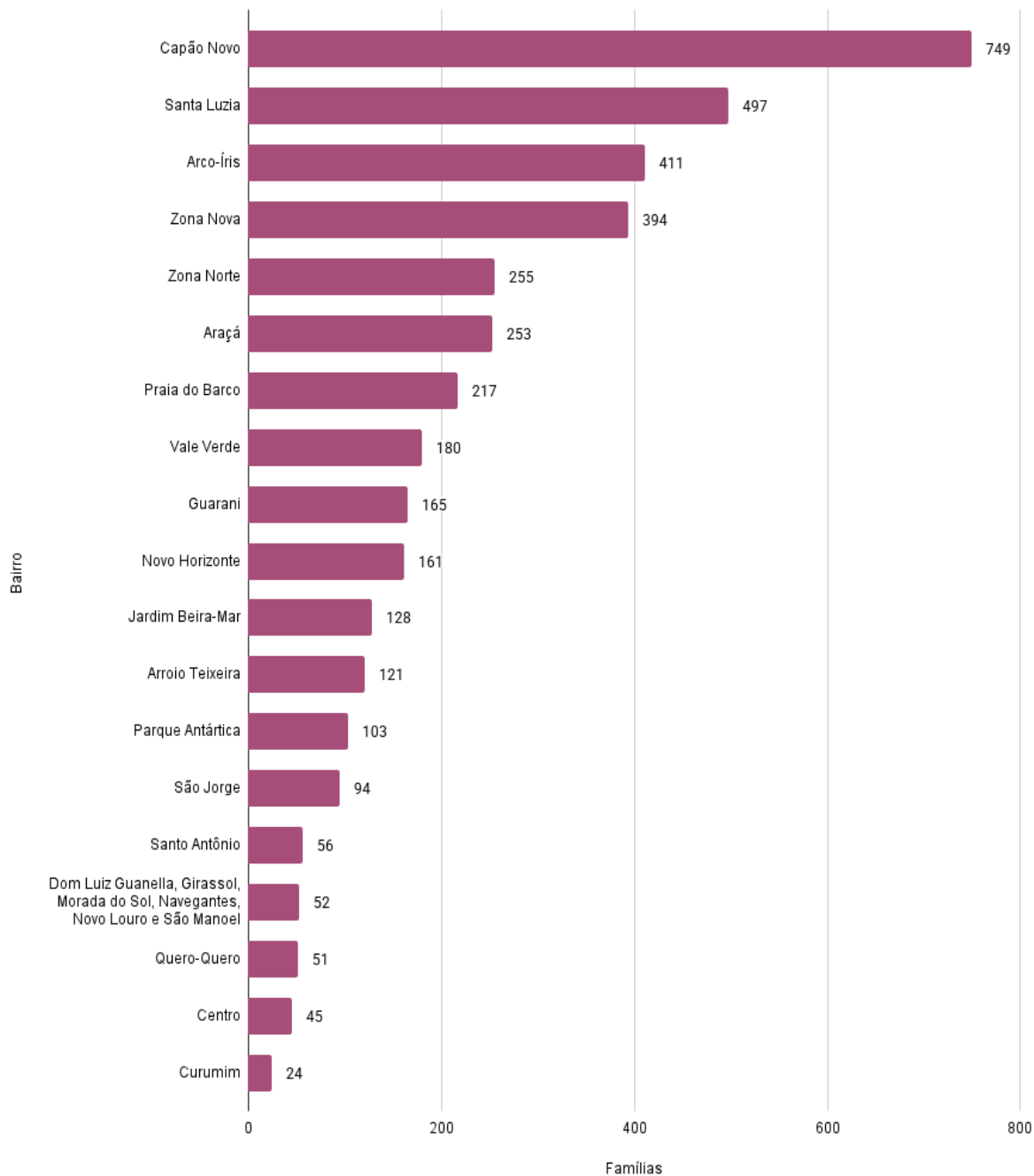


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

⁸¹ Nos gráficos que apresentam os bairros das famílias beneficiárias, quando um bairro contava com menos de 20 famílias, não foi informado, ou foi agrupado com outros bairros na mesma situação, para não identificar as famílias.

⁸² Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

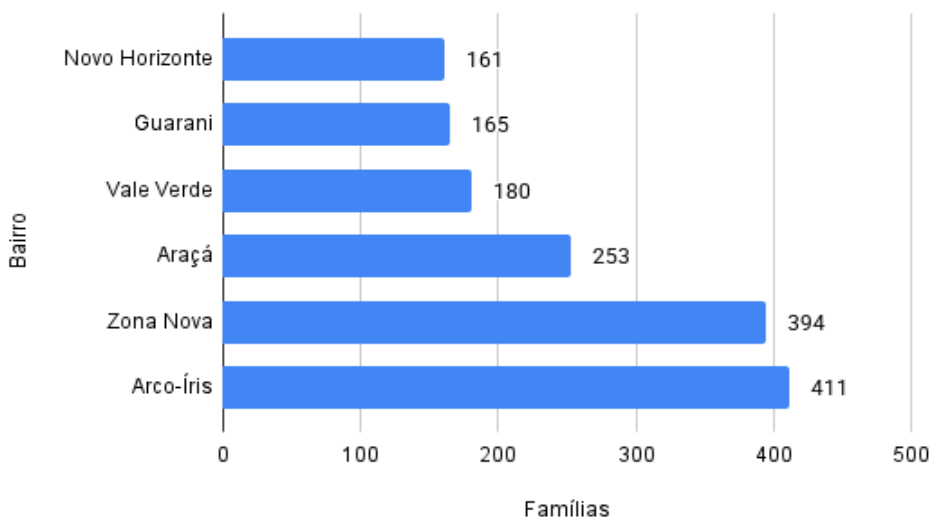
Gráfico 106 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme bairro de residência⁸³



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

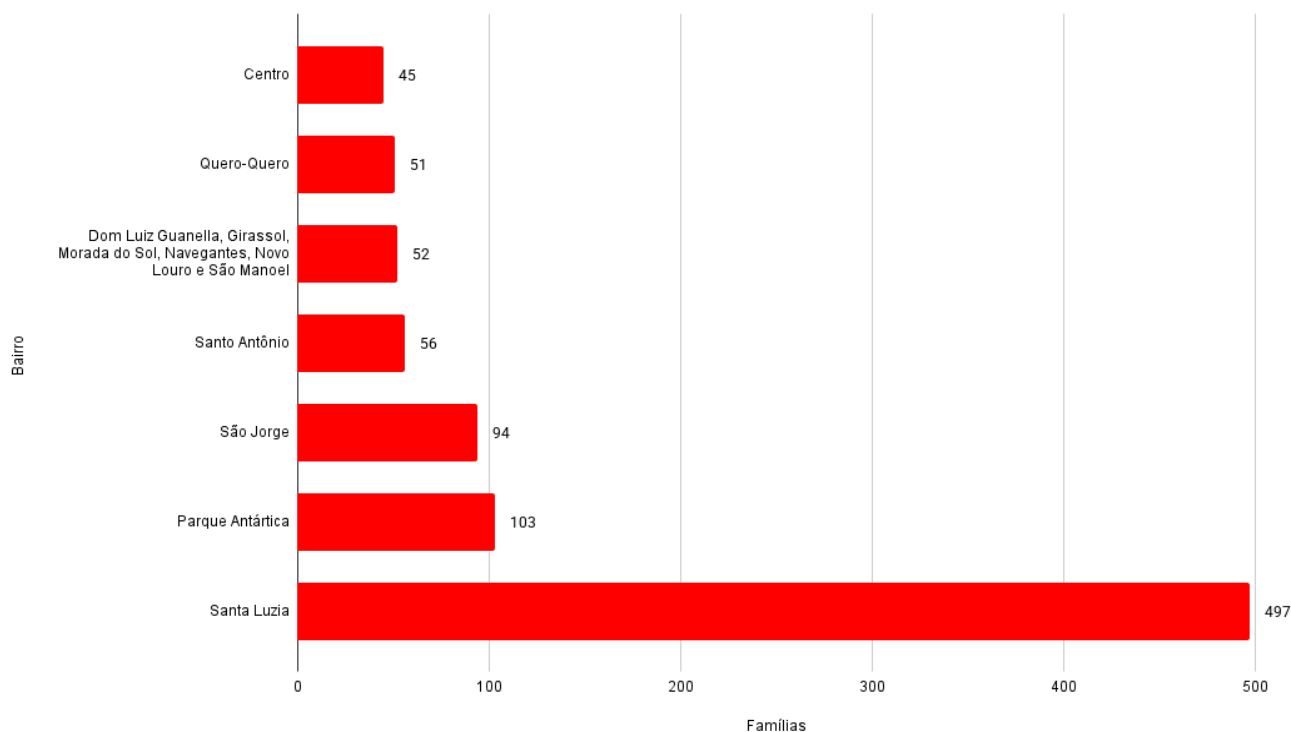
⁸³ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 107 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Arco-Íris, por bairro⁸⁴



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 108 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Santa Luzia, por bairro⁸⁵

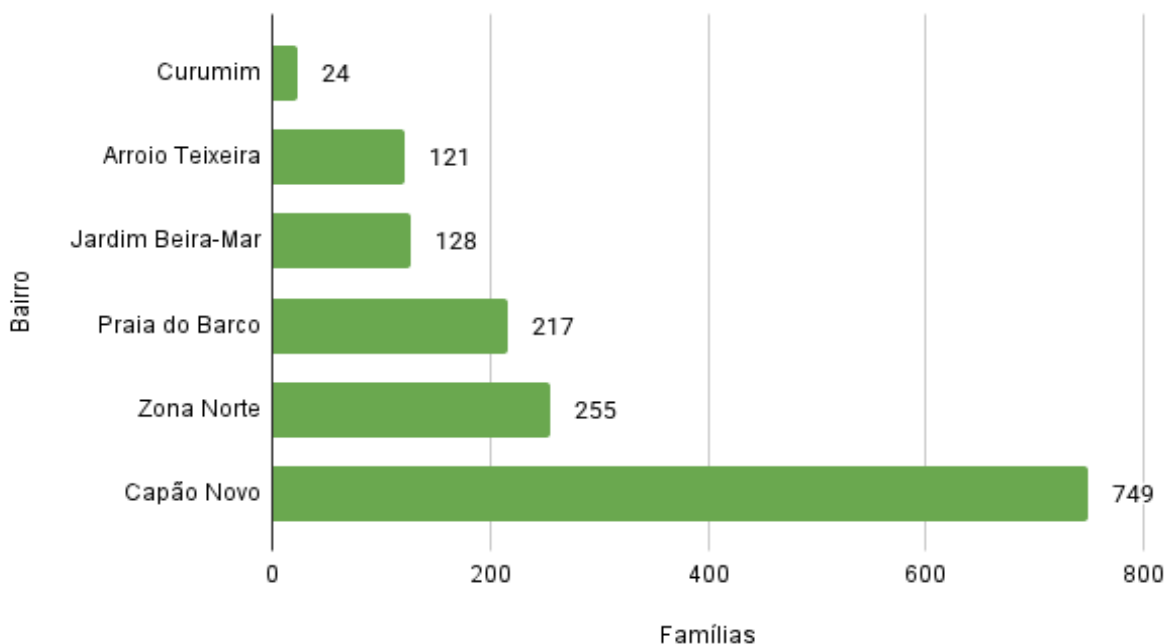


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

⁸⁴ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

⁸⁵ Se houver menos de 20 famílias em um bairro, o mesmo não será identificado separadamente, mas em conjunto com outros na mesma condição, de forma a possibilitar a não identificação das famílias.

Gráfico 109 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Zona Norte, por bairro



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

- Composição familiar

Tabela 45 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por número de integrantes

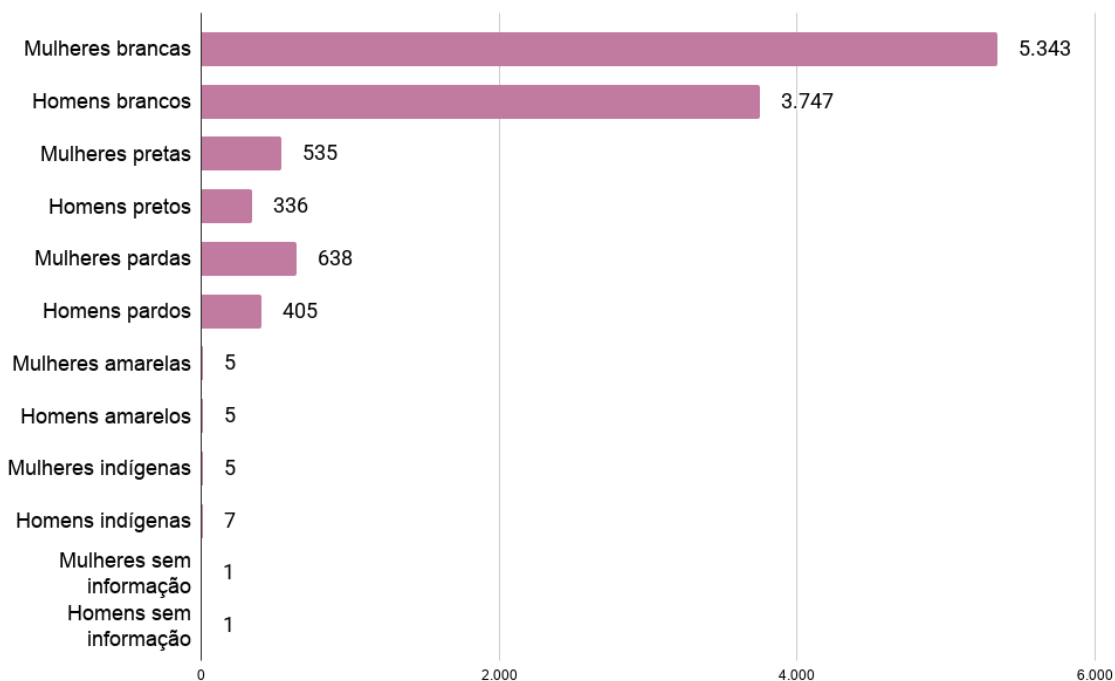
Integrantes	Famílias	Porcentagem
1	767	19,40%
2	1.108	28%
3	1.026	25,90%
4	601	15,20%
5	285	7,20%
6	108	2,70%
7	44	1,10%
8 ou mais	22	0,60%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, Vis Data, março de 2025.

3.3.2 Características etárias, de sexo e étnico-raciais

Em março de 2025, 59% dos(as) beneficiários(as) eram do sexo feminino e 41%, masculino. 82% eram pessoas brancas e 17,35%, negras. O gráfico abaixo apresenta os(as) beneficiários(as), por sexo e raça/cor.

Gráfico 110 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo e raça/cor



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, Vis Data, março de 2025.

A tabela a seguir traz os(as) beneficiários(as) por sexo e faixa etária. 52% são crianças e adolescentes, sendo que 21% estão na primeira infância (têm até seis anos de idade). Na faixa etária de 18 a 59 anos, as mulheres totalizam 3.525 pessoas, enquanto os homens, 1.478, ou seja, há 58% mais mulheres que homens com essa idade. A faixa etária em que mais há diferenças entre mulheres e homens beneficiários(as) é entre 25 e 34 anos, com 70% mais mulheres. Sendo assim, a maioria dos(as) beneficiários(as) são crianças e adolescentes (52%) e mulheres adultas (34%).

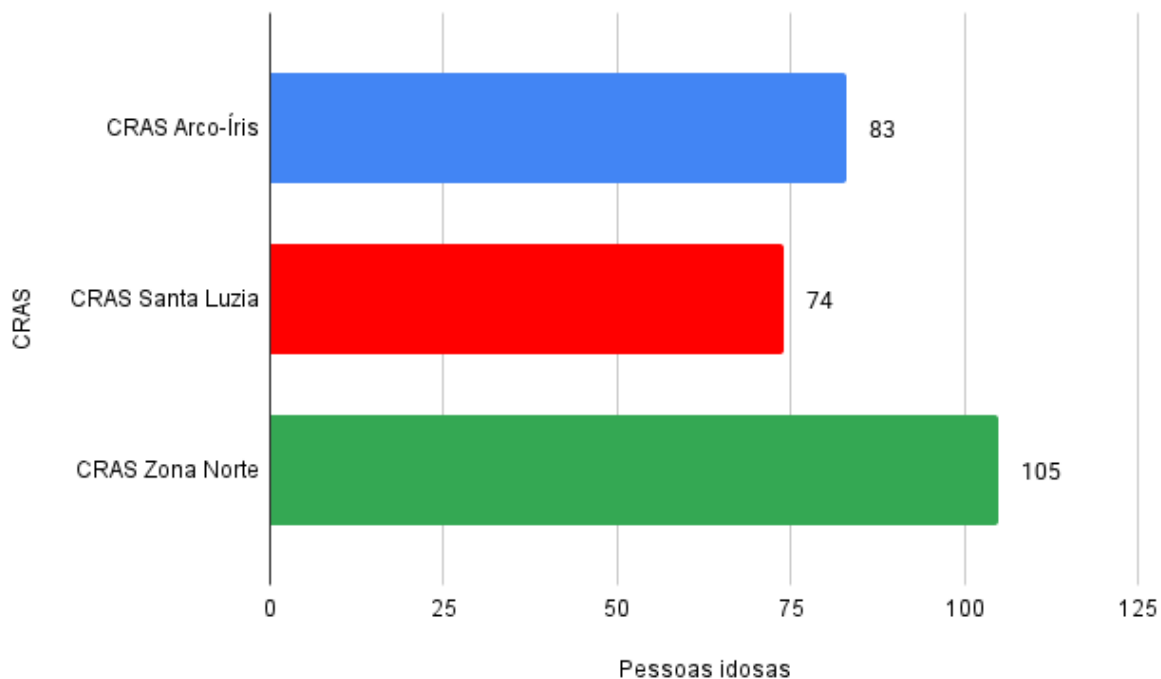
Tabela 46 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo e faixa etária

Faixa etária	Pessoas do sexo feminino	Pessoas do sexo masculino	Total	Porcentagem faixa etária
Entre 0 e 4 anos	772	808	1580	14,40%
Entre 5 e 6 anos	350	375	725	6,60%
Entre 7 e 15 anos	1.461	1.446	2.907	26,40%
Entre 16 e 17 anos	245	233	478	4,30%
Entre 18 e 24 anos	659	368	1027	9,30%
Entre 25 e 34 anos	1.211	366	1.577	14,30%
Entre 35 e 39 anos	528	170	698	6,30%
Entre 40 e 44 anos	401	173	574	5,20%
Entre 45 e 49 anos	294	149	443	4%
Entre 50 e 54 anos	235	133	368	3,30%
Entre 55 e 59 anos	197	119	316	2,90%
Entre 60 e 64 anos	146	110	256	2,30%
Acima de 64 anos	28	32	60	0,50%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, Vis Data, março de 2025.

Em outubro de 2025, havia 262 pessoas idosas beneficiárias do PBF, as quais seguem apresentadas no gráfico abaixo, conforme região de abrangência do seu CRAS de referência. Destas, 53 pessoas tinham acima de 64 anos, constituindo-se público potencial para o BPC. Isso evidencia a importância dos CRAS realizarem busca ativa, visando a garantia do acesso a esse e outros direitos.

Gráfico 111 - Pessoas idosas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por região de abrangência dos CRAS⁸⁶



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

3.3.3 Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

No mês de março de 2025, das 447 famílias cadastradas no CadÚnico, pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos e que foram identificadas por região de abrangência dos CRAS, 269 eram beneficiárias do PBF (60%). No item desta seção sobre o perfil do público inscrito no CadÚnico, constam os tipos de grupos familiares existentes no Município. O próximo gráfico traz o quantitativo de famílias pertencentes a GTPEs e beneficiárias do PBF, por região de abrangência de CRAS:

⁸⁶Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Tabela 47 - Total de famílias inscritas no Cadastro Único, pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos e beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme região de abrangência dos CRAS⁸⁷

	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Total de famílias GTPE	192	84	171
Total de famílias GTPE e beneficiárias do PBF	130	42	97
Porcentagem	68%	50%	57%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

3.3.4 Benefícios do Programa recebidos

Segundo a Lei nº 14.601/2023 (BRASIL, 2023a), a transferência de renda do PBF é composta pelos seguintes benefícios financeiros disponibilizados às famílias:

- Benefício de Renda de Cidadania (BRC), no valor de R\$ 142,00 por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias;
- Benefício Complementar (BCO), destinado às famílias beneficiárias do Programa cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros seja inferior a R\$ 600,00, calculado pela diferença entre este valor e a referida soma;
- Benefício Primeira Infância (BPI), no valor de R\$ 150,00 por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre zero e sete anos incompletos;
- Benefício Variável Familiar (BVF), no valor de R\$ 50,00 destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição:
 - a) gestantes - Benefício Variável Familiar Gestante (BVG);
 - b) nutrízes - Benefício Variável Familiar (BVN);
 - c) crianças com idade entre sete anos e 12 anos incompletos - Benefício Variável Familiar Criança (BV); ou

⁸⁷ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

d) adolescentes, com idade entre 12 anos e 18 anos incompletos - Benefício Variável Familiar Adolescente (BVA);

- Benefício Extraordinário de Transição (BET), destinado exclusivamente às famílias que eram beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, em junho de 2023, e que é calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023.

Os tipos de benefícios pagos às famílias em Capão da Canoa, no mês de março de 2025, são apresentados na figura abaixo:

Figura 10 - Quantidade de benefícios do Programa Bolsa Família recebidos pelas famílias beneficiárias, por tipo, no mês de março de 2025



*O total de recursos transferidos e o benefício médio desconsideram as famílias que se encontram em situação de suspensão na Folha de Pagamentos do PBF.

**O total de Benefícios Bolsa Família considera a soma de BCO + BRC + BPI + BET + BFV.

***Os benefícios Variáveis Familiares consideram a soma de BVG + BVN + BV + BVA.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família.

Fonte: BRASIL [2025], março de 2025.

Em março de 2025, o benefício médio mensal recebido por cada família em Capão da Canoa foi de R\$662,50, tendo sido repassado o total de R\$2.624.177 para as famílias beneficiárias no referido mês. A tabela a seguir demonstra o valor total repassado por tipo de benefício:

Tabela 48 - Valor total repassado de benefícios do Programa Bolsa Família, por tipo, no mês de março de 2025

Tipo de benefício	Valor repassado
BRC	R\$1.351.130,00
BCO	R\$818.388,00
BPI	R\$298.575,00
BVG	R\$6.350,00
BVN	R\$1.800
BV	R\$124.725,00
BVA	R\$21.950,00
BVF	R\$154.825,00
BET	R\$1.259,00

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Vis Data, março de 2025.

3.3.5 Acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde

A condicionalidade da educação do PBF exige frequência escolar mínima de 60% para beneficiários(as) de quatro a seis anos incompletos, bem como a frequência mínima de 75% para beneficiários(as) de seis a dezoito anos incompletos que ainda não concluíram a educação básica.

Das 3.674 crianças e adolescentes matriculados(as) em escolas estaduais e municipais e beneficiários(as) do PBF, em agosto e setembro de 2025, apresenta-se na tabela abaixo 3.586, que são estudantes de escola com pelo menos vinte alunos(as) beneficiários(as):

Tabela 49 - Estimativa das escolas estaduais, municipais e privadas com maior volume de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF

Escola	Tipo escola	Total de matrículas	Total de beneficiários (as)	Porcentagem
EMEF MANOEL MEDEIROS FERNANDES	Municipal	1.031	404	39%
EMEF CICERO DA SILVA BROGNI	Municipal	1.037	307	30%
ESC EST ENS MED CAPÃO NOVO	Estadual	982	259	27%



EMEF LUIZ CLAUDIO MAGNANTE	Municipal	651	241	37%
INST ESTADUAL RIACHUELO	Estadual	1.348	224	17%
EMEF IGLESIAS MINOSSO RIBEIRO	Municipal	578	200	35%
EMEI MARIETA FERREIRA LESSA	Municipal	347	189	55%
EMEF PROFESSORA ZILPA MATTIVI DE OLIVEIRA	Municipal	571	173	30%
EMEF PREFEITO JORGE DARIVA	Municipal	710	164	23%
EMEI PINGO DE GENTE	Municipal	389	158	41%
EMEF PROFESSOR MOACYR DE ARAÚJO PIRES	Municipal	300	147	49%
EMEF PRUDENTE DE MORAIS	Municipal	310	132	43%
EMEF MARIO CURTINOVE	Municipal	436	131	30%
EMEF LEOPOLDINA VERAS DA SILVEIRA	Municipal	435	127	29%
EMEI CARROSSEL	Municipal	305	97	32%
EMEI MUNDO NOVO	Municipal	222	96	43%
EMEI PROFESSORA EDIANE SILVEIRA MENOTI	Municipal	115	78	68%
EMEI JARDELINO VALDEMIRO NOVASKI	Municipal	235	72	31%
ESC EST ENS MED LUIZ MOSCHETTI	Estadual	900	72	8%
EMEF PROFESSORA IRACEMA VIZZOTTO	Municipal	791	69	9%
ESC EST ENS FUN EMILIO TARRAGO ASSUMPCAO	Estadual	250	68	27%
EMEI PROFESSORA ADELAIDE FERNANDES DE SOUZA	Municipal	132	53	40%
E EI BOLHA DE SABÃO	Privada	221	39	18%
ASSOCIACAO EDUCACIONAL SACI PERERÊ	Privada	83	34	41%
INSTITUTO DIVINA PROVIDÊNCIA	Privada	1.757	32	2%
ASSOCIACAO EDUCACIONAL PEQUENO PRÍNCIPE	Privada	93	20	21%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações repassadas pela Secretaria Municipal de Educação (CAPÃO DA CANOA, 2025h)⁸⁸, agosto e setembro de 2025.

⁸⁸ O total de matrículas foi enviado em CAPÃO DA CANOA [2025g].

Em setembro de 2025, 130 beneficiários(as) de quatro a 18 anos incompletos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação. Capão da Canoa conseguiu acompanhar 117 beneficiários(as) entre quatro e 18 anos incompletos de idade, o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 90,0% na educação. O resultado nacional de acompanhamento foi de 87,7%. Especificamente no que tange às crianças de quatro a cinco anos de idade, cuja taxa foi a menor dentre as faixas etárias da condicionalidade da educação, perfazendo 41,2%, chama a atenção que a taxa bruta de frequência escolar municipal de crianças com essa mesma idade, apresentada na seção 1 deste trabalho (item educação), é de 78,48%.

Tabela 50 - Taxas de acompanhamento (cobertura) e de cumprimento das condicionalidades da educação do Programa Bolsa Família, por faixa etária, em Capão da Canoa e no Brasil (setembro/2025)

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e jovens (16 a 17 anos)
Público para acompanhamento	17	92	21
Pessoas acompanhadas	7	90	20
Taxa de acompanhamento em CAPÃO DA CANOA/RS	41,2%	97,8%	95,2%
Taxa de acompanhamento no BRASIL	82,7%	89,9%	83,0%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	7	86	16
Taxa de cumprimento em CAPÃO DA CANOA/RS	100,0%	95,6%	80,0%
Taxa de cumprimento no BRASIL	95,6%	95,8%	90,0%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2025a?], 2025.

Já a condicionalidade da saúde do PBF compreende a oferta de serviços para a realização do pré-natal pelas gestantes, o cumprimento do calendário vacinal e o acompanhamento do estado nutricional das crianças. Dessa forma, as famílias beneficiárias do Bolsa Família com mulheres com idade entre 14 e 44 anos e crianças menores de sete anos de idade deverão ser assistidas por uma equipe de saúde da família, por agentes comunitários

de saúde ou por unidades básicas de saúde, que proverão os serviços necessários ao cumprimento das ações de responsabilidade da família.

Em junho de 2025, 6.950 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde. Capão da Canoa conseguiu acompanhar 4.125 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 59,4% na saúde. O resultado nacional de acompanhamento foi de 81,4%. A menor taxa municipal de acompanhamento foi em relação às crianças, 28,3%.

Tabela 51 - Taxas de acompanhamento (cobertura) e de cumprimento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família, em relação a crianças menores de sete anos e mulheres, em Capão da Canoa e no Brasil (setembro/2025)

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres
Público para acompanhamento	2.320	4.630
Pessoas acompanhadas	656	3.469
Taxa de acompanhamento em CAPÃO DA CANOA/RS	28,3%	74,9%
Taxa de acompanhamento no BRASIL	61,1%	88,9%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	656	-
Taxa de cumprimento em CAPÃO DA CANOA/RS	100,0%	-
Taxa de cumprimento no BRASIL	98,0%	-

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2025a?], 2025.

3.4 PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial que garante um salário mínimo por mês à pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos e à PCD de qualquer idade que comprove, em ambos os casos, ser de família de baixa renda. Para receber o BPC, é preciso:

- Possuir renda familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo;
- Ter idade igual ou superior a 65 anos ou deficiência verificada por meio de avaliação biopsicossocial;
- Ter inscrição atualizada do grupo familiar no CadÚnico, com CPF de todos os membros;
- Possuir registro biométrico na Carteira de Identidade Nacional (CIN) ou, transitoriamente, no Título de Eleitor ou na Base da Polícia Federal; e
- Residir no Brasil.

De acordo com BRASIL (2010), são prioritárias para o atendimento nos serviços socioassistenciais as famílias com beneficiários(as) do BPC que se encontrem em situação de maior vulnerabilidade, dentre elas:

- a. idosos ou pessoas com deficiência vivendo em serviços de acolhimento;
- b. idosos ou pessoas com deficiência representados legalmente para fins de recebimento das parcelas referentes ao BPC;
- c. idosos ou pessoas com deficiência que se encontram em situação de dependência e/ou sob cuidados de terceiros;
- d. idosos ou pessoas com deficiência vivendo em situação de rua;
- e. criança de 0 a 6 anos, com deficiência que não frequenta atividades educativas ou de reabilitação;
- f. criança e/ou adolescente com deficiência que está fora da escola e de atividades socioeducativas (BRASIL, 2010, p.25).

Sendo assim, esta seção aborda as seguintes informações sobre o perfil do público beneficiário do BPC: volume, distribuição por território de CRAS e forma de concessão; características de sexo e étnico-raciais.

3.4.1 Volume de beneficiários(as), distribuição por território de CRAS e forma de concessão

- Volume de beneficiários(as)

Em setembro de 2025, havia 757 pessoas idosas e 1.226 PCDs beneficiários(as) do BPC⁸⁹.

Em dez anos, de setembro de 2015 a setembro de 2025, houve uma ampliação em 78% das pessoas idosas beneficiárias do BPC, em Capão da Canoa, passando de 417 para 744, enquanto que, no Rio Grande do Sul, cresceu 34%⁹⁰. Esse quadro pode evidenciar o envelhecimento populacional no Município, assim como poderia sugerir a precarização do trabalho, uma vez que se trata de pessoas que chegaram à velhice sem contribuições previdenciárias necessárias para a aposentadoria.

Nesse mesmo período de dez anos, as PCDs beneficiárias do BPC cresceram 152% no Município, passando de 446 para 1.125, e 33% no RS⁹¹. Em outubro de 2025, dentre as PCDs beneficiárias, 428 eram crianças e adolescentes.

- Distribuição por território de CRAS

Em março de 2025, data do gráfico abaixo, a estimativa é que havia o seguinte quantitativo de beneficiários(as) do BPC, inscritos(as) no CadÚnico, por região de abrangência dos CRAS: 598 no Arco-Íris, 794 no Santa Luzia e 610 no Zona Norte.⁹²

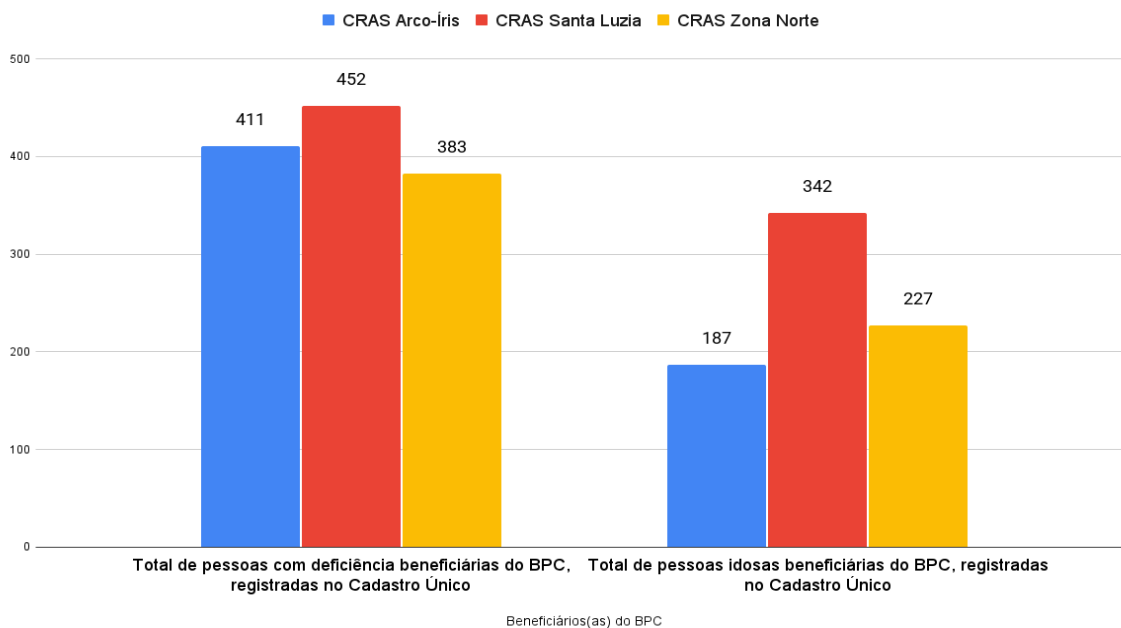
⁸⁹ Informação verificada em Vis Data. Pontua-se que há divergência sobre o quantitativo de beneficiários(as) nas fontes consultadas.

⁹⁰ Informação verificada em Vis Data.

⁹¹ Informação verificada em Vis Data.

⁹² Embora seja o dado encontrado na fonte buscada, verificou-se que a soma de todos os CRAS totaliza mais de 1.835 beneficiários(as). Ainda assim, permite ter um panorama estimado.

Gráfico 112 - Estimativa do total de pessoas com deficiência e pessoas idosas beneficiárias do BPC, inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Tabela 52 - Estimativa da porcentagem de pessoas com deficiência e pessoas idosas beneficiárias do BPC, inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS

	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, registradas no Cadastro Único	33%	36%	31%
Pessoas idosas beneficiárias do BPC, registradas no Cadastro Único	25%	45%	30%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Em outubro de 2025, as crianças e adolescentes beneficiárias(as), por território de CRAS, constam na próxima tabela:

Tabela 53 - Crianças e adolescentes beneficiários(as) do BPC, por região de abrangência dos CRAS⁹³

	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Não identificado ou sem informação
Total de crianças e adolescentes	116	121	123	68
Porcentagem	27%	28%	29%	16%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA, outubro de 2025.

- Forma de concessão

Em setembro de 2025, os(as) beneficiários(as) oriundos(as) da forma de concessão administrativa eram majoritários(as) (78%), em contraponto à judicial⁹⁴ (22%), sendo que 92% das pessoas idosas beneficiárias e 69% das PCDs beneficiárias eram oriundas da concessão administrativa⁹⁵.

3.4.2 Características de sexo e étnico-raciais

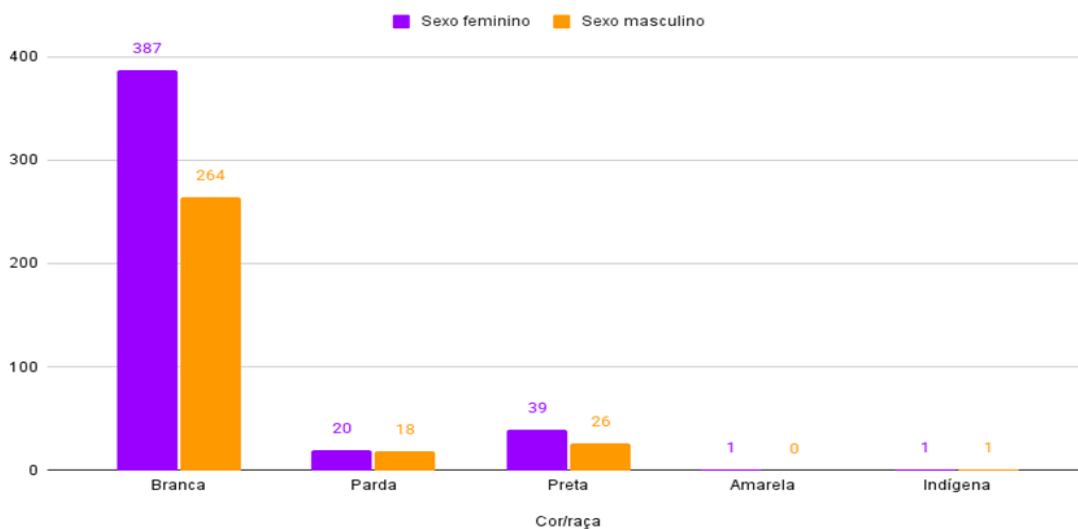
Em setembro de 2025, havia 757 pessoas idosas beneficiárias do BPC, sendo que 86% eram pessoas brancas e 59%, do sexo feminino.

⁹³ Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

⁹⁴ A concessão judicial é decorrente de determinação judicial.

⁹⁵ Informação verificada em Vis Data.

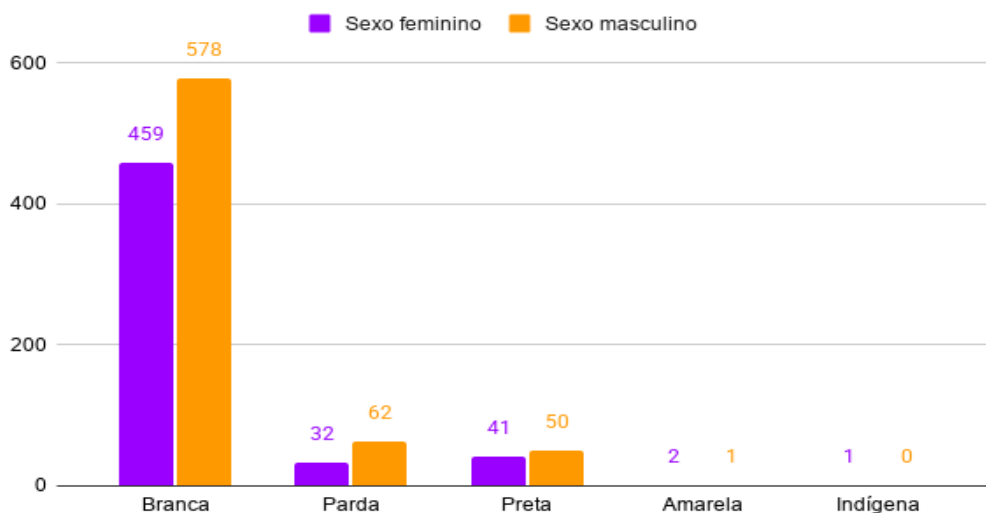
Gráfico 113 – Pessoas idosas beneficiárias do BPC, por raça/cor e sexo



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Vis Data, setembro de 2025.

Em setembro de 2025, das 1.226 PCDs beneficiárias de BPC, 85% eram pessoas brancas e 56%, do sexo masculino.

Gráfico 114 – Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, por raça/cor e sexo



Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Vis Data, setembro de 2025.



3.4.3 Acesso de crianças e adolescentes beneficiários(as) à saúde⁹⁶

Dados de novembro de 2025 indicavam que 428 beneficiários(as) do BPC eram crianças e adolescentes. Conforme informação repassada pela Secretaria da Saúde, 41 destes(as) não tinham registro de atendimentos de saúde, sendo 16 da região de abrangência do CRAS Zona Norte, 12, do CRAS Arco-Íris e 7, do CRAS Santa Luzia (CAPÃO DA CANOA, 2025f). Além disso, 380 estavam em idade escolar, mas não foi possível obter informações sobre quantos(as) estavam matriculados(as).

⁹⁶ O dimensionamento de beneficiários(as) do BPC que acessam os serviços socioassistenciais é abordado ao longo do item 3.1.1, conforme os serviços são apresentados.



4 MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E INTERSETORIAL

Este capítulo traz o mapeamento da rede socioassistencial, em termos de suas unidades e serviços, composição de equipes e indicadores de desenvolvimento, bem como apresenta o mapeamento de unidades, espaços ou a oferta de saúde, educação, habitação, regularização fundiária e associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários.

Como “[..] o SUAS reconhece que não é de sua responsabilidade enfrentar todas as situações de vulnerabilidades de uma família, mas coloca sobre os profissionais de suas unidades o encargo de encaminhar seus usuários para a rede de políticas públicas a fim de minimizá-la” (BRASIL, 2013, p.28), é importante que haja conhecimento da rede de proteção social intersetorial, para que a mesma possa ser articulada e acionada quando necessário.

4.1 REDE SOCIOASSISTENCIAL

4.1.1 Unidades e serviços

Em relação à rede socioassistencial, as unidades e os serviços são apresentados nos quadros a seguir, conforme o nível de proteção e executor.

Quadro 3 - Unidades ou serviços de proteção social básica que compõem a rede socioassistencial

Unidade ou serviço	Quantidade	Executor	Serviços prestados
Unidades estatais de referência	03	CRAS Arco-Íris	PAIF SCFV para pessoas idosas SCFV para crianças e adolescentes
		CRAS Santa Luzia	PAIF SCFV para pessoas idosas SCFV para crianças e adolescentes
		CRAS Zona Norte	PAIF SCFV para pessoas idosas OBS: o SCFV para crianças e adolescentes usuários deste CRAS ocorre no CRAS Santa Luzia
Unidade estatal Cadastro Único para Programas Sociais	01	Casa do Cadastro Único	Cadastro Único

Serviços não estatais parceiros	01	Parceria SAIS e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Para pessoas com deficiência intelectual ou múltipla a partir de 18 anos de idade: SCFV Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência
---------------------------------	----	---	---

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

Todas as unidades que ofertam serviços complementares ao PAIF (unidade estatal Cadastro Único para Programas Sociais e serviços não estatais parceiros) estão situadas no território do CRAS Santa Luzia.

Quadro 4 - Unidades ou serviços de proteção social especial de média complexidade que compõem a rede socioassistencial

Unidade ou serviço	Quantidade	Executor	Serviços prestados
Unidade estatal de referência	01	CREAS Travessia	PAEFI Serviço de Proteção Social a Adolescentes em MSE de LA e PSC Serviço Especializado em Abordagem Social
Serviço não estatal parceiro	01	Parceria SAIS e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência (intelectual ou múltipla) e suas Famílias - Centro-Dia

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

Há também o Centro de Referência da Mulher Sílvia Rosane, uma unidade estatal que atende mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que, embora não seja um equipamento do SUAS, está sob a gestão da SAIS.

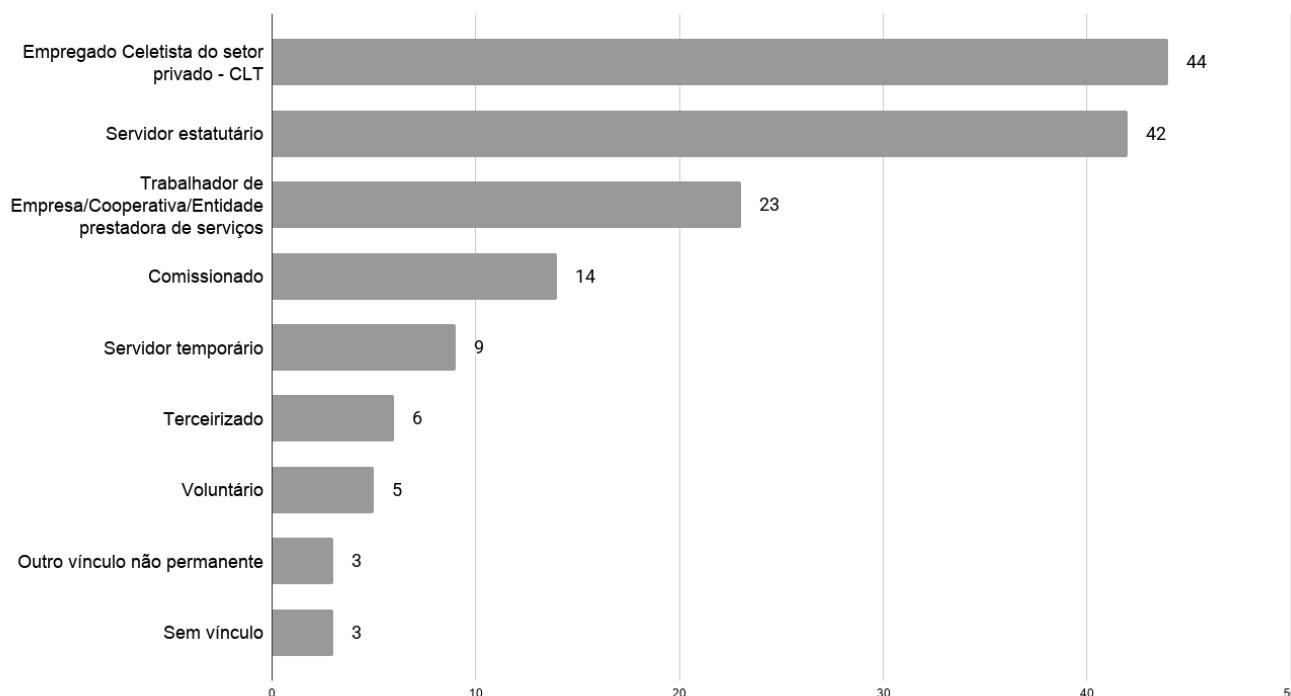
Há uma oferta de proteção social especial de alta complexidade: o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, executado pela SAIS em parceria

com a Associação Beneficente Projeto Restaurar, por meio de cinco casas lares atualmente (com capacidade para acolher até 50 usuários(as) simultaneamente).

4.1.2 Composição das equipes da rede socioassistencial

Este item apresenta a composição das equipes da rede socioassistencial, considerando trabalhadores da gestão e da execução direta e indireta. O próximo gráfico traz todos(as) os(as) trabalhadores(as), por tipo de vínculo, e as tabelas seguintes, o quantitativo, conforme o cargo e o tipo de vínculo, por unidade ou setor, tendo como referência o mês de março de 2026.

Gráfico 115 - Total de trabalhadores(as) da SAIS, por tipo de vínculo⁹⁷



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

⁹⁷ Mesmo que apenas um serviço tenha voluntários(as) e que estes(as) não tenham nem o vínculo nem as responsabilidades que possuem a equipe de referência, optou-se por mantê-los(as).

- Gabinete da gestão, outros setores da gestão (administrativo, almoxarifado, comunicação, coordenação proteção social especial de alta complexidade/crianças e adolescentes, coordenação técnica, recursos humanos, vigilância socioassistencial) e outros setores que atendem toda a SAIS

Tabela 54 - Composição da equipe do gabinete da gestão, de outros setores da gestão (administrativo, almoxarifado, comunicação, coordenação proteção social especial de alta complexidade/crianças e adolescentes, coordenação técnica, recursos humanos, vigilância socioassistencial) e outros setores que atendem toda a SAIS (coordenação motoristas, obras/manutenção e padaria), por cargo e tipo de vínculo*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	4					3	1			
Agente de obras e manutenção	1					1				
Coordenador(a) /dirigente	5	3				2				
Estagiário(a)	2			2						
Motorista	1					1				
Outros	2	1							1	
Padeiro(a)	3					3				
Secretária	1	1								
Serviços gerais	1								1	

Técnico(a) de nível superior - contador	1					1				
Técnico(a) de nível superior - assistente social	2					2				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

*Motorista e uma assistente social têm sua carga horária dividida com outro equipamento ou setor.

- Secretaria executiva do CMAS

Tabela 55 - Composição da equipe da secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, por cargo e tipo de vínculo*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Técnico(a) de nível superior - assistente social	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

*A profissional têm sua carga horária dividida com outro equipamento ou setor.

- Casa do Cadastro Único

Tabela 56 - Composição da equipe da Casa do Cadastro Único, por cargo e tipo de vínculo*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Cadastrador(a)/ entrevistador social	1								1	
Coordenador(a)	1	1								
Estagiário(a)	1			1						
Vigilante	1								1	
Motorista	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

*A motorista têm sua carga horária dividida com outro equipamento ou setor.

- CRAS

Tabela 57 - Composição da equipe do CRAS Arco-Íris, por cargo e tipo de vínculo

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	0									
Cadastrador(a)/ entrevistador social	1								1	

Coordenação	1	1								
Educador(a) social	3					1	2			
Estagiário(a)	1				1					
Motorista	1					1				
Recepcionista	1								1	
Serviços gerais	1								1	
Vigilante	1								1	
Outros	0									
Técnico(a) de nível superior - assistente social	2					2				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

Tabela 58 - Composição da equipe do CRAS Santa Luzia, por cargo e tipo de vínculo*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	0									

Cadastrador(a)/entrevistador social	1								1	
Coordenação	1					1				
Educador(a) social	5					1	4			
Estagiário(a)	1				1					
Motorista	2					2				
Recepcionista	1								1	
Serviços gerais	2					1			1	
Vigilante	1								1	
Outros	1	1								
Técnico(a) de nível superior - assistente social	2					2				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

* A coordenadora também exerce o cargo de técnico(a) de nível superior - assistente social, então contabiliza em ambos.

Tabela 59 - Composição da equipe do CRAS Zona Norte, por cargo e tipo de vínculo

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
-------	----------------------	--------------	--	------------------------------	-------------	----------------------	---------------------	--------------	--	------------

Apoio administrativo	1									1	
Cadastrador(a)/entrevistador social	1	1									
Coordenação	1	1									
Educador(a) social	0										
Motorista	1					1					
Recepcionista	1									1	
Serviços gerais	1									1	
Vigilante	1									1	
Técnico(a) de nível superior - assistente social	2					2					
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	0										

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

Tabela 60 - Composição da equipe do SCFV para pessoas idosas, por cargo e tipo de vínculo*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Coordenação	1	1								

Educador(a) social	2					2				
Outros	1	1								
Professor(a) de Educação Física	1					1				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

*Essa equipe é considerada complementar à equipe de todos os CRAS, com a carga horária repartida, pois atende usuários(as) de todas as unidades em seu respectivo território. Contudo, está apresentada separadamente apenas para fins de melhor visualização.

- CREAS Travessia

Tabela 61 - Composição da equipe do CREAS Travessia, por cargo e tipo de vínculo

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	0									
Coordenação	1	1								
Educador(a) social	2						2			
Estagiário(a)	1				1					
Motorista	1								1	

Recepcionista	1								1	
Serviços gerais	2					1			1	
Vigilante	1								1	
Outros	1	1								
Técnico(a) de nível superior - assistente social	3					3				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	2					2				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

- Centro de Referência da Mulher Sílvia Rosane

Tabela 62 - Composição da equipe do CRM Sílvia Rosane, por cargo e tipo de vínculo

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Coordenador(a)	1					1				
Educador(a) social	1					1				
Recepcionista	1								1	
Serviços gerais	1								1	



Vigilante	1								1	
Técnico(a) de nível superior - assistente social	1					1				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, março de 2026.

- SCFV/ Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio / Centro-Dia para PCDs intelectual ou múltipla

Tabela 63 - Composição da equipe do SCFV, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio e Centro-Dia para PCDs intelectual ou múltipla, por cargo e tipo de vínculo*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	1		1							
Auxiliar de cozinha	2		2							
Coordenador(a)	1		1							
Cozinheiro(a)	1		1							
Educador(a) social	8		8							
Outros	6		1							5
Serviços gerais	1		1							

Técnico(a) de nível superior - assistente social	1		1							
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1		1							

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, março de 2026.

* A equipe se divide na oferta de todos os serviços referidos, executados por mesma entidade socioassistencial, por isso está apresentada conjuntamente.

- Serviço de Acolhimento Institucional/casas lares para crianças e adolescentes

Tabela 64 - Composição da equipe do Serviço de Acolhimento Institucional/casas lares para crianças e adolescentes, por cargo e tipo de vínculo*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	1		1							
Auxiliar de cuidador(a)	3		3							
Coordenador(a)/ dirigente	2		2							
Cuidador(a)	19		19							
Motorista	1		1							
Outros	1		1							



Técnico(a) de nível superior - assistente social	3							3		
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	3							3		

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, março de 2026.

*Equipe técnica de nível superior, coordenação, apoio administrativo e motorista dividem sua carga horária em todas as casas lares ou atendem demandas relativas a todas.

4.1.3 CRAS e CREAS: Indicadores de Desenvolvimento e parâmetros para a composição das suas equipes

O Indicador de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS) e o Indicador de Desenvolvimento do CREAS (IDCREAS) buscam capturar, de forma aproximada e comparativa, a qualidade dos serviços prestados à população por meio dos CRAS e CREAS, a partir das dimensões estrutura física, recursos humanos e serviços (BRASIL, 2015). O indicador é obtido por meio de média aritmética simples, isto é, somando os níveis atingidos em cada uma das dimensões, dividindo o resultado por 3 - número de dimensões que compõem o IDCRAS ou IDCREAS, sendo que 1 representa as situações mais distantes do padrão almejado e 5 representa as situações que mais se aproximam dos padrões de qualidade desejáveis (BRASIL, 2015).

As tabelas apresentam os IDCRAS e IDCREAS, conforme o Censo SUAS 2024. A média nacional do IDCRAS é 3,55 e a do RS, 3,41. Já a média do estado do IDCREAS é 3,03.

Tabela 65 - Indicador de Desenvolvimento dos CRAS municipais, por dimensão, segundo o Censo SUAS 2024

CRAS	Estrutura física ⁹⁸	Recursos humanos ⁹⁹	Serviços e benefícios ¹⁰⁰	IDCRAS
Arco-Íris	2,00	5,00	2,00	3,00
Zona Norte	3,00	5,00	3,00	3,67

⁹⁸“A dimensão Estrutura Física avalia a estrutura do equipamento CRAS, considerando diversos aspectos, tais como a existência de salas de atendimento individualizado e coletivo, condições de acessibilidade, recepção e banheiros, e ainda, a existência na unidade de um determinado conjunto de equipamentos (computadores, veículo exclusivo ou compartilhado, entre outros)” (BRASIL, 2015, p.4).

⁹⁹“A dimensão Recursos humanos pretende aferir se o quantitativo da equipe de referência é adequado ao porte da unidade, tendo como parâmetro a Norma Operacional Básica – Recursos Humanos (NOBRH). Esta dimensão, no seu nível 5, leva em conta o quantitativo de profissionais de nível superior, o qual varia conforme existência ou não de uma equipe volante, referenciada à unidade, recebendo cofinanciamento federal. São considerados também o número de profissionais com formação de Serviço Social e Psicologia, se a unidade possui, no mínimo, um profissional de nível superior com vínculo estatutário ou empregado público celetista, e ainda, a existência de um coordenador de nível superior” (BRASIL, 2015, p.5).

¹⁰⁰“O indicador dimensional relativo a Serviços & Benefícios avalia quais as atividades que, no âmbito do PAIF, são desenvolvidas na unidade CRAS, a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e para quantos ciclos de vida, e se a unidade realiza cadastramento/ atualização no Cadastro Único, sem lançar mão dos profissionais de nível superior do PAIF. É também avaliada a articulação que o CRAS possui com outros serviços prestados por outras políticas públicas, como a Educação e Saúde e com o CREAS” (BRASIL, 2015, p.6).

Santa Luzia	5,00	2,00	2,00	3,00
-------------	------	------	------	------

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2024?].

Tabela 66 - Indicador de Desenvolvimento do CREAS municipal, por dimensão, segundo o Censo SUAS 2024

Estrutura física ¹⁰¹	Recursos humanos ¹⁰²	Serviços ¹⁰³	IDCREAS
4,00	5,00	5,00	4,67

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2024?].

Verifica-se que, em 2024, apenas o CRAS Zona Norte superou as médias nacional e estadual e que a dimensão que os CRAS menos pontuaram, de forma geral, foi serviços e benefícios. A média do CREAS estava acima da nacional, sendo que a única dimensão que não recebeu nota máxima foi estrutura física.

A composição da equipe dos CRAS depende do número de famílias referenciadas, conforme o quadro abaixo:

¹⁰¹ “Esta dimensão pretende mensurar as condições de infraestrutura das unidades CREAS, a partir do número de salas para atendimento, número de banheiros, condições de acessibilidade, entre outros. Nesta dimensão, em seu nível 5, é também considerado um conjunto de equipamentos (telefone, impressora, computadores com acesso à internet, veículo próprio ou compartilhado) tido como importantes para o desenvolvimento de serviços com qualidade” (BRASIL, 2015, p.9).

¹⁰² “A dimensão de Recursos Humanos objetiva aferir sobre o dimensionamento das equipes de referência, tendo em conta, o porte do município e o tipo de CREAS (municipal ou regional). Conforme estabelecido na NOB-RH, as unidades devem possuir um quantitativo mínimo de trabalhadores, parte dos quais de nível superior, nomeadamente aqueles com formações acadêmicas em Serviço Social, Psicologia e Direito. No nível 5, o tipo de vínculo é também considerado” (BRASIL, 2015, p.10).

¹⁰³ “A dimensão Serviços avalia a oferta de serviços socioassistenciais nas unidades CREAS, nomeadamente as atividades desenvolvidas no âmbito do PAEFI, serviço de acompanhamento de Medidas socioeducativas (MSE), se oferta diretamente ou referencia o serviço de abordagem social, e se mantém articulação com outros equipamentos que compõem a rede de proteção social, tais como CRAS, unidades de Acolhimento e Conselhos Tutelares. Esta dimensão relaciona também dados referentes ao volume de acompanhamentos do PAEFI com o número de profissionais (assistentes sociais e psicólogos) da unidade” (BRASIL, 2015, p.11).

Quadro 5 – Parâmetros para composição da equipe de referência do CRAS

Famílias referenciadas	Capacidade de atendimento anual	Equipe de referência	
Até 2.500	500 famílias	Dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais.
3.500	750 famílias	Três técnicos com nível médio e três técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	
5.000	1.000 famílias	Quatro técnicos com nível médio e quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS*.	

Fonte: BRASIL, 2009a, p.61.

Considerando os itens 3.2.1 e 3.1.1.1, que apresentam que cada CRAS tem em sua abrangência mais de 3.000 famílias inscritas no CadÚnico, que também podem ser consideradas famílias referenciadas, e que cada unidade atendeu, de 2022 a 2024, pelo menos 1.000 famílias ao ano, a equipe de referência de cada unidade deveria ter três técnicos(as) de nível superior e três técnicos(as) de nível médio.

Conforme o quadro abaixo, o CREAS teria capacidade para acompanhar/atender até 50 casos mensais. Mas, considerando que o Município é de porte médio, mas a média de casos acompanhados, de 2022 a 2024, de acordo com o item 3.1.1.3, vem sendo acima ou próxima do recomendado para municípios de grande porte, a unidade deveria ter, pelo menos, a equipe de referência para o PAEFI sugerida para municípios de grande porte.

Quadro 6 – Parâmetros para composição da equipe de referência do CREAS

Municípios		Capacidade de Atendimento/ Acompanhamento	Equipe de Referência
Porte	Nível de gestão		
Pequeno Porte I e II e Médio Porte	Gestão inicial, básica ou plena	50 casos (famílias/ indivíduos)	1 Coordenador 1 Assistente Social 1 Psicólogo 1 Advogado 2 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 1 Auxiliar administrativo
Grande Porte, Metrópole e DF	Gestão inicial, básica ou plena	80 casos (famílias/ indivíduos)	1 Coordenador 2 Assistentes Sociais 2 Psicólogos 1 Advogado 4 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 2 Auxiliares Administrativos

Fonte: BRASIL, 2009b, p.94.

A publicação “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social” (2009b) orienta que os parâmetros dispostos também precisam ser confrontados com os serviços ofertados pelo CREAS, a demanda por acompanhamento especializado e a capacidade de atendimento das equipes. Todos estes elementos podem implicar em ampliação da equipe de referência sugerida nos parâmetros se a realidade do município evidenciar a necessidade (BRASIL, 2009b).

Ainda é importante considerar o que o Protocolo de Gestão e Fluxo de Atendimento no CREAS de Capão da Canoa orienta sobre o número de famílias a serem acompanhadas no PAEFI, conforme a carga horária do(a) técnico(a) de referência: se a carga horária semanal for de 20 horas, poderá acompanhar até nove famílias; se a carga horária for de 30 horas, poderá acompanhar até 14 famílias.



4.2 REDE INTERSETORIAL

Serão apresentadas informações sobre saúde, educação, habitação e regularização fundiária e associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários. Essas foram as áreas ou políticas priorizadas, mas se compreende que a rede intersetorial abarca também outras, que podem ser mapeadas em trabalhos futuros.

4.2.1 Saúde

A figura e o quadro a seguir apresentam as unidades de saúde na área de abrangência de cada CRAS:

Figura 11 - Mapa de Capão da Canoa, identificando a localização das unidades de saúde e dos CRAS¹⁰⁴



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir do Google My Maps, 2025.

¹⁰⁴ Os ícones verdes são de unidades de assistência primária à saúde e assistência farmacêutica, os vermelhos são das unidades de atenção secundária à saúde e emergência e os amarelos são os CRAS. Este mapa teve a sua elaboração iniciada por Suzana Carvalho dos Santos, estagiária de Serviço Social.

Quadro 7 - Unidades de saúde, por região de abrangência dos CRAS

CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
ESF Arco Iris	Academia da Saúde	Centro de Saúde do Capão Novo (Academia de Saúde, Fisioterapia e sede do Primeira Infância Melhor - PIM)
ESF Novo Horizonte	Ambulatório de Saúde Mental - AMENT Nise da Silveira	ESF Arroio Teixeira
CAPS Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Atendimento em Saúde - CAS/ Centro Regional de Atendimento do Transtorno de Espectro Autista - CCR TEAcolhe Capão da Canoa	ESF Capão Novo
	Centro de Controle de Zoonoses	ESF Curumim
	Centro de Fisioterapia Municipal	ESF Praia do Barco
	Centro de Vigilâncias	Farmácia Municipal - Capão Novo
	Centro Odontológico	Pronto Atendimento Capão Novo
	ESF Parque Antártica	
	ESF Santa Luzia	
	ESF Santo Antônio	
	ESF São Jorge	
	Farmácia Municipal	
	Hospital Santa Luzia	
	Policlínica Capão	
	Programa Melhor em Casa	
	SAMU	
	SAMU 192 USB	
	Saúde da Mulher e Unidade Materno Infantil	
	Serviço de Atenção Especializada em IST/Aids - SAE	



UPA - Unidade de Pronto
Atendimento

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

4.2.2 Educação

A figura abaixo apresenta as escolas públicas e privadas na área de abrangência de cada CRAS:

Figura 12 - Mapa de Capão da Canoa, identificando a localização das escolas públicas e privadas e dos CRAS¹⁰⁵



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base no Catálogo de Escolas do INEP (BRASIL, 2024)¹⁰⁶ e por meio do Google My Maps, 2025.

¹⁰⁵ Os ícones azuis são as escolas e os amarelos são os CRAS. Este mapa teve a sua elaboração iniciada por Suzana Carvalho dos Santos, estagiária de Serviço Social.

¹⁰⁶ Este Catálogo, atualizado em 2024, não incluiu a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Mara Bassani, já que foi inaugurada em 2025, contudo, a mesma foi inserida neste diagnóstico.



Em Capão da Canoa, há 22 escolas municipais, quatro escolas estaduais, uma escola comunitária e 23 escolas privadas (BRASIL, 2024). Em relação ao Ensino Superior, possui polos de faculdades, centros universitários e universidades privados, bem como polo e uma unidade de universidades comunitárias.

Das municipais: nove possuem a etapa de ensino creche; nove, a pré-escola; 13, o Ensino Fundamental; uma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível Fundamental (BRASIL, 2024). Em relação às escolas de Educação Infantil, as que possuem as etapas de ensino creche e pré-escola são: EMEI Pingo de Gente, EMEI Professora Adelaide Fernandes de Souza, EMEI Jardelino Valdemiro Novaski, EMEI Mundo Novo, EMEI Professora Ediane Silveira Menoti, EMEI Carrossel, EMEI Regina Rosane Witt Marques, EMEI Marieta Ferreira Lessa. A EMEI Recanto dos Baixinhos possui apenas creche e a EMEF Professora Iracema Vizzotto apenas pré-escola. As escolas de Ensino Fundamental são: EMEF Professor Moacyr de Araújo Pires, EMEF Leopoldina Veras da Silveira, EMEF Prudente de Moraes, EMEF Prefeito Jorge Dariva, EMEF Cícero da Silva Brogni, EMEF Professora Iracema Vizzotto, EMEF Professora Mara Bassani, EMEF Mário Curtinove, EMEF Iglesias Minosso Ribeiro, EMEF Luiz Cláudio Magnante, EMEF Professora Zilpa Mattivi de Oliveira, EMEF Manoel Medeiros Fernandes, EMEF Especial Ana Maria Bauer Felício. A última atende exclusivamente alunos(as) com deficiência. A escola de EJA é a EMEF Cícero da Silva Brogni. Dentre as escolas municipais que constavam no Catálogo de Escolas do INEP (BRASIL, 2024), apenas duas não possuem Atendimento Educacional Especializado (AEE): EMEI Recanto dos Baixinhos e a EMEI Regina Rosane Witt Marques.

Dentre as escolas municipais, possuem Educação em Tempo Integral a EMEI Professora Ediane Silveira Menoti e as turmas de primeiro, segundo e terceiro ano da EMEF Cícero da Silva Brogni. De acordo com o Decreto Municipal nº 163, de 2024, que instituiu legalmente a política de Educação Integral em Tempo Integral, pretende-se expandir o tempo integral em todas as escolas do Município (CAPÃO DA CANOA, 2024). A Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi, localizada dentro do Aterro Sanitário Municipal, possui Educação em Tempo Integral¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Bernardes, Gazzotti e Forell (2024), por meio de estudo, trazem contribuições acerca da configuração desta Escola: “Ao construir os movimentos das lutas das trabalhadoras, para a existência e a (re)existência da Escola Comunitária, as memórias revisitadas apontam que esse processo teve seu início a partir da demanda de mães que precisavam trabalhar no lixão, porém encontravam dificuldades em relação à proteção e aos cuidados de seus(as) filhos(as). Suas lutas reverberaram em relações, como a do empresário do ramo imobiliário, representante da iniciativa privada, que doou um espaço para o atendimento das crianças que circulavam pelo

Além disso, como unidades públicas de apoio à Secretaria Municipal de Educação, há o Centro de Apoio Transdisciplinar - CAT¹⁰⁸ e o Espaço Fênix Brinquedoteca Municipal de Capão da Canoa.

As quatro escolas estaduais possuem etapas distintas, por isso, seguem descritas a seguir conforme as etapas de ensino, sendo que apenas as duas últimas possuem AEE:

- Escola Estadual de Ensino Fundamental Emílio Tarragô Assumpção: Ensino Fundamental;
- Escola Estadual de Ensino Médio Luiz Moschetti: Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA de nível Médio;
- Instituto Estadual Riachuelo: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Curso Profissional Técnico, Curso Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio e AEE;
- Escola Estadual de Ensino Médio Capão Novo: Ensino Fundamental, Ensino Médio e AEE.

Em relação às escolas privadas, há 21 de Educação Infantil, duas de Ensino Fundamental e que são as mesmas duas de Ensino Médio e uma de Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos de nível médio (BRASIL, 2024).

Seguem identificadas, nos quadros a seguir, conforme o bairro em que estão localizadas e a região de abrangência dos CRAS: 1) as escolas municipais e comunitária de Educação Infantil e Ensino Fundamental, escolas estaduais de Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos e as unidades públicas de

lixão ou que ainda se encontravam cuidando de seus irmãos menores nesse mesmo espaço. Nessa rede de relações interdependentes, uniu-se o Poder Público Municipal. A rede de interdependência formada pela configuração das trabalhadoras culminou no início, efetivo e formalizado, das atividades da Escola Comunitária no ano de 2008. De certo modo, essa iniciativa surgia como uma proposta de contemplação das especialidades do território e das necessidades das mães catadoras.

Nessa figuração, observamos que as relações estabelecidas foram pautadas em uma constante inter-relação e na coesão entre os grupos, refletindo o equilíbrio do poder - o que, de certo modo, auxiliou na dinâmica e na organização do território, já tão estigmatizado, desigual e excludente. Foi possível compreender, por meio da análise das memórias das trabalhadoras, que a Escola Comunitária de Educação Infantil, em todas as suas especificidades, para além de um espaço constituído para o cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade, é entendida, pelas trabalhadoras, como um espaço produzido pelas redes que são formadas e que, em certa medida, se unem para apoiar a luta das trabalhadoras e assegurar os direitos de seus(as) filhos(as): Proteção, Educação e Cidadania - e os seus direitos fundamentais como cidadãos e cidadãs”.

¹⁰⁸ “Tem como atribuição oferecer suporte técnico e especializado às escolas da rede municipal, atuando de forma integrada nas áreas pedagógica, psicológica e social. Seu trabalho visa garantir a inclusão educacional, promover o desenvolvimento integral dos estudantes, orientar as equipes escolares, apoiar as famílias e articular encaminhamentos intersetoriais sempre que necessário, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para o bem-estar da comunidade escolar” (CAPÃO DA CANOA [2025]).

apoio à Secretaria Municipal de Educação; 2) as escolas privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 8 - Escolas municipais e comunitária de Educação Infantil e Ensino Fundamental, escolas estaduais de Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos e unidades públicas de apoio à Secretaria de Educação, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS

CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Escola Municipal de Ensino Fundamental Leopoldina Veras da Silveira - Zona Nova	Instituto Estadual Riachuelo - Santa Luzia	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Moacyr de Araújo Pires - Jardim Beira-Mar
Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Claudio Magnante - Arco-Íris	Escola Municipal de Educação Infantil Professora Ediane Silveira Menoti - Santa Luzia	Escola Municipal de Educação Infantil Regina Rosane Witt Marques - Jardim Beira-Mar
Escola Municipal de Educação Infantil Marieta Ferreira Lessa - Arco-Íris	Escola Municipal de Educação Infantil Recanto dos Baixinhos - Santa Luzia	Escola Municipal de Ensino Fundamental Mario Curtinove Municipal - Praia do Barco
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Cícero da Silva Brogni - Santa Luzia	Espaço Fênix Brinquedoteca Municipal de Capão da Canoa - Praia do Barco
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Zilpa Mattivi de Oliveira - Santa Luzia	Escola Municipal de Educação Infantil Mundo Novo - Capão Novo
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Iglesias Minosso Ribeiro - Parque Antártica	Escola Estadual de Ensino Médio Capão Novo - Capão Novo
	Escola Municipal de Educação Infantil Jardelino Valdemiro Novaski - Parque Antártica	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Mara Bassani - Capão Novo
	Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente - São Jorge	Escola Estadual de Ensino Fundamental Emílio Tarragô Assumpção - Arroio Teixeira
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Medeiros Fernandes - São Jorge	Escola Municipal de Educação Infantil Professora Adelaide Fernandes de Souza - Arroio Teixeira

	Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito Jorge Dariva - São Jorge	Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi - Arroio Teixeira
	Escola Municipal de Educação Infantil Carrossel - São Jorge	Escola Municipal de Ensino Fundamental Prudente de Moraes - Curumim
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial Ana Maria Bauer Felício - São Jorge	
	Centro de Apoio Transdisciplinar (CAT) - São Jorge	
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Iracema Vizzotto - Santo Antônio	
	Escola Estadual de Ensino Médio Luiz Moschetti - Zona Nova	

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base no Catálogo de Escolas do INEP (BRASIL, 2024)¹⁰⁹, 2025.

Quadro 9 - Escolas privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS

CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Associação Escola de Educação Infantil Trenzinho Encantado - Zona Nova	Associação Educacional Pintando O Sete - Centro	Eei Bolha de Sabão - Zona Norte
	Associação Pequenos Passos - Centro	Associação Educacional Pequeno Gênio - Capão Novo
	Colégio Padre César Vegezzi - Centro	
	EEI Arca de Noé - Centro	
	EEI Balão Mágico - Centro	
	EEI Irmã Lúcia - Centro	
	Escola de Educação Infantil Geração Kids - Centro	
	Escola Particular de Educação Infantil Céu de Letras - Centro	

¹⁰⁹ Este Catálogo, atualizado em 2024, não incluiu a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Mara Bassani, já que foi inaugurada em 2025, contudo, a mesma foi inserida neste diagnóstico.

	Escola de Educação Infantil Aquarela - Centro	
	Instituto Divina Providência - Centro	
	Associação Educacional Pequeno Príncipe - Santa Luzia	
	EEI Alecrim - Zona Nova	
	Associação Educacional Saci Pererê - Zona Nova	
	Escola Particular de Educação Infantil Girassol - Zona Nova	
	EEI Bem Me Quer - Girassol	
	EEI Construindo e Aprendendo - Girassol	
	EEI Crescer - Girassol	
	Instituto Educacional Ursinho Pimpão - Santo Antônio	
	Colégio Pastor Dohms - Santo Antônio	
	Casa Escola Estrelinha do Mar - Santo Antônio	

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base no Catálogo de Escolas do INEP (BRASIL, 2024), 2025.

4.2.3 Habitação e regularização fundiária

Em relação à habitação e à regularização fundiária, o Setor de Regularização Fundiária de Capão da Canoa (CAPÃO DA CANOA, 2026a) compartilhou as seguintes informações no mês de janeiro de 2026:

- Em levantamento recente, identificaram 40 núcleos urbanos irregulares;
- No que tange à Regularização Fundiária Urbana (REURB), o único bairro que concluiu o procedimento no Município foi o Bairro São Manoel, mas há estudos em andamento em outros bairros. Há um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em andamento referente ao Bairro Vale Verde, cujo projeto encontra-se em fase de execução por meio de atuação conjunta entre o Setor e a empresa responsável;

- Encontram-se em tramitação no Setor aproximadamente 270 processos de usucapião;
- Está em andamento o Projeto Terra: Você é o dono do seu imóvel?, na fase de cadastramento das famílias e realização de estudos técnicos, sob responsabilidade do Poder Judiciário. O Projeto, que é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) lançada em 2024, tem por objetivo promover a regularização fundiária de núcleos urbanos informais. Em Capão da Canoa, está sendo executado nas áreas conhecidas como Posto 5 e Posto 6, no Balneário de Capão Novo, abrangendo aproximadamente 4.220 lotes (CAPÃO DA CANOA [2026]) - que também são áreas reconhecidas pelo IBGE como favelas e comunidades urbanas;
- A única estrutura/programa habitacional existente no Município voltado ao atendimento direto de demandas sociais é o Residencial Caminito, do Programa Minha Casa, Minha Vida, localizado no território de abrangência do CRAS Arco-Íris.

4.2.4 Associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários

Fez-se um breve levantamento de associações e grupos comunitários, para evidenciar os espaços para a convivência social e comunitária. Para tanto, foram utilizadas informações repassadas pela equipe municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater/RS-Ascar) e pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) de Capão da Canoa, bem como informações do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MOSC) (IPEA [2026a])¹¹⁰ e de conhecimento do território.

¹¹⁰ A concepção de OSC neste caso é mais ampliada que o conceito compreendido pelo SUAS. “O Mapa das OSCs baseia seus critérios em estudos nacionais e internacionais [...] Assim, são consideradas OSCs apenas entidades que se enquadram, simultaneamente, nos seguintes critérios:

- privadas, não integrantes, portanto, da estrutura estatal;
- sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;
- institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Bases de dados

A identificação de OSCs no Mapa utiliza o universo de CNPJs (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ativos no país e que são disponibilizados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). A extração de informações

O quadro abaixo apresenta associações e grupos comunitários mapeados e o quadro posterior, cozinhas comunitárias, mas que podem não abranger a totalidade de espaços existentes, para o que é importante a realização de mapeamento de forma permanente:

Quadro 10 - Associações e grupos comunitários, por bairro em que estão localizados e região de abrangência dos CRAS¹¹¹

CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Projeto Akindu - Vale Verde	Associação das Artesãs dos Clubes de Mães – Ginásio Municipal Otto Birlem/ Centro	Associação dos Artesãos da Praia do Barco – Praia do Barco
		Clube de Mães Gera Ações – Praia do Barco
		Grupo da Horta Comunitária Praia do Barco
		Quadrado do Amor – Praia do Barco
		Clube de Mães Grão de Areia – Jardim Beira Mar

para atualização do Mapa é realizada a cada dois anos e, na versão 3.0 (implantada em junho de 2021), trata da base de CNPJ, mês de referência novembro de 2020.

Essas informações só passaram a ser publicamente disponibilizadas a partir de 2017 – antes disso, essa identificação só era possível com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Atualmente, a base com o universo dos CNPJs, da SRFB, passou a ser utilizada como fonte principal de identificação das OSCs do país e a RAIS passou a ser utilizada como fonte secundária, para identificar os vínculos de trabalho formais associados ao conjunto de CNPJs então definidos, a cada ano.

Além dessas duas bases (principal e secundária), bases de dados auxiliares são utilizadas, periodicamente, para completar informações, como a quantificação e as características dos vínculos de trabalho formais, as certificações recebidas por OSCs, os projetos executados e as informações sobre recursos repassados. Alguns exemplos são: Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) etc.

Adicionalmente, o Mapa permite a autodeclaração de informações, como: volume do voluntariado, captação de recursos por doações, atuação em projetos sociais e aderência de ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dados de identificação (nome fantasia etc.) e descrição, áreas de atuação, títulos e certificações, estrutura de governança, atuação em conselhos de políticas públicas e demais instâncias de participação social” (IPEA [2026b]).

¹¹¹ Quase a totalidade de informações deste item foram disponibilizadas pela equipe municipal da Emater/RS-Ascar.

		Associação Comunitária Jardim Beira-Mar
		Clube de Mães Unidas Renascer – Capão Novo
		Associação de Apicultores e Pescadores – Arroio Teixeira

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

Quadro 11 - Cozinhas comunitárias, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS










CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
	Cozinha Comunitária Temperos Mãe África - Bairro Santo Antônio	Associação de Moradores e Proprietários de Capão Novo - Capão Novo (Posto 6)
		Centro Afro Espiritual Casa das Almas - Capão Novo
		Cozinha do Coração - Arroio Teixeira
		Cozinha Comunitária Mãe Iemanjá e Bará Agelú - Capão Novo (Posto 6)
		Reino de Oxum e Oxalá Cozinha da Jacira - Capão Novo (Posto 6)

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações disponibilizadas pelo COMUSAN, 2026.

Conforme é possível observar nos quadros acima, a maioria das associações, dos grupos comunitários e das cozinhas comunitárias está situada no território do CRAS Zona Norte.

Por meio do Mapa das OSCs, foram mapeadas nove OSCs em situação ativa, cujas áreas de atuação são assistência social ou desenvolvimento e defesa de direitos - subárea saúde, assistência social e educação, que seguem na figura abaixo:

Figura 13 - Organizações da sociedade civil ativas nas áreas de atuação assistência social ou desenvolvimento e defesa de direitos - subárea saúde, assistência social e educação

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Centro De Apoio A Crianca E Ao Adolescente	03.821.754/0001-09 Matriz	Associação Privada	Rua Da Apae, 71, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Capao Da Canoa	90.257.007/0001-86 Matriz	Associação Privada	Rua Apae, 51, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Comunidade Terapeutica Desafio Jovem Gideoes	02.457.215/0012-14 Filial	Associação Privada	Estrada Da Laguna, 6930, Capao Da Caboa, Capão Da Canoa, 95555000
 Centro De Atividades Para Crianças E Adolescentes Anjos Da Caridade	05.265.315/0001-84 Matriz	Associação Privada	Rua Honorio Germano, 814, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Fundo Assistencial Caponense	01.781.974/0001-12 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 1132, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Das Artes Dos Clubes De Maes De Capao Da Canoa	10.235.609/0001-01 Matriz	Associação Privada	Rua 26, 116, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Beneficiente Projeto Restaurar	74.874.579/0002-39 Filial	Associação Privada	Rua Ceci, 2121, Andar Terreo, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunidade Terapeutica Reserva Da Laguna	28.110.507/0001-17 Matriz	Associação Privada	Estrada Reserva Da Laguna, 9837, Tapera Dos Quadros, Capão Da Canoa, 95555000
 Aldeias Infantis Sos Brasil	35.797.364/0036-59 Filial	Associação Privada	Avenida Ruda, 908, Setor 363 Quadra2d Ou 178 Lote 14, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

Fonte: IPEA [2026a].

Das OSCs na figura, possuem inscrição em 2026 no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) como entidades ou organizações da sociedade civil de assistência social, nos termos da Resolução nº 14/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)¹¹² (BRASIL, 2014), enquanto entidades de atendimento¹¹³, a APAE, a Associação Beneficiente Projeto Restaurar e o Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CEACRIA). Além destas, também a Emater/RS-Ascar possui inscrição como entidade de

¹¹² Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

¹¹³ São entidades ou organizações de Assistência Social de atendimento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes (BRASIL, 2014).



assessoramento¹¹⁴ e defesa e garantia de direitos¹¹⁵. Todas têm sua sede localizada no território de abrangência do CRAS Santa Luzia.

Também foram levantadas, por meio do Mapa das OSCs, as organizações ativas das áreas de atuação desenvolvimento e defesa de direitos¹¹⁶, cultura e recreação, outras atividades associativas e religião, que seguem apresentadas a seguir, conforme o seu quantitativo e localização no território municipal, assim como são apresentadas em anexo a este diagnóstico, de acordo com a sua área de atuação e endereço¹¹⁷:

- 51 organizações na área de desenvolvimento e defesa de direitos (ANEXO C);

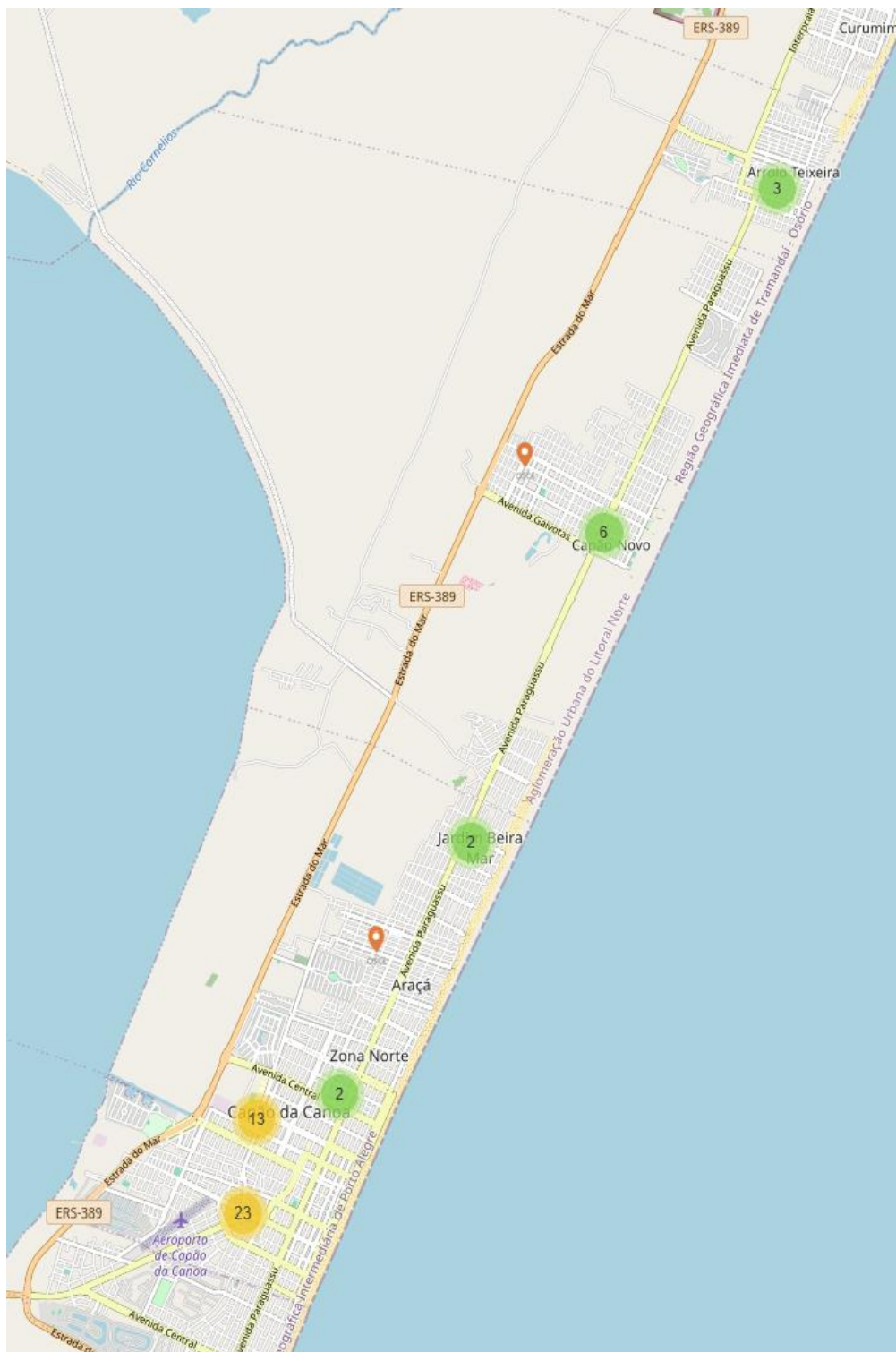
¹¹⁴ São entidades ou organizações de Assistência Social de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes (BRASIL, 2014).

¹¹⁵ São entidades ou organizações de Assistência Social de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes. (BRASIL, 2014).

¹¹⁶ Subáreas: defesa de direitos de grupos e minorias; outros; centros e associações comunitárias; associações de moradores; defesa de direitos e interesses - múltiplas áreas; outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses.

¹¹⁷ É possível que uma mesma OSC apareça em mais de uma área de atuação.

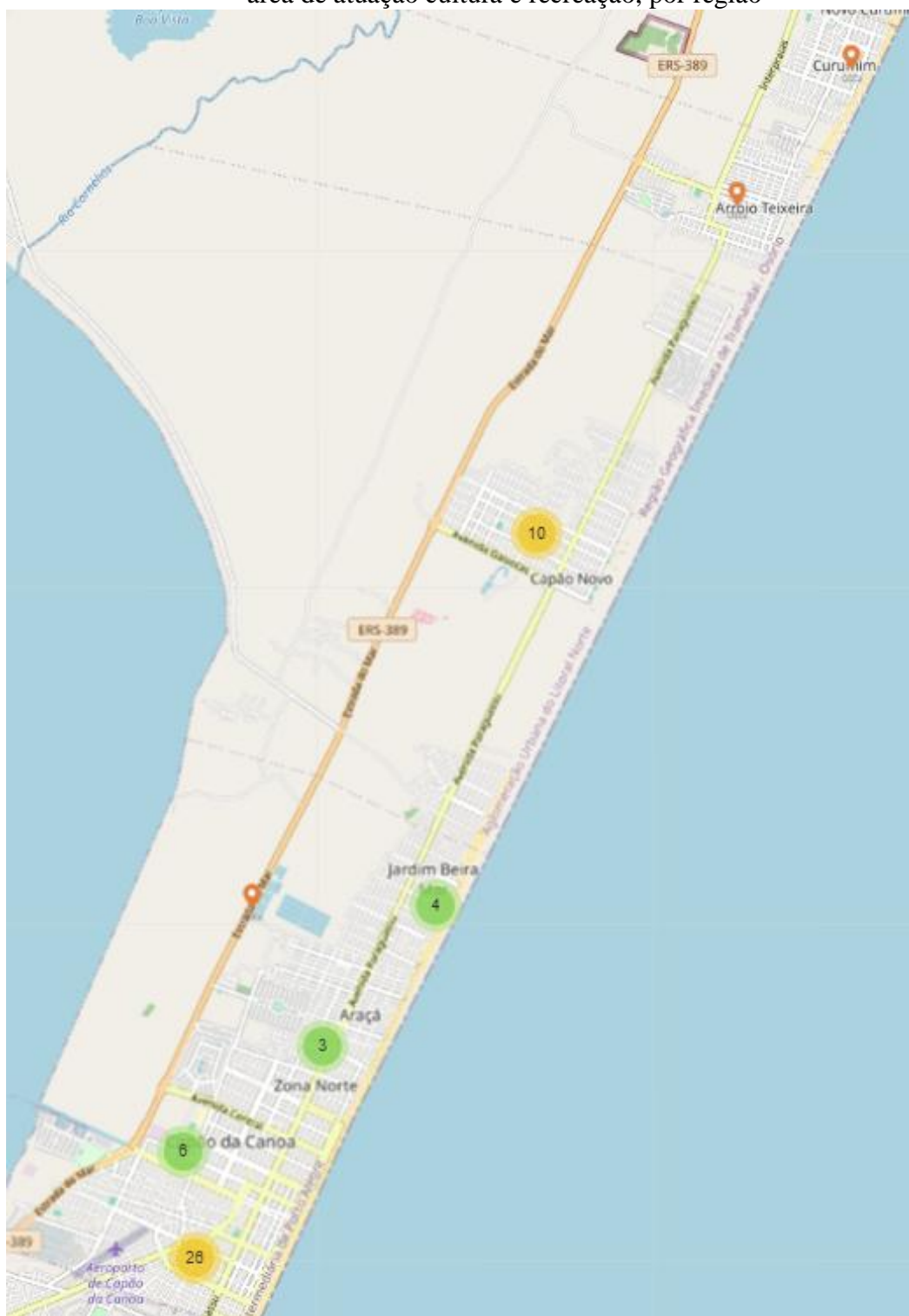
Figura 14 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação desenvolvimento e defesa de direitos, por região



Fonte: IPEA [2026a].

- 52 organizações na área de cultura e recreação (ANEXO D);

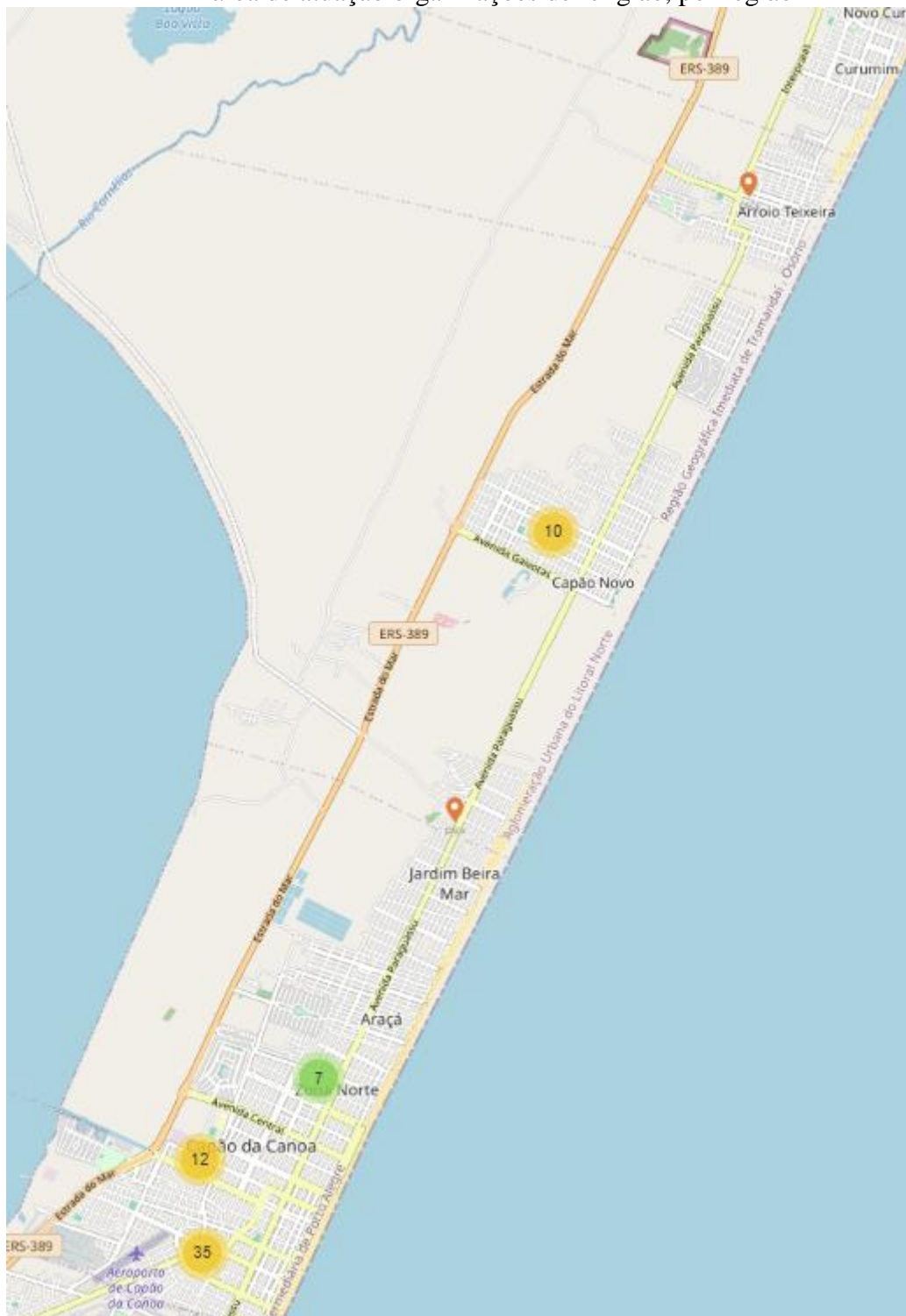
Figura 15 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação cultura e recreação, por região



Fonte: IPEA [2026a].

- 66 organizações de religião (ANEXO F).

Figura 17 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação organizações de religião, por região



Fonte: IPEA [2026a].



REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza (org.). **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos**: fortalecimento da rede socioassistencial. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/03/2.-Caderno_Curso-de-Protecao-social-no-SUAS-a-individuos-e-familias-em-situacao-de-violencia-e-outras-violacoes-de-direitos.pdf. Acesso em: 09 mar. 2026.

BERNARDES, Vanessa Silva; GAZZOTTI, Fabiana Mayboroda; FORELL, Leandro. “Elas não entendem que aqui a realidade é diferente”: os movimentos de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil do lixão. **Rev. Diálogo Educ.** vol. 24 no. 81 Curitiba abr./jun2024 Epub 21-Out-2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416x2024000200623. Acesso em: 19 de. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990 e retificado em 27 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022**. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11016.htm. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 14, de 15 de maio de 2014**. Define os parâmetros para inscrição de entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social. Brasília, DF: CNAS, 2014. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-14-de-15-maio-de-2014/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Catálogo de Escolas**. [S.l.], [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Taxa de Distorção Idade-série - Censo da Educação Básica 2024**. [S. l.],



[2025a]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Caderno de orientações técnicas do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho)** [livro eletrônico]. Brasília, DF: Ed. dos Autores, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes/desenvolvimento-social/Caderno_Orientacoes_Tecnicas_Acessuas_Trabalho_2022.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde: Manual de Identificação dos domicílios e Organização da Rede**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NDY4OTA%2C>>. Acesso em: 06 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Painel de monitoramento de nascidos vivos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025a. Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/>>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único**. Brasília [2025b]. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/>>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Diversidade no Cadastro Único: Identificação e perfil socioeconômico de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – 2021**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, 2023b. Disponível em: <https://ead.mds.gov.br/system/file/get/1529zlyqtclvg700gh3z/diversidade_cadastro_unico.pdf>. Acesso em 28 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Indicadores**. Brasília, DF: MDS, [2024?]. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/indicadores#>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica N.º /2015/ DGSUAS/SNAS/MDS. **Metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e IDCREAS referentes ao ano de 2014**. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Vigil%C3%A2ncia%20Socioassistencial/NT%20IDCRAS%20e%20IDCREAS_final.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Mapa Social** [S. 1.], [2025?]. Disponível em: <<https://mapa-social.mds.gov.br/#>>. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **IN084 - Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD), número**. Documenta Wiki, [2026a]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/I/IN084>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VD035- IVCAD – CH9. Domicílio sem banheiro ou sanitário**. Documenta Wiki, [2026b]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/VD/VD035>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VD036- IVCAD – CH10. Domicílio sem esgotamento sanitário adequado**. Documenta Wiki, [2026c]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/VD/VD036>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VD019 - IVCAD – TQA4. Nenhum adulto ocupado**. Documenta Wiki, [2026d]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/VD/VD019>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VD011 - IVCAD - DCA1. Possui criança ou adolescente de 7 a 15 anos trabalhando**. Documenta Wiki, [2026e]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/VD/VD011>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS)**. Brasília: MDS, 2012a.



Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>.
Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Observatório do Cadastro Único**. [2026f]. Disponível em: <<https://painéis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>>.
Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2013a. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1 ed. Brasília: MDS, 2009a. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: MDS, 2009b. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>>. Acesso em 11 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: MDS, 2009c. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-suas.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. 1, 1ª edição. Brasília: MDS, 2012b. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_paif_1.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-suas.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014. Brasília: MDS, 2013b. Disponível em: . Acesso em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Relatório completo do Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. Brasília: MDS, [2025a?]. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ministério das Mulheres. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Plano Nacional de Cuidados**. Brasília: MDHC, MDS, MMulheres, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-que-cuida/plano/Plano_Nacional_de_Cuidados.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

CAPÃO DA CANOA. Decreto nº 163, de 2024. Dispõe sobre a Implantação da Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Capão da Canoa/RS. **Leis Municipais**, 2024. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/capao-da-canoa/decreto/2024/17/163/decreto-n-163-2024-dispoe-sobre-a-implantacao-da-politica-de-educacao-integral-em-tempo-integral-na-rede-municipal-de-ensino-de-capao-da-canoa-rs?q=educa%C3%A7%C3%A3o+superior>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CAPÃO DA CANOA. Conselho Tutelar de Capão da Canoa. **Circular nº 661/2024**. Assunto: INFORMAÇÃO. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 20 jan. 2024. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Conselho Tutelar de Capão da Canoa. **Memorando nº 15.311/2025a**. Assunto: Solicitação de dados de atendimentos. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 13 jan. 2026. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Devolutiva de Dados do Registro Mensal de Atendimentos 2024 - Centros de Referência de Assistência Social Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte**. Capão da Canoa: SAIS, 2025b.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Devolutiva de Dados do Registro Mensal de Atendimentos 2024 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social Travessia**. Capão da Canoa: SAIS, 2025c.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Devolutiva de Informações sobre o Público Beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos em Capão da Canoa, nos anos de 2023 e 2024**. Capão da Canoa: SAIS, 2025d.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Devolutiva de Informações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes de Capão da Canoa, de 2017 a 2024**. Capão da Canoa: SAIS, 2024b.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Diagnóstico da oferta da Política de Assistência Social voltada para a**



população em situação de rua em Capão da Canoa e da demanda desse grupo populacional por proteção social: subsídios para o aprimoramento da oferta. Capão da Canoa: SAIS, 2025e.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. Secretaria da Saúde. **Memorando nº 26.763/2025f.** Assunto: Solicitação de informações para o Plano Municipal de Assistência Social. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 17 dez. 2025. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Assistência e Inclusão Social. **Memorando nº 1.944/2025g.** Assunto: Registro Mensal de Atendimentos (RMA) do CREAS - 2025. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 13 jan. 2026. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Cidadania, Trabalho e Ação Comunitária. **Memorando nº 28.493/2026.** Assunto: Solicitação de informações para o Plano Municipal de Assistência Social. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 13 jan. 2026. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. **Memorando nº 26.182/2025h.** Assunto: Solicitação de informações para o Plano Municipal de Assistência Social. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 05 fev. 2026. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. **Dados do Município.** Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, [2025?]. Disponível em: <https://www.capaodacanoa.rs.gov.br/pagina/view/2>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. **Centro de Apoio Transdisciplinar.** Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, [2025] Disponível em: <<https://www.capaodacanoa.rs.gov.br/departamento/view/55/centro-de-apoio-transdisciplinar-cat>>. Acesso em: 08 dez. 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Informe Técnico:** Perfil da População em situação de rua no estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://cnmp.mp.br/portal/informes/informe-tecnico-rio-grande-do-sul.html>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FAMER, Maria Elena. **Propostas idosos** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <tecnicos.creas@capaodacanoa.rs.gov.br> em 16 dez. 2025

G1 RS. População de Capão da Canoa (RS) é de 63.594 pessoas, aponta o Censo do IBGE. **G1**, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/06/28/populacao-de-capao-da-canoa-rs-e-de-63-594-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 27 out. 2025.



IBGE. **Cidades e Estados.** [Brasília] [2025]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-da-canoa/panorama>>. Acesso em: 04 nov. 2025.

IBGE. **Nota metodológica sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>>. Acesso em 27 out. 2025.

IBGE. **Censo 2010. Sinopse por setores.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das OSCs:** Mapa [Capão da Canoa/RS] [2026a]. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa>>. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das OSCs:** Metodologia [2026b]. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa-busca-avancada>>. Acesso em: 28 jan. 2026.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - ObservaDH [2026]. Disponível em: <<https://observadh.mdh.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2026.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - ObservaDH [2025]. **Violência:** SINAN e ONDH. Dados preliminares de 2024, extraídos em 08/05/2025. Disponível em: <<https://observadh.mdh.gov.br/>>. Acesso em: 24 set. 2025.

REDUS - REDE DE DADOS URBANOS. **GeoReDUS:** Rede de Dados Urbanos. Brasília: ReDUS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.redus.org.br/georedus?v=v0>. Acesso em: 12 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Painel do Cadastro Único, Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: SEDES-RS, [2025]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmVkNmVmMGItMTc1NS00MzViLWIwNGYtMTFhNjI2NTZkMDc5IiwidCI6IjE1ZGNkOTA5LTlkYzAtNDBIOS1hMWU1LWNIY2IwNTNjZGQxYSJ9>. Acesso em 19 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. **Informações Básicas.** Porto Alegre: CEVS-RS, [2024?]. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/informacoes-basicas>. Acesso em: 24 set. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Primeira Infância.** Porto Alegre: SES-RS, [2026a]. Disponível em: <https://atencaoprimaria.rs.gov.br/primeira-infancia-melhor>. Acesso em: 19 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores Criminais.** Porto Alegre: SSP-RS, [2026b]. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>. Acesso em: 19 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha.** Porto Alegre: SSP-RS, [2026c]. Disponível em:



<<https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulhers>>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SILVA, Leonardo Douglas Silva da. CREAS - Medidas socioeducativas 2023 final [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mse.creascc@capaodacanoa.rs.gov.br> em 29 dez. 2023.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda (org.). **Plano Municipal de Assistência Social**: passo a passo para o planejamento local. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; UNICEF Brasil, 2025. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2025/11/Plano-Municipal-de-AS-Digital.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025

STOBBE, Ana. **Litoral Norte é líder em crescimento populacional no Rio Grande do Sul**. Jornal do Comércio, Porto Alegre, 5 nov. 2025. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/mapa-economico/regiao-metropolitana/2025/11/1224567-litoral-norte-e-lider-em-crescimento-populacional-no-rio-grande-do-sul.html>. Acesso em: 12 jan. 2026.

UNICEF. **Proteção Integral e Intersetorialidade via CRAS**: guia técnico para orientar a implementação do resultado sistêmico 1. Brasília, DF: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://selounicef.org.br/sites/default/files/2023-06/Prote%C3%A7%C3%A3o%20Integral%20e%20Intersetorialidade%20via%20CRAS.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2026.

VIDAL, Alex da Silva. **Diagnóstico municipal do atendimento aos direitos de crianças e adolescentes em serviços de cuidados alternativos de Capão da Canoa/RS 2022**. 1. ed. Poá, SP: Instituto Bem Cuidar, 2023. Disponível em: <<https://institutobemcuidar.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-Diagnostico-de-Capao-da-Canoa-2022-23-2-1.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

ANEXO A - Recomendações para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capão da Canoa¹¹⁸

Aspecto do SGDCA	Fragilidade identificada	Recomendações	Fortalecimento esperado
Fortalecimento de vínculos das mães	A maioria das famílias são monoparentais sob a responsabilidade de mulheres com trajetória de violação dos próprios direitos e vítimas de violências.	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de projeto de escuta coletiva de mulheres, responsáveis por famílias com filhos, para fortalecimento, troca de experiências e acompanhamento. O projeto poderia ser executado pelo CRM ou CREAS, com auxílio do NAF SOS e CAPS. 	Fortalecimento das mães e das famílias, aumento da autoestima, empoderamento, maior diálogo e identificação de possíveis programas, serviços ou atividades para as mães serem encaminhadas. Atuar na prevenção da ruptura de vínculos familiares.
Ministério Público	Não existe um promotor específico para a Vara da Infância e Juventude.	<ul style="list-style-type: none"> • Constituir uma promotoria com atuação específica e exclusiva na Vara da Infância e Juventude. 	Qualificar e ampliar a atuação da Promotoria da Infância e Juventude.
Escola	A falta de vagas nas escolas do Ensino Fundamental nas regiões próximas do território de moradia dos estudantes foi uma das fragilidades mais apontadas por diferentes atores do SGDCA.	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar o planejamento no início de ano de acordo com a demanda de estudantes de cada território; • Desburocratizar o acesso a vagas nas escolas; • Aumentar a oferta de vagas nos respectivos territórios, de acordo com o art. 54, V, do ECA; • Qualificar a busca ativa pelos alunos infrequentes. 	Com maior capacidade para absorver a demanda e agilidade em realizar a matrícula, é fortalecido um dos direitos mais essenciais de crianças e adolescentes, a educação. Buscar, acolher e manter crianças e adolescentes na escola é importante tanto para o aprendizado quanto para potencializar sua proteção. Uma ação mais eficaz da escola também poderá diminuir a infrequência na escola como um dos aspectos da negligência.
Poder Judiciário	Não existe equipe interprofissional (prevista nos artigos 150 e 151 do ECA) para dar suporte ao trabalho da Vara da Infância e Juventude na Comarca. Observou-se a não participação de crianças e adolescentes nas audiências.	<ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se a contratação de equipe interprofissional, ao menos formada por dupla técnica social (educação, serviço social ou psicologia) para dar suporte ao trabalho da Vara da Infância e Juventude. 	Qualificar e ampliar a atuação do judiciário, com autonomia e dedicação exclusiva para avaliação das demandas.

¹¹⁸ Fonte: Vidal (2023).

		<ul style="list-style-type: none"> ● Estimular-se maior participação direta de crianças e adolescentes, para que possam ser escutados nas audiências sobre suas vontades e experiências, dando cumprimento ao art. 100, XII do ECA. 	
Discussão e gestão das políticas de proteção municipais	Fragilidade na discussão e articulação entre gestão municipal, Poder Judiciário, Ministério Público e conselhos de direitos.	<ul style="list-style-type: none"> ● Construção de um Comitê Municipal da Política de Proteção, com atores como o Poder Judiciário, órgão gestor da Assistência Social, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar, para discutir e pensar a implementação de ações na área. A criação deste Comitê está prevista no ECA (1990, art. 101, § 11 e 12). 	A construção do Comitê Municipal da Política de Proteção, pode fortalecer a definição de estratégias nas políticas de proteção, assim como a identificação de problemáticas e desafios de forma célere, a articulação intersetorial e a atuação do SGDCA como um todo.
Salubridade	Os descuidos com higiene e saúde de crianças e adolescentes são muito preocupantes e constituem um dos principais fatores mencionados pelos atores do SGDCA como conceituação da negligência, que é um dos motivos mais frequentes de acolhimento no município.	<ul style="list-style-type: none"> ● Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico; ● Possibilitar abastecimento de água potável às residências do município; ● Realização de um mapeamento das residências em situação de insalubridade; ● Aumento da equipe de agentes comunitários de saúde nas ESF e a construção de um planejamento para que esses profissionais estejam nos territórios de maior vulnerabilidade social e com falta de saneamento básico, para realizar a orientação e suporte à saúde das famílias. 	Melhorar as condições de vida da população do município. Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com água potável ou condições de salubridade básica.



Prevenção à ruptura de vínculos familiares e comunitários	Fragilidade na rede quanto à prevenção do afastamento de crianças e adolescentes do contexto familiar. Principalmente pela falta de articulação, de discussões de caso antes de se realizar a colocação de crianças ou adolescentes em serviço de cuidados alternativos e de um esforço conjunto de suporte à família.	<ul style="list-style-type: none">• Recomendamos que a rede socioassistencial (CREAS e CRAS), juntamente ao Conselho Tutelar, NAF SOS, serviço de cuidado alternativo (acolhimento institucional em casas-lares) e Ministério Público discutam, desenvolvam e estabeleçam um fluxo a ser seguido até a possibilidade de acolhimento institucional, destacando o papel de cada serviço e instituição, indo ao encontro do parágrafo 12 do art. 101 do ECA.• Recomendamos também que, antes da colocação de criança/adolescente em serviço de cuidados alternativos, conforme determinado pelas Orientações Técnicas (Conanda/CNAS, 2009), seja realizado um diagnóstico da família, com avaliação dos riscos a que estão submetidos a criança ou o adolescente, assim como as condições da família para superação das violações de direitos observadas e o provimento de proteção e cuidados, que pode ser realizado pelo NAF SOS, o CREAS ou CRAS, com contribuição do Conselho Tutelar. No diagnóstico, seria importante apontar metas ou elementos a serem trabalhados com as famílias para evitar o acolhimento.	Fortalecimento da rede e ações de prevenção ao afastamento de crianças e adolescentes do contexto familiar a partir de reuniões específicas e continuadas, na forma das microrredes já existentes. Maior articulação entre os representantes do CT, MP, DEP e PJ e serviços, com a diminuição de afastamento de crianças e adolescentes do contexto familiar.
Educação em saúde	Os descuidos com higiene e saúde de crianças e adolescentes são muito preocupantes, inclusive são um dos principais fatores que compõem a possibilidade de acolhimento institucional.	<ul style="list-style-type: none">• Recomenda-se que as escolas infantis, de Ensino Fundamental e Médio realizem rodas de conversa, palestras e outras atividades com mães, pais e outras pessoas responsáveis sobre a importância da higiene do corpo, cuidados rotineiros de saúde na família, importância da	Melhorar as condições de vida da população do município. Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com acesso a informações e orientações.

		vacinação, entre outros temas. As atividades podem ser articuladas em conjunto pela Secretaria de Educação, Coordenadoria Regional de Educação e Estratégia de Saúde da Família (ESF).	
Vacinação e saúde básica	Atraso nas vacinações de crianças e adolescentes acolhidos ou em risco de acolhimento.	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas permanentes no município informando a importância da vacinação, principalmente de crianças e adolescentes. • Criação de um ambulatório itinerante para a aplicação de vacinas e orientações gerais de saúde, que percorra os diferentes territórios da cidade. Essa ação pode facilitar o acesso de famílias com maiores dificuldades para a aplicação da estratégia vacinal e outros acessos. 	Melhorar as condições de vida da população do município. Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com a correta vacinação.
Provisoriamente do afastamento do convívio familiar	Baixa articulação, pouco acompanhamento e suporte nos casos de famílias com crianças e adolescentes em cuidados alternativos, o que pode elevar o tempo do afastamento do convívio familiar.	<ul style="list-style-type: none"> • Após o acolhimento, a partir do diagnóstico realizado anteriormente, o CREAS, com escuta acurada das famílias, em conjunto com o serviço de cuidados alternativos, construa junto com a família um Plano de Retorno Familiar, com metas e ações necessárias para o retorno das crianças e adolescentes a suas famílias. • As famílias que tiverem crianças e adolescentes em acolhimento devem ser prioridade de atendimento no CREAS, CRM, ESF e CAPS. 	Retorno mais célere de crianças e adolescentes a suas famílias, além de aumentar a possibilidade de superar as questões que motivaram a colocação em cuidados alternativos.
Segurança alimentar	Aumento da vulnerabilidade social das pessoas do município, o que pode se	<ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se a criação de um programa específico para atuar no combate à fome no 	Melhorar as condições de vida da população do município.



	traduzir em insegurança alimentar.	município. Dessa forma, serviços do CRAS e CREAS poderiam direcionar seu olhar com maior energia também para outras de suas atribuições.	Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com acesso à alimentação.
Conselho Tutelar	Falta de recursos no CT do município para a demanda. Recursos humanos e materiais são limitados.	<ul style="list-style-type: none">• Recomenda-se a contratação de mais um auxiliar administrativo em tempo integral para atuar no Conselho Tutelar. Além disso, é preciso equipar o Conselho Tutelar com melhor estrutura física e equipamentos de melhor qualidade.	Fortalecer os direitos de crianças e adolescentes do município.
CREAS	A equipe de serviço do CREAS é insuficiente para a demanda de atendimentos do município.	<ul style="list-style-type: none">• Recomenda-se a contratação de um advogado em tempo integral para o CREAS para compor a equipe mínima do serviço, além de mais outro técnico social e educador social (como suporte à demanda nos territórios).• Construção de diagnóstico sobre a carga horária da equipe (em todas as funções desenvolvidas) nos vários serviços que compõem o CREAS, com destaque para o PAEFI.	Fortalecer o enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Fortalecer o suporte a mulheres vítimas de violência, especialmente mães. Ajudar na orientação e no apoio especializado a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco ou de violação de direitos.
Trabalho	Falta de oportunidades para jovens em serviços de cuidado alternativo.	<ul style="list-style-type: none">• Priorizar os jovens em acolhimento ou egressos para a obtenção de estágios, cursos profissionalizantes ou vaga no programa Jovem Aprendiz, a partir da sensibilização para cumprimento da legislação, incentivos fiscais e outras ações pertinentes para empresas estabelecidas no município.	Favorecer a possibilidade de autonomia financeira e autossuficiência de adolescentes e jovens.



Saúde mental	Falta de vagas e atendimentos para crianças e adolescentes em cuidados alternativos, mas também para a população em geral de crianças e adolescentes do município.	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar a capacidade do CAPS e de setor especializado para atendimento de crianças e adolescentes.• Construir a possibilidade de abertura de CAPSi no município ou de abrangência regional, com sede em Capão da Canoa.• Como medida urgente, viabilizar, enquanto não se amplia o CAPS ou se abre um CAPSi, a contratação de profissionais de saúde mental para atendimento individualizado a todas as crianças e adolescentes em acolhimento e suas referências responsáveis nas famílias.	Melhorar as condições de vida da população do município. Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com acesso a serviços de saúde. Ajudar na superação de possíveis traumas e/ou violências sofridas pelas pessoas acolhidas. Contribuir para a redução do tempo de acolhimento e eventual regresso aos cuidados alternativos.
Monitoramento e avaliação	Realização de relatório geral da vigilância socioassistencial, com base especialmente nos números da assistência social e da plataforma PitFall.	<ul style="list-style-type: none">• Realização de avaliação externa da política de acolhimento a cada três anos, como forma de manter monitoramento, atualização e constante qualificação, acompanhando os Planos Municipais da Assistência Social, que são trienais.• Construção de banco de dados com registro dos acolhimentos realizados e informações básicas (entrada, saída, tempo de acolhimento, sexo, idade, escolaridade, composição familiar, motivo do acolhimento, entre outros). A construção desse banco de dados está prevista no ECA (1990, art. 101, § 11 e 12).	Qualificar a política de atendimento e mitigar problemas que podem ocasionar a fragilidade na rede de proteção.

ANEXO B - Indicadores que compõem as dimensões do IVCAD

IVCAD - Indicadores e suas dimensões	
Necessidade de Cuidados	NC1 Presença de criança de 0 a 3 anos
	NC2 Presença de criança de 0 a 6 anos
	NC3 Presença de criança de 0 a 12 anos
	NC4 Presença de pessoa com alguma deficiência
	NC5 Presença de idoso de 60 anos ou mais
	NC6 Metade ou menos dos membros está em idade adulta (18 a 59 anos)
	NC7 Metade ou menos dos membros é do sexo feminino e está em idade adulta (18 a 59 anos) e que possuam membros com idade até 12 anos, ou com 60 anos ou mais ou que tenha pessoa com deficiência
Desenvolvimento na Primeira Infância	DPI1 Possui criança de 4 a 6 anos que não frequenta ou nunca frequentou creche/pré-escola/escola
	DPI2 Possui criança de 0 a 6 anos que não frequenta ou nunca frequentou creche/pré-escola/escola
	DPI3 Possui criança de 0 a 6 anos que não seja filho ou enteado do responsável familiar
Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes	DCA1 Possui criança ou adolescente de 7 a 15 anos trabalhando
	DCA2 Possui adolescente de 15 a 17 anos fora da escola
	DCA3 Possui criança ou adolescente de 7 a 17 anos fora da escola
	DCA4 Possui criança ou adolescente de 10 a 17 anos analfabeto
	DCA5 Possui criança ou adolescente de 10 a 17 anos com mais de 2 anos de atraso escolar
Trabalho e Qualificação de Adultos	TQA1 Presença de adulto analfabeto ou analfabeto funcional
	TQA2 Presença de adulto sem ensino fundamental completo
	TQA3 Presença de adulto sem ensino médio completo
	TQA4 Nenhum adulto ocupado
	TQA5 Nenhum adulto ocupado no setor formal
	TQA6 Nenhum adulto ocupado com rendimento do trabalho superior a 1 salário mínimo
	TQA7 Nenhum adulto ocupado com rendimento do trabalho superior a 2 salários mínimos
Disponibilidade de Recursos	DR1 Família sem renda ou benefícios socioassistenciais
	DR2 Família em situação de pobreza mesmo considerando benefícios socioassistenciais
	DR3 Família em situação de pobreza se não considerar benefício PBF
	DR4 Família em situação de pobreza se não considerar benefícios socioassistenciais (PBF e BPC)
Condições Habitacionais	CH1 Domicílio particular improvisado ou situação de rua
	CH2 Densidade de mais de 3 moradores por dormitório
	CH3 Família despense mais de 30% de sua renda* com aluguel (*Renda pré-PBF)
	CH4 Família possui despesa com aluguel
	CH5 Domicílio sem parede nem piso com material permanente
	CH6 Domicílio sem parede ou piso com material permanente
	CH7 Domicílio sem acesso adequado à água de rede geral de distribuição
	CH8 Domicílio sem acesso adequado à água
	CH9 Domicílio sem banheiro ou sanitário
	CH10 Domicílio sem esgotamento sanitário adequado
	CH11 Lixo não é coletado de forma direta
	CH12 Lixo não é coletado de forma direta ou indireta
	CH13 Domicílio sem acesso à eletricidade com medidor
	CH14 Domicílio sem acesso à eletricidade

Fonte: BRASIL [2026a].

ANEXO C - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação desenvolvimento e defesa de direitos¹¹⁹

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Centro De Tradicoes Gauchas Joao Sobrinho	88.266.911/0001-06 Matriz	Associação Privada	Rua Tapera, 100, Tapera Dos Quadros, Capão Da Canoa, 95555000
 Assoc Dos Const E Incorp Da Const Civil C Canoa	90.255.696/0001-90 Matriz	Associação Privada	Avenida Ruda, 910, Apt - 201, Ccentro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Servidores Publicos De Capao Da Canoa	90.937.871/0001-29 Matriz	Associação Privada	Rua Tupinamba, 749, Sala 05 Ginasio Otto Birlem, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Educacional Barao Do Rio Branco	91.340.463/0011-20 Filial	Associação Privada	Avenida Poty, 1550, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Dos Amigos Do Capao Da Canoa	91.883.355/0001-21 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2265, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Centro De Recuperacao Nossa Senhora Aparecida	11.045.589/0001-60 Matriz	Associação Privada	Rua Peixe Rei, 968, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Handebol De Capao Da Canoa	07.473.196/0001-80 Matriz	Associação Privada	Avenida Flavio Boianowski, 1225, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Caponense De Aposentados, Pensionistas E Idosos	07.764.032/0001-02 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2205, Sala 2074 74-A, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Capao Da Canoa	90.257.007/0001-86 Matriz	Associação Privada	Rua Apae, 51, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Adcc-Associacao Dos Diabeticos De Capao Da Canoa	02.438.357/0001-81 Matriz	Associação Privada	Rua General Osorio, 835, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000

¹¹⁹Subáreas: defesa de direitos de grupos e minorias; outros; centros e associações comunitárias; associações de moradores; defesa de direitos e interesses - múltiplas áreas; outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses. Fonte: IPEA [2026a].

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Dos Artesaos De Capao Da Canoa	90.257.122/0001-50 Matriz	Associação Privada	Rua Santa Marta, 169, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Dos Amigos Da Zona Nova De Capao Da Canoa	97.264.287/0001-07 Matriz	Associação Privada	Rua Ceci, 511, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Avicola Caponense	01.386.896/0001-51 Matriz	Associação Privada	Rua Vinte E Seis, 315, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Casa Do Artista Caponense	01.708.582/0001-28 Matriz	Associação Privada	Avenida Flavio Boianowski, 879, Sala 10, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Lions Clube De Capao Da Canoa	01.796.821/0001-49 Matriz	Associação Privada	Rua Tupinanba, S/N, Sala 45, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria De Radiodifusao Mares Do Sul Fm	05.845.316/0001-06 Matriz	Associação Privada	Rua Gardenias, 4225, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Academicos Do Litoral Norte - Aaln	08.176.297/0001-52 Matriz	Associação Privada	Estrada Rs 407, 1331, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Comerciantes De Materiais De Construcao Do Litoral Norte Do Rio Grande Do Sul	03.602.108/0001-42 Matriz	Associação Privada	Rua Peri, 3927, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Amigos Da Praca Andira - Apa	06.932.531/0001-07 Matriz	Associação Privada	Avenida Venancio Aires, 1310, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Idade De Ouro	07.617.914/0001-45 Matriz	Associação Privada	Rua Nossa Senhora Aparecida, 1930, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Grupo Escoteiro Capao Da Canoa	05.327.220/0001-48 Matriz	Associação Privada	Rua Dos Escoteiros, 111, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Tiro Capao Novo	05.309.709/0001-97 Matriz	Associação Privada	Rua Atum, 173, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Pais E Amigos Dos Grupos De Danca Do Ctg Joao Sobrinho	05.653.018/0001-06 Matriz	Associação Privada	Na Tapera Dos Quadros, S/N, Tapera Dos Quadros, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Comunitaria Da Praia Jardim Beira Mar	02.051.393/0001-98 Matriz	Associação Privada	Rua Viola, 710, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade De Bochas De Capao Novo	04.080.926/0001-95 Matriz	Associação Privada	Parque Beira Mar, 4031, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Comunitaria Do Bairro Santo Antonio De Capao Da Canoa	07.292.701/0001-90 Matriz	Associação Privada	Rua Vinte E Oito, 76, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Portadores De Deficiencia De Capao Da Canoa-Apodecc	05.939.842/0001-27 Matriz	Associação Privada	Rua Thomas J. Espindola, 135, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Village Praia Clube	01.066.370/0001-94 Matriz	Associação Privada	Rua Amor Perfeito, S/N, Posto 09, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade De Bochas Uniao De Arroio Teixeira	03.809.283/0001-05 Matriz	Associação Privada	Praca Pery Feijo, Sn, Casa, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Grupo De Apoio As Forcas De Seguranca Publica De Capao Da Canoa	07.371.465/0001-06 Matriz	Associação Privada	Rodovia Rs-407, 1455, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 94691044

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Beneficente Projeto Restaurar	74.874.579/0002-39 Filial	Associação Privada	Rua Ceci, 2121, Andar Terreo, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Amigos Da Praça Do Parque Flavio Boianowski	03.635.907/0001-15 Matriz	Associação Privada	Na Dr Flavio Boianowski, 155, Apt 101, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Do Camelodromo De Capao Da Canoa	04.664.941/0001-80 Matriz	Associação Privada	Rua Arroio Do Meio, 1112, Apt 403, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Da Praia Do Barco	74.877.341/0001-86 Matriz	Associação Privada	Rua Osorio, 38, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Ong De Acolhimento Bom Samaritano	26.913.547/0001-71 Matriz	Associação Privada	Rua Taquara, 195, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Elohim	29.994.587/0001-83 Matriz	Organização Social	Rua Dos Cravos, 2590, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Dos Moradores Do Bairro Sao Jorge	90.257.593/0001-69 Matriz	Associação Privada	Rua O, 57, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Escola Est 1 Grau Incompleto Emilio Tarrago Assumpcao	90.836.602/0001-76 Matriz	Associação Privada	Avenida Darci Feijo, S/N, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Adottare Grupo De Apoio A Adocao	32.634.703/0001-68 Matriz	Associação Privada	Rua Ceci, 2252, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Moradores Do Condominio Viviane	34.192.794/0001-54 Matriz	Associação Privada	Avenida Ruda, 447, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Aldeias Infantis Sos Brasil	35.797.364/0036-59 Filial	Associação Privada	Avenida Ruda, 908, Setor 363 Quadra2d Ou 178 Lote 14, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Dos Moradores Do Balneario Araca	38.227.980/0001-32 Matriz	Associação Privada	Rua Eucaliptos, 549, Vale Verde, Araca, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Amigos Da Praca Inclusiva	40.352.359/0001-42 Matriz	Associação Privada	Rua Leopoldo Menge, 77, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Pais E Amigos Do Autista Ama Capao Da Canoa	40.119.089/0001-24 Matriz	Associação Privada	Avenida Ubatuba De Farias, 960, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Organizacao Nao Governamental Voz	41.188.399/0001-63 Matriz	Associação Privada	Rua Dos Lirios, 2990, Sala 02, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Luz Alem Das Paredes	42.642.135/0001-09 Matriz	Associação Privada	Rua Moacir, 2252, Loja 03, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Integrar/Rs-Associacao De Integracao Empresa Escola	05.449.614/0003-30 Filial	Associação Privada	Rua Rodrigo Bitencourt De Farias, 1184, Sala 304, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Assistencial Dignidade	46.386.577/0001-84 Matriz	Associação Privada	Rua Venancio Aires, 1200, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Cultural E Esportiva Amigos Da Praia Do Barco	47.727.654/0001-85 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 500, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Banco De Alimentos De Capao Da Canoa	48.242.710/0001-54 Matriz	Associação Privada	Rua Guaraci, 2579, Apt 501, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Moradores Do Bairro Guarani	56.615.861/0001-39 Matriz	Associação Privada	Avenida C, 66, Guarani, Capão Da Canoa, 95555000

ANEXO D - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação cultura e recreação¹²⁰

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Capao Da Canoa Futebol Clube	90.256.348/0001-37 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2361, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Candeias Esporte Lazer E Recreacao	43.446.434/0086-11 Filial	Associação Privada	Rua Avenida Paraguassu, 62, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Piquete De Laco Ouro Verde	17.494.266/0001-30 Matriz	Associação Privada	Estrada Da Laguna, 2240, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Fundacao Pro Musica Capao Da Canoa	90.256.850/0001-48 Matriz	Fundação Privada	Rua Rua Marab, 1693, Sala 904, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Amigos Noiva Do Mar	90.257.445/0001-44 Matriz	Associação Privada	Avenida Central A, Sn, Noiva Do Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Academia Dos Escritores Do Litoral Norte Gaucho	97.526.817/0001-30 Matriz	Associação Privada	Avenida Beira Mar, 802, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Do Clube De Futebol Dos Veteranos De Capao Novo	97.526.837/0001-00 Matriz	Associação Privada	Rua Das Zineas, 3943, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Sport Club Serramar	18.675.448/0001-70 Matriz	Associação Privada	Estrada Laguna, 1000, S/B, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Proprietarios Do Loteamento Nova Guarani	18.840.018/0001-67 Matriz	Associação Privada	Rua 07, 1000, Praia Guarani, Capão Da Canoa, 95555000
 Liga Sport Center De Taekwondo Capao Novo	13.749.864/0001-52 Matriz	Associação Privada	Rua Das Zineas, 3418, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000

¹²⁰Fonte: IPEA [2026a].

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Sociedade Esportiva Caponense Futebol Clube - C. F. C.	11.012.142/0001-95 Matriz	Associação Privada	Estrada Do Mar, S/N, Sede, Capão Da Canoa, 95555000
 Piquete Lacadores Rancho Dos Xucros	10.286.497/0001-00 Matriz	Associação Privada	Rua Zineas, 3454, Posto 5, Capao Novo, Sao Jose, Capão Da Canoa, 95555000
 Grupo Escoteiro Capao Da Canoa	05.327.220/0001-48 Matriz	Associação Privada	Rua Dos Escoteiros, 111, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Futebol Dos Veteranos De Arroio Teixeira	09.452.258/0001-01 Matriz	Associação Privada	Rua Maneca Quadros, 1489, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Uniao Futebol Clube	19.896.120/0001-47 Matriz	Associação Privada	Rua Nova Prata, 758, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Amigos Do Balneario Araca	90.937.665/0001-19 Matriz	Associação Privada	Avenida Principal, S/N, Esquina Rua Seis, Araca, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao De Motociclista Moto Clube Moto's Friends	24.257.929/0001-69 Matriz	Associação Privada	Rua 10, 22, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Esportiva E Recreativa Monte Castelo	92.861.822/0001-85 Matriz	Associação Privada	Rua Monte Castelo, S N, Praia De Curumim, Curumim, Capão Da Canoa, 95555000
 Assoc. Pais E Amigos Peq.Contores C.Canoa E Coral Juvenil Pro-Musica	03.453.794/0001-37 Matriz	Associação Privada	Rua Maraba, 1693, Sala 904, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Acc - Associacao Comunitaria De Curumim	05.634.111/0001-73 Matriz	Associação Privada	Rua Diacui, 627, Praia Curumim, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Capao Da Canoa Esportistas E Veranistas Associados - Cceva	12.954.257/0001-61 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2361, Loja 06, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Esportiva Avenida Futebol Clube	14.537.409/0001-56 Matriz	Associação Privada	Rua Santo Amaro, 1053, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Banrisul Capao Da Canoa	94.437.431/0001-63 Matriz	Associação Privada	Rua Iracema, 116, Girassol, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube Esportivo E Recreativo Veterano	17.845.021/0001-00 Matriz	Associação Privada	Rua Amor Perfeito, 01, Lote 01 Quadra01 Setor 334, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Piquete De Lacadores Presilha Do Laco	23.102.471/0001-06 Matriz	Associação Privada	Rua Portugal, 612, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Atlantida Futebol Clube	90.255.670/0001-41 Matriz	Associação Privada	Avenida Waldomiro C Dos Reis, Sn, Casa, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Recreativa Lagomar Arlm	90.937.988/0001-02 Matriz	Associação Privada	Praca Largo 3, 112, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Federacao Gaucha De Badminton	02.101.703/0002-12 Filial	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 1953, Sala A, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Atletico Veteranos Capao Novo	25.465.491/0001-77 Matriz	Associação Privada	Rua Zineas, 4151, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Clube Veteranos De Curumim	24.412.676/0001-50 Matriz	Associação Privada	Rua Urucutus, 165, Curumim, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Clube De Tiro Viptatical	29.980.401/0001-37 Matriz	Associação Privada	Rua Zineas, 4113, Lote 21 Quadra107, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Uniao Estudantil De Handebol De Capao Da Canoa	30.296.725/0001-30 Matriz	Associação Privada	Rua Divisoria, 987, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Esporte Clube Santa Luzia	31.882.893/0001-70 Matriz	Associação Privada	Rua Brigada Militar, 912, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Artesaos Da Praia Do Barco	35.237.873/0001-05 Matriz	Associação Privada	Rua Leopoldo Menger, 26, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Cambio Praca Flavio Boianovski	35.669.771/0001-50 Matriz	Associação Privada	Rua Bolivia, 702, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Futebol Amador Novo Horizonte	36.724.440/0001-39 Matriz	Associação Privada	Rua Trinta, 59, Novo Horizonte, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Zona Nova Futebol Clube	38.543.545/0001-17 Matriz	Associação Privada	Rua Cuba, 491, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Bandas E Fanfarras Capao Da Canoa	39.431.824/0001-51 Matriz	Associação Privada	Rua Venancio Aires, 1475, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Cancha De Bocha Amigos Da Beira Mar De Capao Da Canoa	39.729.469/0001-00 Matriz	Associação Privada	Avenida Beira Mar, 1618, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Laguna Futebol Clube - Lfc	48.213.670/0001-12 Matriz	Associação Privada	Rua Jacob Galimbert, 128, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000














Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Jgb Patinacao Artística - Ajgbpa	52.111.413/0001-47 Matriz	Associação Privada	Rua Maraba, 1940, Apt 701, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Af Da Praia	58.426.812/0001-83 Matriz	Associação Privada	Rua General Osorio, 399, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Surf De Capao Novo	57.840.210/0001-05 Matriz	Associação Privada	Rua Boca De Leao, 4151, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Instituto Legends	59.595.071/0001-27 Matriz	Associação Privada	Rua Guaraci, 3108, Conj 1102, Navegantes, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Esportiva E Recreativa Pe Na Areia	59.706.971/0001-02 Matriz	Associação Privada	Rua Sepe, 1746, Apt 404, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Basquetebol Caponense	59.892.162/0001-24 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 1836, Apt 302, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Cultural E Social Re Tri Circo	60.013.514/0001-03 Matriz	Associação Privada	Rua Orion, 694, Arrio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Amigos Da Praca Luiz Bassani	60.865.374/0001-00 Matriz	Associação Privada	Avenida Ararigboia, 25, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Do Grupo De Idosos De Danca Texas	61.359.948/0001-22 Matriz	Associação Privada	Rua Darci Feijo, 890, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Real Capao Projeto De Voleibol	61.534.514/0001-11 Matriz	Associação Privada	Rua Faustino Joao Pereira, 101, Apt 201, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Carros Antigos Reliquias Do Asfalto Litoral Norte Rs	61.808.414/0001-36 Matriz	Associação Privada	Rua Jose Serafim De Souza, 966, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Amigos De Capao Da Canoa Futebol Clube	62.009.398/0001-84 Matriz	Associação Privada	Rua Maranguab, 515, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

ANEXO E - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação outras atividades associativas¹²¹

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Pro-Ensino Em Santa Cruz Do Sul - Apesc	95.438.412/0007-00 Filial	Associação Privada	Rua Da Garoupa, S/N, Posto 2, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Primieri De Benefícios, Cultura E Lazer	10.198.470/0001-65 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2525, Conj 407 Setor 365 Quadra0025 Lote 007, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Maes Bem Querer	17.820.860/0001-74 Matriz	Associação Privada	Avenida Pindorama, 1049, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Assoc.Dos Agentes Economicos Ecologicos De Capao Da Canoa	04.424.777/0001-34 Matriz	Associação Privada	Estrada Da Laguna, S/Nro., Km. 5, Estrada Da Laguna, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Apicultores De Capao Da Canoa	09.191.737/0001-03 Matriz	Associação Privada	Rua Dos Narcisos, 3786, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Criadores De Passaros Do Litoral Norte Do Rs - Acpl	18.840.433/0001-10 Matriz	Associação Privada	Rua Cinquenta E Dois, 61, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Esporte Clube Diamante Negro	21.756.731/0001-31 Matriz	Associação Privada	Rua General Osorio, 1018, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Maes Grao De Areia	14.419.645/0001-78 Matriz	Associação Privada	Rua Anchova, 534, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Motociclista Moto Clube Moto's Friends	24.257.929/0001-69 Matriz	Associação Privada	Rua 10, 22, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Das Artesas Dos Clubes De Maes De Capao Da Canoa	10.235.609/0001-01 Matriz	Associação Privada	Rua 26, 116, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000

¹²¹Fonte: IPEA [2026a].

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Dos Proprietários Do Edifício Antares	21.338.211/0001-09 Matriz	Associação Privada	Avenida Neuza Goulart Brizola/ Rua Jose Milton Lopes, Q30b, Lote: 15 E 16,, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Banrisul Capao Da Canoa	94.437.431/0001-63 Matriz	Associação Privada	Rua Iracema, 116, Girassol, Capão Da Canoa, 95555000
 Organização Não Governamental Alcateia Esportiva E Acoes Sociais	15.525.771/0001-70 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 1614, Sala 8, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Veranistas E Moradores De Capao Da Canoa - Avccc	09.548.278/0001-72 Matriz	Associação Privada	Avenida Ararigboia, 272, Apt 603, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Revitaliza Capao Novo	28.210.716/0001-32 Matriz	Associação Privada	Avenida Das Gardenias, 3651, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Feirantes Da Agricultura Familiar Produto Caseiro E Artesanato Do Litoral Norte /Rs-Afaf	28.819.045/0001-01 Matriz	Associação Privada	Rua Guaraci, 1446, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Alameda Do Condado	29.207.153/0001-96 Matriz	Associação Privada	Avenida Flavio Boianowski, 597, Sala 01, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Proprietários Do Edifício Jaguarao	31.699.682/0001-04 Matriz	Associação Privada	Avenida Central, 1880, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Benefícios Mutuos Do Rio Grande Do Sul Rs Clube	32.150.885/0001-00 Matriz	Associação Privada	Avenida Central, 1880, Loja 06, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Pontinhos Do Bem	33.401.215/0001-73 Matriz	Associação Privada	Rua Ubirajara, 526, Apt 1203, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Grupo Escoteiro Sentinela Do Litoral 370 Rs	36.664.343/0001-06 Matriz	Associação Privada	Rua Dos Geranios, 3626, Setor 334 Lote 16 Quadra80 Lote 17, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Moradores E Proprietarios De Capao Novo	44.699.450/0001-90 Matriz	Associação Privada	Rua Sempre Vivas, 3813, Setor 334, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Proprietarios Adquirentes Do Edifício Residencial El - Shaday 1	49.818.903/0001-73 Matriz	Associação Privada	Rua Jose Milton Lopes, 1034, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Protetores De Animais Lambeijos Capao Da Canoa	50.414.268/0001-48 Matriz	Associação Privada	Rua Joao Cristiano Scheffer Filho, 1324, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Trilheiros Embarrados	51.775.888/0001-75 Matriz	Associação Privada	Rua Do Narciso, 4133, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Maes Renascer	53.350.684/0001-18 Matriz	Associação Privada	Rua Das Sempre Vivas, 3968, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Do Grupo 3 Idade Sempre Unidos	53.855.609/0001-09 Matriz	Associação Privada	Rua Honduras, 406, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Instituto Educacional Talmidim Kids	57.063.388/0001-97 Matriz	Associação Privada	Avenida Central, 624, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Comerciantes Texas	59.590.165/0001-03 Matriz	Associação Privada	Rua Sao Leopoldo, 509, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Reserva Da Tapera	60.914.650/0001-74 Matriz	Associação Privada	Rodovia Ers 389 Rod Nelson Goncalves, Sn, Km 42, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Moradores Verde Mar	63.502.522/0001-01 Matriz	Associação Privada	Estrada Estrada Do Mar, 100, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Allegro Family Resort	63.532.354/0001-05 Matriz	Associação Privada	Avenida Beira Mar, Sn, Lote 01 Quadra29 Setor 315, Praia Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Condomínios Horizontais Do Município De Capao Da Canoa	63.552.348/0001-01 Matriz	Associação Privada	Estrada Ers 407, 1455, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000

ANEXO F - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação religião¹²²

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Igreja Batista Filadelfia De Capao Da Canoa	18.237.989/0001-17 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Ulisses Guimaraes, 1549, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Asseb De Deus De Capao Da Canoa	90.257.478/0001-94 Matriz	Associação Privada	Na Valdomiro Candido Dos Reis, 247, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Mitra Diocesana De Osorio	03.649.281/0004-49 Filial	Organização Religiosa	Praca Padre Cezar Cassol, 420, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Paroquia Evangelica Martin Luther - Litoral Norte	04.884.964/0001-09 Matriz	Associação Privada	Praça Tiaraju, 278, Navegantes, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Mundial Do Poder De Deus	02.415.583/0909-79 Filial	Organização Religiosa	Avenida Ruda, 448, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Comunidade Evangelica De Confissao Luterana Em Capao Da Canoa	02.984.462/0001-16 Matriz	Associação Privada	Rua Tiaraju, 278, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Biblica E Cultural De Tramandai	89.811.913/0003-63 Filial	Organização Religiosa	Rua Getulio Vargas, 820, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Batista Betel	90.255.894/0001-53 Matriz	Associação Privada	Avenida General Osorio, 596, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Espirita Novo Horizonte	90.256.496/0001-51 Matriz	Associação Privada	Rua Rua Da Violeta, Sn, Sao Jose, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Espirita Pery Feijo	90.937.749/0001-52 Matriz	Associação Privada	Avenida Darcy Feijo, 400, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000

¹²²Fonte: IPEA [2026a].

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Mitra Da Arquidiocese De Porto Alegre	92.858.000/0182-73 Filial	Associação Privada	Na Pr Padre Cezar Cassol, 420, Não Informado, Capão Da Canoa, 95555000
 Congregacao Evangelica Luterana Emanuel De Capao Da Canoa	93.593.747/0001-81 Matriz	Organização Religiosa	Rua Nova Bassano, 890, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Videira De Capao Da Canoa	16.630.796/0001-04 Matriz	Organização Religiosa	Rua Luiz Ferreira Da Silva, 1144, Loja Av. Paraguassu, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Loja Maconica Afonso Emilio Massot	01.590.308/0001-05 Matriz	Associação Privada	Rua Violetas, 3787, Esq R Bem Te Vi, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Internacional Da Graca De Deus	30.902.803/1912-83 Filial	Organização Religiosa	Rodovia Ulisses Guimaraes, 938, Avenida Rs - 407, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Internacional Da Graca De Deus	30.902.803/1325-11 Filial	Organização Religiosa	Rua Pindorama, 503, Frente E Fundos, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Universal Do Reino De Deus	29.744.778/1979-85 Filial	Organização Religiosa	Rua Riachuelo, 136, E Rodovia Ulisses Guimaraes (Rs 407), Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Loja Maconica De Estudos E Pesquisas Acacia Do Litoral N. 234	13.742.227/0001-54 Matriz	Associação Privada	Rua Das Violetas, 3787, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Pentecostal O Brasil Para Cristo	03.658.613/0001-09 Matriz	Associação Privada	Rua Otavio Rocha, 176, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Centro Evangelico O Brasil Para Cristo	04.040.823/0001-00 Matriz	Associação Privada	Avenida Valdomiro Candido Dos Reis, 58, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Brasileira D'a Igreja De Jesus Cristo Dos Santos Dos Ultimos Dias	61.012.019/1131-84 Filial	Organização Religiosa	Rua Ceci, 2513, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Do Evangelho Quadrangular	62.955.505/3605-38 Filial	Organização Religiosa	Rua 39, 62, Sta Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Espirita Andre Luiz	09.236.979/0001-76 Matriz	Associação Privada	Rua Sempre Vivas, 3756, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Jocuv - Jovens Com Uma Visao	09.661.559/0001-37 Matriz	Associação Privada	Rua Da Pescaria, 999, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Batista Brasa De Capao Da Canoa	18.946.839/0001-82 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Osmani Veras Da Silveira, 148, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Espirita Allan Kardec	03.455.934/0001-06 Matriz	Associação Privada	Avenida D (Porto Alegre), 655, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Centro De Umbanda Yemanja E Ogum Beira Mar	10.618.498/0001-04 Matriz	Associação Privada	Rua Roraima, 83, Quero-Quero, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus Ministerio De Madureira De Capao Da Canoa - Rs	20.683.273/0001-95 Matriz	Organização Religiosa	Rua Ceci, 2246, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Aug Resp Loja Simb Mario Behring N 95	01.276.877/0001-72 Matriz	Associação Privada	Rua Violetas, 3787, Esq R Bem Te Vi, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associao De Religioes Afrocaponense	19.843.281/0001-72 Matriz	Organização Religiosa	Rua Valdomiro Candido Dos Reis, 204, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Movimento Eclesial Da Renovacao Carismatica Catolica Da Diocese De Osorio Rs	20.209.550/0001-22 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Paraguassu, 2525, Sala 501, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Evred-Evangelho Do Reino De Deus	89.731.715/0005-51 Filial	Associação Privada	Rua Santo Antonio, 279, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Bola De Neve	04.239.797/0066-80 Filial	Organização Religiosa	Avenida Paraguassu, S/N, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Casa De Oracao O Senhor E Meu Pastor	22.101.823/0001-46 Matriz	Organização Religiosa	Rua 31, 92, Novo Horizonte, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Batista Nacional De Capao Novo	18.888.250/0001-75 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Gardenias, 4273, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus - Ministerio De Pelotas	91.555.755/0002-99 Filial	Associação Privada	Rua Santa Elizabethi, 1322, Bairro Dom Luis Guanella, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Mundial Do Poder De Deus	02.415.583/2391-07 Filial	Organização Religiosa	Rua Faustino Joao Pereira, 131, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Centro Cultural E Assistencial Espiritualista Cantinho Sagrado Legado De Emmanuel	09.290.496/0001-50 Matriz	Associação Privada	Largo 3, 868, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Centro Mundial Da Presenca De Deus	28.503.256/0001-30 Matriz	Organização Religiosa	Rua Dom Luiz Guanella, 2258, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Instituto Consciencia	31.509.405/0001-83 Matriz	Organização Religiosa	Rua Maraba, 2474, Apt 306, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Fraternidade Espiritualista Cavaleiros De Sao Jorge	92.969.070/0002-51 Filial	Associação Privada	Rua Paulina Valim Doriva, 775, Santa Isabel, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus Diante Do Trono	37.507.532/0001-20 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Ruda, 1580, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Da Palavra De Deus	40.031.191/0001-73 Matriz	Organização Religiosa	Rua Avenida Arco Iris Esquina Com A Alfa Da Cruz, 1470, Arco Iris, Capão Da Canoa, 95555000
 Casa De Oracao Crista	40.482.305/0001-00 Matriz	Associação Privada	Rua 40 (Helio Rech), 1288, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Plano Da Salvacao	46.775.007/0001-86 Matriz	Organização Religiosa	Rua Divisoria, 1344, Novo Horizonte, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Voz Do Que Clama	41.190.145/0001-80 Matriz	Organização Religiosa	Rua Dos Lirios, 2990, Posto 06, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Encontros De Fe - Capao Da Conoa/Rs	42.024.897/0001-33 Matriz	Organização Religiosa	Rua Dom Luiz Guanella, 2258, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Tabernaculo	44.057.652/0001-38 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Waldomiro Candido Dos Reis, 565, Quadra10 Setor 615 Lote 2, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Primeira Igreja Batista Em Capao Da Canoa	44.702.227/0001-54 Matriz	Organização Religiosa	Rua Honduras, 22, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus Vale Verde	46.563.637/0001-97 Matriz	Organização Religiosa	Rua Arco Iris, 861, Arco Iris, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Igreja Casa Do Pai	47.411.465/0001-07 Matriz	Organização Religiosa	Rua Brasilia, 1754, Sao Manoel, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Assembleia De Deus - Monte Das Oliveiras	47.981.159/0001-06 Matriz	Organização Religiosa	Rua Nova Bassano, 1170, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Pentecostal Cem Por Cento Jesus - Ministerio Luz Divina Conservadora	49.053.053/0001-60 Matriz	Organização Religiosa	Rua Luiz Alves Pereira, 1184, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus Missao Viva	49.639.927/0001-65 Matriz	Organização Religiosa	Rua Sao Pedro, 1670, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Pentecostal Avivando As Nacoes Campo De Capao Da Canoa	51.678.486/0001-52 Matriz	Organização Religiosa	Rua Boca De Leao, 3346, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Assembleia Vidas Em Cristo	56.038.493/0001-03 Matriz	Organização Religiosa	Rua Mane Leandro, 1500, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Raiz Comunidade Crista	57.274.016/0001-00 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Paraguassu, 401, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Assembleia De Deus - O Brasil Para Cristo	54.906.133/0001-50 Matriz	Organização Religiosa	Rua Ubatuba De Farias, 1193, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Do Reino	59.549.310/0001-02 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Flavio Boianovski, 872, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Pentecostal Catedral Koinonya	59.938.051/0001-01 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Ubatuba De Farias, 1193, Quadraf3 Lote 22, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Juridica	Endereço
 Uniao Brasileira Das Religioes Afro - Ubrafa	60.205.963/0001-53 Matriz	Associação Privada	Avenida Ruda, 1322, Loja 02, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Distrito Litoral Norte Gaucho - Dilinorte	60.552.570/0001-16 Matriz	Organização Religiosa	Rua Nova Bassano, 890, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Biblica E Cultural De Tramandai	89.811.913/0008-78 Filial	Organização Religiosa	Rua Zinias, 4049, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Instituto Xamanico Luz Espiral	61.639.200/0001-83 Matriz	Associação Privada	Rua Ubatuba, 730, Girassol, Capão Da Canoa, 95555000
 Conselho De Pastores E Ministros De Capao Da Canoa	62.460.824/0001-00 Matriz	Associação Privada	Rua Ceci, 2246, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Batista Betel De Porto Alegre	87.034.138/0020-52 Filial	Organização Religiosa	Avenida Paraguassu, 830, Lote 6 Quadra51, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000